O MUNDO DAS FERAS: OS MORADORES DO SERTÃO OESTE DE MINAS GERAIS – SÉCULO XVIII

Marcia Amantino

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.
Orientador: Prof. Dr. Manolo G. Florentino

Volume I

Outubro de 2001

O MUNDO DAS FERAS: OS MORADORES DO SERTÃO OESTE DE MINAS GERAIS – SÉCULO XVIII

Marcia Amantino

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.
Orientador: Prof. Dr. Manolo G. Florentino

Volume II

Outubro de 2001

O MUNDO DAS FERAS: OS MORADORES DO SERTÃO OESTE DE MINAS GERAIS – SÉCULO XVIII

Marcia Amantino

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada por:

_____
Presidente da Banca

_____

_____

_____

_____

Outubro de 2001

AMANTINO, Marcia Sueli

O mundo das feras: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 2001.

V, 426 f.

Tese: Doutorado em História Social do Brasil

1. Sertão 2. Índios 3. Quilombolas 4. Minas Gerais

RESUMO

Este trabalho é um estudo sobre o processo de ocupação ocorrido sobre as áreas do interior da Capitania de Minas Gerais durante a Segunda metade do século XVIII. Naquele momento o contexto nesta região estava condicionado a necessidade de se encontrar terras para aumentar as extrações de ouro, aumentar a agricultura e consequentemente, incrementar a arrecadação dos impostos devidos à Metrópole. Para tanto, era necessário buscar a incorporação de novas áreas. Em função destes objetivos foi criado na Metrópole e transferido para a Colônia, um Projeto Civilizacional baseado no controle sobre as populações que viviam nestas áreas e na montagem de expedições enviadas à várias partes da Capitania.

O objetivo destas eram civilizar e povoar estas áreas com grupos que pudessem ser controladas. Era necessário "limpar" os Sertões de seus moradores considerados indesejados, ou seja, índios tidos como bravios, quilombolas e vadios. Para justificar estas expedições foram criadas inúmeras imagens negativas a respeito destes moradores e para cada um deles foram desenvolvidas atitudes específicas. Todavia, todas negavam o direito a estas terras por estes grupos.

ABSTRACT

The present dissertation is a study about the process of occupation over the lands of interior in Minas Gerais during the second half of 18th century. At that moment, the context in Minas Gerais was conditioned by the necessity of finding more lands to improve the agriculture and to be a promise of finding more gold to solve the diminution of collection. To do this was necessary to make an expansion to interior's areas (Sertão) which were inhabited by runways slaves and indigenous, considered as beast.

So, the metropolitan and colonial's authorities made a "Civilisation's Project" to permit the accomplishment of this intents using different types of expeditions.

The principal objective was to civilise and to populate these areas with people that could be controlled on his movements and they were obliged to pay the taxes. It was necessary "to clean" the Sertão of dangerous people: runways slaves and brave indigenous.

To justify this a lot of depressing images about those people were created. The first part of this work shows the Sertão and the images created about it. After that the next part analyses its inhabitants (indigenous, runways slaves and people without work). All were identified with negatives images.

Later, the next parts are going to show the authorities"s attitudes over each one: to the indigenous there were two possibilities: the good indigenous were "aldeados" but the brave were exterminated in name of progress and security; the runways slaves were attacked to be re- slaved. As the "quilombos" were numerous in Minas Gerais during the 18th. It was necessary do a classification of them according to their characteristics; the people without work were considered by the authorities as dangerous because they didn't work, they used

to steal and lived in the cities. So, many of them were removed by force to interior's areas to populate them.

The next part analyses the expeditions in Minas Gerais and shows that it was part of an older and bigger project. The last part is a study about the failure of this project because the indigenous and the runways slaves didn't accept the control over their lands. Besides, the project was based on poor people without conditions to improve these lands.

AGRADECIMENTOS

Depois de quatro anos entre a pesquisa e a escrita deste trabalho restaram inúmeras pessoas a quais devo algum tipo de gratidão.

Inicialmente, devo agradecer à CAPES pela bolsa recebida nos anos iniciais da pesquisa. Ela foi essencial para as viagens a Belo Horizonte, onde grande parte do material analisado foi coletado.

Aos professores participantes da banca deixo registrada minha gratidão por terem prontamente aceito o convite.

Agradeço ao Carlos Engemann por ter copiado todos os anúncios publicados no Jornal O Universal localizado na Biblioteca Nacional. Seu trabalho foi de grande valia para a pesquisa.

Sou grata também à Carla Carvalho Almeida pelo seu carinho e a bondosa entrega de material coletado para suas próprias pesquisas, como por exemplo, o testamento de Ignácio Correia de Pamplona e alguns inventários localizados nos arquivos de São João del Rei.

Ao Tarcísio José Martins, agradeço "nossas conversas" por correio eletrônico. Graças a ele conheci um pouco mais sobre Minas Gerais. Devo a ele também o envio do mapa do Campo Grande, exaustivamente procurado nos arquivos de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Tarcísio, num trabalho de detetive, localizou o mesmo em São Paulo e desenvolveu uma profunda análise sobre o mesmo.

Ao Hélio, um estatístico que adora a História, sou grata pela ajuda no que diz respeito à parte técnica. Sua contribuição foi essencial para a montagem das tabelas e gráficos apresentados.

Alzira Salles foi quem pacientemente corrigiu o texto indicando alterações valiosas. Demonstrou todo o tempo, além de competência, um carinho especial tanto por mim como pelo texto. Obrigada, amiga.

Ao Manolo Florentino devo muito mais do que agradecimentos. Em todos os momentos pude contar com sua ajuda, seu carinho e compreensão. Este trabalho não teria sido possível se não fosse a sua presença sempre segura. Muito obrigada.

A minha família e amigos devo não só agradecimentos, mas também pedidos de desculpas pelas ausências e pelo tempo dedicado a elaboração deste trabalho e "roubado" do convívio com eles.

Ao Rogério, companheiro de todos os dias e de cada projeto de vida, agradeço seu carinho. Seu apoio foi essencial em cada momento deste trabalho e sem ele, certamente a jornada teria sido muito mais difícil.

Finalmente, devo um agradecimento especial a uma pessoa que já não está mais entre nós: meu avô, Jorge Carvalho. Foi ele quem me ensinou a gostar de ouvir e de contar Histórias. Foi ele o responsável por esta minha paixão.

ÍNDICE

CONTANDO UMA HISTÓRIA... 1

PARTE 1 – O ESPAÇO REBELDE 26

I – O palco da barbárie: o Sertão 26

II- O Sertão Mineiro: um palco de disputas 34

As imagens sobre a região 47

PARTE 2 – OS REBELDES DOS SERTÕES 57

I - As imagens criadas sobre os índios 57

Os europeus e a crença na dualidade indígena: os Tupi e os Tapuia 57

O século XVIII e a racionalidade sobre o índio 72

Os índios de Minas Gerais e as Guerras Justas 86

II- Os negros e suas representações 111

A África e seus habitantes 111

A sociedade letrada e o cativeiro negro no Brasil: o bom e o mau escravo 119

O escravo fugitivo e os anúncios do Jornal "O Universal". 130

O quilombola: o pior dos escravos 150

As imagens sobre os quilombolas 154

III- Os vadios: aqueles que não tem lugar na boa sociedade 168

PARTE 3 – UMA TIPOLOGIA PARA OS QUILOMBOS MINEIROS 181

PARTE 4 - UM PROJETO DE CIVILIZAÇÃO PARA O SERTÃO MINEIRO 238

I – Conquistar, civilizar... 238

II - O ideal civilizador fora da Capitania de Minas Gerais 251

III – As tentativas de controle e povoamento do Sertão Mineiro através das expedições 264

IV - Uma trajetória civilizadora: O Mestre de Campo, Ignácio Correia de Pamplona e seu tempo 280

O lado literário da expedição de 1769: o Arcadismo 291

Um outro lado da vida de Pamplona 303

PARTE 5 - O LIMITE DO PROJETO: A POBREZA 310

CONCLUINDO UMA HISTÓRIA... 346

PARTE 6 - FONTES E BIBLIOGRAFIA 352

I – Fontes Primárias Manuscritas 352

II- Fontes Primárias Impressas 357

III – Bibliografia secundária 358

Índice Remissivo 370

PARTE 7- ANEXOS **386**

Índice de figuras

Figura 1: Divisão do Brasil por regiões – IBGE 35

Figura 2: Mapa aproximado das Comarcas da Capitania de Minas Gerais no século XVIII 36

Figura 3: Mapa aproximado das Comarcas da Capitania de Minas Gerais no século XIX 37

Figura 4- Região aproximada considerada no século XVIII como Sertão em Minas Gerais. 38

Figura 5- Itinerário feito pela comitiva de D. Luis Diogo Lobo da Silva em 1764 43

Figura 6 - Adoração dos Reis Magos 58

Figura 7-Aygnan Cacodaemon Barbaros Vexat. 59

Figura 8- Americae 60

Figura 9-Casal Tapuia 67

Figura 10-Casal Tupi 67

Figura 11- Aldeia de Coroados 69

Figura 12- Botocudos, Puris, Patachos e Machacalis 69

Figura 13- Documento de doação de terras do Aldeamento do Etueto - 1875 95

Figura 14-Africanos antropofágicos 117

Figura 15-Anúncio do Jornal O Universal 131

Figura 16- Negro com ferro e argola 141

Figura 17- "Um negro rebelde armado e em guarda" 156

Figura 18- Um negro suspenso vivo pelas costelas numa forca 157

Figura 19- Imagem de Palmares 158

Figura 20- Região do Campo Grande 186

Figura 21- Artífices trabalhando o ferro 210

Figura 22-- Tecoaba 231

Figura 23-Quilombo de um dos braços da Perdição 235
Figura 24-Quilombo da Samambaia 235
Figura 25-Quilombo do Rio da Perdição 236
Figura 26-Quilombo dos Santos Fortes 236
Figura 27-Quilombo do Ambrózio 237
Figura 28-Quilombo de São Gonçalo 237
Figura 29-Índios recolhendo Pinha 253
Figura 30- Os contatos 254
Figura 31-A aceitação dos presentes 254
Figura 32- Recebimento de presentes 255
Figura 33-Índios 258
Figura 34-Ataque 259
Figura 35-Ataque 260
Figura 36-Ataque 261
Figura 37- A retirada 262
Figura 38 - Mapa de todo o Campo Grande 285

Índice de tabelas

Tabela 1- Distribuição segundo sexo e etnia dos escravos anunciados no "O Universal" 132

Tabela 2- Distribuição das profissões dos escravos segundo suas etnias..... 135

Tabela 3- Distribuição dos homens segundo etnias e profissão 135

Tabela 4- Presença da população forra em Minas Gerais - 1786 a 1821 142

Tabela 5- Doenças e problemas físicos anunciados no Jornal "O Universal"..... 148

Tabela 6- Quilombos em Minas Gerais durante o século XVIII 182

Tabela 7 -Arraial Velho –1717 341

Tabela 8-Rio das Mortes Pequeno –1717 341

Tabela 9-Bichinho - 1717 342

Tabela 10- Caminho Velho - 1717 342

Tabela 11-Córrego–1717 342

Tabela 12-Rio Abaixo –1717 342

Tabela 13-Itaberaba e Norvega –1717 342

Tabela 14-Caminho Novo –1717 343

Tabela 15-Vila de São João –1717 343

Tabela 16-Caminho do Campo –1717 343

Tabela 17-Brumado–1717 343

Tabela 18-Lagoa Dourada–1717 343

Tabela 19-Ponta do Morro e Prados –1717 343

Tabela 20-Rio Acima –1717 343

Tabela 21-Somatório das localidades–1717 344

Tabela 22-Proprietários que possuíam no máximo 5 cativos – São João del Rei, 1718 ... 345

Tabela 23-Proprietários que possuíam mais de 6 cativos – São João del Rei, 1718 345

Tabela 24-Cuieté -1770 346

Contando uma história...

Corria o ano de mil setecentos e cinqüenta e nove do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo. Os poucos religiosos jesuítas que ainda haviam conseguido permanecer no território de Minas Gerais, estavam agora fugindo rumo ao Sertão, levando consigo seus índios "administrados" e seus escravos. Deixavam para trás as ordens de expulsão e confisco de seus bens, dadas por Pombal, para Portugal e suas colônias.

O grupo seguiu enfrentando várias refregas com as tropas do governo. Os escravos e os índios serviram como soldados lutando para a proteção dos religiosos. Juntos atravessaram o rio de São Francisco e ali não ficaram porque já não era uma região segura para eles; desbravada e povoada anos antes. Preferiram seguir para o Espigão Mestre. Lá, atravessaram a Serra da Mata da Corda e alcançaram as cabeceiras do rio Misericórdia.

Em um determinado ponto que mais tarde recebeu o nome de Quilombo, deixaram para trás, sob a liderança do escravo alforriado Ambrósio, todos os que haviam lutado e matado brancos para facilitar a fuga dos religiosos. As ordens a Ambrósio, eram de que se criasse um quilombo capaz de abrigar os mais de 200 homens que ficariam sob seus cuidados. Eram homens perigosos que para os defenderem praticaram toda sorte de violência, e os religiosos não queriam ser acusados de proteção a facinorosos.

Os jesuítas seguiram em frente guiados por Tucum, líder indígena de uma das tribos aliadas, levando cerca de duas mil pessoas. Pararam na Aldeia de Sant'Anna, onde já havia uma pequena tribo que os acolheu[1]. A razão da escolha deste local teria sido por motivos estratégicos: de lá poderiam catequizar os índios de Minas Gerais, Goiás e São Paulo, e pelo rio Paranaíba poderiam, em caso de ataque, fugir para Goiás e Mato Grosso.

***Ambrósio, neste momento, já era um homem alforriado. Entretanto havia sido comprado, assim como sua mulher Cândida, no mercado do Valongo, no Rio de Janeiro. Ele era um* "...descendente de uma família real, um príncipe em sua terra...". *Era também,* "... homem purificado de muitos vícios**

[1] Na realidade, os índios que ali viviam faziam parte dos aldeamentos criados em 1741 por Antonio Pires de Campos.

próprios à sua nação e ilustrado o quanto possível...". *Cândida, havia sido* "...educada o quanto possível para sua época e condição...".

Era nas mãos de Ambrósio e Cândida que estava a responsabilidade de erigir o quilombo e liderá-lo. Para isso, contavam com o apoio de João Wrumeia e Hyunhnguera, nomeados generais comandantes. Pelos nomes, há um indício de que poderiam ser índios ou paulistas.

A vida no quilombo transcorreu em relativa paz, sobretudo, quando Ambrósio se livrou dos elementos mais perigosos.

As noções de hierarquia no interior da estrutura eram baseadas nas ligações políticas africanas. Ambrósio havia sido escolhido para liderar o grupo, porque trazia em si todas as condições para exercer o cargo, inclusive, o fato de ser descendente de uma família nobre africana. Desta maneira os demais quilombolas respeitavam-no sem questionar suas ordens. Assim, o ex-senhor de Ambrósio aproveitou-se deste poder sobre os demais e

"... não deixou perder esse incentivo, incutindo no ânimo do aprendiz o valor de suas qualidades e fazendo até que os outros o considerassem, longe, o mesmo que pátria-mãe, estabelecendo, por esse meio, um natural ascendente sobre os demais escravos, que, longe de se insurgirem na arrogância da vaidade, prestavam de fato a Ambrósio a homenagem que lhe era devida, tanto mais sincera, quanto o garbo do homenageado, que correspondia com o respeito e atenção próprias de sua alta hierarquia...".

O quilombo funcionava de maneira organizada, suas leis eram severas e os atos mais sérios eram julgados na Aldeia de Sant'Anna pelos religiosos. O trabalho era repartido com igualdade entre os membros do quilombo, e de acordo com as qualidades de que eram dotados,

"... os habitantes eram divididos e subdivididos em classes... assim havia os excursionistas ou exploradores; os negociantes, exportadores e importadores; os caçadores e magarefes; os campeiros ou criadores; os que cuidavam dos engenhos, o fabrico do açúcar, aguardente, azeite, farinha; e os agricultores ou trabalhadores de roça propriamente ditos..."

Todos deviam obediência irrestrita a Ambrósio. O casamento era geral e obrigatório na idade apropriada. A religião era a católica e os quilombolas,

"...Todas as manhãs, ao romper o dia, os quilombolas iam rezar, na igreja da frente, a de perto do portão, por que a outra, como sendo a matriz, era destinada ás grandes festas, e ninguém podia sair para o trabalho antes de cumprir esse dever religioso, para o qual o sino dava o sinal conhecido... "...As aspirações daquele povo limitava-se ás festas dos sábados e domingo, á pesca, á caça e, sobretudo ás danças em que aluá, servido, a vontade, levantava os espíritos nos mais chorosos devaneios..."

Por causa de um acordo feito entre Ambrósio e os Jesuítas, o quilombo não poderia receber escravos fugitivos da Aldeia de Sant'Anna e nem roubar outros. Entretanto, não era bem assim que o quilombo funcionava e isto provocou algumas rupturas com a aldeia jesuítica.

Assim, sob estas leis e o domínio de Ambrósio, o quilombo cresceu absorvendo centenas de pessoas que vinham de todos os lados, inclusive, contrariando as regras, os escravos dos religiosos. Isto gerou problemas sérios entre as duas lideranças e as relações acabaram sendo rompidas. Neste momento, a população do quilombo já estava em torno de cinco mil habitantes, de ambos os sexos e de todas as idades.

O interior do quilombo era dividido espacialmente como uma cidade qualquer, sem contudo, esquecer os elementos protetores da estrutura quilombola.

"...Os primeiros estabelecimentos foram duas igrejas, a residência do chefe, o palácio, como diziam, a cadeia, o engenho e mais dependências de uma grande fazenda. Ao redor deste edifício foram-se erguendo habitações, que respeitavam a praça e as ruas... A cidade ou quartel ambrosiano estava colocada em um lindo descampado, no encontro de dois córregos, que forneciam grande abundância de água, tanto para o consumo público, como para os engenhos, moinhos e outros mecanismos. Circulava-o um valo com a extensão de uma légua em circunferência largo e profundo, eriçado no centro com pontiagudas estacas de aroeira do sertão, cuja rijeza o durabilidade são legendárias: acima do valo e acompanhando todo este, a guisa de muralha, levantava-se um terraço de oito palmos de altura por dez de largura: um só portão, junto ao qual havia uma ponte levadiça, dava acesso á cidade, que era um perfeito arremedo das antigas cidades fortificadas. Logo ao pé do portão havia uma igreja e dali seguia a rua principal, até ao grande largo ou praça, onde se erguiam as torres de um belo templo com seu campanário; palácio real ou residência do Ambrósio; a cadeia com seu grande pátio fechado, por grossos muros; o patíbulo, e os mais

importantes edifícios. O portão era de duas bandeiras, muito largas e cosidas com grossas chapas de ferro. O erário público era no palácio..."

A economia era baseada na caça, na pesca, nas criações de gado e na agricultura de milho e açúcar. *"...Vastas roças de milho e canaviais ondulavam ao sopro da brisa sertaneja e, desde a madrugada até às primeiras horas do dia, evitando o rigor da canícula chiavam os carros que conduziam milho e outros cereais para o paiol ou tulhas, ou cana para a moagem..."*

Na caça, *"...Onde houvesse um rincão, os caçadores abriam fogos, cujos orifícios ou bocas tapavam com frágeis ramos e capim; açulavam os cães nos capões e esperavam, cercando as saídas. As caças acossadas e tiradas de seus ninhos, procuravam a salvação no campo e caiam nos fogos ou na boca das espingardas, no gume dos facções ou no golpe dos cacetes ferrados e próprios para tais misteres..."*

Todavia, estas atividades só se tornaram possíveis porque os índios abandonaram a região e foram viver com os jesuítas na Aldeia de Sant'Anna.

***Ainda que tudo fosse dividido entre os quilombolas,* "...Todos trabalhavam para a sociedade; tudo era de todos, mas não havia meu nem teu. Todo o produto era recolhido ao tesouro, se dinheiro ou pedras preciosas; aos armazéns, se produtos da lavoura....", *as diferenças e hierarquias sociais existiam*: "... O chefe e os principais tinham roupas finíssimas, que vinham da capital jesuítica; para o comum, porém, o pano era fiado e tecido ali mesmo, de algodão que cultivavam, ou de lã de seus carneiros, que, eram grande manadas povoavam os campos adjacentes...."**

A vida familiar era preservada:
"...Cada família tinha sua residência que edificava; se, porém, se ausentava de vez, o que nunca acontecia, nada podia vender, contentando-se com a indenização que o chefe julgava merecida. Para a vida ali, de nada tinham necessidade, por que havia tudo, com fartura, devido ao lato tino administrativo de Ambrósio. Do trabalho, que faziam, tinham, entretanto remuneração em dinheiro, que ali mesmo empregavam em compras no grande armazém, sempre bem sortido pelas constantes expedições de exportadores e importadores do Quartel...."

O quilombo seguia assim, em relativa paz, e crescia a cada ano graças aos conhecimentos e à liderança de Ambrósio.

Depois desta visão geral sobre o quilombo é necessário conhecer outras personagens que são importantes nesta trama: os Jesuítas Caturra e Custódio Coelho Duarte, e o negro Pedro Rebolo.

Caturra e Custódio preferiram viver junto com Ambrósio e rapidamente abandonaram a aldeia de Sant'Anna. Anos depois resolveram ir novamente *"em busca de novos ares e fortuna"*. Ambrósio comprou-

lhes todos os escravos a 60 oitavas cada um e deu a Caturra, seu antigo senhor, presentes, dinheiro e pedras preciosas.

A história deste religioso parece ter saído de um romance repleto de aventuras. Após ter deixado o quilombo e seu companheiro, dias depois Caturra disfarçou-se de padre regular e foi para o Rio de Janeiro, de onde partiu para a África a fim de comprar escravos e revendê-los no Brasil. Entretanto, a embarcação em que estava sofreu um ataque de pirataria e todos foram *"...espoliados de todos os seus haveres e vendidos como escravos na Argélia, onde experimentaram os horrores da escravidão..."* . Tempos depois, resgatados pelo governo português são *"...levados para o reino, pobres e torturados sempre pelos estigmas da passada escravidão..."*. Em Portugal, ao afirmar que era do Brasil, para cá foi enviado e, em Vila Rica, fez-se soldado raso.

Pedro Rebolo é outra peça chave desta história. Algumas vezes ao ano Ambrósio enviava seus auxiliares à Vila Rica para que eles comprassem mantimentos, pólvora e escravos. Muitas vezes, os auxiliares ao invés de comprarem, roubavam esses escravos. Ainda que contrariando as ordens de Ambrósio: *"...não só roubavam pelo caminho, como [faziam]... furtos, depredações, correrias e outros atos reprovados e proibidos pelas leis ambrosianas.."*.

Em uma destas expedições compraram Pedro Rebolo, moço forte e que mal falava o português. Ambrósio não se agradou do rapaz e repreendeu seus auxiliares, até porque eles não haviam comprado também uma *"... rapariga por que preço fosse para mulher deste animal em quem não posso absolutamente ver coisa boa..."*

Os assistentes de Ambrósio sabiam que ao comprarem um negro, deveriam também comprar uma mulher para lhe ser companheira. Como os casamentos eram gerais e obrigatórios, não haveria no quilombo mulheres em número suficiente para todos os homens; as que existiam, ou já estavam casadas ou quem sabe, prometidas a alguém. A importância de comprarem uma mulher para Pedro Rebolo também era para evitar desordens e conflitos sociais como as que ele provocou ao importunar duas mulheres, uma casada e outra solteira. O pai desta última, ao socorrê-la, foi gravemente ferido pelo negro. Ambrósio o castigou severamente e colocou-o a ferros.

Ambrósio, prevendo confusões ainda maiores, ordenou que em oito dias levassem o negro para longe do quilombo. O tempo se passou e a expedição que ia escolta-lo não pôde sair por causa de uma doença do comandante.

Rebolo mostrou-se arrependido e jurou obedecer cegamente às leis. Trabalhou durante dias com afinco e sob o pretexto de caçar, fez um arco e flechas.

"...Sabendo manejar arco e flechas como o melhor indígena, nas horas vagas, a título de caçador, preparou um bom arco , afiou e temperou as melhores setas com que munido seu carcaz, preparou matulagem e, em uma noite de sábado, quando toda cidade enchia os templos e a praça em uma festividade religiosa que se celebrava, fugiu, a caminho de Vila Rica..."

Por causa da festa só deram falta de Pedro Rebolo na segunda-feira. Vários grupos partiram ao seu alcance com ordens para matá-lo. Nada conseguiram. Pedro Rebolo chegou em Vila Rica e lá revelou sobre o gigantesco quilombo.

A partir daí iniciaram-se os preparativos para a guerra contra o quilombo, considerado pelas autoridades mineiras como impossível de ter sido construído por

"...simples negros boçais, de rudes calhambolas; com toda a certeza eram os jesuítas que, corridos do Rio de Janeiro, da Bahia, de S. Paulo, lá se haviam reunido e, fortes como estavam, não tardaria muito que viessem contra o governo mineiro, contra todo o Brasil..."

Na concepção das autoridades, os negros, inferiores por natureza, não poderiam ter construído tão adiantado núcleo sozinhos. A participação dos jesuítas que, naquele momento eram tidos como inimigos públicos, era fundamental ao projeto daquele quilombo.

As preparações para a grande guerra iniciaram rapidamente e *"...começaram os preparativos bélicos, os aprestos para uma grande, nunca vista expedição, que tinham delineado, com todo o aparato possível, para o sertão mineiro; mas tudo debaixo de tal sigilo..."*

Para manter o sigilo das expedições, as autoridades explicavam que a montagem de tal esquema militar era, ora para combater os estrangeiros que ameaçavam invadir o Rio de Janeiro a partir de Montevidéu, ora para liquidar os índios ferozes do Rio Doce[2].

Novamente entra em cena o ex-jesuíta, ex-padre secular, ex-traficante, ex-escravo e finalmente, soldado raso. Sabedor da expedição, Caturra quis, de diferentes maneiras, avisar aos negros no quilombo, nada conseguindo. Ao contrário, fez parte da tropa que seguiu em marcha. Os chefes da expedição ganhariam quatro oitavas de ouro em pó por cada quilombola morto enquanto que seus ajudantes receberiam 400 réis.

Três meses depois, a expedição partiu com 3000 homens entre pedestres, comandantes, índios e capitães do mato. Estes eram homens que sabiam:

"...trepar nas árvores como macacos, nadar como lontras, correr como veados; por instrução ser bom feiticeiro; rezar o credo em cruz; saber tomar parte com o diabo, na noite de S. João; matar com veneno; chamar cobras com assobios; rezar a oração de S. Marcos; passar por entre cães de fila, sem estes latirem; em fim e ai estava a supra suma do valor – saber de um só golpe decepar uma cabeça! E eram os senhores de baraço e cutelo e seu mais estupendo triunfo era trazer o maior número possível de orelhas das vítimas que sacrificavam, na fúria do canibalismo, ficando memorável a expedição em que o triunfo subiu a três mil e novecentos pares de orelha..."

Enquanto a tropa se preparava, iniciaram no quilombo as decisões sobre o que fazer. Ambrósio, esquecendo-se de seus conflitos com os jesuítas, buscou ajuda e concordaram que a melhor saída seria abandonar o quilombo, e voltarem todos ao aldeamento de Sant'Anna. Entretanto, o povo de Ambrósio não aceitou o acordo, temendo que os padres os fizessem novamente escravos e decidiram lutar por sua liberdade.

Quando a população de Ambrósio já não esperava mais o embate, repentinamente foi cercada, uma vez que os espias foram mortos silenciosamente pelas flechas. O ataque ocorreu de manhã bem cedo, no momento em que muitos quilombolas ainda estavam dormindo e outros assistindo a missa diária. A batalha foi trágica e mostrou a ferocidade dos membros da expedição.

"...E os lamentos dos que caiam ceifados pelas balas e os gemidos das mães varadas, quando ainda no leito, e os vagidos lancinantes das inocentes criancinhas colhidas pelos estilhaços, pelos ricochetes dos projeteis, na última sucção do leite materno, e o vozear confrene dos sitiantes, o clangor dos clarins, e o alvorotos dos sitiados espavoridos, correndo ás armas, contrastavam-se com o ribombo sinistro da artilharia e o pipocar cerrado da fuzilaria, vomitando a morte contra o povo inerme, contra velhos trôpegos, mães fraquíssimas e presas no leito, criancinhas inocentes, contra a velhice, contra a fraqueza, contra a inocência!..."

O embate durou algumas horas. No início, os quilombolas usaram armas de fogo, mas a munição acabou e passaram a lutar com flechas.

"... Cerca de 9 horas da manhã, acabada a munição das armas de fogo, os sitiados, o resto de bravos que sobreviviam, a peito descoberto, sobem as muralhas e despejam contra os sitiantes um chuveiro de flechas... Sobre as muralhas flechavam os sitiantes; mas caíam aos punhados pelas esfuziantes balas da fuzilaria, que não perdoava..."

---

[2] Todas as expedições de ataques aos quilombos eram montadas com grandes dificuldades, exigindo-se contribuições das diversas Câmaras e com o alistamento de homens para formar os batalhões. Assim, era completamente impossível o sigilo.

Depois de horas de batalha, Ambrósio percebeu que não poderia fazer mais nada. Recolheu seu povo e iniciou um sacrifício coletivo, onde seus comandantes degolavam os quilombolas a fim de que não fossem presos e reconduzidos ao cativeiro.

Do alto do trono, vestido como um rei que era, assistia ao sacrifício de seu povo. *"...Trajava sobrecasaca de pano finíssimo, com galões dourados e botões de ouro; calças da mesma fazenda com largas listras vermelhas, nas costuras, lado exterior; camisa de cambraia; chapéu de Braga com cinco bambolins de retrós, pendentes para as costas; botas pretas e justas, de bico fino e salto de prateleira, esporas de prata com correntes. Por armas prediletas tinha Ambrósio uma linda espada, um jogo de pistolas, rico punhal e uma espingarda inglesa, de dois canos, tudo bordado a prata e ouro. .."*

Uma mulher em desespero conseguiu fugir, e avisar à tropa o que estava acontecendo. Os soldados que ainda estavam recolhendo seus próprios mortos, entraram no quilombo e impediram a continuação da matança.

O comandante das tropas ao ver Ambrósio, percebeu que ali estava muito mais do que um simples negro:

"...Ambrósio ergueu-se, sereno e majestoso, e fitou os olhos do comandante, que, então, pôde reconhecer o homem que jamais venceria, o leão que nunca domaria, se aquela inteligência fosse aquecida pelo benefício do sol da civilização e não vítima do obscurantismo e das superstições próprias das pragas africanas..."

O líder das tropas, insultando Ambrósio, chamou-o de cacique. Este respondeu-lhe então que, *"...cacique é rei dos índios e eu não sou índio..."* Ambrósio afirmou ser um Zambi, um rei na África.

O comandante ofereceu-lhe a possibilidade de entrega pacífica ou então, ser morto ali mesmo. O rei escolheu a segunda opção, mas antes que seu carrasco chegasse até ele, propôs ao comandante a troca da vida de seus súditos por uma grande quantidade de riquezas escondidas na região. O chefe das tropas imaginou que não seria necessário aceitar a proposta para ficar com o tesouro e mandou executar Ambrósio, Cândida e quase todo o povo. O carrasco era curiosamente não um branco, pois tal função vil não lhe caberia, mas sim um indígena:

"...Baixo, grosso, peito largo, fronte também larga e desprovidos os olhos de supercílios, cabelos grossos e duros: eis o índio que se apresentou, uma figura de horripilante batráquio. Suas armas – e trazia-as todas – eram: um bacamarte preso ao correirão da cinta, uma espingarda baluda (Lazara, lazarina, legítima de Braga), uma pistola-reuna e um alfanje curto, largo e pesado, próprio para a degola...

O dia terminava e,

"...os últimos lampejos do sol poente beijaram aquela triste cena e o rei do dia, como envergonhado ocultou-se na orla do horizonte, ao passo que os soldados assassinos, inebriados por tão deslustrado triunfo, atroavam a cidade com os gritos de vitória, e, nas quebradas daquelas montanhas, os ecos repetiam o estampido da artilharia e da fuzilaria, repercutindo-se plangente, para que, perpetuado na memória dos sertanejos, o mundo civilizado, contasse a negregada fé do absolutismo..."

Cobiçosos por encontrarem o grande tesouro, o comandante e seus soldados partiram ao seu encalço. Mas ao pressentir que o ataque seria iminente, Ambrosio retirou todo o ouro guardado em sua morada e o escondeu em pontos diferentes na mata. Ao morrer, levou consigo o segredo da localização exata.

Depois de muito procurar sem sucesso, descobriram entre os sobreviventes aquele que era o responsável pela guarda do tesouro, Manoel Cabinda acompanhado de sua mulher, Catarina, ambos comprados e depois alforriados por Ambrósio de um jesuíta que vivia no Rio de Janeiro e que havia fugido anos antes para Minas Gerais com todos os outros escravos. Estes dois escravos haviam chegado ao quilombo comprados por um dos auxiliares de Ambrósio.

O comandante das tropas propôs a Manoel Cabinda que lhe mostrasse onde estavam as riquezas em troca de liberdade para si e para sua mulher. Cabinda explicou o que Ambrósio fizera com o tesouro e que somente poderia ajudá-los participando também da busca. Na realidade, isto era um plano de vingança tramado juntamente com sua mulher.

Enquanto Cabinda fingia ajudar aos inimigos, Catarina interessava-se falsamente por Pedro Rebolo, responsável pela destruição do quilombo. Todos já percebiam o quanto Pedro Rebolo estava desrespeitando Cabinda e cobravam uma atitude. O capitão da tropa, Feliciano, era um destes e ao exigir uma reparação de Cabinda, ouviu a resposta de que ele de bom grado mataria Pedro Rebolo se alguém o ajudasse. Para convencer mais facilmente ao capitão, ofereceu-lhe uma bolsa de couro de ema cheia de moedas.

Depois de tudo combinado, Cabinda autorizou Catarina a marcar um encontro com Pedro Rebolo. Na hora exata, Cabinda e Feliciano o agarraram e logo depois, eu Catarina saía do mato:

"...Toda de branco, lenço á cabeça, fita vermelha a tiracolo, machadinha á cinta, ricos sapatinhos com fivela. Catharina mereceu as saudações de uma verdadeira uri e, por entre admiração e aplausos, caminhou certa para o criminoso, de cujas penas ela ia ser o juiz. Falando em africano, entregou a machadinha a seu marido e enquanto era preparado o instrumento que escolhera para castigo do traidor, ela frágil, mas sedutora, espicaçava o remorso da consciência da vítima, aplicando-lhe no rosto a ponta de seus sapatinho !... Catharina não era mais mulher dos carinhos, não era a suposta esposa infiel, não era a simples negra: era a própria deusa da vingança. E a negra, nesse belo-horrível que não se descreve, transformada em justiça, não cessava de golpear com a ponta de seus sapatos a face de Rebollo, repetindo a cada golpe: eu sou Ambrósio; eu sou Candido; eu sou Wrumeia; eu sou Hynnhanguera; eu sou o pavor todo a quem mataste pela traição! Com as mãos nos quadris, feroz na vingança, voluteando, a negra era o símbolo das fúrias cavernais. O castigo merecido pelo traidor fora a empalação..."

Enquanto matavam Pedro Rebolo [illegible]

"...Cortemos-lhe os pés, para que [illegible] Vila Rica nos denunciar; as mãos, para que não façam mais sinais no [illegible], para que não fale; as pálpebras, para que tenha abertos sempre os olhos [illegible] o mal que nos fez. E os membros mencionados caiam aos rudes golpes [illegible] empunhada pelo negro..."

Durante três meses a expedição [illegible] procurando o tesouro de Ambrósio. Porém, nada encontraram...

Em março de 1900 Carmo Gama[3] [illegible] intitulada "Lenda Quilombola"[4], relatando a saga dos jesuítas em fuga pelos Sertões Mi[illegible]am expulsos por Pombal, em 1759[5], e a posterior criação de uma cidadela, ou quilombo, para [illegible]s e assassinos que os auxiliaram nas lutas travadas com as autoridades. O texto é mar[illegible]vel aos jesuítas, mostrando a harmoniosa sociedade quilombola criada sob as ordens [illegible]antida sob o domínio do grande líder negro Ambrósio[6].

Completando o quadro, Gama [illegible] os escravos dos Jesuítas eram seres de boas índoles porque haviam sido [illegible]izados e purificados da barbárie em que viviam. Comentando sobre o trata[illegible] Jesuítas dispensavam aos seus cativos, assim se refere: *"...pretendendo faz[illegible], serão um sócio, pelo menos um amigo e um braço forte e pronto para [illegible]as da vida, os jesuítas educaram-nos, ilustrando-os quanto possível, [illegible] as boas qualidades que ressaltavam, transpareciam por entre os bárbar[illegible]fricanos..."*.

Por ocasião do relato, apenas doz[illegible]sado desde que a escravidão fora abolida no Brasil. Carmo Gama era, portanto, um hom[illegible]neo d[illegible]sistema escravista e havia convivido parte de sua vida com esta realidade. Muitas das [illegible]s a respeito de escravos ainda estavam vivas em sua memória, assim como na das outras pe[illegible]mpo, principalmente em Minas Gerais, onde o número elevado de quilombos desde o séc[illegible]ropiciador de um imaginário capaz de transformar quilombolas em mitos, heróis ou monstro[illegible]

Esta história traz [illegible] elevado de informações que de perto nos interessa e susci[illegible]mportantes. Através deste texto, buscou-se recuperar o [illegible]lo final do século XVIII sobre quilombolas e seus [illegible]para que algumas questões

---

[3] Segundo Tarcísio José Martins, [illegible]mpo Grande: a história de Minas roubada do povo. São Paulo: Gazeta Maçônica, [illegible]ama seria o pseudônimo de Augusto de Lima Júnior, diretor da Revista do Arquivo [illegible]o na época. O mesmo teria se utilizado de um fato histórico, permeando-o com cri[illegible]

[4] Ver anexo 1.

[5] Decreto Real de 21 de julho de [illegible] Real de 3 de setembro de 1759 reforçando o primeiro.

[6] O referido autor explica que a hist[illegible]egado até ele graças a um manuscrito feito por Januário Pinto Moreira[6] que, por s[illegible]vido esta narrativa de seu antigo professor - o Padre Caturra - um dos jesuítas que [illegible]o Sertão Mineiro.

pudessem ser pensadas e, na medida do possível, respondidas no decorrer do trabalho. O objetivo maior era não apenas identificar estas comunidades quilombolas, mas também perceber como os outros moradores dos Sertões Mineiros se relacionavam entre si, e quais teriam sido os projetos voltados para esta região. Utilizou-se, portanto, a narrativa de Carmo Gama como um elemento introdutório para pensar alguns traços norteadores de todo o trabalho, tais como:

1. ***Que região era compreendida no século XVIII, em Minas Gerais, como sendo Sertão? Qual a sua importância? Quem a habitava e por quê? Quais eram os conflitos existentes na área?***
2. ***Quais as imagens criadas sobre seus moradores e o que significavam em termos de relações sociais com outras etnias?***
3. ***De onde se originaram algumas das idéias acerca destes habitantes presentes na narrativa?***
4. ***Qual a importância dos habitantes dos Sertões para a execução e/ou fracasso de planos propostos para a região?***
5. ***Quais foram os planos das autoridades para esta área? Conseguiram seus intentos? Por quê?***
6. ***Quais foram os resultados destes planos e das concepções sobre os moradores dos Sertões mineiros?***

A partir destas idéias, algumas preocupações foram básicas na análise desta história. A primeira delas dizia respeito ao resgate do imaginário de uma sociedade através desta narrativa. Seria isto possível, ou tudo que estava ali exposto não seriam apenas as visões de alguns, no caso o Padre Caturra, ou Januário Pinto Moreira, ou ainda o próprio Carmo Gama teriam sobre este tema? Pode ser. Mas também nada impediria, já que a memória é um processo seletivo[7], que os elementos integrantes desta história estivessem presentes na sociedade, fossem apropriados por alguém e transformados numa narrativa exatamente porque continham fatos importantes para esta mesma sociedade ou para a região.

Segundo Halbwachs, *"...a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, e esse ponto de vista, varia de acordo com o lugar social que é ocupado; este lugar, por sua vez, muda em função das relações que se tem com outros meio sociais..."*[8]

Tentando minimizar estas questões, optou-se por analisar o texto como sendo uma construção individual permeada por conceitos e valores da época em que foi narrado. Se acreditarmos no que o próprio autor afirma, isto é, ser o relato baseado no

---

[7] HALBWACHS, Maurice. La mémoire collective. Paris: PUF. Apud. BARROS, Myrian M. Luis de . Memória e família. In: Estudos Históricos. V.2, n.3, 1989..

[8] Idem. P. 31

manuscrito de Januário Pinto Moreira - que teria ouvido a história de seu mestre, o Padre Caturra - as narrativas voltam-se para o século XVIII. Isto, porém, não significa que Carmo Gama não tenha também colocado seus valores e sua visão de mundo do final do século XIX no relato que ora temos em mãos. A Lenda Quilombola resgata vários elementos presentes na documentação do século XVIII, e através do discurso de Gama percebe-se algumas continuidades importantes para identificar a compreensão que a sociedade tinha sobre os escravos e, principalmente, sobre os quilombolas.

A segunda questão-problema que surge ao lidarmos com este tipo de fonte é a veracidade dos fatos apresentados. Como identificar no emaranhado de informações prestadas pelo texto aquilo que realmente ocorreu, a opinião de Carmo Gama, o que foi escrito por Januário P. Moreira , o contado por Caturra e o que seria senso comum? Esta questão apresenta-se bastante complexa, mas o real problema não está localizado na falsidade ou na veracidade dos fatos, ou em quem contribuiu com uma determinada informação. O que vai condicionar e fazer diferença é o uso que se faz do texto e, em que medida, este apresenta ou representa imagens sobre o cotidiano da população de quilombolas. Pois, concordando com O'Gorman, ainda que uma lenda ou história possua elementos que não sejam verdadeiros,

"...não impede que contenha uma interpretação do acontecimento a que se refere..."[9]

Assim, o importante é resgatar estas interpretações e perceber como elas podem auxiliar o entendimento maior sobre quilombos e quilombolas, já que o imaginário de uma sociedade é um locus privilegiado para um historiador. É nele que, de uma forma ou de outra, grande parte do cotidiano de uma população fica registrado, ainda que com variadas nuanças.

Em 1990, Carlos Magno Guimarães[10], ao tentar recuperar a história e a arqueologia do Quilombo do Ambrósio, utilizou esta narrativa para auxiliar suas pesquisas. Salientou sua importância como meio de resgatar questões essenciais ligadas ao cotidiano dos quilombolas e nela reconheceu fatos verídicos e fictícios. Exemplificou esta última situação utilizando a data em que, segundo a narrativa, os fatos teriam

---

[9] O'GORMAN, Edmundo. A invenção da América. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. P. 29

[10] GUIMARÃES, Carlos Magno. O Quilombo do Ambrósio: lenda, documento e arqueologia. In: Estudos Íbero Americanos, PUCRS, XVI, 1990

ocorrido, ou seja, 1759. Este seria o ano da expulsão dos jesuítas, mas segundo Guimarães, não seria o da expedição contra o Quilombo do Ambrósio. Entretanto, em 1759 houve realmente uma gigantesca expedição enviada aos sertões de Minas Gerais com o objetivo de destruir o que era conhecido como Quilombo do Campo Grande, ou ainda como Quilombo do Ambrósio:

"... O mais famoso dos quilombos em Minas Gerais, o Quilombo do Ambrósio, era oficialmente designado como Quilombo Grande. Depois da destruição do Quilombo e morte de Ambrósio, renasceu mais forte e mais poderoso, com a mesma denominação de Quilombo Grande, embora, às vezes, aparecesse na correspondência oficial, a designação popular de Quilombo do Ambrósio..."[11]

O que se percebe nesta história é que ela foi claramente baseada em dois fatos reais, quais sejam, a expulsão dos jesuítas e a destruição do quilombo. Pode-se dizer que os detalhes apresentados e os realmente acontecidos variaram. Mas os fatos históricos ocorreram em sua maioria, ainda que não da maneira como são apresentados pela narrativa.

Se houve realmente algum tipo de relação entre jesuítas expulsos e quilombolas é algo que até hoje não foi resgatado e talvez não o seja nunca. Mas, é curioso imaginar o que teria acontecido com inúmeros religiosos que foram constantemente proibidos de permanecerem nas minas, mesmo antes de 1759. Eram homens com posses, donos de escravos e quase sempre controladores de grupos indígenas. Era muito comum na região que pessoas envolvidas em algum tipo de desentendimento com as autoridades fugissem levando tudo o que podiam para o sertão. Quem melhor que os religiosos para buscarem uma nova vida nestas áreas, já que estariam sendo auxiliados pelos índios que "administravam"?

Entretanto, esta é apenas uma indagação que não nos cabe responder. A importância da fuga dos jesuítas, no momento, é que ela serviu de pano de fundo para uma história que resgatou algumas tradições quilombolas. Dentre estas tradições, pode-se citar a questão da liderança do quilombo, a alimentação do grupo, a forma de organização interna e social, práticas cotidianas, entre outras.

Com relação ao líder Ambrósio, restam algumas dúvidas. De acordo com diferentes documentos, ele teria sido o chefe do quilombo destruído em 1746. Para alguns estudiosos teria morrido na batalha; outros afirmam que não só escapou, como fundou o segundo Quilombo do Ambrósio ou Quilombo do Campo Grande. Novamente, o que importa é que Ambrósio conseguiu permanecer no imaginário da população não só negra como também branca, e está presente como sendo o grande líder.

Esta mesma história informa que a razão para o ataque ao quilombo foi a traição de Pedro Rebolo que, ao fugir, contou sobre a estrutura quilombola. As razões oficiais que constam na documentação mineira do século XVIII, relatam a existência de um plano geral dos escravos e dos quilombolas para se rebelarem no dia de Endoenças (3.4.1756) e matarem todos os brancos[12]. A rebelião não ocorreu e não se sabe nem se ela teria sido planejada de fato. Mas, em 1757 o governador Gomes Freire Andrade confirmava que ainda estava reunindo forças para destruir o quilombo:

"Às Câmaras da Capitania de Minas Gerais:

Ano passado me escreveram algumas câmaras desta capitania dando-me conta em Quinta feira das Endoenças se disse vinham os negros fugidos em assalto aos brancos e que para se evitar este irreparável dano, tinham requerido estivessem em cautela no dito dia as ordenanças; não houve com efeito nada, de que devemos louvar a Deus: algumas das mesmas Câmaras requeriam ser preciso dar-se em o Quilombo Grande, junto ao do Ambrósio...e que seria preciso para esta expedição duzentos e cinqüenta até trezentos homens..."[13].

Esta possível rebelião teria desencadeado um gigantesco ataque ao quilombo. As autoridades levaram três anos formando uma expedição para destruí-lo, mas a cada dia as notícias alardeavam o aumento de sua população. A rebelião seria a causa principal para o ataque, mas não a única. Os quilombolas habitavam uma área muito rica e fértil, portanto, valorizada aos olhos coloniais.

---

[11] BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e quilombos em Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1972. p. 31

[12] APM SC116 p. 98-99

[13] Carta de José Antonio Freire de Andrade aos Juízes ordinários , vereadores e oficiais da Câmara de Vila Rica. 12.2.1757. APM. SC 116, p. 98 e 99

A história de Gama informa que depois de muitos preparativos, a expedição partiu com mais de 3000 homens, entretanto, não há menção ao seu líder. A documentação do período afirma que foi Bartolomeu Bueno do Prado - a partir deste momento chamado de Governador do Campo Grande - o responsável por mais de 400 soldados que partiram rumo ao quilombo com ordens expressas de destruí-lo. A tropa partiu no dia 18 de junho levando índios, negros, capitães do mato e um capelão cirurgião. Possuíam também botica e tudo mais que uma grande tropa precisaria ter. Além das 400 pessoas diretamente lideradas por Bueno do Prado, o grupo contava ainda com mais pessoas vindas de todas as partes da Capitania, pois o Governador havia ameaçado com seis meses de prisão a quem não atendesse à convocação para ir ajudar na guerra ao Campo Grande.

Durante todo o tempo de preparativos o governador foi arrecadando armas, munições e mantimentos não só da população, como também junto a Câmaras de diversas vilas. Em 1756, Gomes Freire de Andrade enviou para São João Del Rei quatro barris de pólvora, balas, munições e armas que estavam nos armazéns reais de Vila Rica; em janeiro de 1758, a Provedoria da Real fazenda mandava mais 150 espingardas, 150 baionetas e material para os cavalos e bestas. No ano seguinte, 1759, quando o governador mudou-se com a comitiva para São João Del Rei de modo a poder acompanhar melhor os preparativos, conseguiu reunir 200 granadas para auxiliar nos combates. Os mantimentos, como a farinha de mandioca, o feijão e os porcos eram adquiridos por toda a capitania e enviados diretamente para as tropas[14].

Um outro ponto que tem despertado a atenção dos historiadores mineiros e, principalmente, de Tarcísio J. Martins[15] é a exata localização do Quilombo do Ambrósio ou do Campo Grande. Ainda que esta discussão seja importante para resolver algumas questões relativas à história de Minas Gerais, neste momento, não é essencial ao tipo de análise que se pretende fazer, uma vez que se busca apenas identificar alguns resquícios do imaginário sobre os quilombos.

Assim, não nos importa saber se a autoria desta história pode ou não ser identificada, se o manuscrito realmente existiu ou se foi fantasia de um suposto Carmo Gama. O que nos interessa é a história relatada em suas entrelinhas e como curiosamente introduz, já que destaca alguns elementos básicos para o entendimento da vida no Sertão mineiro, vários assuntos que serão a partir de agora tratados.

Com estas idéias em mente e pensando na força que tem o imaginário sobre uma sociedade, suas ações e reações, urge conhecer melhor o que era considerado como Sertão para depois, entrar realmente no Sertão Mineiro e identificar seu cotidiano.

As definições para o termo Sertão são vastas e sofreram, desde o século XVI, processos que buscaram incorporar concepções diversas aos significados primários do termo. Entretanto, algumas características intrínsecas a este conceito podem ser identificadas, ainda que em momentos históricos diferentes. Uma delas remete ao aspecto geográfico, associando Sertão à região oposta ao litoral. Todavia, esta definição não delimita onde começaria o Sertão, apenas o relaciona com o interior do continente. A segunda, identifica-o como sendo um lugar onde a civilização ainda não teria chegado, ou o processo civilizatório não estaria totalmente efetuado. Esta região, portanto, não seria nem uma área civilizada e nem impossível de ser conquistada e trazida à civilização.

O sertão tem, além de uma série de determinações que serão vistas posteriormente, uma característica: a de ser uma área de fronteira, assim definida por Amado[16]: " *... regiões em processo de conquista e de integração à nação, onde foi comum duas ou mais culturas se encontrarem ou confrontarem...* "[17]

Assim, o Sertão é também uma fronteira interétnica, isto é, área que é transformada, por excelência, em local de trocas ou de imposições culturais de um grupo sobre o outro, e de estratégias diversas de resistências culturais e avanços desta mesma fronteira. Seja como for, o Sertão, enquanto um espaço de conflitos e disputas era, consequentemente, uma área de mortes, mas era também uma região que propiciava sobrevivências físicas e culturais quase sempre dos mais aptos tecnologicamente.

Foi justamente nesta zona de fronteira que o contato entre brancos, mestiços, escravos fugidos ou não, e índios se deu em Minas Gerais durante o século XVIII.

O Sertão em Minas Gerais pode ser identificado, dependendo da época, em várias regiões. Aqui se buscou analisar o Sertão Oeste, ou seja, a região que parte de São João Del Rei em direção à Goiás.

---

[14] BARBOSA, Waldemar de A . Op. Cit. p. 46 e 47

[15] MARTINS, T. J. Op. Cit..

[16] AMADO, Janaina. Construindo mitos: a conquista do Oeste no Brasil e nos EUA. In: Pimentel, Sidney V. e Amado, Janaina. Passando dos limites. Goiânia: Ed. UFG. 1995. P. 51

[17] Ibidem

Entretanto, os limites temporais não estão rigidamente delimitados. O século XVIII é o momento predominante, todavia, as permanências mentais que nortearam as vidas das pessoas envolvidas, de diferentes maneiras e nas várias atividades que este trabalho busca recuperar, não permitem a reclusão em seus limites. Por diversas vezes, recuos ou avanços no tempo serão necessários a fim de verificar de que maneira as imagens que se construíram sobre determinados aspectos adquiriram características próprias e, como elas remontam à períodos anteriores, conseguindo chegar até épocas posteriores.

O Sertão Oeste de Minas Gerais era uma região habitada e controlada por diferentes grupos: indígenas, escravos fugidos e mestiços, quase sempre associados aos vadios que eventualmente travavam sérios conflitos pela posse da terra. Mas havia também um espaço de convivência entre eles. Não só etnias diferentes disputavam entre si estas áreas. A disputa podia ser vista também entre os diversos grupos indígenas, utilizando-se claramente de um sistema de alianças com outros aborígenes ou mesmo com os colonos. A presença dos vadios, ou dos que as autoridades identificavam como tal, complicava ainda mais este cenário. Tidos como salteadores dos caminhos ou simplesmente como não trabalhadores e, portanto, não pagadores de impostos, estes elementos ajudavam a desestabilizar a vida nos caminhos mineiros, já bastante complicados em função dos escravos fugidos e dos índios nada amigáveis. Assim, os conflitos internos no Sertão entre os diversos grupos propiciaram alianças variadas e forjaram inimigos.

As relações entre estes grupos podem ser percebidas em vários sentidos: tanto a cultura branca ou mestiça intervieram na cultura indígena e negra, como estas duas nas primeiras e estas alterações não foram recebidas de forma passiva. Cada um dos grupos procurou adaptar às suas condições culturais o que estava sendo introduzido. É necessário salientar que neste momento já havia quase 300 anos de contatos entre os diferentes grupos, e que, portanto, muito da cultura de cada um já estava presente no cotidiano do outro.

A situação já conflituada nos Sertões ficou ainda mais insustentável quando um outro elemento entrou em cena com mais freqüência e interesse pela área: a sociedade colonial, através de suas expedições chamadas de civilizatórias. Grupos de colonos, soldados, padres, pequenos fazendeiros, comerciantes, vadios e mineradores perceberam as potencialidades da região e também começaram a participar da disputa pelo seu controle. A instabilidade ficou patente no desencadeamento de guerras travadas contra os indígenas e contra os escravos fugitivos que viviam no sertão. Para os colonos, estes eram empecilhos a seus intentos de enriquecimento; para as autoridades, eram dificultadores do projeto civilizador que estava sendo colocado em prática em quase toda a colônia, objetivando o povoamento e desenvolvimento de determinadas regiões.

Para que este projeto pudesse ser levado a efeito, era necessário manter os índios mansos sob controle, exterminar os incivilizáveis, forçar os vadios ao trabalho e à produção, e destruir os quilombos. Assim, o povoamento poderia ser feito tranqüilamente, ou quase. Este projeto civilizador intensificou várias frentes de expansão[18], ou seja, fenômenos dinâmicos, onde a população colonial promovia um avanço sobre áreas que até então estavam sob o controle de grupos indígenas e, no caso, também de escravos fugidos.

Ao se identificar o cenário onde todas estas relações se deram, pode-se entender um pouco mais sobre a mentalidade que impulsionava o homem da fronteira, ou os homens que eram enviados para lá como recompensa ou castigo. Homens que, quando poderosos, eram associados à heróis povoadores, mas quando considerados vadios, e, portanto, indesejáveis, eram para lá enviados compulsóriamente a fim de povoar o lugar.

A estrutura do texto tem, portanto, uma lógica que se inicia com a construção de diferentes imagens que foram sendo formadas sobre estes elementos, sempre ligados à barbárie e à falta de civilidade. O texto está dividido em quatro partes.

A primeira busca resgatar as imagens, as representações que foram feitas sobre o Sertão. No primeiro capítulo, procurou-se identificar o processo de formação destas imagens sobre o Sertão em geral, para depois compreender o que viria a ser o Sertão Mineiro, objeto de análise do segundo capítulo.

Visto isto, buscou-se, na segunda parte, analisar os moradores considerados rebeldes que viviam no Sertão Mineiro. O primeiro item se ocupa das imagens criadas para os indígenas desde o século XVI, até chegar às idéias que permearam o século XVIII. A fim de verificar como estas construções se comportaram no decorrer dos tempos, prolongou-se a análise até o início do século XIX.

O mesmo tentou-se fazer no segundo item, quando o foco de atenção recai sobre os negros. A idéia era fornecer um panorama geral acerca das imagens e das concepções sobre os africanos ainda na África, já que, de uma forma ou de outra, estas idéias permaneceram no cotidiano das populações, sendo posteriormente, estendidas aos cativos no Brasil, aos escravos fugidos e por fim, aos quilombolas.

É necessário ressaltar que em função das diferentes imagens, havia entre estas categorias uma certa hierarquização do perigo que eles representavam à população branca. O quilombola, era portanto, o último

---

[18] VELHO, Octávio. Frente de expansão. In: Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1987. P. 493

estágio de periculosidade negra. Em função disto, este item é analisado mais profundamente na terceira parte do texto.

O último item da segunda parte, ou seja, o terceiro, refere-se àqueles que foram considerados pelas autoridades mineiras como vadios. Percebeu-se na documentação uma clara distinção entre vadios associados aos homens pobres e sem trabalho, e vadios relacionados aos bandidos. Cada uma destas categorias foi analisada separadamente e em locais distintos, exatamente para a compreensão de suas particularidades. Desta maneira, o vadio analisado neste momento é aquele que é associado aos marginais que fazem roubos, assaltos, mortes e muitas vezes, se unem aos quilombolas, gerando pânico na população e obrigando as autoridades a despenderem recursos para conseguirem se livrar deles.

Na terceira parte do texto busca-se desdobrar as análises de inúmeros quilombos localizados em Minas Gerais durante o século XVIII. Neste momento, é proposta uma tipologia para classificar os quilombos mineiros tendo em vista não perder suas riquezas e, ao mesmo tempo, completar as lacunas na documentação.

Pretende-se também neste momento, retomar algumas das questões propostas anteriormente e analisar as interações travadas entre os quilombolas e os índios. Algumas vezes estas interações foram pacíficas, entretanto, em outras, a disputa entre os dois grupos foi inevitável, pois ambos lutavam pelos mesmos elementos: terra e liberdade.

A partir da constatação de que todos estes grupos eram bárbaros e de que deveriam ser civilizados ou então exterminados, justificaram-se as inúmeras expedições enviadas ao Sertão a fim de travar contatos, pacíficos ou não. Este é o tema principal da quarta parte do trabalho. A longa duração continuará a servir de suporte, a fim de permitir a percepção no tempo da manutenção das idéias referentes à civilização de um grupo sobre o outro. Além disso, neste momento, Ignácio Correia de Pamplona, um dos grandes líderes destas expedições e seus projetos serão conhecidos, assim como, os seus limites e a inviabilidade do povoamento e civilização de tais áreas, com moldes nos projetos civilizadores propostos.

Parte 1 – O ESPAÇO REBELDE

I – O palco da barbárie: o Sertão

As diferentes imagens criadas sobre os Sertões revestiram-se não apenas de significados geográficos mostrados sempre como áreas distantes do litoral e no interior de uma dada região, como também carregaram consigo representações com sentidos mais sutis, que de uma forma ou de outra acabaram por personificar estas regiões.

A principal imagem criada para o Sertão foi, via de regra, a de uma área rebelde que precisava ser controlada e domesticada. Era assim também que os habitantes de Minas Gerais no século XVIII viam o Sertão. Entretanto, para se construir uma idéia sobre o que seria esta área neste momento é necessário recuar no tempo e resgatar os primórdios destas concepções.

Etimologicamente, Sertão é um local inculto, distante de povoações ou de terras cultivadas e longe da costa. É oriundo do radical latino *"desertanu"* que se traduz como uma idéia geográfica e espacial de deserto, de interior e de vazio. Em fontes de procedências variadas, o fato do Sertão ser identificado enquanto um deserto, remete sempre à noção de que era vazio de elementos civilizados.

Os dicionários antigos ou os atuais registram uma oposição clara entre Costa e Sertão, e este aparece sempre como área interiorana. A utilização destes dicionários permite a percepção da permanência dos significados para o termo Sertão. Assim, o dicionário do Padre Bluteau, publicado em oito volumes entre os anos de 1712 a 1721, descreve-o como sendo uma *"...região apartada do mar e por todas as partes, metida entre terras..."*[19].

O Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de 1899, define o Sertão como: *"...Lugar inculto, distante de povoações ou de terrenos cultivados; floresta, no interior de um continente, ao longe da costa..."*[20]

Já no Dicionário Aurélio, esta área é uma *"... região agreste, distante das povoações ou das terras cultivadas..."*[21]

Percebe-se nestas definições que Sertão não é entendido apenas como uma região geográfica. Os conceitos apresentados trazem em si elementos que o associam à falta de traços culturais, como por exemplo, a não existência de plantações e afastadas de povoações.

Para os portugueses da época das Grandes Navegações, "Sertões" eram identificados em quase todas as partes do mundo. Já na Carta de Pero Vaz de Caminha a idéia está presente. No dia 1 de maio de 1500, ele escrevia que:

"... Esta terra senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvemos visto, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas

---

[19] BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português e latino. Lisboa; Oficina de Pascoal da Sylva, 1713. Esta publicação já se encontra em sua totalidade gravada em CD-Rom e o trabalho é de responsabilidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

[20] FIGUEIREDO, Cândido de. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2 vol. Lisboa, Ed. Tavares Cardoso e irmão. 1899

brancas; e a terra por cima toda é chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é tudo praia-calma, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque a estender os olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecei muito longa..." [22].

Referindo-se às aves, afirmava que *"...os arvoredos são muitos e grandes e de infinitas maneiras, não duvido que por este Sertão haja muitas aves..."*[23] Para o autor posicionado no litoral, o restante da terra, ou seja, aquele que eles não percorreram, era o "Sertão", região oposta à Costa. Portanto, a primeira definição do termo Sertão para estes homens era toda a porção de terra que estivesse longe do litoral, única área conhecida, explorada e quase sempre controlada. O Sertão era a região do desconhecido, do descontrole e, portanto, de perigos para os civilizados[24].

Os Sertões foram definidos pelos primeiros cronistas da época colonial em relação ao seu afastamento dos núcleos populacionais, sua escassa população, pela dificuldade em transitar pelos seus caminhos, quase sempre trilhas dentro de matas, e pelo perigo constante de ataques de feras, de índios ou de quilombolas.

Gandavo, em 1573, tratou dos perigos reinantes no Sertão com relação aos índios, vistos por ele como perigosos, posto que não eram humanos: *"... porque ninguém pode pelo Sertão dentro caminhar seguro nem passar por terra onde não ache povoações de índios armados contra as nações humanas..."*[25]

O próprio Sertão era para ele um local onde os homens precisavam ter todo o cuidado para que não perecessem. Narrando sobre uma expedição enviada para procurar ouro, assim se referiu:

"... disto não fizeram mais experiência por ser aquilo no deserto e haver muitos dias que padeciam grande fome nem comiam outra coisa senão semente de ervas e alguma cobra que matavam... nem podiam esperar pelas guerras dos índios que se alevantaram contra eles..."

Não era apenas Gandavo que o identificava desta maneira. Além dele, os demais cronistas que trataram sobre os períodos iniciais da colonização como Pero Lopes de Souza, Gabriel Soares de Souza, Frei Vicente do Salvador e outros, associaram o Sertão a um local do vazio, de perigo e do desconhecido. Era uma área oposta à região colonial, já colonizada e controlada. Mas o Sertão era, contraditoriamente, uma região de riquezas. Lá estariam o ouro, a prata e os possíveis escravos indígenas. Ou seja, o *Eldorado*. Assim, o

---

[21] HOLANDA, Aurélio Buarque de. Novo Dicionário Aurélio. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1998.

[22] CAMINHA, Pero Vaz . Carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel datada de Porto Seguro em 1 de maio de 1500. In: CORTESÃO, Jaime (org). A carta de Pero Vaz de Caminha. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943. P. 239-240

[23] ibidem. P. 228-229

[24] Cf. MADER, Maria Elisa Noronha de Sá. O vazio: o Sertão no imaginário da Colônia nos séculos XVI e XVII. Dissertação apresentada ao Departamento de História da PUC-RIO. Rio de Janeiro, PUC, 1995. Nesta obra, a autora busca recuperar as imagens dos primeiros cronistas sobre o Sertão, desenvolvendo a idéia de Região Colonial como sendo constituída pelos núcleos colonizados. O Sertão, ao contrário, seria a região onde a colonização portuguesa ainda não havia conseguido chegar efetivamente.

[25] GANDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp. vol 2 p. 48

interesse da Coroa e também dos colonos em localizar riquezas prevaleceria sobre o medo e sobre as dificuldades impostas à conquista desta área.

Para Gandavo, que escrevia com o objetivo de atrair pessoas para povoar a terra recém descoberta, o Sertão era também um local onde se achariam as riquezas prometidas. Ainda que afirmando não serem os índios confiáveis, porque bárbaros, acreditou na história contada por eles de que haveria uma lagoa onde se encontraria muito ouro - a Lagoa Dourada:

"... Principalmente é publica fama entre eles que há uma lagoa mui grande no interior da terra donde procede o Rio de São Francisco... dentro da qual dizem haver algumas ilhas e nelas edificadas muitas povoações, e outras ao redor dela mui grandes onde também há muito ouro, e mais quantidade, segundo se afirma, que em nenhuma outra parte desta Província..." [26]

Existindo ouro ou não, o mito da Lagoa Dourada permaneceu no imaginário colonial e em pleno século XVIII havia uma região no Sertão Oeste de Minas Gerais chamada por este nome. É sintomático que Pamplona, líder de várias expedições que foram enviadas em busca dentre outras coisas de ouro, possuísse neste lugar uma fazenda e de lá exercia seu poder sobre a região.

Gabriel Soares de Souza (1587) foi um dos que também acreditava ser o Sertão uma área rica. Sua crença foi tal que partiu em busca da mesma lagoa. A expedição foi um fracasso e quase todos morreram, inclusive ele.

Frei Vicente do Salvador (1627) via a questão sob um outro prisma: além de possuir ouro e prata esta parte de terra retinha também uma outra riqueza - os índios que poderiam ser escravizados.

"... Um soldado de crédito me disse que, indo de São Vicente com outros, entraram muitas léguas pelo Sertão, donde trouxeram muitos índios, e em certa paragem lhes disse um que

[26] ibidem vol.I p. 145

dali a três jornadas estava uma mina de muito ouro limpo e descoberto, donde se podia tirar em pedaços..." [27]

Para o cronista, a *"fome"* por índios era tanta que os participantes das expedições quando localizavam minas de ouro, nada faziam:

"... quando vão ao Sertão é a buscar índios forros ...E é tanta a fome que disto levam que, ainda que de caminho achem mostras ou novas de minas, não as cavam nem ainda as vêem ou demarcam..."

Em toda a sua obra, Frei Vicente do Salvador mistura realidade com fantasia e afirma o que ele esperava da terra, uma vez que esta já fazia parte de seu imaginário. O que descrevia não era a realidade, mas sim o que se acreditava. Um exemplo disto é a sua descrição dos animais encontrados no Novo Mundo. Após relatar todos os que já eram conhecidos na Europa, passou a demonstrar a existência de seres fantásticos, povoadores do imaginário popular:

"... Há raposas e bugios ... chamados guaribas, que tem barbas como homens, e se barbeiam uns aos outros, cortando o cabelo com os dentes. Andam sempre em bandos pelas árvores e, se o caçador atira a algum e não o acerta, matam-se todos de riso; mas se o acerta e não cai, arranca a flecha do corpo e torna a fazer tiro com ela a quem o feriu, e logo foge pela árvore acima e, mastigando folhas, metendo-as na feridas, se cura e estanca o sangue com elas..." [28]

Percebe-se nesta passagem o imaginário de uma época ainda muito povoada de mitos e lendas. Os mitos indígenas confundindo-se com os portugueses e vice-versa.

Entretanto, a crença em mitos, lendas ou monstros não foi privilégio apenas dos séculos iniciais de nossa colonização. As regiões consideradas como fazendo parte dos Sertões mineiros eram tão pouco exploradas ainda no século XVIII que as imagens associadas ao maravilhoso permaneciam com bastante força.

Em 1769, Cardoso de Souza foi enviado numa expedição ao Rio Doce, refúgio preferido de índios Botocudos. Lá, ele e sua comitiva encontraram uma lagoa *"... tão grande que parecia o próprio mar, com ondas e marolas que faz temer navegar nela em canoas..."* Além disso, continuava ele em seu relatório, *" A dita lagoa tem animais monstruosos que várias pessoas da minha conduta os viram; além de eu mesmo chegar a ver o rastro de um que saiu de noite a praia que vários soldados chegaram a ver antes de retornarem a precipitar a água."*[29]

O que se percebe nas definições para o termo Sertão é que em todas, ainda que haja entre elas um distanciamento no tempo, aparece muito claramente a oposição entre costa e interior, assim como entre povoado e despovoado.

---

[27] SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil: 1500-1627. São Paulo: Edusp. 1982 p. 63

[28] ibidem p. 70

[29] Relatório de Cardoso de Souza para Conde Valadares. Local: Vila Vitória do ES. 15.9.1769 . Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional , Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6 doc 301

Este último par de idéias remete a um outro ponto de discussão. A noção de que existiria uma área povoada, civilizada e controlada, contrária a uma outra, selvagem, bárbara e despovoada de cristãos – uma preocupação também para os religiosos que, em diversos momentos, para cá vieram com o objetivo de catequizar os habitantes do Brasil. Para eles, os Sertões eram povoados apenas por índios muito próximos às feras. Se, os índios do litoral que já haviam recebido os ensinamentos da fé, eram muitas vezes, identificados como "bestas", o que não dizer dos que viviam no interior, sem contatos com a "civilização"? Estes eram para os portugueses, religiosos ou não, os piores moradores do país, os que precisavam ser conduzidos à religião, ou então exterminados.

Finalizando, pode-se afirmar que no âmbito da historiografia colonial brasileira, Sertões eram regiões que ainda não haviam passado por processos civilizatórios, ou seja, ainda eram habitadas e controladas por grupos que não estavam subjugados pelo poder oficial. No decorrer de todo o período colonial, essas imagens praticamente não sofreram mudanças. O Sertão continuou sendo – na visão das autoridades- o espaço habitado por índios ferozes, nada dispostos a aceitar o contato com o europeu. Assim, tornou-se também um espaço de guerras contra estes indígenas. Manteve-se como uma região perigosa, mas cada vez que a colonização precisava avançar rumo ao interior, novas áreas eram requisitadas e novas necessidades se impunham aos colonos. Controlá-la passou a ser condição importante para a viabilização econômica da colônia. Desta maneira, o Sertão no século XVIII tornava-se uma região essencial ao projeto de civilização pensado para o Brasil.

No caso de Minas Gerais, este Sertão era ao mesmo tempo um estoque de índios aptos ao trabalho desde que escravizados, e um esconderijo perfeito para quilombolas ou tribos consideradas inimigas, provável fonte de ouro e espaço destinado à agricultura ou à pecuária. Todos estes motivos fizeram com que as autoridades coloniais e mineiras tentassem de diversos modos tê-la sob controle. Assim, transformar esta região em área colonial era um dos maiores anseios das autoridades portuguesas e coloniais. Mas para isso era preciso conhecê-la, e foi com este intuito que as elites mineiras empreenderam várias expedições aos seus Sertões.

II- O Sertão Mineiro: um palco de disputas

"o nome Sertão ou deserto não designa uma divisão política do território; não indica seção de espécie alguma; é uma espécie de divisão vaga e convencional determinada pela natureza particular do território e principalmente pela escassez da população. O Sertão compreende nas Minas Gerais, a bacia do São Francisco e dos seus afluentes, cerca de metade da província de Minas Gerais..."[30].

Assim Saint-Hilaire explicava o que era o Sertão de Minas Gerais. Percebe-se que para ele, esta região poderia ser identificada, principalmente, pela escassez de sua população.

Recuando no tempo, há uma outra definição para esta mesma área:

"...Chamam-se Sertões nesta capitania as terras que ficam pelo seu interior desviadas das povoações das Minas, e onde não existe mineração. Uma grande parte porém d' estes Sertões é formada pelas terras chans, que ficam da outra banda da Grande Serra, e ao poente d' ella: o Rio de São Francisco corre pelo seu centro e recebe as águas por um a outro lado de ambas as suas extremidades..." [31]

Nesta definição, o Sertão além de contar com uma população pequena, não possui ouro. Em comum nas duas definições acima, a presença do rio de São Francisco. Este aparece como um elemento central e é essencial para o entendimento do Sertão de Minas Gerais, porque ele e seus afluentes dominavam a região de maneira a impedir ou facilitar o seu povoamento. Este rio nasce na região que era, no século XVIII, a

---

[30] SAINT- HILAIRE. Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975 p. 20

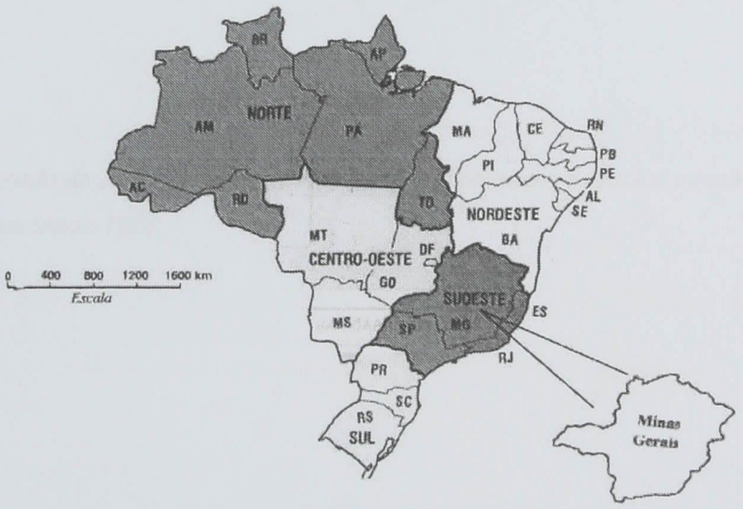
[31] COUTO, José Vieira. Descripção dos Sertões de Minas, despovoação, suas causas e meios de os fazer florentes (1801). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 25, 1862. P. 430

Comarca do Rio das Mortes e recebe uma série de outros rios menores e ribeirões, e de acordo com Rocha, *"... o fazem o mais soberbo de todos os da capitania..."*.[32]

Embora Saint-Hilaire e Couto tivessem explicado o que era o Sertão em Minas Gerais, eles não o delimitaram. Isto porque era por si só, um espaço fluido. Se ele tivesse condições de ser delimitado, deixaria de ser Sertão porque traria em si elementos capazes de o definir, tais como, população, casas, fazendas, etc.

As divisões geográficas atuais e antigas de Minas Gerais podem ser mais bem compreendidas a partir das figuras nº 1, nº 2 e nº 3. Nelas estão localizadas, de forma aproximada, as diversas comarcas que compreendiam a Capitania e posteriormente, a Província mineira.

Figura 1: Divisão do Brasil por regiões – IBGE



A capitania de Minas Gerais era, no século XVIII, dividida em 4 Comarcas, a saber: Comarca do Rio das Velhas ou Sabará, Comarca do Rio das Mortes, Comarca do Serro Frio e Comarca de Vila Rica, todas criadas em 1714. A situação só mudará no século seguinte, mais precisamente no ano de 1815, quando será criada a Comarca de Paracatu na região que pertencia antes à Comarca do Rio das Velhas. Há que ressaltar, contudo, que os limites entre as comarcas e entre as próprias capitanias não estavam ainda definidas no século XVIII.

Figura 2: Mapa aproximado das Comarcas da Capitania de Minas Gerais no século XVIII

[32] ROCHA, José Joaquim da. Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. P. 160

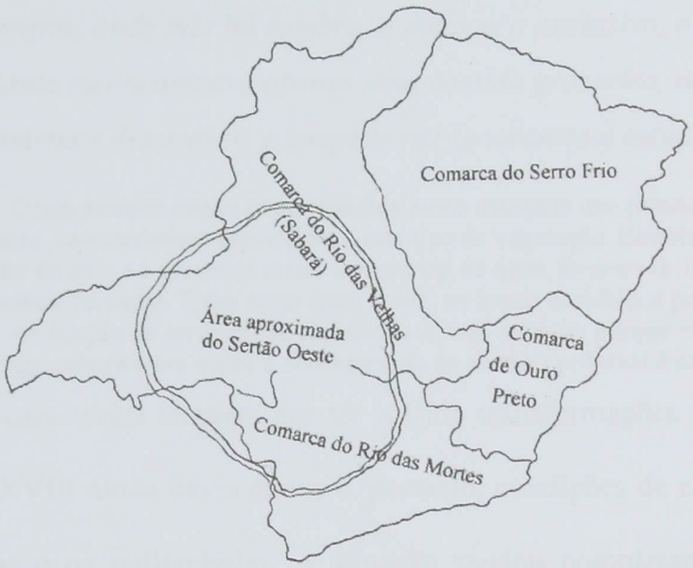
Fonte: Adaptado de José Ferreira Carrato. Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais. São Paulo: Cia Editora nacional. 1968.

Figura 3: Mapa aproximado das Comarcas da Capitania de Minas Gerais no século XIX

Fonte: Adaptado de José Ferreira Carrato. Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais. São Paulo: Cia Editora nacional. 1968.

A área do Sertão mineiro que será prioritariamente analisada é a região Oeste de Minas Gerais, englobando o Campo Grande, área pertencente à Comarca do Rio das Mortes e parte da Comarca de Sabará. (figura 4). Este Sertão também era conhecido como a Região do Campo Grande.

Figura 4- Região aproximada considerada no século XVIII como Sertão em Minas Gerais.



Fonte: Adaptado de José Ferreira Carrato. Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais. São Paulo: Cia Editora nacional. 1968.

Campo Grande era um termo genérico e, assim como Sertão, não precisava uma determinada área. De acordo com Dean[33], a região total do Campo Grande seria da ordem de 860 quilômetros quadrados e durante todo o século XVIII foi, assim como outras regiões, devastada em nome da busca pelo ouro e, posteriormente, em função da agricultura e da pecuária. Isso explica porque no século seguinte, quando os viajantes a percorreram, só encontraram paisagens devastadas e sem a floresta nativa. Saint-Hilaire, já desgastado da viagem, comentou sobre a existência do capim gordura, visto em quase todas as partes. Segundo ele, este capim: "... só prolifera em terras esgotadas por sucessivas

[33] DEAN, Warren. A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 1998. P. 120 e ss.

culturas ou queimadas acidentalmente o que infelizmente não é raro acontecer..."[34]

Além do que, a *"... viagem foi tão penosa para mim quanto infrutífera para a ciência. No meio de campos, onde não há sombra, o calor era excessivo, e ao final de uma jornada tediosa e fatigante eu encontrava apenas uma comida grosseira, nada mais do que água para beber, alojamentos detestáveis e hospedeiros ignorantes e estúpidos..."*[35]

A região do sertão Oeste mineiro estava compreendida numa estrutura que remete ao ecossistema do Cerrado e que possuí, portanto, características específicas a este tipo de vegetação. Entretanto, determinadas sub-áreas, devido à formação do solo e a presença maior de reservas de água, tiveram facilitada a formação de ilhas de matas mais ou menos fechadas. Estas áreas eram assim, os locais escolhidos pelos quilombolas para viverem, não somente em função de servirem de esconderijos, mas também porque era ali que estavam os solos mais férteis para a agricultura e era maior a concentração de animais próprios à caça.

Esta região se caracteriza também por ter sofrido transformações bruscas em suas paisagens. No século XVIII ainda havia matas e, portanto, condições de esconderijos e de vida para os indígenas e os quilombolas. A situação mudou completamente no século seguinte e os viajantes que por lá passaram, perceberam e deixaram suas impressões registradas.

Grande parte do Sertão Oeste de Minas Gerais era conhecido como Campo Grande e era uma área com terras aparentemente disponíveis. Logo, era passível de ser conquistada por qualquer agente social e, como conseqüência, convivia com uma série de conflitos declarados ou não.

Mesmo nas esferas oficiais, estes conflitos pela posse da região não estavam resolvidos. Durante anos discutiu-se e empreendeu-se lutas para saber quem realmente teria direitos às terras e ao mesmo tempo, às suas riquezas. A Capitania de São Paulo alegava que a região lhe pertencia. As autoridades mineiras diziam que a região havia sido desbravada e colonizada por mineiros sem a ajuda de São Paulo, logo, a área estaria sob sua jurisdição. A capitania de Goiás, desmembrada de São Paulo em novembro de 1744, também a partir de 1764 reclamava a posse da região. Para rebater todas as pretensões, Minas dava as mesmas justificativas para o seu controle: havia sido eles que retiraram da área os elementos considerados como perturbadores da ordem e iniciaram o povoamento. Daí, a posse.

Nos mapas mineiros a região em questão era mostrada como pertencendo à esta capitania, mais precisamente a Comarca do Rio das Mortes[36]. Todavia, a mesma região apareceria também nos mapas paulistas como fazendo parte de seu território.

Estas disputas interessam muito porque evidenciam um descontrole da área por parte das autoridades, quer fossem mineiras ou não. Isto certamente favorecia muito a sobrevivência dos índios e dos quilombolas.

---

[34] SAINT- HILAIRE. Viagem as nascentes do Rio de São Francisco. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. p. 121

[35] ibidem p. 123

[36] Como exemplo, pode-se citar os mapas de ROCHA, Joaquim José da.Op. Cit.

Oficialmente o limite entre a Capitania de Minas Gerais e a de São Paulo era o ponto mais alto da Serra da Mantiqueira, passando pelo Morro do Lopo até o Rio Grande. Entretanto, esta área foi palco de disputas entre as duas capitanias em função do ouro, ou mesmo da possibilidade de achá-lo. Os paulistas alegavam ter sido os desbravadores da região e, consequentemente, haviam sido eles os descobridores do ouro e os povoadores. Logo, as terras lhes pertenceriam. O ponto culminante desta disputa entre mineiros e paulistas foi sem dúvida, a Guerra dos Emboabas nos anos iniciais do século XVIII. Entretanto, as disputas pelas terras seguiram durante praticamente todo o desenrolar do século em questão.

A capitania de São Paulo alegava que toda a região abaixo do Rio Grande lhe pertenceria. D. Luis de Mascarenhas, governador de São Paulo, em função disto nomeou o Guarda Mor Bartolomeu Bueno para governar esta região[37]. Gomes Freire Andrade, governador de Minas Gerais, conseguiu a interferência do rei e os paulistas tiveram que recuar, passando a exigir apenas a região meridional do Rio Sapucaí. Para comandar esta área foi nomeado pelo governador de São Paulo, Francisco Martins Lustoza. As disputas entre mineiros e paulistas se acirraram novamente e houve uma violenta batalha às margens deste rio[38].

A conseqüência imediata foi que Gomes Freire, usando toda a sua influência e prestígio junto ao rei, conseguiu fazer com que em 9 de maio de 1748, a Capitania de São Paulo fosse suprimida e sua área incorporada, como Comarca, à Capitania do Rio de Janeiro. Gomes Freire passou a governar então, a Capitania do Rio de Janeiro, Minas Gerais e a comarca de São Paulo.

Novamente ele fixou os limites entre Minas Gerais e São Paulo (agora, Comarca) no Alto da Serra da Mantiqueira e entre a Comarca de São Paulo e a Capitania de Goiás, no Rio Grande.

Quando Gomes Freire morreu em 1763, a Capitania do Rio de Janeiro e São Paulo passou a ser governada pelo Vice Rei, Conde da Cunha e a Capitania de Minas Gerais, por Luis Diogo Lobo da Silva.

Em 24 de maio de 1764, o Conde da Cunha escreveu ao Governador de Minas Gerais, Luis Diogo Lobo da Silva, dizendo-lhe que após ter tomado conhecimento dos intentos do Ouvidor da Comarca de São Paulo que procurava "usurpar" as terras do *"...Rio das Mortes... os descobertos de Campo Grande e a Campanha do Rio Verde"*, determinou ao Ouvidor que não tentasse avançar em seus intentos porque a região referida pertencia à Capitania de Minas Gerais, já que a conquista havia sido feita às custas das Câmaras mineiras e que a demarcação havia sido estabelecida pelo Conde de Bobadela, e dada a posse à Vila de São João. Além do que, Minas Gerais teria expulsado os quilombolas enquanto que os habitantes de São Paulo nada haviam feito.[39]

Querendo solucionar esta situação, Luis Diogo Lobo da Silva, saiu em 1764 numa viagem de reconhecimento de partes da Capitania de Minas Gerais que faziam limites com São Paulo. Um de seus maiores objetivos era estabelecer de uma vez por todas, os limites entre as duas Capitanias e diminuir o contrabando de ouro e diamantes por falta de registros e guardas.

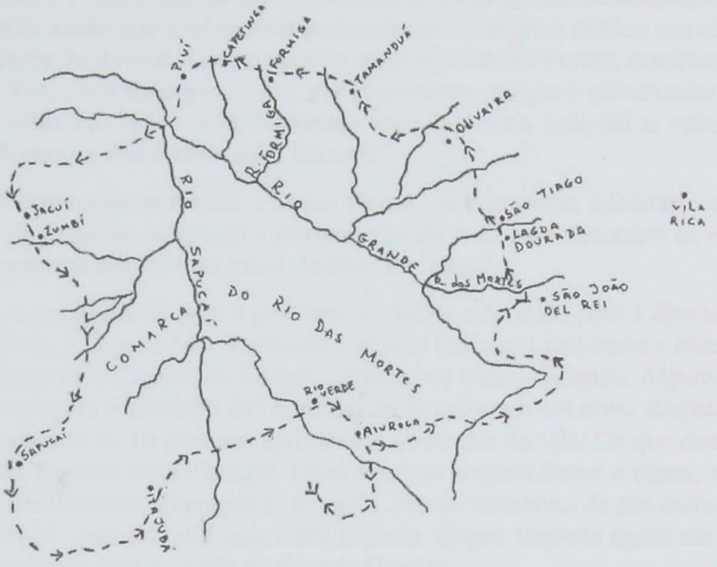
Figura 5- Itinerário feito pela comitiva de D. Luis Diogo Lobo da Silva em 1764

---

[37] ARQUIVO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes. Vol. XXII . 1896. p. 177

[38] FRANCO, Francisco de Assis C. Dicionário de Bandeirantes e sertanistas do Brasil: séculos XVI, XVII, XVIII. São Paulo: Comissão do Quarto Centenário da cidade de São Paulo. 1953.

[39] ARQUIVO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes. Vol. XI - 1896 p. 58-62



Luis Diogo e sua comitiva[40] partiram de São João del Rei no dia 5 de setembro de 1764 em direção à Oeste[41]. O itinerário foi, segundo Vasconcelos[42] de 356 léguas percorridas em torno de três meses e alguns dias. Segundo consta, todas as despesas correram por conta do governador e a Fazenda Real não arcou com nenhum tipo de gasto.

Além de verificar e remarcar os limites com São Paulo, Luis Diogo preocupou-se também com outros aspectos da região. Sabendo que o local apresentava inúmeros problemas, convidou Ignácio Correia de Pamplona para liderar uma expedição que tinha por objetivos procurar ouro, destruir quilombos e índios bravos, e restabelecer os limites entre Goiás e Minas Gerais, área rica em ouro.

A área mais ao noroeste, próxima ao que hoje é a fronteira com Goiás, era também uma região sem limites definidos. Os goianos alegavam ser de seu domínio. Os mineiros diziam que não. Justificavam novamente a posse pelo desbravamento e controle.

Através de dois documentos pode-se perceber estes conflitos entre mineiros e goianos. Tratam-se da Carta que a Câmara de Tamanduá enviou a Rainha D. Maria em julho de 1793, e do Requerimento dos moradores de S. Domingos do Araxá pedindo sua passagem para a Capitania de Minas Gerais.[43]

Na carta enviada à Rainha, os Camaristas de Tamanduá relataram que as autoridades de Goiás haviam entrado em território mineiro, feito novas demarcações e cobravam nos registros estabelecidos por eles. Tudo isso havia começado porque os goianos contaram com o apoio e auxílio dos habitantes do Arraial do Rio das Velhas, criado em 1761. Estes moradores, incitados pelo Padre Felix José Soares, vulgo "o pequenino", contrabandista afamado e traficante de gado *vacum* e cavalar, passaram a prestar obediência à Câmara de Vila Boa, em Goiás. A causa disto teria sido o fato de que a dita capitania não precisava pagar

---

[40] Cláudio Manoel da Costa era o secretário do Governo e também fazia parte da comitiva. Foi ele que em 26 de novembro de 1764, lavrou o termo da diligência, onde consta todo o histórico da viagem.

[41] Carta de Luis Diogo para Francisco Xavier Furtado de Mendonça enviando relação e mapas das marchas que se seguiram na diligência da mostra geral, iniciada em agosto de 1764 e terminada em dezembro. 6.3.1765. Arquivo Ultramarino. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro . Cx 85 doc. 34, cd 24.

[42] VASCONCELOS, Diogo de. História Média de Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 192

[43] Carta da Câmara de Tamanduá a cerca dos limites de Minas Gerais com Goias.- julho de 1793. In: RAPM. Ano II, fascículo 2, abril a junho de 1897 e o Requerimento dos moradores de S. Domingos do Araxá pedindo sua passagem para a Capitania de Minas Gerais. In: RAPM ano IX, Fascículos I e II, jan.-jun 1904

100 arrobas na derrama de 1762 e 1763. Logo, os que estivessem sob sua jurisdição estariam isentos do imposto. O governador de Goiás assim que soube dessa pretensão dos mineiros, enviou um oficial para que assumisse o posto de comandante do Arraial. O comandante original, Gabriel Ferraz, empossado pelo Governador Luis Diogo em 1764, nada conseguiu fazer, principalmente porque o governador não queria conflitos abertos. Em função disto, em 1781, Goiás aumentou seus domínios, indo até as cabeceiras do Rio das Velhas, Campanha dos Dourados, Paranaiba até o Esmeril[44].

Tentando provar que esta região pertencia a Minas Gerais, os camaristas iniciaram um longo apanhado de todo o processo de limpeza, ocupação e povoamento da área. Não deixaram de citar também, as inúmeras mortes de ilustres mineiros provocadas pelos índios "bárbaros".

De acordo com eles, o passo inicial para o povoamento havia sido dado com a abertura da Picada de Goiás em 1733. Três anos depois, o Guarda Mor Feliciano Cardoso Camargo juntamente com sua família e alguns companheiros foram atacados na região do Campo Grande por índios Caiapós. Alguns foram devorados e os restantes fugiram para o caminho das Perdizes onde sofreram um novo ataque, desta vez dos quilombolas. O resultado foi a morte de 16 pessoas, incluindo o povoador da vila. Os que conseguiram sobreviver a estes dois embates fugiram para Pitangui. Estes e outros ataques foram a causa, segundo os camaristas, para que os mineiros tivessem abandonado a região. Novas tentativas de povoamento foram feitas na região a partir de Gomes Freire, mas esta já é uma outra história. O que importa agora são as discussões, na esfera oficial, sobre as jurisdições para a região do Campo Grande.

Aparentemente, não faria diferença para os quilombolas ou mesmo para os índios, qual capitania controlava a área. Entretanto, se a questão for observada com mais cuidado, percebe-se que não era bem assim. Conforme já foi visto, tratava-se de uma região de conflitos legais e ilegais. Logo, a capitania que se mostrasse mais presente e efetivasse a sua posse, controlaria as riquezas e os homens. Para as Câmaras mineiras este controle através da presença era muito mais fácil devido à proximidade com o Campo Grande. Goiás, mais distante e muito mais pobre que sua rival, não conseguiria manter a vigilância constantemente. Daí, as facilidades de esconderijo, de fugas e de sobrevivências para os indígenas e para os quilombolas.

Quando os camaristas de Tamanduá alegaram que deixando a região sob o domínio de Goiás, ela se tornaria *"...quilombo ou couto das assíduas hostilidades de violentas mortes e roubos e aos escandalosos extravios do ouro em pó e diamantes..."*[45], não deixavam de ter razão em determinados pontos.

É evidente que eles estavam valorizando a sua posse na região. Esta valorização se fazia principalmente no referente à cobrança dos quintos. Se perdessem a área, os cofres reais também perderiam. Não seria um bom negócio nem para Minas Gerais, nem para a Coroa. Mas os camaristas estavam corretos quando diziam que a região ficaria sem controle se passasse para o domínio de Goiás. Índios e quilombolas sempre foram empecilhos ao desenvolvimento da região, mesmo com os avanços e ataques que sofriam por parte das Câmaras mineiras desde pelo menos o final do século XVII e início do XVIII. Como ficaria a área dependendo de expedições promovidas pela capitania de Goiás, distante e sem condições financeiras para arcar com as despesas? Quem controlaria os "bárbaros"?

Em função de tudo o que foi exposto, a Rainha ratificou os limites anteriores para as duas capitanias. A divisão seria o Rio de São Marcos, desde a sua foz no Paranaíba até a Barra do Ribeirão dos Arrependidos.

As imagens sobre a região

Após a delimitação da área compreendida como sendo formadora do Campo Grande, ou seja, do Sertão, busquemos as imagens elaboradas para esta região. Ela era descrita sempre com palavras que procuravam demonstrar sua grandiosidade: enormes extensões de terras por todos os lados, suas muitas serras

---

[44] Requerimento dos moradores de São Domingos do Araxá ....
[45] Carta da Câmara...

sempre elevadas, e seus incontáveis rios caudalosos que fugiam sempre do controle quando em épocas de chuvas, tornando a região um grande pântano de difícil controle e permanência em função das doenças. O Rio São Francisco em épocas de chuvas inundava de tal forma a região que *"... chega[va] a sobrepor as suas águas cinco e seis léguas, cobrindo todas as fazendas, que se acha[va]m em dez léguas de distância das suas margens, e a sua furiosa corrente destrui[a] casas e conduzi[a] a maior parte dos gados..."*[46] Esta grandiosidade também pode ser vista de uma outra forma: tratava-se, segundo os depoimentos, de um local habitado por incontáveis números de tribos errantes e em estado selvagem, incapazes de qualquer tipo de atitude humana e civilizada.

O Sertão mineiro era também uma região que, para os colonos, seria pautada pelo descontrole e pelo excesso. Tudo era visto como excessivamente grande e difícil. Desbravá-lo significava reunir forças, pessoal e dinheiro, tidas como descomunais. Para conquistá-lo era necessário pacificar hordas intermináveis de índios; alguns poucos eram identificados como mansos, mas a maioria era tida como bravia e nem um pouco disposta a aceitar a escravização ainda que disfarçada dos brancos.

A existência de inúmeros quilombos na região demonstrava todo o tempo, os limites da escravidão e o quanto ela poderia colocar a segurança do sistema em risco quando se perdia o controle sobre os cativos. Os índios e os quilombolas passaram a ser associados a empecilhos à expansão e, por que não, à civilidade apregoada pelas autoridades. Eram vistos declaradamente como inimigos públicos.

A associação dos quilombolas e dos índios, considerados como bárbaros, com a noção de inimigos não era nova. Em 1697, o padre Pero Rodrigues, religioso da Companhia de Jesus, ao escrever uma carta para o padre João Alvares, informava que por aqui existiriam *"...três gêneros de inimigos por mar e por terra e um só amigo, e chega a tanto a cega cobiça que só aos amigos fazemos guerra, largando o campo aos contrários, e deixando os cada vez tomar mais força e ânimo..."*[47]

Para o padre, os três inimigos seriam: os franceses que ameaçavam o domínio de Portugal em algumas áreas da colônia; os escravos fugidos *"...negros da Guiné alevantados que estão em algumas serras, donde vem a fazer saltos e dar algum trabalho e pode vir tempo em que se atrevam a cometer e destruir as fazendas, como fazem seus parentes na Ilha de São Thomé..."* e os indígenas que não aceitavam a colonização. Estes eram para ele, *"...uns gentios por extremo bárbaros por nome Aymorés..."*[48] O único aliado na manutenção do Império seriam os índios pacificados que não recebiam tratamento condigno, apesar de terem aceitado a verdadeira palavra de Deus e abandonado seus bárbaros costumes.

Segundo Pero Rodrigues, a diferença era clara. Havia aliados e inimigos, e estes eram todos aqueles que não colaboravam com o estabelecimento do Império Colonial. Para ele, ser francês invasor, negro fugido e aquilombado ou índio hostil, não fazia a menor diferença. Eram todos perigosos porque além de colocarem em risco uma situação por si só já difícil de controlar, eram também não católicos. O perigo era muito maior do que parecia, pois se corria o risco de perder a colônia não só fisicamente, mas também e principalmente, no sentido espiritual.

---

[46] ROCHA, José Joaquim da. Op. Cit. p. 160

[47] Cópia de uma carta do padre Pero Rodrigues, Provincial da Província do Brasil da Companhia de Jesus para o padre João Alvares da mesma companhia, assistente do padre Geral, Bahia, 1.5.1697 , Biblioteca Nacional I. 31,28,53

[48] Ibidem

Para piorar a situação, os colonos, além de não perceberem este fato, tratavam os que, segundo o padre, seriam os amigos - os índios pacificados - como se inimigos fossem. Estes haviam abandonado seus *"bárbaros costumes"* e aceitaram a *"verdadeira palavra de Deus"*, mas mesmo assim não recebiam tratamento condigno. Sua carta não explicita que tipo de tratamento os índios que de acordo com ele eram pacíficos, estavam recebendo. Mas, conhecendo a realidade dos contatos entre brancos e índios, podemos inferir que o problema passava pelo uso que se fazia dos indígenas enquanto mão-de-obra e pelo controle sobre suas terras.

Pode-se perceber ao analisar a documentação produzida pelas expedições enviadas ao Sertão de Minas Gerais e lideradas por Bartolomeu Bueno do Prado e pelo Mestre de Campo Ignácio Correia de Pamplona, a identificação da existência de uma concepção própria do que viria a ser Sertão.

As notícias dadas pela expedição de Ignácio Correia de Pamplona[49] mostram a noção que as pessoas tinham de tais áreas como sendo uma região isolada e propensa a servir de esconderijo aos escravos fugitivos : *"... pois como no Sertão não mora mais ninguém, é infalível conseqüência que os fogos haviam ser dos mesmos negros [quilombolas] ..."*[50]

Sertão, para os mineiros, era tudo o que foi exposto acima, mas havia mais do que isto. A documentação deixa entrever que inúmeras nuanças permeavam os conceitos e os sentidos do que viria a ser esta área, sendo os valores e os seus significados bastante claros, ultrapassando sempre a noção espacial. Este conceito carregava consigo concepções de uma época e de imagens próprias àquela sociedade.

Esta região era sempre associada à idéia de ser um território vazio onde reinava a desordem, a barbárie e a selvageria, graças ao fato de ser um lugar habitado por índios e por quilombolas. Há nesta colocação uma contradição latente: trata-se segundo as fontes, de um território vazio. Contudo, as mesmas fontes indicam que a região é habitada por índios e negros fugidos. Na realidade, para as autoridades, era uma região vazia de elementos civilizados e civilizadores e que precisava ser ordenado e controlado, o que só se conseguiria no momento em que a ocupação efetiva da região fosse possível através de uma população civilizada.

Há na documentação duas possibilidades para perceber como que a população entendia o Sertão mineiro. Uma positiva e outra negativa. Se, por um lado, o Sertão era visto como local por excelência do descobrimento de ouro e da riqueza rápida, havia, também, um grande medo envolvendo sua conquista. Era um local associado à fome, a guerras com índios e escravos fugidos, às más condições de vida, à insegurança e à morte.

Era um local que para ser trazido à civilidade precisava ser conquistado, ou seja, para aquelas pessoas que, de uma forma ou de outra, necessitavam conviver com a região, ela precisava ser *"desinfestada"* dos elementos que simbolizavam a sua barbárie: escravos fugidos, índios e vadios. As expedições de conquistas visavam povoar e civilizar estas áreas trazendo-as para o sistema. Elas eram importantes porque o aumento da arrecadação de impostos e da extração de ouro eram essenciais para diminuir os efeitos da crise econômica que se vivia. A idéia era levar a regiões longínquas o sentido de pertencimento a uma estrutura maior, qual seja, a do Império Colonial Português.

Se uma das imagens construídas sobre o Sertão era a de que se tratava de um lugar bom, com capacidade para grandes fazendas e, principalmente, possuidor de ouro, havia também a associação desta imagem à existência de perigos que impossibilitavam seu povoamento. Os índios, os quilombolas e os vadios eram vistos por todas as partes e provocavam na população um pânico generalizado. Os ataques faziam com que fazendas fossem abandonadas e sesmarias requeridas não fossem ocupadas.

---

[49] Notícia diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o Sr. Mestre de Campo Regente e Guarda Mor Ignácio Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até de tornar a recolher a mesma sua dita fazenda do Capote, etc, etc,etc. In: Anais da Biblioteca Nacional , vol 108, 1988 p. 47-113.

[50] Ibidem

"...o Sertão tinha mostras de ser bom e capacidade de boas fazendas e inda boas formações de ouro, porém contudo, que tinham dado graças a Deus muitas vezes por se verem livre dos sustos e receios que tiveram de não sair cá fora nenhum com vida porque até certa altura é muita a negraria e que tudo são quilombos, e de certa altura por diante tudo gentios..."[51]

Os participantes de uma das expedições enviadas ao Sertão e liderada por Pamplona, após tomarem conhecimento de que a região onde estavam era controlada por índios, quiseram fugir. Ele, como um bom líder, convenceu-os a ficar dizendo as seguintes palavras:

" ... os vejo a todos temoratos e amedrontados de ouvirem diferir destes exploradores no Sertão que este estava cheio por uma quantidade de gentio v. m. não hão de permitir que estes imagine que os tememos advirtam Sr.. que as terras em que nos hoje habitamos na consulta em que agora nos achamos não duvidam eram infestadas dos mesmos, nem por isso agora deixaremos de servir nossa casa a esse fim e donde se acha estes lhes há de suceder o mesmo... não lhes sirva de obstáculo as varias aldeias dos inimigos não se deixam vencer do que ainda não virão, nem dos estrepes, nem flechas, nem temam dos seus arcos, porque as nossas armas lhe hão de suprimir todos os seus impulsos sem mais vigorosos ataques de sorte que os obrigara a largar o terreno e nos ficaremos Sr. dele, esta gente foragida não comete senão do descuido e donde ... resistência logo fogem..." [52]

Para as autoridades, dentre elas o Conde de Valadares, o povoamento desta área e de outras também localizadas em regiões identificadas como Sertões, estava atrelado à sua *"limpeza"*. Ignácio Correia de Pamplona foi muito claro em uma de suas cartas ao referido Conde. Para ele, o povoamento das *"...terras era uma empresa difícil e que já havia sido tentado muitas outras vezes e sempre sem sucesso graças à oposição do gentio bravo e a de negros que por todos os lados cercavam este continente..."*[53]. Isto fazia com que as fazendas ficassem desamparadas e que logo seus sesmeiros as abandonassem.

Para tornar aquela região habitável, ou seja, livre dos que se consideravam como malfeitores, foram estabelecidas várias expedições com o objetivo de civilizar a área e, se possível fosse, localizar ouro. O objetivo das expedições era, portanto, tornar aquela região habitável e produtiva. Em um dos documentos, Pamplona chegou mesmo a dizer que não podia sossegar enquanto não visse efetuadas: *"... as lisonjeiras esperanças que tenho de ver nele um pequeno retrato da Europa naquela parte que respeite as searas de trigo, centeio, legumes, criações e ainda frutas."*[54]

---

[51] Ibidem

[52] Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Conde de Valadares, Estância de São Simão 10.10.1769. 18,2,6 Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos)

[53] Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Governador Valladares . s/data. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) - 18,2,6 doc 7

[54] Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Governador Valladares Estância de São Simão, em 30.3.70..Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) – 18,2,6 doc 57.

A ocupação do Sertão ligava-se diretamente a um processo de conquista da região. Era necessário tomar estas terras dos índios que ali habitavam e para isso havia duas possibilidades: aldeá-los ou exterminá-los caso colocassem empecilhos a esta tarefa. Além disso, em muitos casos, era necessário destruir os quilombolas através das expedições e trazer para o controle colonial a população de vadios que vivia clandestinamente ou nos Presídios localizados nos Sertões.

Os vadios que viviam nos Sertões, ou os que para lá fugiam, eram para as autoridades mineiras do século XVIII, um outro grave problema porque não estavam inseridos no mundo do trabalho, não pagavam impostos e viviam de uma maneira perigosa:

"O contínuo desassossego em que tem andado o Arraial do Arasuahi e seus subúrbios com insultos de mortes e outros distúrbios que nele a cada passo sucedem suscitado por uns poucos malfeitores atrevidos e vagamundos que por aquele continente andam sem temor a Deus em respeito a Justiça...

No Sertão são tão freqüentes as mortes e insultos que parece se esquecem os homens da sua racional natureza para se revestirem na de feras que mais indômitas que estas executam toda a qualidade de delitos sem o menor receio que os obrigue a depor sua crueldade; por não haver emenda a tanto mal e já que Deus foi servido trazer a V. Ex.a. a estas alturas para terror destes malévolos esperam estes povos todos da sua inata piedade ponha termo a tanto dano...."[55]

Em agosto de 1769, uma expedição entrou pelos Sertões com o objetivo de prender Antônio Mendes, um assassino que estava escondido

"... em uma ilha cercada de dois rios caudalosos onde se não entra senão por canoas. E na casa onde assistia tinha feito uma trincheira de pau a pique e com fossos e estrepes para não poder entrar pessoa alguma..."

De acordo com o relato, os soldados "*estavam tremendo pelo horror que metia aquele malfeitor* (...)" . Mas, mesmo assim, conseguiram dar-lhe três tiros no momento em que tentava fugir através do rio. Desta maneira, o facínora foi preso e o relato termina mostrando que:

... Em Minas nunca se prendeu neste sertão criminoso algum, nem nele entra Justiça pois é o couto de todos os réus tanto de crimes como de dívidas..."[56]

---

[55] Carta de Manoel Jacome Sueiro para Conde de Valadares. Local: Tejuco. 7.02.1769. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos). Códice: Documentos. 233 18,3,5

[56] Carta do Coronel Souza para o Conde de Valadares. 28.08.1769. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) Códice: Documentos. 106. 18,2,3

Havia pré-definido na população ou mesmo nas autoridades que lideravam as expedições e em seus seguidores, diversas concepções sobre os grupos que deveriam ser conquistados. Entretanto, a questão não é somente perceber que existiam imagens próprias sobre estes grupos, mas sim, identificar de onde elas surgiram e porque conseguiram se manter, sem grandes alterações, durante tanto tempo.

As imagens criadas não são, via de regra, muito lisonjeiras. Normalmente o índio era mostrado como um entrave ao avanço da sociedade e da civilidade. Os mansos eram considerados aliados, mas os que não aceitavam o domínio sobre suas vidas ou territórios eram intitulados inimigos, e como tal eram tratados. A Guerra Justa era o mecanismo de castigo e de exemplo aos demais, pois além de provocar muitas mortes, fazia também com que um bom contingente de índios fosse distribuído entre a população como cativos.

A respeito dos quilombolas, segundo grupo de habitantes rebeldes dos Sertões, o objetivo principal é conhecer as origens das imagens criadas e compreender porque eles sempre foram associados às feras. Ainda que muitas vezes, através de quilombos extremamente organizados, eles tenham mostrado para a população seu alto nível de desenvolvimento, a imagem de fera, de bárbaro e de inimigo público, permaneceu e construiu um quadro mental muito interessante. Acreditando que o início destas construções estaria fora da colônia, buscou-se a África e as primeiras imagens feitas sobre seus habitantes. A partir daí, pode-se perceber uma continuidade nestas representações sobre o negro e, depois, sobre o escravo. Contudo, adaptando-se às circunstâncias, as imagens vão sofrendo alterações. E, em conseqüência, o negro que foge é visto de uma forma diferente daquele que vive no conjunto da escravaria. Ainda que escravo e inferior, o fugitivo é um indivíduo com características particulares. O caso se torna ainda mais grave, e as imagens o demonstram, quando se trata de negros aquilombados. Estes são feras, completamente irracionais.

Os vadios considerados criminosos também fazem parte das imagens que se criaram a respeito dos moradores dos Sertões. São seres percebidos pelas autoridades de maneira ambígua. De um lado, são enviados aos Presídios, como castigo a algum delito, a fim de impedir o avanço de índios bravos ou de quilombolas estando, portanto, a serviço da Coroa. Entretanto, são identificados como perigosos ao sistema porque negam ser controlados e, em muitos casos, tornam-se uma ameaça real à segurança da população.

Assim, pode-se concluir que o Sertão Oeste em Minas Gerais, ao mesmo tempo em que era uma região atrativa aos interesses coloniais, apresentava problemas de difícil solução para a época, ou seja, a presença e, consequentemente, a necessidade de controlar grupos nada propensos a colaborar com a metrópole, ou mesmo com as elites coloniais. O controle sobre estes grupos passava necessariamente pelo estabelecimento de um corpo de idéias negativas a respeito dos mesmos, justificando assim, seu aniquilamento.

Parte 2 – OS REBELDES DOS SERTÕES

I - As imagens criadas sobre os índios

Os europeus e a crença na dualidade indígena: os Tupi e os Tapuia

Para os europeus, a suposta dualidade identificada entre Costa e Sertão na área colonial podia ser vista também entre os que habitavam estes dois mundos: havia os índios que viviam no litoral e os que habitavam o interior, os Tupi e os Tapuia, respectivamente.

Mas, acima de tudo, o índio, quer fosse do litoral ou do Sertão, era identificado como um ser exótico que alguns associavam à pureza dos costumes, à falta de pecados e à possibilidade de catequização; e outros, à absoluta degenerescência, ao pecado e aos pactos com o demônio. Na realidade era apenas mais uma forma dual para se entender o que era o índio.

Sobre o primeiro grupo de idéias acerca destes habitantes, esta imagem é sintomática:

Figura 6 - Adoração dos Reis Magos

Fonte: Adoração dos magos. Anônimo. (Escola de Viseu). C. 1505

No quadro acima de autoria desconhecida, há uma cena corriqueira na construção deste tipo de tema: os Reis Magos são substituídos por representantes de diferentes povos que, juntos, formariam a Cristandade. Todos estariam assim, rendendo homenagens a Cristo. O índio, neste caso, estaria representando o processo de catequização realizado por religiosos, demonstrando a viabilidade do projeto cristão nas Américas.

Entretanto, representações do indígena de maneira positiva são raras; na maior parte das vezes é associada a visões negativas.

Estas cenas de conflito, exacerbadas também nas pinturas que os europeus faziam destes índios, podem ser claramente percebidas nos quadros feitos por aqueles que por aqui estiveram, ou mesmo pelos que ouviram falar sobre o Brasil. Nelas, percebe-se quase sempre, visões estereotipadas e, em alguns casos, fantásticas. Há, via de regra, um predomínio da natureza sobre os homens e associações destes com o mundo animal. Ocorrem também idéias que apresentam a população americana como que vivendo sob o domínio de forças demoníacas, conforme esta imagem:

Figura 7-Aygnan Cacodaemon Barbaros Vexat.

Ilustração do texto de Jean de Lery. Le voyage au Brésil. Ed. Por Theodore de Bry em America Testia Pars. 3° vol. De Grands Voyages. 1592.

Esta iconografia é muito rica em termos de concepções acerca deste Novo Mundo e de seus habitantes. O que primeiro se percebe é a visão de que os índios são seres à mercê dos demônios e que mesmo os religiosos podem ser abarcados pelos representantes do mal. O principal objetivo é demonstrar o papel da Igreja e da evangelização sobre as almas perdidas dos índios.

Há também presente nesta obra, uma mistura de elementos reais e maravilhosos de maneira a construir uma idéia de caos. Se as ocas indígenas são reais, o mesmo não se pode dizer com relação às suas posições tão próximas da praia e o restante do quadro que apresenta seres voadores, corpos humanos com cabeças de animais; enfim, uma cena que só seria possível na imaginação de um artista europeu impregnado de valores ainda medievais.

As imagens que misturavam o real e o fantástico permaneceram no tempo e no século seguinte, ainda as encontramos. Um quadro de autoria desconhecida, mas inspirado claramente em Charles Le Brun, mostra como seria a América:

Figura 8- Americae

Americae. C.1650. Autoria desconhecida. In: Catálogo da exposição "O Brasil redescoberto". Rio de Janeiro. Paço Imperial, 1999.

Esta tela é surpreendente não somente pela mistura de idéias como também pelas posições que as diferentes cenas ocupam no quadro. O cenário é uma praia, portanto, provavelmente trata-se de índios Tupi. A maioria está vestida com roupas e adereços europeus: colares e brincos de pérolas, sapatos e até um casaco de pele. Entretanto, há também, alguns índios nus ou com adereços claramente indígenas. O curioso é que os que se apresentam assim, não fazem parte da cena principal do quadro, mas em segundo plano e, principalmente, desenvolvendo alguma atividade. Um está caçando, outro carrega em seus ombros um prisioneiro, um outro grupo prepara os corpos que estão sendo assados no moquém e, por último, há um grupo que executa algum tipo de tarefa, talvez ajudando a descarregar as embarcações. O único europeu que está em destaque, parece estar conversando com um índio que não possui nenhum atributo para que possamos identificá-lo como o líder.

Os animais representados são também muito curiosos. Os macacos são extremamente humanizados e, pode-se perceber que a macaca que está no lado direito do quadro segura seu filhote com o mesmo cuidado e serenidade que a índia colocada um pouco acima o faz com o seu filho. Seria uma tentativa de aproximação feita pelo autor do quadro entre os macacos e os índios, ou mais precisamente, entre a animalidade que reinava nos dois? Infelizmente, as demais cenas não nos permitem perceber esta hipótese com maior clareza. Além dos macacos, há também na cena, um jacaré e um animal que parece ser uma ema ou um avestruz. Todos colocados de maneira a fazer parte do cenário e convivendo harmoniosamente.

O índio que carrega um prisioneiro nos faz pensar nas relações que estes indígenas tinham com os outros que habitavam as proximidades. Trata-se, provavelmente, de um prisioneiro de guerra que será, assim, como os demais, assados no moquém.

Nestas primeiras imagens não há qualquer indicação de diferenças entre os indígenas da Colônia. Entretanto, rapidamente os europeus que para cá vieram e começaram a lidar com as diversas tribos, perceberam existir algumas disparidades básicas entre os índios e que manter ou acentuar estas desigualdades, significaria aumentar o controle sobre a nova terra e sobre sua população.

Os habitantes da terra de Santa Cruz em seus primeiros contatos com europeus, já narravam a existência de seres identificados como não-homens, vivendo numa área distante, no interior. Eram os índios que os europeus acabaram mais tarde identificando aos Tapuia. Para os Tupi que viviam no litoral, os habitantes do interior eram diferentes porque não eram associados com o mundo conhecido e possuíam uma outra cultura. Cada grupo via o outro como formado por "não-homens" porque não possuíam os valores esperados e nem falavam a mesma língua. Cada um via o outro como desprovido de humanidade.

Levi Strauss, tentando explicar este conceito indígena de humanidade, assim se expressou:

"... A humanidade cessa nas fronteiras da tribo, do grupo lingüístico, às vezes mesmo da aldeia; a tal ponto que um grande número de populações ditas primitivas se designam por um nome que significa os "homens" (ou por vezes, digamos com mais discrição – os "bons", os "excelentes", os "perfeitos"), implicando, assim que as outras tribos, grupos ou aldeias não participem das virtudes – ou mesmo da natureza- humana, mas são, quando muito, compostos por "maus", "perversos", "macacos de terra" ou "ovos de piolhos..."[57]

É curioso perceber que, de uma certa forma, os portugueses ao interagirem com os Tupi através de casamentos, alianças ou mesmo do uso da língua Tupi-Guarani, apropriaram-se de seus valores, bem como das imagens que faziam sobre os Tapuia e o Sertão. Assim, além do português identificar o Sertão como o espaço longe da costa, passou a identificá-lo também, numa aparente contradição, como área despovoada e ao mesmo tempo habitada pelos Tapuia, estes mais bárbaros do que os Tupi. Na realidade, o Sertão para o português seria sempre identificado como espaço vazio de elementos civilizados, logo, vazio de populações que merecessem algum tipo de tratamento humano.

Por tudo isto, pode-se perceber que os Tupi não só auxiliaram como também legitimaram as guerras coloniais contra os Tapuia e também o seu extermínio e escravização, pois estes, além de serem diferentes, eram inimigos. Isto explica o porquê da utilização, por parte de portugueses e depois por colonos, de algumas tribos que lutavam ao lado destes contra outros grupos. Era apenas uma retomada, agora sob novo prisma, de uma guerra secular entre os diferentes grupos indígenas

Para o Tupi, tratava-se de manter acesa a tradição da guerra contra aquele que vivia em uma região afastada e de maneira diferente, podendo então ser guerreado, morto, devorado ou escravizado. Para o português, interessava não só manter este conflito, como também obter o controle sobre suas terras e sobre uma possível mão de obra. Assim, os interesses de ambos os lados confluíam. Há que se ressaltar, todavia, que as disputas não ocorriam apenas entre Tupi e Tapuia. Mesmo no interior destes grupos havia guerras e inimizades seculares e os colonos souberam utilizar muito bem estas divergências.

No final do século XVIII, o Padre Manoel Vieira Nunes, em uma carta enviada ao Conde de Valadares[58], mostra isto de maneira muito clara. No aldeamento de Laranjeiras estavam reunidos dois grandes grupos de nações indígenas: o primeiro, formava-se com as nações *"...Manhoxos, conunhoxós e machacalis"* ; o segundo grupo com *os "...maycunis, panhamos a cataxos"*. O Padre declara que havia boa relação entre eles e os brancos, mas que *"... uns e outros não se devam julgar amigos contudo não se devem denominar inimigos por que não nos fazem hostilidades..."*. Continua a carta afirmando que o primeiro grupo utiliza-se da amizade dos colonos para atacar os inimigos de ambos e que sempre é necessário desconfiar dos índios porque além deles serem inconstantes por natureza, têm uma índole desconfiada. Além de tudo, o Padre desconfiava que:

"... E mais sempre se deve presumir que a necessidade os obriga a conservar a nossa amizade com que podem melhor castigar os seus inimigos assim capochoses como aimorés, os primeiros rebeldes infiéis dissimulados na paz que tem assassinado algumas pessoas nossas. E os segundos rebeldes pertinazes e vorazes da carne humana que nunca deixam e nem se param de nos danificar e aos nossos confederados gravissimamente..."[59]

Desta maneira é fácil entender porque determinados grupos indígenas chegaram até o século XIX lutando contra outros, aprisionando e auxiliando os portugueses no controle de áreas pertencentes a outros grupos e na sua escravização.

---

[57] LEVI STRAUSS. Raça e História. Lisboa, Ed. Presença. 1980. P. 21-22

[58] Carta do Padre Manoel Vieira Nunes ao Conde de Valadares. Sem data. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional , Seção de manuscritos. Códice 18,2,6 doc 321

[59] ibidem

Esta elaboração mental mostrando os habitantes do Sertão como sendo inferiores aos do litoral, permaneceu na construção das primeiras obras da historiografia brasileira e, a partir dela, criou-se a dicotomia entre Tupi e Tapuia.[60]

Cardim, em 1621, após relatar as características dos Tupi apresentados como amigos dos portugueses, passou a demonstrar como que os Tapuia eram diferentes, inferiores e selvagens. Viviam nos matos, não utilizavam o fogo para cozer os alimentos, matavam crianças, devoravam inimigos, possuíam couros ao invés de peles, eram covardes, despovoavam regiões, não falavam uma língua que pudesse ser entendida e eram extremamente perigosos.

"... Há outras nações contrarias e inimigas destas,[dos Tupi] de diferentes línguas, que em nome geral se chamam Tapuya, e também entre si são contrarias ... e para o Sertão quanto querem, são senhores dos matos selvagens, muito encorpados, e pela continuação e costume de andarem pelos matos bravos tem os couros muito rijos, e para este efeito açoitam os meninos em pequenos com uns cardos para se acostumarem a andar pelos matos bravos; não têm roças, vivem de rapina e pela ponta da frecha, comem a mandioca crua sem lhes fazer mal, e correm muito e aos brancos não dão senão de salto, usam de uns arcos muito grandes, trazem uns paus feitiços muito grossos, para que em chegando logo quebrem as cabeças. Quando vêm á peleja estão escondidos debaixo de folhas, e ali fazem a sua e são mui temidos, e não ha poder no mundo que os possa vencer; são muito covardes em campo, e não ousam sair, nem passam água, nem usam de embarcações, nem são dados a pescar; toda a sua vivenda é do mato; são cruéis como leões; quando tomam alguns contrários cortam-lhe a carne com uma cana de que fazem as frechas, e os esfolam, que lhes não deixam mais que os ossos e tripas: se tomam alguma criança e os perseguem, para que lha

[60] CARDIM, Fernão. Tratados da terra e gente do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília: INL, 1878. p. 123 e 124

não tomem viva lhe dão com a cabeça em um pau, desentranham as mulheres prenhas para lhes comerem os filhos assados...não se lhes pode entender a língua..." [61]

Além de demonstrar o quanto eram diferentes os Tupi dos Tapuia, Cardim também faz um tipo de análise que será constante em diversos cronistas. Ele associa o índio não domesticado a animais, aqui no caso, ao leão; são ferozes e antropófagos, comendo inclusive, para grande pavor dos cristãos, mulheres e crianças, e, principalmente, não se consegue compreender a língua, o que confirma o grau de barbárie que este povo estaria na mentalidade destes homens nos primeiros contatos. Esta barbárie pode ser percebida também pelo fato dos Tapuia não dominarem a agricultura e a pesca e nem utilizarem o fogo para cozer seus alimentos.

Algumas das imagens mais famosas sobre indígenas no Brasil são deste momento. São quadros a óleo do pintor holandês Albert Ekhout no século XVII, onde ele demonstra como eram alguns habitantes do Brasil, e dentre eles os índios Tupi e Tapuia.

As duas mulheres indígenas foram reproduzidas no ano de 1641, e os dois homens, em 1643. Nestes quadros identifica-se não só a imagem que o pintor tinha sobre eles, como também a imagem que a época fazia sobre os Tupi e os Tapuia. O par Tupi é apresentado como civilizado. Carregam utensílios de cerâmica e de cestaria, o que é um indicativo do "grau de civilidade" e, principalmente, portam um dos elementos que mais identificaria o quanto civilizada estaria uma sociedade: as roupas. Eles estão vestidos, logo, são civilizados. Já o par Tapuia é apresentado como o oposto daqueles. Estão nus, apresentam imagens mais agressivas e trazem consigo um pé e uma mão decepados.

O curioso é que se sabia que ambos os grupos faziam rituais antropofágicos, ainda que por razões diversas, mas nas imagens, esta "falta de civilidade" é associada apenas aos Tapuia. Entretanto, o mais contundente destas imagens é o cenário dos quadros. Tanto no que apresenta o índio Tapuia como no que traz a índia também Tapuia, há a presença de animais peçonhentos e de uma natureza bravia, ao contrário do que ocorre nos dois quadros dos Tupi. O cenário apresentado neste caso, é o de uma natureza domesticada, trabalhada pelo homem. Há, inclusive, ao fundo do quadro da índia Tupi, uma construção que pode ser remetida a um aldeamento ou fazenda.

[61] Ibidem

Figura 9-Casal Tapuia

Figura 10-Casal Tupi

Fonte: Eckout, A. óleo sobre madeira. Museu Nacional da Dinamarca.

In: Herkenhoff, Paulo. O Brasil e os holandeses...

Rocha Pita, escrevendo em 1730, ainda que não diferencie os Tupi dos Tapuia, também percebia variações entre os diversos grupos de índios, divididos em *"...inumeráveis nações, algumas menos feras, mas todas bárbaras..."*[62]. Todos os grupos viviam sem religião, nus, e alguns, eram antropófagos.

Esta mesma idéia a respeito das diferenças entre os índios permanece até o século XIX, e pode ser identificada em Varnhargen[63]:

" ...Além das alcunhas, um nome geral havia, com que cada grêmio designava todos os outros que lhe eram absolutamente estranhos – nome que se pode comparar ao de que na antigüidade usaram os Gregos e depois os Romanos...para designar todas as nações estrangeiras, o de Bárbaro, ou na língua geral Tapuia..." [64]

Um outro grupo de imagens sobre estes indígenas também reflete representações estereotipadas, ainda que seus autores afirmem nos textos explicativos, como fez Rugendas, que existiam muitas tribos no Brasil *"mas é difícil dizer quais delas são Tupi e quais Tapuia. Em geral este último vocábulo compreende todos os índios selvagens independentes, por oposição aos que estão domesticados e civilizados..."*[65]. Essas idéias de que existiam índios dóceis e índios bravios e que estas características poderiam ser associadas aos Tupi ou aos Tapuia podem ser percebidas através de uma série de imagens feitas por Rugendas, Spix e Martius, Wied-Neuwied e Debret. Nelas, percebe-se claramente identificadas estas concepções maniqueístas e dicotômicas.

---

[62] PITA, Rocha. História da América Portuguesa. Lisboa; Ed. Francisco Artur da Silva, 1980. p. 25
[63] VARNHAGEN, Francisco A de. História Geral do Brasil. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, s.d.
[64] Ibidem. p. 22
[65] RUGENDAS, João Maurício. Viagem pitoresca através do Brasil. São Paulo: Livraria Martins Ed. 1954. p. 69

Figura 11- Aldeia de Coroados

Johann Baptiste von Spix e Carl F. Philip von Martius.

Figura 12- Botocudos, Puris, Patachos e Machacalis

Jean Baptiste Debret. In: Voyage pittoresque et historique au Brésil., vol. 1, p. 10

Através destes dois exemplos pode-se identificar que em ambos os índios estão nus e em contato com a natureza. Entretanto, há enormes diferenças entre os dois grupos. Os Coroados, índios litorâneos e que tiveram contatos com os portugueses, foram retratados em uma área clara e são mostrados com indícios culturais, como o abrigo de palha, a domesticação de animais, a preparação de algum alimento ou bebida, e a caça. O quadro que representa os índios tido como bravos, ou seja, aqueles que se recusavam a ter qualquer contato com os colonos, mostra uma cena completamente diferente.

O cenário procura passar uma idéia de lugar inóspito, perigoso e escuro. Os índios pintados demonstram toda a sua fereza e não há qualquer indício que se refira a algum aspecto cultural, pelo menos aos que os olhos civilizados reputavam como tal. A própria maneira deles se alimentarem foi representada de modo a dar uma sensação de que se trata, na realidade, de índios bárbaros. Assim, a aproximação destes com as feras é inevitável.

Estas diferenças entre os Tupi e os Tapuia foram fortes e duradouras, podendo ser observadas nas pinturas que foram feitas sobre ambos em vários momentos. Via de regra, nelas o Tupi é sempre associado à civilização e ao projeto de colonização. Já o Tapuia, é sempre identificado em um *habitat* natural, selvagem e sem elementos civilizadores.

Resumindo tudo o que já foi dito, pode-se afirmar que em seus primeiros contatos com a terra Brasílica, os europeus identificaram dois grandes grupos indígenas, os Tupi e os Tapuia e duas grandes áreas. Estas idéias permaneceram no tempo e chegaram aos séculos seguintes com bastante força explicativa. A primeira área seria o litoral, rapidamente conhecido e controlado. Seus habitantes foram vistos quase sempre como pacíficos e aliados e os que assim não agiam, rapidamente foram expulsos ou aniquilados. Desta maneira, a verdadeira palavra de Deus pôde ser levada a estes homens. A segunda área seria o seu oposto: o Sertão, local onde primava a barbárie, a selvageria e era para lá que os índios que não aceitavam a religião cristã fugiam. Assim, o Sertão passou a ser também refúgio para os incivilizáveis.

O século XVIII e a racionalidade sobre o índio

As idéias sobre o Sertão e sua natureza, e sobre os índios, podem ser melhor entendidas com base no pensamento filosófico e científico europeu a partir do final do século XVII. As origens da idéia da superioridade européia sobre os demais povos podem ser encontradas nos pensadores do século XVII que, ao desenvolverem a noção de que o povo europeu havia atingido um grau elevado de civilização através do uso da Razão, justificaram a fé inabalável no Progresso, obtido graças aos esforços de uma sociedade que vivia sob o domínio das Leis. Se a sociedade européia era vista como a civilizada, as demais eram o seu oposto. Tratavam-se de povos sem cultura, ou no mínimo, com uma cultura atrasada. Desta maneira, inaugurava-se o racismo natural baseado na razão e nas ciências, e balizado pelo europocentrismo.[66]

Estas idéias forneceriam as bases para que no século seguinte, os iluministas pudessem filosofar a respeito das diferenças entre a humanidade. De acordo com Benzaquen[67], a partir do século XVIII, e principalmente do Iluminismo e da Revolução Francesa, foram elaboradas duas concepções sobre os gêneros humanos. A primeira delas, o poligenismo, teve como seu mais ilustre defensor, Voltaire, para quem a superioridade branca justificaria a escravização dos negros. Para os adeptos desta corrente, a raça humana teria sido criada a partir de vários centros, *"...muitos, inclusive, antecedendo o aparecimento de Adão..."*[68]. Acreditavam que as diferenças entre as diversas raças humanas estariam explicadas no fato de que descendiam de raças *"completamente distintas"*[69].

A segunda concepção, contrária à primeira, defendia a noção de que existia apenas uma única origem para a humanidade. Buffon, um dos maiores partidários desta linha de pensamento, explicava que as diferenças entre as raças eram causadas pelos variados ritmos de evolução que cada povo passava. Todos, de uma forma ou de outra, deveriam atingir o mesmo estágio cultural que a Europa já havia conquistado. Era uma questão de tempo e de competência.

Em sua obra *Histoire naturelle, générale et particuliére*, publicada em 1749, analisou, segundo as concepções da época, a história natural de todos os seres vivos habitantes do planeta. Utilizava para suas análises os relatos de viajantes que percorreram diferentes partes do mundo, diários de viagens, observações de naturalistas, e as cartas trocadas entre os ilustrados e a Academia de Ciência.

Com relação à América, Buffon defendia a tese de que haveria uma debilidade e uma imaturidade geral nesta região: tanto os animais quanto os homens estariam presos a este problema. Os animais, com exceção dos insetos e dos répteis, seriam pequenos e mais frágeis se comparados aos da Europa e os homens, presentes também em número reduzido, viviam esparsos e errantes, não tendo conseguido em momento algum dominar o território e nem submeter os animais ou a natureza a seu favor. Era um ser que vivia de maneira débil e sem a preocupação de progredir. A causa desta pequenez dos homens e dos animais poderia ser buscada, segundo Buffon, nas condições apresentadas pela natureza: a América era extremamente úmida. Em função do calor constante, chovia muito , fazendo com que os rios, lagos, lagoas, ribeirões e riachos ficassem cheios durante muito tempo ao ano. O sol desta forma, não conseguia aquecer totalmente a superfície da terra, daí, a geração de animais pequenos e de um homem de natureza fria, sem qualquer aptidão para o desenvolvimento e para o progresso. A natureza ainda estaria em um estado de amadurecimento[70].

Linneu, outro adepto desta corrente e um de seus maiores expoentes, ficou célebre por ter integrado o homem em um sistema classificatório, inserindo-o no reino animal e denominando-o de *homo sapiens*. Como um ser de sua época, acreditava que cada categoria de "homem", possuiria características

---

[66] POLIAKOV, Leon. O mito ariano. São Paulo: Ed. Perspectiva, EDUSP, .. p. 120

[67] BENZAQUEN, Ricardo de Araújo. Guerra e Paz. Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freira nos anos 30. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994

[68] Ibidem p. 35

[69] Ibidem

[70] GERBI, Antonello. O Novo Mundo: História de uma polêmica. São Paulo: Cia das Letras. 1996 capítulo 1 Buffon e a inferioridade das espécies animais na América.

físicas e culturais que a diferenciaria das demais. Entretanto, estas características eram dotadas de visões estereotipadas e totalmente eurocêntrica.

Pratt cita a classificação feita por Linneu em 1758, onde ele teria distinguido cinco variedades humanas:

1. *"Homem selvagem. Quadrúpede, mudo, peludo.*
2. *Americano. Cor de cobre, colérico, ereto, cabelo negro, liso, espesso,; narinas largas; semblante rude; barba rala; obstinado, alegre, livre. Pinta-se com finas linhas vermelhas. Guia-se por costumes.*
3. *Europeu. Claro, sangüíneo, musculoso, cabelo louro, castanho, ondulado; olhos azuis; delicado, perspicaz, inventivo. Coberto de vestes justas. Governado por leis.*
4. *Asiático. Escuro, melancólico, rígido; cabelos negros; olhos escuros; severo, orgulhoso, cobiçoso. Coberto por vestimentas soltas. Governado por opiniões.*
5. *Africano. Negro, fleumático, relaxado. Cabelos negros, crespos, pele acetinada; nariz achatado, lábios túmidos; engenhoso, indolente, negligente. Unta-se com gordura. Governado pelo capricho."*[71]

A primeira constatação que se pode fazer desta classificação é a de que o Homo Sapiens era, para Linneu, não só passível de ser separado em categorias, como também se poderia identificar em cada um dos grupos, características negativas e positivas no que tange aos aspectos físicos, culturais e morais. As características apresentadas por Linneu deixam transparecer que mesmo para um homem das Luzes, o pensamento sobre as diferenças entre as sociedades não era algo aceito como natural.

Percebe-se na classificação acima apresentada que, quando o objetivo de Linneu era fornecer dados sobre a conduta e os valores de cada um dos grupos, com exceção do homem europeu, todos os outros eram rotulados com palavras pejorativas: são coléricos, rudes, melancólicos, orgulhosos, cobiçosos, relaxados, indolentes, preguiçosos. Os europeus, ao contrário, são delicados, perspicazes e inventivos. Com relação à forma de governo, ou melhor dizendo, de controle e ordenamento sociais, os europeus são os únicos possuidores de leis. Todos os demais são regidos por entidades abstratas: costumes, opiniões, caprichos.

Trata-se, sem dúvida, de uma classificação comparativa e que mostra o europeu como o único grupo civilizado. Ele, além de possuir leis, é, de acordo com a classificação, inventivo. Daí, o progresso alcançado pela sociedade européia. Desta forma, estaria justificado o controle sobre as áreas menos evoluídas, em nome do avanço do progresso, da razão e da civilização. As diferenças entre as categorias humanas seriam tão grandes em alguns elementos que Linneu chegava ao ponto de questionar sua crença no monogenismo: *"... seria difícil alguém persuadir-se de que eles saíram da mesma origem..."*[72]

Para De Pauw[73], um outro pensador do século XVIII, a natureza americana seria decaída e decadente em função de ser pantanosa. Após o dilúvio que havia acometido toda a Terra, esta região teria sofrido um outro, de caráter particular. O Velho Mundo já havia secado, enquanto que o Novo Mundo ainda estaria sofrendo as conseqüências deste último dilúvio. Homens e animais teriam perecido e somente alguns poucos haviam conseguido escapar para partes mais altas da região. Segundo este autor, isto explicaria o fato de haver poucas pessoas na América e também justificava todas serem bárbaras e incultas segundo o ponto de vista da época. Esta população não teria tido tempo de se desenvolver e atingir o grau de civilização que a Europa já havia conseguido.

---

[71] PRATT, Mary Louise. Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999 p. 68

[72] Cf POLIAKOV, Leon. Op. Cit. p. 137

[73] Ibidem capítulo 3

Quanto aos índios, estes seriam para De Pauw, animais não políticos e incapazes de progredir porque não viviam em sociedade. Eram associados aos animais selvagens, às feras e às bestas. Por tudo isso, eram passíveis de serem capturados pelos mais fortes e civilizados[74].

Percebe-se que para alguns filósofos iluministas, a humanidade na América estaria pautada pela incivilidade. E, ao contrário dos pensadores dos séculos XVI e XVII que viam no Cristianismo a salvação para este povo atormentado pelas bruxarias e pelas artimanhas do Diabo (que controlava a região) e fazia com que os índios praticassem atos nefandos, como a antropofagia, os filósofos Iluministas já não acreditavam em uma possível salvação para a população americana. Os problemas de incivilidade eram causados por catástrofes e condições naturais, portanto, irreversíveis[75].

Para uma elite colonial que de uma forma ou de outra tinha contatos com os pensamentos europeus, haveria dois tipos de regiões: uma já civilizada, ocupada e controlada pela sociedade, e outra ainda em estado de barbárie. A civilizada seria aquela que possuía população branca habitando e desenvolvendo-a economicamente. A segunda seriam os Sertões, áreas de moradia dos selvagens e vazias de populações brancas e, portanto, incivilizadas para os valores da época. Era também uma região desconhecida da ciência do século XVIII, tão ávida por contatos com "outros mundos". Suas plantas e animais não eram ainda, em sua maioria, conhecidos e apenas os que eles consideravam bárbaros tinham acesso a este conhecimento e sua utilidade. Conquistar esta área significava também conquistar sua natureza, domá-la e assim civilizá-la. Mas para isso, era necessário conhecê-la, classificá-la e ordená-la.

Pombal, durante o período de seu governo apoiou a criação de inúmeras academias literárias ou científicas não só em Portugal, mas também no Oriente e no Brasil, com estes objetivos em mente[76].

Em Minas Gerais, o Conde de Valadares, Governador da Capitania no período de 1768 a 1773, era um homem de seu tempo e estava afinado com o que se pensava e se discutia na Europa. Em um documento de sua autoria, enviado ao líder de uma expedição ao Sertão, ele pedia que lhe fossem enviadas algumas amostras de:

"...alguns bichos mais caros e borboletas e outros insetos; como também sementes de todas as qualidades, resinas, raízes com alguns pequenos troncos com a sua folha, fruto e flor. É certo que não poderão vir verdes e bastará que venham secas com a folha estendida, e flor há preciso que em cada uma destas... ponha V.Me. o seu nome e sítio onde foi achada e em uma relação a qualidade em verde e em seco, a figura, a grandeza, as cores, as utilidades, o modo da manipulação, as dores e as enfermidades a que são aplicáveis e ainda aquelas que não tem ou não se lhes conhecem do préstimo..."[77].

---

[74] Ibidem

[75] RAMINELLI, Ronald. Imagens da colonização. A representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro, Zahar. 1996.

[76] Wehling, Arno e Wehling, Maria José. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 283

[77] Carta do Conde Valadares sem indicação de destinatário. Vila Rica, 9 de dezembro de 1772. Papéis Vários -Biblioteca Nacional manuscritos – 1,4,1 . Documentos 16

Continua o Governador dizendo que todos esses exemplos eram muito úteis para o adiantamento da História Natural.

Em 1799, D. Rodrigo de Souza Coutinho havia pedido que lhe fossem enviadas algumas amostras de sementes de plantas de Minas Gerais. Bernardo José de Lorena, governador das Minas, lhe escreve dizendo ter mandado *"... 48 caixas de plantas vivas e que constam da Descrição Botânica que se vê no catálogo incluso..."* . Além das plantas, enviava também alguns caixotes com ornamentos, produtos artificiais, armas e móveis domésticos dos índios. Prometia ainda, enviar *"...todas as qualidades de sementes que se recolherem nas matas e campinas deste Distrito..."* [78]

Pode-se perceber que havia uma preocupação em conhecer para melhor controlar. E ainda que esta natureza fosse considerada perigosa e os índios incivilizados, era importante ter acesso às suas informações e as utilidades de suas plantas. A sociedade civilizada saberia dar valor e, principalmente, utilidade a estes conhecimentos.

As concepções acerca dos indígenas e de seu meio ambiente parecem que não sofreram alterações bruscas durante o século XVIII, ainda que em regiões diferentes. Vários memorialistas, cientistas, viajantes, pensadores e outros, possuíam imagens e idéias sobre estes grupos humanos e suas áreas de domínio, criadas a partir de representações feitas anteriormente.

Azeredo Coutinho assim se expressava sobre os indígenas que viviam dispersos pelas matas:

".. não acharão [os portugueses] Nações propriamente, acharão sim alguns bandos de homens selvagens, sem algum gênero de governo, nem de subordinação; eram algumas famílias errantes e dispersas, que viviam em pobres choupanas, muito ainda no primeiro estado da Natureza, talvez desgarradas dos primeiros habitantes do México, ou do Peru: em toda a extensão do Brasil, até hoje não se tem descoberto algum vestígio de Grande população, nem um só edifício, ou Obra de Arte que denotasse algum princípio de civilização..."[79]

Couto Reys achava que os índios que viviam nos Sertões do Distrito dos Campos dos Goitacazes eram:

"... dotados de uma condição feroz, e inclinados a mais brutal crueldade, de tal sorte, que caindo qualquer indivíduo de diferente nação nas mãos de sua barbaridade, o dilaceravam logo para uso dos seus manjares..." [80].

Além do mais, estes índios "selvagens"[81] eram dotados, para Couto Reys, *"da extrema preguiça"*[82] e viviam, segundo sua concepção claramente moldada no Iluminismo, na *"...maior, e mais lastimosa escuridade de ignorância..."*[83].

As concepções dos filósofos Iluministas podem também ser observadas mais adiante, quando ele tratando sobre as leis e os costumes indígenas, afirma que *"...Na sua miserável e ignorante vida... faltam-lhe luzes, que os ilustrem melhor..."*[84]. Além de tudo isto, Couto Reys percebe também que *"...No estado de barbarismo em que vivem, não tem conhecimento do comércio..."*

---

[78] Carta de Bernardo José de Lorena, governador das Minas para D. Rodrigo de Souza Coutinho, dando cumprimento à sua carta de 22 de agosto de 1796, remetendo 48 caixotes com plantas vivas, ornatos, produtos artificiais, móveis domésticos e armas dos índios. 30 de março de 1799 . Arquivo Ultramarino. Cx.148, doc. 12. Cd. 43

[79] COUTINHO, J.J. Azeredo. Concordância das Leis de Portugal e das Bullas Pontifícias das quaes humas permitem a escravidão dos pretos d' Africa, e outras prohibem a escravidão dos índios do Brasil. Lisboa, Nova Oficina de João Rodrigues Neves. 1808. Apud. CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 170

[80] REYS, Manoel Martins do Couto. Manuscritos de Manual Martins do Couto Reys. 1785- Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997. P. 71

[81] ibidem p. 75

[82] ibidem p. 74

[83] ibidem p. 75

[84] ibidem p. 75

Praticamente as mesmas idéias podem ser percebidas em Domingos Alves Moniz Barreto, capitão de infantaria e autor de um *"Plano sobre a civilização dos Índios do Brasil e principalmente da Capitania da Bahia"*[85]. É possível identificar na obra, características típicas do pensamento iluminista. O Rei era para ele, um ser iluminado e que devia acudir os índios, pois, *"...um homem, considerado no estado bárbaro [não pode] conhecer as suas obrigações para com Deus e para com seu Rei..."*

Acreditava também poder dividir os índios do Brasil em dois grupos: os mansos e os bravos. Os primeiros habitavam a costa, falavam a língua geral, não comiam carne humana e possuíam uma *"sujeição a um só cabeça"*. Já os bravos eram *"... homens agigantados e muito valentes e por isso usam de uns arcos demasiadamente grandes... A sua morada é incerta... nada semeiam.. caça, comem-na crua... São muito amigos da carne humana...não tem mais lei que a da sua vontade... não adoram a Deus...tem uns confusos vestígios da imortalidade da alma..."*

Em todos os casos apresentados, o índio é analisado pelo que o conquistador acredita que falte em sua cultura, ou melhor, pelo que não condiz com o que se espera de uma cultura evoluída. Todos estes elementos que "faltam" na cultura indígena provocam um sentimento de que se trata de bárbaros, na maioria das vezes, perigosos. São associados sempre ao estado bruto, muito próximo à natureza – também bravia, sendo a condição de antropófago a mais grave dentre todos os elementos negativos apresentados pelos índios. Estavam em um estado tão primário que nem mesmo poderiam ser classificados como sociedade. Eram apenas bandos sem qualquer liderança ou apego à religião.

As mesmas concepções podem ser vistas em Alexandre Rodrigues Ferreira, um estudioso baiano de História Natural, que tinha o objetivo de conhecer a natureza e os habitantes das capitanias de Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá durante uma viagem empreendida nos anos de 1783 a 1792. Diz o autor que o objetivo maior de sua viagem era:

"... recolher e aprontar todos os produtos dos três reinos da natureza que encontrasse e remetê-los ao Real Museu de Lisboa, bem como fazer particulares observações filosóficas e políticas acerca de todos os objetos da viagem..."[86]

Este estudioso concordava com Buffon ao afirmar que *"A América desde o seu princípio só produziu animais pequenos em comparação com os do mundo antigo..."*[87] Ao descrever os índios Tapuia chegou a algumas conclusões interessantes e que respaldavam o que já se admitia sobre este indígena. Para ele o Tapuia era um homem, assim como qualquer outro. Possuía uma grande diversidade de cor, língua e moradia em virtude de habitar diferentes áreas com características diversas. Mas, mesmo com todas estas particularidades, o autor informa que: "... *Ao se ver um, pode-se dizer que estamos vendo todos...*"[88]

Para o autor, estes índios não possuíam qualquer tipo de individualidade ou de identidade que pudesse ser destacada, ainda que ele mesmo tivesse demonstrado a existência de diferenças. Mas, essas diferenças eram apenas as que ele classifica como sendo acidentais ao ser humano, ou seja, a cor da pele, do cabelo, e outras[89]. Para

---

[85] BARRETO, Domingos Alves Branco Moniz. Plano sobre a civilização dos Índios do Brasil e principalmente para a capitania da Bahia (1788). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XIX. 1856.

[86] FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica. Brasília:Conselho Federal de Cultura. 1972 p. 89

[87] Ibidem p. 73

[88] Ibidem p. 76

[89] Ibidem p. 74

Alexandre Rodrigues, assim como para a grande maioria dos naturalistas de sua época, o índio, quer fosse Tapuia ou Tupi, não passava de uma tábula rasa onde poder-se-ia inscrever a civilidade. Suas diferenças não eram percebidas porque sua cultura não era identificada enquanto cabível, posto que não era baseada nos ensinamentos cristãos. O índio apresentado por ele era uma massa homogênea e com o espírito menos ativo que o dos negros, também selvagens.

Esta imagem, ou melhor, esta falta de imagem do índio não era nova. Colombo, também via assim os índios contatados. Para ele, os indígenas não possuíam *"qualquer propriedade cultural... e [eram todos] parecidos entre si".*[90] A continuidade na percepção do indígena é fantástica: Frei Vicente do Salvador, a mostra da seguinte maneira:

"... O que de presente vemos é que todos são de cor castanha e sem barba, e só se distinguem em serem uns mais bárbaros que outros (posto que todos são assaz)..."[91]

Novamente o que se consegue perceber nos índios são os aspectos físicos – cor de pele e falta de barba – e também a falta de civilidade. Desta forma, o índio não é descrito pelo o que ele é, e sim, pelo que lhe falta; no caso, a civilidade. Ele é, portanto, um bárbaro sem cultura e preso à natureza .

Com relação ao trabalho, Alexandre Rodrigues informa que os índios eram, em alguns casos, superiores aos negros, e em outras circunstâncias de nada serviam em função de sua propensão ao não-trabalho: *"... a sua indolência e toda a sua felicidade consiste em não trabalhar..."*[92]

Segundo ele, haveria trabalhos que os negros desenvolveriam melhor que os índios:

"... Um preto para uma diligência ao mato é menos ágil que um gentio, assim também para o serviço das canoas e em tudo que se relacione ao pescar, nadar, remar pelos rios, ele não tem a sua esperteza. Por outro lado, para o trabalho na enxada e do machado o negro é mais forte. Há gentio que quando obrigado a

---

[90] TODOROV, T. A conquista da América: A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1999 p. 42 e 43

[91] SALVADOR, Frei Vicente do. Op. Cit p. 52

trabalhar, imediatamente se deixa levar pela violência. Um preto, constrangido ou não, dá conta da tarefa que se lhe impõe, contanto que não lhe falte o sustento. Isto porque sofrem menos a fome do que os gentios e bem alimentados recompensam a despesa e o cuidado de seus senhores. Os gentios, alimentados ou não, são inimigos do trabalho porque não podem fazê-lo quando lhes falta alimento e mesmo abastados, não querem..."[93].

De acordo com este autor, haveria algumas causas que faziam com que os índios não se dedicassem ao trabalho. Seriam elas conseqüência de não *"... estarem, desde que nasceram, acostumados a trabalhar..."* Para ele *" ... os meios que facilita [riam] o trabalho est[ariam] ausentes: [porque] não [haveria] instrumentos, ignora[riam] a arte da fundição e o uso dos metais úteis, [e] não se serv[iam] da ajuda de animais..."* Além do que *" A natureza tudo lhes oferece sem cobrar fadigas e trabalhos em troca do sustento e do regalo."* E era *" tão limitada a esfera de seus desejos e necessidades que na menor atividade praticada, ficam amplamente satisfeitos, sem precisarem de se fadigarem para alcançar os meios necessários à satisfação."* Concluindo, havia *" A liberdade de relação dos dois sexos, onde, quando e como lhe apetecem."*[94]

Em termos práticos, inúmeras resoluções sobre os indígenas foram tomadas no século XVIII, com base no que se acreditava que era moderno, ou seja, nas discussões dos filósofos Iluministas. Para estes, ainda que com grandes reservas ao papel da Igreja e da religião, os índios eram selvagens, porém sensíveis à persuasão feita através da religião. Esta seria o veículo básico e mais rápido para trazê-los à vida social e civilizada, pois foram os jesuítas que melhores progressos obtiveram com os índios. O importante era não destruí-los, mas sim civilizá-los, tirá-los do estado selvagem e acostumá-los pouco a pouco ao trabalho. Deveria-se reunir os grupos, fixá-los e incorporá-los à sociedade via casamentos. Isto feito, provocaria neles uma necessidade de se relacionarem com a sociedade e os incorporaria no comércio e nas trocas de cada região.

Parte destas premissas coincidiam com as das autoridades coloniais e mesmo com as das metropolitanas. Pombal tinha um projeto civilizador para as colônias e, no caso brasileiro, este tinha que passar necessariamente pela utilização racional dos índios. Entretanto, os Jesuítas não faziam parte deste projeto. Pelo contrário, para que ele funcionasse de acordo com os moldes imaginados por Pombal, era necessário retirar destes qualquer poder sobre os indígenas. Assim, em 1757, o Diretório Pombalino ao conceder total liberdade aos índios cativos e determinar o fim da administração temporal dos aldeamentos pelos religiosos, na

---

[92] FERREIRA, Alexandre R. Op. Cit. p. 89
[93] Ibidem p.83
[94] Ibidem p.84

***realidade, tentava um plano de civilização para os índios e um programa de colonização que levasse a Colônia a um pleno desenvolvimento. Civilizar para o Diretório, significava fazer com que os índios se convertessem* "...aos valores e comportamentos dos colonizadores portugueses..."[95]**

***A partir daquela data, os aldeamentos deveriam ser controlados por Diretores leigos e contar com o auxílio de seus principais (líderes internos). A secularização dos aldeamentos era importante porque liberava os índios do controle até então, exercido pelos religiosos. A fé não seria mais a mola mestra da civilização. Era necessário primeiro, desenvolver este conceito nos ânimos dos índios depois de civilizados, ou seja, somente depois de fixados, trabalhando e alfabetizados no português, é que se poderia ensinar o evangelho[96]. Para evitar problemas com a acreditada indolência dos índios, Pombal determinou que* "...deveriam ser incitados a trabalhar pelos párocos e funcionários coloniais, a quem caberia estimular os "aplicados" e ridicularizar os "vadios". Por fim, os "viciosos incorrigíveis" deveriam ser enviados a casa de correção ou obrigados ao trabalho nas obras públicas..."[97]**

Já em 1798[98], o Diretório foi abolido, os índios continuaram na condição de órfãos e os aldeamentos passaram a ter em sua administração além do principal, um diretor e um pároco. Resta-nos identificar, oportunamente, todas estas mudanças com relação às formas de tratamento dadas aos índios em Minas Gerais.

Por tudo o que foi visto anteriormente ficam algumas conclusões. A primeira é, sem dúvida, a diferenciação criada para os habitantes do litoral e os do Sertão, sendo os primeiros apresentados sempre como superiores em relação aos últimos. A segunda, a visão que se tinha do Sertão como um local perigoso, mas cheio de riquezas. E a terceira, a

---

[95] ALMEIDA, Rita Heloisa de. O Diretório dos Índios: Um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília, UNB, 1997

[96] ibidem

[97] FARAGE, Nádia. As muralhas dos Sertões.Os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, ANPOCS, 1991, p 45

imagem negativa que o século XVIII fazia dos índios, principalmente, os que não aceitavam a catequização. A estes, estava reservada a Guerra Justa.

Os índios de Minas Gerais e as Guerras Justas

Os índios do Sertão foram, em sua maioria, encarados como inimigos e acusados de dificultarem o povoamento e desenvolvimento da região. Daí, segundo as autoridades, a necessidade de enviar algumas expedições para atacar suas aldeias e conseguir sua pacificação e aceitação dos ensinamentos de Deus, mesmo que à força.

Em Minas Gerais, durante o século XVIII, houve inúmeras expedições preparadas com este fim. Em 1734, uma bandeira liderada por Matias Barbosa e contando com 70 homens e 50 escravos, atacou grupos de Botocudos e "limpou" o Sertão Leste até as Escadinhas da Natividade. Nesta mesma região, foi fundado o Presídio do Abre Campo; em 1748, o coronel Antonio Pires de Campos criou vários aldeamentos de Bororós para controlar e atacar os Caiapós que circulavam na área; em 1769, Antonio Cardoso de Souza, recebeu do Conde de Valadares ordens precisas para a conquista do gentio nas imediações do Cuieté; em 1775, D. Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais, decretou guerra aos Botocudos que atacavam o aldeamento do Pomba e atrapalhavam a conquista do Cuieté; em 1782, João Pinto Caldeira liderou uma expedição que tinha por objetivo liquidar com os quilombolas e os Caiapó que fossem encontrados no Campo Grande[99].

As justificativas ideológicas para as expedições se pautavam na importância de colonizar e povoar o sertão a fim de desenvolvê-lo. Para isso, tornava-se necessário eliminar de uma forma ou de outra, a presença marcante dos grupos considerados hostis. Os índios mais "teimosos" em não aceitarem os contatos deveriam ser exterminados em nome de uma ocupação mais efetiva.

Estes índios não pacíficos poderiam também, segundo uma legislação que mudava constantemente, ser escravizados, desde que fossem respeitadas algumas condições. As principais eram provar que os índios em questão eram bravios, não aceitavam a catequização, atacavam os colonos e eram antropófagos. A estes deveria ser decretada a Guerra Justa.

---

[98] Carta Régia de 12.5.1798 In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro n. XX. P. 433 e ss

[99] VASCONCELOS, Diogo de. Op. Cit.

A Guerra Justa seria assim, o mecanismo mais utilizado para a obtenção desta mão-de-obra. Esta era, segundo Farage, *"um conceito teológico e jurídico enraizado no direito de guerra medieval"*.[100] As principais justificativas para a guerra seriam a propagação da fé aos povos bárbaros, sua falta de moralidade, suas práticas canibais e os casos de ataques à sociedade estabelecida.

Novamente utilizando a longa duração, pode-se ver que estas são as mesmas justificativas apresentadas por Sepúlveda em 1550, quando da discussão sobre a possibilidade de escravização dos índios da América. Suas idéias baseavam-se na inferioridade destes e na superioridade dos europeus. Logo, seguindo as idéias de Aristóteles, poderiam ser escravizados. Seus pressupostos eram os seguintes:

1. *" É legítimo sujeitar pela força das armas homens cuja condição natural é tal que deveriam obedecer aos outros, se recusarem essa obediência e não restar nenhum outro recurso.*

Em Minas Gerais, o uso de armas de contra os índios estava autorizado caso estes atacassem ou interferissem na colonização. O documento a seguir é um bom exemplo desta prática, ainda que não seja o único:

"...Sua majestade, que Deus guarde atendendo as devassas e representações que se lhe mandaram sobre as mortes, roubos e insultos que tem feito os gentios Paiaguazes [Cataguases] e mais bárbaros que infestam essas Minas e o seu caminho foi servido mandar lhe dar guerra para a qual manda assistir com armas. pólvora e bala e os mais petrechos necessários declarando a todos os gentios que se aprisionarem por cativos e que estes sejam repartidos pelas pessoas que se empregarem na dita guerra."[101]

2. *É legítimo banir o crime abominável que consiste em comer carne humana, que é uma ofensa particular à natureza, e pôr fim ao culto dos demônios, que provoca mais que nada a cólera de Deus, com o rito monstruoso do sacrifício humano.*

Para a realidade mineira, temos, dentre outros, o seguinte documento:

"...Este gentio[Caiapó] é de aldeias, e povoa muita terra por ser muita gente, cada aldeia com seu cacique, que é o mesmo que governador, a que no estado do Maranhão chamam principal, o qual os domina, estes vivem de suas lavouras, e no que mais se fundam são batatas, milho e outros legumes, mas os trajes destes bárbaros é viverem nus, tanto homens como mulheres, e o seu maior exercício é serem corsários de outros gentios de várias nações e prezarem-se muito entre eles a quem mais gente há de matar, sem mais interesse

---

[100] FARAGE, Nadia. Op. Cit. p. 27

[101] Carta do Conde de Serzedas para Antonio Pires de Campos em 15 de outubro de 1733. Biblioteca Nacional . Manuscritos. 1,4,1. Documentos 18 Papéis vários.

que de comerem os seus mortos, por gostarem muito da carne humana, e nos assaltos que dão aqui e presas que fazem reservam os pequenos que criam para seus cativos..."[102]

Estes índios caiapós foram sistematicamente guerreados e, posteriormente, extintos.

3. *É legítimo salvar de graves perigos os inumeráveis mortais inocentes que esses bárbaros imolavam todos os anos, apaziguando seus deuses com corações humanos.*

Nos documentos localizados sobre os indígenas de Minas Gerais que eram acusados de antropofagia, não foi identificada nenhuma informação sobre o motivo pelo qual supostamente comeriam carne humana, além do fato de serem associados às feras e apreciadores desta. Ou seja, o aspecto cultural destas sociedades não foi em nenhum momento levado em consideração por aqueles que tiveram contatos com eles.

4. *A guerra contra os infiéis é justificada, pois abre caminho para a difusão da religião cristã e facilita o trabalho dos missionários."*[103]

O documento seguinte é ilustrativo para a realidade mineira:

"...e só sim a conquistar o gentio bárbaro e disperso ou aldeado por aquele continente e reduzi-los ao grêmio cristão... e suave modo ou aterrá-los a força de ferro e fogos quando rebeldes os mesmos gentios não queiram abraçar o nosso amigável trato... a fim de que se consiga ou a redução dos gentios pelo meio de persuasão ou arruiná-los de todo para que vivam sossegados os moradores daquelas vizinhanças em quem eles tem feito repetidas hostilidades..."[104]

Ainda utilizando os pensadores do século XVI e identificando as continuidades nas ideologias sobre os índios, vejamos Las Casas, para quem controlar e pacificar os índios segundo a lei de Deus, era vantajoso para a Coroa.[105] Esta alegação de ordem econômica está sempre presente na documentação mineira enviada aos governadores ou mesmo ao Rei:

"... o gentio silvestre que a longos anos se continha nos confins do Cuieté agora atravessando sem medo o Rio Doce tem cometido nos últimos habitantes do círculo deste

---

[102] CAMPOS, Antonio Pires de. Breve notícia que dá o Capitão Antônio Pires de Campos em 20 de maio de 1723. In: : TAUNAI, Afonso de E. Relatos Sertanistas.(org.). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp., 1981

[103] SEPÚLVEDA, Gines . Democrates secundo. De las causas de la guerra contra los índios. Madri; Instituto F. de Vitória, 1951. Appud: Todorov. T. Op. Cit. P. 186

[104] "...Memória que se deve observar na derrota que tem de seguir o Cap. Antônio Cardoso de Souza para a conquista do gentio a que vai destinado e do que há de praticar nesta importante diligência 9 de abril de 1769. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) Códice: 18,2,6 doc 308 p. 1417

[105] TODOROV, T. Op. Cit. p. 205

termo os mais horríveis e funestos estragos por seus insultos feroz e antropofágico, por cujo motivo muitos dos mesmos habitantes fugindo a morte tem lastimosamente desamparado as suas fazendas que constam de terras minerais e de culturas não só em gravíssimo prejuízo aqueles, como do bem público, dos dízimos e reais quintos... "[106]

Estas permanências podem ainda ser vistas nas discussões travadas dentro do próprio Império português. Em 1570, o rei de Portugal ordenava que:

"... daqui em diante se não use das ditas partes do Brasil, de modo que se até agora usou em fazer cativos os ditos gentios, nem se possam cativar por modo nem maneira alguma, salvo aqueles que forem tomados em Guerra Justa... aqueles que costumam saltear os portugueses ou a outros gentios para os comerem... "[107]

Em 1702, pela Carta Régia de 21 de abril, o Rei determinava que o cativeiro indígena estava proibido, mas a administração dos índios por tempo determinado era admitida às pessoas que voluntariamente os trouxessem dos matos de maneira pacífica.[108]

A partir destes exemplos de como Sepúlveda e Las Casas pensavam a questão indígena e de como a legislação e os mineiros durante o século XVIII agiram com os índios, pode-se perceber a manutenção de um corpo de idéias a eles referentes, sem que sofressem alterações substanciais num período de tempo longo, e em espaços físicos bastante distintos.

Isto nos leva a pensar a questão da longa duração como *locus* privilegiado para a percepção das manutenções mentais. Por isso, neste texto, a longa duração está sendo utilizada em vários momentos ao lado de enfoques que privilegiam a análise detida nos detalhes das expedições e a história regional vista pelo Sertão Mineiro.

Como se pode perceber, as justificativas para a Guerra Justa e a conseqüente possibilidade de aprisionamento dos indígenas, permaneceram no tempo e em espaços geográficos diferentes. Ainda que a legislação portuguesa tenha em diversos momentos tentado impedir esta escravização, na realidade, pouco conseguiu efetivamente.

Havia um ponto positivo para a elite mineira no que se refere aos constantes ataques que os indígenas faziam à sociedade. O "barbarismo" destas tribos legitimava a Guerra Justa, o extermínio e mesmo a escravidão. Eram inferiores e teriam sido feitos por Deus para servirem aos superiores ou não atrapalharem. Os colonos viam as Guerras Justas como uma opção para adquirirem mão-de-obra e, conseguirem assim, desenvolver suas atividades econômicas. Para os religiosos, o barbarismo justificava a necessidade da catequese e transformava o religioso em um mártir a serviço de Deus. Era preciso transformar *"bestas humanas e feras"* em cristãos.[109].

O Padre Manoel Vieira Nunes em sua carta escrita ao Conde de Valadares relatando suas opiniões sobre alguns grupos indígenas que habitavam o aldeamento de Laranjeiras, volta a ser importante para a discussão. Conforme já visto, ao descrever algumas tribos de índios com os quais a sociedade colonial conseguia travar algum tipo de relação, concluí afirmando que não se podia acreditar que os índios eram amigos dos portugueses, mas sim, estariam apenas usando-os segundo seus próprios interesses. Entretanto, agora, o foco sobre sua carta, é a sua explicação e justificativa para a escravidão indígena.

Depois de ter concluído serem os índios Capochós e Aimorés, rebeldes, infiéis, dissimulados, vorazes devoradores de carne humana e possuidores de outros defeitos, declara que *"... enquanto seu orgulho não for prostrado como justamente pode e parece se deve efetuar até os reduzir sendo necessário e*

---

[106] Representação dos oficiais da Câmara de V. Nova da Rainha para D. Maria I. Arquivo Ultramarino Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro . Códice: cx 142. Documentos 53 cd 42 Local: Vila Nova da Rainha. 3 de janeiro de 1796

[107] LEITE, Serafim. História da Cia de Jesus no Brasil. Tomo 2. Rio de Janeiro, 1943. p. 207

[108] Carta Régia de 21.4.1702. Apud: CARVALHO, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e. Carta ao Provedor da Real Fazenda em 15.11.1774. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol 84, p. 101.

[109] RAMINELLI, Ronald. Op. Cit

conveniente a escravidão por ser a causa da nossa guerra agressiva e juntamente defensiva com título muito justo em direito fundado..."[110]

Continua a carta utilizando-se de elementos medievais para justificar a Guerra Justa: *"... e os prisioneiros de justa guerra não sendo católicos tem por direito comum imperial a pena de servidão perpétua..."*[111]

Para o padre, estes índios eram tão bárbaros que sua servidão estaria plenamente justificada. Chega a afirmar que nem mesmo alguns negros africanos eram tão bárbaros como estes, e que *"... bem pode ser que da Costa da Guiné para cá tenham passado negros e servos com muito menos justificado do que estes bárbaros principalmente os aimorés..."*[112]

Aos que defendiam a não escravização indígena, alega que suas posições poderiam parecer absurdas. Entretanto, é de opinião que estas posturas favoráveis aos indígenas haviam partido de *"...sujeitos nada zeladores do bem comum..." e com "... simulada piedade estabelecida nesta América..."*.[113]

Os religiosos tiveram um papel muito complexo no que se refere às atitudes com relação aos índios. Em vários momentos aproveitaram-se de uma situação não muito bem definida, e obtiveram algum tipo de controle sobre uma mão-de-obra bastante significativa. Muitos conseguiram autorização e ajuda para entrar nos Sertões e catequizar os índios. Todavia, na maioria dos casos, estes religiosos passavam a controlar – via doação de sesmaria para o aldeamento – uma enorme faixa de terra. Usavam os índios como mão-de-obra, compravam escravos africanos, recebiam ajuda do governo e acabavam por arrendar partes das terras que pertenciam aos índios aos colonos. Estes, além da terra, obtinham também os indígenas como trabalhadores mediante um aluguel pago diretamente ao religioso. A lei determinava que esta jornada de trabalho fosse apenas por um período estabelecido, devendo o indígena voltar ao aldeamento ao término do prazo. Entretanto, era comum o índio permanecer em poder do fazendeiro e aparecer, anos depois, em seus inventários - como índios administrados.

Esta situação permaneceu até o século XIX e o Aldeamento do Etueto é um exemplo desta situação. O aldeamento da Imaculada Conceição do Etueto foi criado durante o ano de 1875, no Vale do Manhuaçú, para abrigar os índios Puri, vistos como empecilho ao desenvolvimento econômico da região, não só porque eram índios violentos e arredios ao contato com o branco, mas também porque viviam em violentas e intermináveis guerras com os Botocudos provocando, desta maneira, uma onda generalizada de insegurança local. A razão da inimizade entre os Puri e os Botocudos estava nas tentativas de controle das terras na região pelos dois grupos. Este problema ficou ainda mais acirrado a partir do momento em que os Puri começaram a penetrar cada vez mais para o interior de Minas Gerais fugindo do avanço provocado pela expansão do café e encontrando pelo caminho seus inimigos Botocudos.

O Aldeamento do Etueto traz em seu interior elementos que permitem a análise e a compreensão de uma estrutura maior: a do complexo mecanismo de acesso à terra e obtenção/controle da mão-de-obra no Brasil Imperial nas regiões que não se inseriam na estrutura agrária exportadora, e que possuíam, teoricamente, uma fronteira agrícola aberta, ou quase. Desta maneira, os índios do aldeamento passaram efetivamente a fazer parte da reserva de mão-de-obra da região.

Já no ano de 1878, o aldeamento estava sofrendo um processo de extinção causado, entre outros fatores, pelo pouco ou nenhum sucesso com os índios. Além do que, seu administrador, um religioso capuchinho de nome Frei Miguel Maria Angelo de Troina, estava sendo acusado de roubo, fraude, e por permitir a entrada de fazendeiros nas terras pertencentes aos índios provocando desta forma, a fuga de quase todos.

O aldeamento havia sido estabelecido numa região extremamente fértil, porém de difícil acesso e isolado das demais áreas. Isto facilitou o controle sobre a doação de terras pelo religioso e em pouco tempo ele se tornou o principal recebedor de rendas provenientes dos arrendamentos. Havia, inclusive, um documento impresso onde o religioso dava ao arrendador das terras o direito de ocupar determinada área.

---

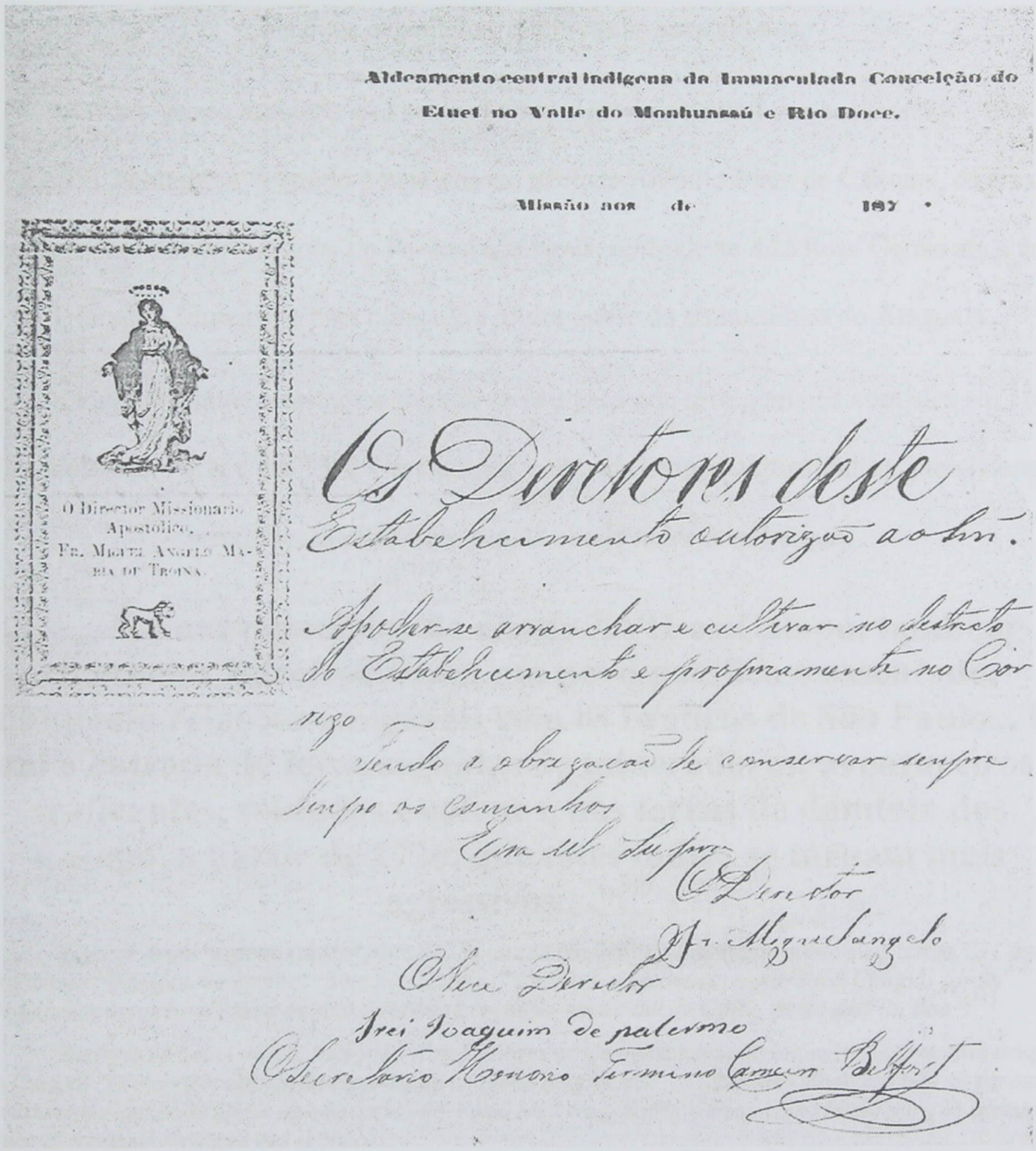
[110] Carta do Padre Manoel Vieira Nunes ao Conde de Valadares. Sem data. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional , Seção de manuscritos. Códice 18,2,6 doc 321

[111] ibidem

[112] ibibdem

[113] ibidem

Figura 13- Documento de doação de terras do Aldeamento do Etueto - 1875



Aldeamento central indigena da Immaculada Conceição do Etuet no Valle do Monhuassú e Rio Doce.

Missão aos de 187

O Director Missionario Apostolico, Fr. Miguel Angelo Maria de Troina.

Os Diretores deste Estabelecimento autorizão ao Snr.

Apoder-se arranchar e cultivar no destricto do Estabelecimento e propriamente no Corrego

Tendo a obrigação de conservar sempre limpo os caminhos

Era mil Supra

O Director

Fr. Miguel Angelo

O Vice Director

Frei Joaquim de palermo

O Secretario Honorio Firmino Carneiro Belfort

Fonte: Biblioteca Nacional. Manuscritos. I-48,16,20. Rio Doce. Aldeamento indígena

Rapidamente, estes fazendeiros tomaram posse definitiva destas terras e expulsaram as famílias indígenas. Em função de todos esses problemas a Diretoria Geral dos Índios oficiou ao Presidente de Província de Minas Gerais pedindo a extinção do aldeamento pelo fato dele ser um *"inútil sorvedouro de partes das rendas públicas"*[114] Após a extinção, seus poucos índios se dispersaram ou se mantiveram vivendo nas terras que faziam parte do mesmo, sem contudo, receber qualquer auxílio do governo[115].

---

[114] Relatorio do Diretor Geral de Índios ao Presidente da Província, Antonio Teixeira de Souza Magalhães. em 18 de agosto de 1887.

[115] De acordo com o Decreto n.. 426 de 24 de julho de 1845, os índios que vivessem em um determinado aldeamento, no momento de sua extinção deixariam de receber estes auxílios, mas

Apesar dos aldeamentos terem sido utilizados como um facilitador sobre o controle da mão de obra indígena, a maioria dos índios do Sertão não o admitiam. Daí, as constantes expedições punitivas às suas aldeias.

Um grupo indígena que sofreu perseguição implacável dos colonos foi o dos Caiapós, habitantes, segundo o bandeirante paulista Antonio Pires de Campos, da área compreendida desde "...a zona do Pardo e Camapuã, no Sudeste de Minas Gerais até a área ... do Triângulo Mineiro; e para cima até a altura quase da embocadura do Araguaia..."[116].

Segundo Neme, a primeira entrada de paulistas que teve contatos com eles em 1608 foi amistosa. Porém, em 1612 Garcia Roiz Velho aprisionou alguns índios que viviam próximos às vilas e em paz. O citado autor conclui que:

"... nos princípios do século XVII os Caiapó, também chamados Bilreiros, eram um povo pacífico e assentado, mantendo relações amigáveis com os brancos de São Paulo... É com a entrada de levas seguidas de mineradores, aventureiros e traficantes, soldados e colonos, nas terras de domínio dos Caiapó, a partir de 1726, que estes índios se tornam mais agressivos...."[117]

A partir desta "agressividade", ou seja, da recusa em facilitar o domínio sobre suas terras, os Caiapó se tornaram "inimigos do Estado". Segundo Karash, *"em 1741 aproximadamente 8000 Caiapós foram escravizados pelos Paulistas e os sobreviventes se refugiaram no Sul de Goiás, perto de Vila Boa".*[118]

Barbosa dá conta de que o capitão Antonio Pires de Campos, tentando impedir os constantes ataques dos Caiapós, fundou três aldeias de Bororos no caminho para Goiás: *"...Sua finalidade era não só garantir os viandantes que se dirigiam àquela capitania, como também constituíram-se como bases para as investidas contra os terríveis inimigos dos brancos..."*[119]

As principais aldeias Caiapós localizavam-se em território goiano, mas estes indígenas usavam a região do Campo Grande para caça e movimentação. Nestes momentos atacavam fazendas e povoados,

---

ficariam de posse das terras que haviam sido demarcadas. Entretanto, isto só aconteceria se os índios tivessem *"um bom comportamento e [se quisessem] ficar nas mesmas terras, apresentando um modo de vida industrial, e principalmente agrícola...:"*

[116] NEME, Ségio. Dados para a história dos índios Caiapó. In: Anais do Museu Paulista. n. 23, 1969 . p. 190-248

[117] Ibidem p. 120 e 129

[118] KARASH, Mary. Conflito e resistência interétnicos na fronteira brasileira de Goiás nos anos 1750 a 1890.In: Revista da SBPC, Curitiba, n. 12. 1997. p. 35

[119] BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e quilombos em Minas Gerais. Belo Horizonte: s/Ed. p. 88

matando e roubando criações, roupas, enfim, o que pudessem levar. Em 1701, eles haviam atacado nas Lavras de Nossa Senhora dos Remédios, território atualmente pertencendo a Mato Grosso:

"... deu o gentio Caiapó um assalto nas Lavras... aonde matou oitenta e cinco pessoas, quatro homens brancos e os demais pretos que andavam trabalhando em serviço de minerar. Deu nas fazendas do doutor Francisco Pereira dos Guimarães e na de Agostinho de Faria Castro por onde matou toda cousa viva que achou pôs fogo e roubou o que lhe fez conta. Passou para o distrito de Cocais onde matou três escravos de Salvador R. de Siqueira e pelos sítios circunvizinhos a mais de cinqüenta pessoas abrindo as crianças pelo meio fazendo em pedaços pondo fogo as casas roubando aquilo que lhe fazia mister..." [120]

Os contínuos ataques foram a razão que as autoridades queriam para justificar a Guerra Justa, o aprisionamento de cativos e o controle da região. Assim, em 1736 foi autorizada a Guerra Justa contra os Payaguases e seus confederados, ou seja, os Guaycurus e os Caiapós.

"... Atendendo as muitas queixas que me tem feito os viandantes do caminho das Minas dos Guaiazes e a representação que me fizeram os roceiros e moradores do mesmo caminho das hostilidades e estragos que o gentio caiapó tem feito assim nas roças como em algumas tropas e ao que S. Majestade pela sua real ordem de 5 de março de 1732 foi servido ordenar que se fizesse guerra aos Gentios Paiaguazes e todos os seus confederados e os mais que infestam o caminho das Minas, havendo precedido as devassas pelas quais foram culpados assim os referidos gentios Paiaguazes como esse mesmo gentio Caiapó que barbaramente continua nos seus insultos e quererem os Suplicantes a sua própria custa dar o castigo que merece este atros delito pela utilidade e que se segue a segurança dos quintos de Sua Majestade e aumento de sua real fazenda e bem público. Mando que pessoa alguma lhe não ponha impedimento antes lhe dêem toda ajuda e favor que lhe for pedido para com mais facilidade se conseguir o desejado efeito desta diligência cujo serviço haverá Sua Majestade por bem e poderá premiar como for servido". [121]

Ao que tudo indica, a situação não foi resolvida e, em 1740, D. Luis Mascarenhas, governador de Goiás, decretou o aprisionamento de índios Caiapós e Paiaguás que foram capturados em Guerra Justa, tendo em vista seus constantes ataques.

" ...Por quanto é conveniente evitar as contínuas mortes e repetidos insultos e grandes estragos que o gentio bárbaro da nação Caiapó ou Bororo proximamente tem cometido nas vizinhanças do Arraial do Ouro Fino termo desta Vila vindo insultar aos roceiros assistentes naquela paragem em suas próprias casas, matando-lhes suas mulheres, filhos e escravos, e também cavalos, porcos e mais criações, queimando lhe as casas em que habitam e aonde tem recolhido os seus frutos de que resulta grande prejuízo aos povos destas minas e a real fazenda de Sua Majestade. E sendo convocados em Junta os Ministros delas e outras pessoas mais, que todos uniformemente acertaram que era conveniente se praticasse com este gentio o que o dito Sr. Foi servido mandar observar com os Paiaguás e seus confederados Guaicurus e Caiapós: toda a pessoa que quiser ir explorar a campanha e dar nos próprios alojamentos daqueles inimigos para os fazer apartar destas povoações e livrar aos habitadores delas dos referidos insultos lhe prometo em virtude da dita Junta e em nome de sua Majestade de lhe dar por cativos todos os que apanharem e para que venha a notícia de

---

[120] SÁ, Joseph Barbosa de. Relação das povoaçoes do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios thé os prezentes tempos. (1775), Cuiabá, SEC/UFMT, 1975

[121] ARQUIVO DE SÃO PAULO. Documentos Interessantes. n. 22.1896

todos se publicará este bando a som de caixas nesta vila e se registrará nos livros da Secretaria deste Governo e aonde mais tocar. " [122]

Anos se passaram sem que as autoridades conseguissem efetivamente resolver o problema dos ataques indígenas e, em 1748, o coronel Antonio Pires de Campos obteve autorização para estabelecer aldeias de índios Bororos na área hoje conhecida como o Triângulo Mineiro para servir de escudo contra os Caiapós. Os Bororos deveriam andar " *...sempre explorando as estradas fazendo sortidas de umas partes para outras, especialmente pelas paragens em que o gentio caiapó costuma insultar aos viandantes e roceiros afim de os intimidar e evitar com esta diligência as suas hostilidades...* " [123]

Se no prazo de um ano os Caiapós ficassem sob controle, como recompensa por seus serviços, o coronel receberia o hábito de Cristo e mais 50$ de tença. Se este prazo de tranqüilidade se estendesse por três anos, ele receberia a mercê de proprietário de ofício de escrivão da Ouvidoria de Vila Boa. Entretanto, as coisas não saíram como deveriam. Um mês depois, D. Luis Mascarenhas deixava o governo da Capitania que foi anexada à Capitania do Rio de Janeiro e Gomes Freire Andrade nada fez para cumprir as promessas de Mascarenhas. Quando a capitania de Goiás foi novamente desmembrada, D. Marcos de Noronha que assumiu o governo, também não as cumpriu.

O Capitão Antonio Lemos e Farias não estava exercendo seu maior dever que era o de manter as estradas e os caminhos livres dos Caiapós para que os viajantes e os comerciantes pudessem se locomover com tranqüilidade. Sua situação complicou-se ainda mais quando três índios Bororos fugiram da vila onde ele se achava e foram à presença do Conde de Noronha contar que queriam um novo capitão, e que todos estavam descontentes com Antonio Lemos porque *"...a única vez que saiu com eles as sertão foi com tão grande equipagem que lhe servia mais de embaraço do que de utilidade a sua pessoa ...".* [124] Os índios exigiam também que fosse escolhido um novo capitão e que este fosse paulista. Os indígenas conseguiram o que queriam. O capitão escolhido foi realmente um paulista e do agrado desses índios porque era *"...muito capaz de andar no sertão, do que há larga experiência..."* [125]: o capitão João Pinto de Godói. Este documento é importante porque além de demonstrar que, em alguns casos, os índios conseguiam barganhar e obter o que desejavam, aponta também para a manutenção pelas autoridades de um costume indígena, ou seja, a inimizade entre tribos. Tal inimizade favorecia claramente aos colonos uma vez que, destruído um grupo, diminuia a quantidade de índios não amistosos para se preocuparem.

Em 1782, Pamplona liderou uma expedição que tinha por objetivo exterminar este grupo e limpar a área. Ao que tudo indica, não conseguiu realizar plenamente seu intento, já que Cláudio Manoel da Costa em 1824, relatava que na área que dividia a Capitania de Minas Gerais com a de Goiás era grande o número de Caiapós, *"que em contínuo giro anda acometendo aos viandantes, que por aqueles sertões transitam..."* [126]

Os índios do grupo Botocudo sofreram também uma perseguição implacável. Eram acusados de serem terríveis e de não aceitarem qualquer contato pacífico. Há que ressaltar, contudo, que eram denominados como Botocudos todos os índios que usavam botoques nos lábios e nas orelhas, não faziam parte do grupo Tupi e eram hostis ao contato com o branco.

O grupo Puri, confundido inúmeras vezes com eles, vivia no Sul de Minas Gerais, no Norte do Rio de Janeiro, no Sudoeste do Espírito Santo e no Nordeste de São Paulo e

---

[122] ibidem

[123] ibidem p. 210 a 13

[124] Carta do Conde de Noronha ao Sr. Manoel de Campos Bicudo. 16.4.1753. 1,4,1 Papeis Vários Documento 19 - Biblioteca Nacional

[125] Ibidem

sofreu constantes guerras justas. Os que restaram foram, muitas vezes, transportados de um lado para outro a fim de liberar novas áreas de terras aos colonos. Desta forma, índios que viviam em Minas Gerais foram levados aldeados para o Espírito Santo para abastecer a região com uma mão-de-obra alternativa e mais barata que a escrava. Assim, ficava mais difícil a fuga porque eles perdiam seus referenciais geográficos e culturais.

O Comandante do Arraial do Cuieté, em uma carta enviada ao Governador Valadares, reclamava destes mesmos grupos e afirmava que eles eram muito bravos e que várias regiões eram povoadas e posteriormente despovoadas por causa deles:

...há sem dúvida que o gentio Botocudo e Poris são as nações mais brabas que há e os que tem infestado com distúrbios os moradores de Santa Rita, São José, Ribeirão do Macuco, Santa Anna do Abrecampo e o próprio Cuieté, despovoado três vezes por conta do mesmo, roubando e destruindo tudo de tal sorte que se acham muitos sítios desertos e povoações solitárias... a causarem os danos que se experimentam fazendo com o temor das suas crueldades que os moradores se não alarguem a explorarem os córregos que se acham na Barra do rio Cuieté até o Mainguassu..."[127]

***No ano seguinte, em uma outra carta, confirmava a natureza agressiva dos Botocudos e afirmava serem antropófagos,* "sustentando-se de carne humana, tanto dos índios que matam como dos católicos...". *Em função de todos os problemas causados pelos Botocudos, sugere sua completa extinção*[128].**

---

[126] COSTA, Cláudio Manoel da. Memórias e notícias referentes a Provincia de Minas Gerais. - Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos - II. 36,9,30

[127] Carta de Paulo Mendes Ferreira, Comandante do Cuieté ao Governador Valadares, em novembro de 1769. Arquivo Conde de Valadares - Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos - 18,2,6

[128] Carta de Paulo Mendes F. Campelo ao Conde de Valadares, em 23 de abril de 1770, Cuieté. Arquivo Conde de Valadares -Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos. 18,2,6 doc. 229

Entretanto, alguns dias antes, já havia sido dada uma ordem de ataque a estes indígenas acusados de responsáveis por algumas mortes na região do Pegabem.[129]

Os Caitaguás ou Caitaguases, outro grupo indígena da região de Minas Gerais, habitavam o Centro, o Oeste e o Sul de Minas Gerais até o século XVIII e segundo Oillan Junior[130], foram os que "*sofreram mais rudemente a ação escravizadora dos bandeirantes do ciclo paulista...* "[131] Além do que:

"... Sem meios para se oporem aos avanços dos rudes e indomáveis homens das bandeiras, acabaram vencidos, exterminados no próprio solo que ocupavam ou, em hipótese mais feliz, levados como prisioneiros para a orla marítima..."[132]

Em 1773, o rei português decretou que, diante das constantes reclamações contra estes índios, estava estabelecida a Guerra Justa:

"...Sua Magestade, que Deus guarde atendendo as devassas e representações que se lhe mandarão sobre as mortes, roubos e insultos que tem feito os gentios Payaguazes [Cataguases]e mais bárbaros que infestam essas Minas e o seu caminho foi servido mandar lhe dar guerra para a qual manda assistir com armas. pólvora e bala e os mais petrechos necessários declarando a todos os gentios que se aprisionarem por cativos e que estes sejam repartidos pelas pessoas que se empregarem na dita guerra..."[133]

Há uma grande diferença entre o que é pensado e o que é feito. O índio que precisava e merecia ser aldeado era aquele considerado manso, ou seja, o que aceitava pacificamente ser explorado economicamente pelos fazendeiros da região. Os que não aceitavam, sofreram processos de extermínio:

---

[129] ibidem p. 1055

[130] JOSÉ, Oillan. Indígenas e Minas Gerais. Aspectos sociais, políticos e etnológicos. Belo Horizonte: Edições Movimento-perspectivas. 1965. P. 11 e ss

[131] Ibidem

[132] Ibidem p. 19

[133] Carta do Conde de Serzedas para Antonio Pires de Campos 15 de outubro de 1733 1,4,1 Papeis Vários Documento 18 - Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos -

"... e quando este gentio se mostre renitentes aos amigáveis persuasões que se lhe fizerem e sem atenção se queiram levantar e opor com violência neste caso, e justamente deve usar das armas para sua defesa."[134]

"... creia me v. Ex.a. propriamente as minhas suplicas que enquanto senão extinguir estes bárbaros gentios receio muito a povoação da terra"[135]

A questão da escravização destes grupos humanos foi um dos fatores responsáveis pelo processo de extermínio pela qual passaram, e também por um paulatino esvaziamento demográfico da região. Isto não ocorria apenas em Minas Gerais. As regiões do Grão-Pará e Maranhão também passavam por um processo semelhante, também causado pela diminuição dos grupos indígenas. Mendonça Furtado, Governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em uma de suas muitas cartas a seu irmão Pombal, afirmava que as tropas de resgates, tão em voga na região, eram na realidade, um grande problema, porque além de enganarem os índios e os aprisionarem para vendê-los como escravos, serviam também para *"...ser uma das principais causas de se despovoarem as terras dos domínios de Sua Majestade e de em conseqüência, fazer mais poderosos aos nossos confinantes..."*.[136]

Em Goiás, durante o século XVIII, a escravização dos indígenas acarretou inúmeros problemas ao seu Governador, D. Marcos de Noronha. Em várias cartas ao Rei, afirmava não ter como controlar o fato. A situação se agravava por causa da Carta Régia de 21 de abril de 1702, que decretava a proibição do cativeiro, mas liberava a administração por tempo limitado dos índios que fossem atraídos pacificamente.[137] O Governador afirmava que tal administração era, na realidade, um cativeiro disfarçado e :

"... ainda mais rigoroso do que os dos negros, porque como os senhores compram estes por muito maior preço, tratam-os com muito mais cuidado: ordinariamente o índio administrado anda nu e sua sustentação não passa de um pouco de milho. Se ausenta da casa do administrador é preso e escoltado asperamente ..."[138].

Neste mesmo ano, o Governador, referindo-se à uma Bandeira enviada ao Norte da Capitania com o objetivo de fazer guerra defensiva aos índios que estavam atacando a população, afirmou que a expedição era na realidade uma farsa, porque atacariam índios com o objetivo apenas de os aprisionarem como cativos. Diz que não tinha condições de evitar estas atitudes porque se começasse a castigar as pessoas que se lançam a

---

[134] Instrução e despedição que faz desta Estancia de São Simão do Rio da Ajuda da ordem do Ilmo Exmo Sr Conde de Valadares e General da Capitania de Minas Gerais, no dia 4 de setembro de 1769 Arquivo Conde de Valadares - Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos- 18,2,6 documento 3

[135] Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Governador Valladares , em 15 de novembro de 1769 Arquivo Conde de Valadares -Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos- 18,2,6. Documento 19

[136] Carta de Francisco Xavier de M. Furtado ao Marquês de Pombal. In: MENDONÇA, Carneiro de M.(org). A Amazonas na Era Pombalina. Correspondência inédita do Governador e Capitão General do Estado do Grão Pará e Maranhão- Francisco Xavier M de Furtado, 1751-1759. Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963. 28ª Carta p. 290 e ss.

[137] Carta Régia de 21 de abril de 1702. Apud: Carvalho, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e carta ao Provedor da Real Fazenda em 15 de novembro de 1774. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro vol. 84, p. 101

[138] Carta de D. Marcos Noronha. Correspondências com a Corte. 20 de janeiro de 1751- SDEGO Livro 192. p. 43. Apud: CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos indígenas: Goiás. 1749-1811. São Paulo: Nobel; Brasília:INL, 1983. p. 71

tais empreendimentos iria provocar *" ...uma revolução nos ânimos dos moradores que se persuadem que matar índios está tão longe de ser homicídio que o julgam um ato de virtude.. ".* [139]

Além do que, continuava o Governador, eles não davam ouvidos nem as ordens dele e nem às do próprio rei[140].

A escravização de índios e o seu uso sistemático durante o século XVIII nas áreas que estavam fora do eixo econômico destinado ao abastecimento externo, tem proporcionado alguns debates calorosos. Há os que defendem que não era uma prática geral e que, mesmo nas regiões mais interiorizadas, já haveria neste momento uma predominância de mão-de-obra escrava de origem africana.

Contudo, as fontes têm demonstrado que estas afirmativas precisam, no mínimo, ser repensadas. A escravização de índios foi, durante todo o século XVIII, uma constante na vida de fazendeiros de Minas Gerais ainda que os religiosos ou os Diretores das Aldeias tentassem, em alguns poucos casos, minimizar este uso ou mesmo impedi-lo. As fontes têm demonstrado também que no século XIX, os índios eram utilizados como mão-de-obra cativa, ainda que sob diferentes disfarces.[141]

A escravização indígena, legítima ou não, mas disfarçada quase sempre, pode ser vista de diferentes maneiras e em locais e períodos distintos:

Em 1701, o Governador da Capitania do Rio de Janeiro, escreveu para o Rei dando conta de que algumas pessoas queriam acompanhar Garcia Rodrigues em direção à nova povoação que ia se formar as margens do Paraíba. Entretanto, estavam com medo de que os *"...carijós da sua administração... poderão fugir...*". O Rei respondeu a carta afirmando que *"... e não tendo os índios justa causa para fugirem para o que serão ouvidos e se examinará a que tiveram para este feito, os façais logo restituir a seus donos quando se averigúe que não houve razão lícita para se ausentarem... "*

Esta resposta é bastante interessante. Primeiro, o fato dos índios estarem sendo usados como uma mão-de-obra e afastados de sua vida tradicional, não seria motivo suficiente para que fugissem. A única causa aceita pelo Rei seriam os maus tratos. Entretanto, como seriam constatados se os índios realmente fugissem? Caso a fuga fosse sem motivos justos, deveriam ser entregues novamente a seus *"donos"*. É curioso que o próprio Rei não os tratasse como administradores, e sim como donos dos carijós. É oportuno salientar que "carijó" era todo índio escravo e o termo era usado para diferenciá-los dos escravos negros.

Em 1718, o Conde de Assumar, perdoava os amotinados da Vila de Pitangui com receio de que a região se esvaziasse novamente facilitando assim, a vida dos quilombolas e dos índios. No documento abaixo, percebe-se que além do perdão, os amotinados receberam grandes benefícios, dentre eles, a diminuição nos impostos sobre negros e carijós, ou seja, escravos indígenas:

"...concedo a todos, tanto a uns como a outros [amotinados e pessoas que quisessem ir para Pitangui], uma cobrança de quintos com suavidade, sendo que os novos moradores da vila que tiveram mais de dez negros ou carijós, nos próximos dois anos, só pagarão metade dos quintos; serão dadas aos novos moradores que tiverem família, por sesmarias "in perpetum" a eles e seus descendentes, terras para suas lavouras ..."[142].

---

[139] Carta de D. Marcos Noronha ao Ouvidor Geral Agostinho Luis, em 4 de outubro de 1751. SDEGO. Livro 192 p. 211v. Apud: CHAIM, Marivone Matos. Op. Cit. p. 83-84

[140] ibidem

[141] Relatórios dos Diretores de Índios .SG 04,07,12,15,20,21,22,24. Arquivo Público Mineiro

[142] Bando de Assumar em 30 de maio de 1718. Citado por MARTINS, Tarcísio José. Quilombo do Campo Grande: a História de Minas roubada do povo. São Paulo: Gazeta maçônica, 1995 p. 27

O Conde de Noronha, escrevendo em 1754 para João de Godói Pinto da Silveira, afirma que havia recebido a sua carta onde ele relatava sua entrada aos sertões mineiros. Nesta carta estava escrito também que durante a conquista ele havia sido perturbado pelos agrestes e que teria perdido, por causa de uma doença, seis Índios Bororos de muita serventia para ele porque eram treinados no uso das armas. Além do que, reclamava também que em um ataque feito à uma aldeia indígena (não informa qual) havia conseguido aprisionar poucos índios. O Conde lhe respondeu de maneira ambígua dizendo que não poderia concordar com o fato de que a expedição fosse dirigida a aprisionar índios dentro de suas aldeias, posto que o Rei proibia. Mas que ficava satisfeito pelo fato da expedição ter sido bem coordenada e explicava que possivelmente não havia sido mais lucrativa porque dias antes, dois "caciques" haviam abandonado a aldeia.

"...que bem se podia esperar uma gloriosa vitória, se os alojamentos em que estavam os gentios fossem tão populosos (como seriam) se não tivessem saído antecedentemente os dois caciques com as suas Bandeiras uma para a parte do Mogy do Campo outra para estas partes de Goiás sendo este o motivo porque V.M. fez menos prezas do que queria..."[143]

Continuava a carta reafirmando que o Rei não queria violências contra os indígenas, mas lembra que ele não a proibia quando os índios atacassem as expedições. Neste caso estaria liberado o uso de violência *"iguais ou ainda muito maiores"*. E que o Rei *".... só quer usar força da necessidade quando de outra maneira não pode rebater os insultos que o mesmo gentio ordinariamente está fazendo aos seus vassalos..."*[144]

Um outro exemplo do uso de índios como escravos pode ser apreendido na carta que Paulo Mendes Ferreira Campelo, Comandante do Arraial do Cuieté enviou ao Governador Valadares em novembro de 1769, dando-lhe várias notícias do estado em que se encontravam as entradas ao sertão. Dizia ele também que seria muito útil se as pessoas envolvidas na conquista da região e no aprisionamento de gentios, não os pudessem reparti-los entre si sem que antes todos fossem entregues ao Comandante para que ele os distribuíssem entre os que pudessem instruí-los na fé. O objetivo do Comandante era:

"... evitar o pernicioso meio de cada um fazer seu o que apanha e distribuí-lo debaixo de algum interesse próprio como se tem visto...."[145]

Em 1770, o capitão Pedro Bueno, paulista e fugitivo da Justiça em São Paulo, morador em uma ilha no Rio Doce, possuía escravos carijós que trabalhavam faiscando ouro nas proximidades da fazenda. Estes escravos, segundo o documento, não se afastavam muito das imediações da propriedade por temerem os

---

[143] Carta do Conde de Noronha para João de Godoi Pinto da Silveira Arraial de Prairas 11 de janeiro de 1754 (Goiás) , Biblioteca Nacional doc. 17 - 1,4,1 papeis vários.

[144] Ibidem

[145] Carta que Paulo Mendes Ferreira Campelo, Comandante do Arraial do Cuiethé enviou ao Governador Valadares em novembro de 1769. Biblioteca Nacional 18,2,6 Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos)

"bugres" que por ali viviam.[146] Os "bugres" eram os indígenas que não haviam sido aculturados ou que eram agressivos e ferozes.

Em seu testamento, Ignácio Correia de Pamplona[147], afirmava ter gasto uma considerável soma com as despesas feitas na expedição de 1769. Entre seus gastos havia o pagamento *"...dos que andavam com a corda..."*, ou seja, eram índios prisioneiros de alguma tribo que foram comprados por Pamplona. De acordo com a lei, estes se tornavam assim, propriedades do comprador por um período de tempo estipulado.

Um inventário de Sete Lagoas em 1832 nos informa que Manoel José Machado era proprietário de 36 escravos[148]. Destes, 23 eram de descendência africana e 13 eram indígenas, e aparecem identificados no documento como sendo gentios. Dos 13 índios, 11 eram adultos e dois eram idosos, todos do sexo masculino, e seus valores equiparavam-se com os dos escravos de descendência africana.

Este inventário é um indício de que a escravidão indígena foi usada durante muito tempo em determinadas áreas. Infelizmente não há como sabermos a que grupo eles pertenciam, mas é provável que sua aquisição tenha se dado através dos administradores que controlavam os diversos aldeamentos espalhados em Minas Gerais, conforme visto anteriormente. Era opinião corrente entre as autoridades leigas que os administradores negociavam com fazendeiros a utilização de mão-de-obra indígena, em troca de um aluguel que nunca ia para as mãos dos índios. O aluguel era algo legal, mas deveria ser por um tempo determinado e com vencimentos. O que acontecia era que, na maioria das vezes, os indígenas eram alugados e quem recebia os vencimentos eram os administradores. Outro fator é que esses índios não eram devolvidos aos aldeamentos, acabando por entrar, com o passar dos anos, nas listas dos escravos do fazendeiro.

Em alguns episódios, esta situação mudava um pouco. Em 1772, o índio João, vindo da Capitania do Maranhão, que estava vivendo *"debaixo das obrigações do mais rigoroso cativeiro"* foi vendido pelo Cônego Francisco Ribeiro da Rocha como cativo, juntamente com alguns bois e outros escravos, a Cipriano Pereira de Azevedo. O Conde de Valadares, imediatamente ordenou que se soltasse o índio e lhe fosse restituída a liberdade.[149]. Em novembro, os Cônegos Francisco e José Botelho foram presos devido ao cativeiro ilegal do índio. [150]

Por tudo isto, fica evidente que a questão da escravização de indígenas durante o século XVIII precisa ser revista e pesquisada com maior profundidade. Mesmo que ela não tenha sido, neste momento, de caráter estrutural como a africana, ela existiu e foi pelo menos em determinadas regiões da Capitania, essencial aos projetos de colonização e povoamento.

---

[146] Roteiro da paragem do rio Doce para Serra da Escadinha de 1770 - Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) documento 165 - 18,2,6

[147] Testamento de Ignacio Correia Pamplona, de 1821. São João del Rei, Cx 100

[148] Inventário de Manoel José Machado. Sete Lagoas, Minas Gerais. 1832. Arquivo Nacional- Rio de Janeiro.

[149] Carta de Conde de Valadares a João da Silva Tavares, em 3 de julho de 1772. Arquivo Ultramarino. Cx. 103, doc 6, cd. 29 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

[150] Carta de Conde de Valadares ao Marquês de Pombal. Em 20 de novembro de 1772. Arquivo Ultramarino. Cx 103. Documentos 87, cd 30 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Pode-se perceber, portanto, que os indígenas em Minas Gerais foram vítimas de políticas que objetivavam transformá-los em uma reserva de mão-de-obra - quando pacíficos - ou exterminados em nome do sossego público e da segurança do povoamento da região, com base em um corpo de idéias que justificava a Guerra Justa. Desta forma, o povoamento, a criação de aldeamentos e as políticas de extermínio de alguns grupos faziam parte de um mesmo contexto, qual seja, a do alargamento e manutenção do Império Colonial Luso.

Entretanto, não eram apenas os indígenas que perturbavam o tal sossego público. Os negros também faziam parte dos pesadelos da população.

II- Os negros e suas representações

A África e seus habitantes

A Bíblia relata que após ficar durante quarenta dias fechado na arca com sua família e os casais de animais, Noé, uma vez baixadas as águas, resolveu dedicar-se à plantação da vinha. Um dia, embriagado, deitou-se completamente despido e dormiu em sua tenda. Seu filho caçula, Cam ali o surpreendeu e foi comentar com os irmãos, Sem e Jafé. Estes, ao saberem do estado do pai, o cobriram sem olhar para seu corpo. Quando Noé soube do que havia acontecido, em represália a atitude de Cam, amaldiçoou-o e a toda sua descendência dizendo: *"...Maldito seja Canaã, servo dos servos seja aos seus irmãos"... Bendito seja o Senhor Deus de Sem; e seja-lhe Canaã por servo..."*[151].

Começava assim, pelo menos para o mundo Ocidental Católico, a saga e o cativeiro do povo africano associado aos descedentes de Cam. A partir desta história, a Europa Cristã legitimava o cativeiro da África negra que, associado aos ensinamentos religiosos, serviria para purificar este povo amaldiçoado. Seria uma nova oportunidade para a redenção dos pecados do passado.

Ainda que a Bíblia tenha criado a primeira justificativa para o cativeiro dos africanos, não foi a única. Outras idéias que procuravam legitimar a escravidão surgiram através dos viajantes que percorriam aquele território desde o século XV. Suas descrições sobre os povos, formas de vida e de relacionamentos foram utilizadas pela sociedade cristã ocidental na elaboração de diversas imagens sobre os negros, que foram sendo forjadas não só nos contatos dos primeiros cronistas que visitaram a África, mas também através de crenças desenvolvidas a priori ao próprio contato. Iniciava-se assim, um lento processo de construção de representações sobre este povo com o objetivo maior de legitimar ou justificar a sua escravidão.

---

[151] Bíblia Sagrada. Gênesis, capítulo 9, versículos 20 e ss.

Zurara, Cadamosto, Alphonse de Saintonge e Pacheco Duarte Pereira, escrevendo entre o final do século XV e início do XVI, são apenas exemplos de como seus discursos foram sendo apropriados pelas elites para criar uma visão do que seria o africano e de suas possíveis utilizações.

As primeiras representações eram carregadas de idéias confusas que envolviam aspectos reais e mitos, fazendo com que o imaginário sobre a África ficasse envolvido nesta atmosfera. Para estes cronistas, a África era uma região tão diferente do que eles já conheciam ou admitiam que seria mais do que plausível existirem pessoas como as que Duarte Pereira descreveu ao tratar sobre o povo de uma região identificada como a Província de Toom: *"... E os moradores desta província tem rosto e dentes como cães, e rabos como de cão, e são negros de esquiva conversação, que não querem ver outros homens..."* [152]

Ou a de Alphonse de Saintonge que, em 1544, após descrever os negros de Angola, passou a relatar como seriam os habitantes do interior daquela região:

"... E au dedans de la Terre, bien loing, y a gens qui n'ont point de testes et est la test dedans la poictrine, et toute la reste forme d'homme. Et plus en oriant y en a d' autres Qui n'ont que ung ocul au front. Et au septentrion les montagnes de la Lune, y en a d'autres Qui ont les piedz comme de chièvre et aultres Qui ont visaige de chien et le reste forme d' homme. Et de la Terre d'Angola vers le cap de Bonne Esperánce, vers ' austre midy, les gens para la plus grand part, ne parlent point et ne font que sibler et ont forces beufz et vaiches..."[153]

Pode-se perceber que para estes autores, assim como outros de seu tempo, embora já se soubesse que os habitantes da África eram homens, a crença de que pelo menos alguns deles eram monstruosos e animalescos ainda se mantinha. Algumas destas imagens foram, evidentemente, criadas antes dos contatos. Todavia, estes não foram suficientes para acabar com as representações baseadas na crença e repletas de idealizações oriundas do mundo medieval. Por mais que os Descobrimentos tenham empurrado os europeus ao contato com outros povos e derrubado velhas crenças, as imagens arraigadas

---

[152] PEREIRA, Pacheco Duarte. Esmeraldo de Situ Orbis. Lisboa: Academia Portuguesa de História. 1988. p. 107

[153] SAINTONGE, Alphonso de. Cosmographic. Paris: Ed. De Georges Musset, 1904. P. 342. Apud. RANDLES, W.G.L. L'image du Sud-est Africain dans la literature européenne au XVI siècle. Lisboa,. Centro de Estudos históricos Ultramarinos. 1959. p. 166

vindas do período medieval permaneceram, tornando-se necessário então, explicar as diferenças encontradas de diversas maneiras[154].

Um fator que, segundo Cadamosto, contribuía para a animalidade destes povos era o calor excessivo de sua terra que impediria o desenvolvimento humano, animal, vegetal e cultural[155]. Era uma região difícil de ser habitada por homens.

"... E no dito país [Meli] não há animais quadrúpedes, pois todos morrem; não há animais para cavalgar nem para carga, porque não podem viver. E também muitos dos sobreditos árabes e azenegues adoecem no dito lugar, e outros morrem, e isto por causa do grande calor...e por causa desse excessivo calor, em certo tempo do ano, se lhes apodrece o sangue, de tal modo que se não fosse o remédio desse sal, morreriam..."[156]

Em momento algum, Cadamosto afirma que o calor poderia também prejudicar os negros habitantes da região. Somente os árabes e os azenegues, ou seja, os mouros, ambos pardos, portanto, quase brancos, sentiriam as agruras do clima. Pode-se deduzir que para Cadamosto, os negros não eram totalmente homens já que conseguiam viver sem maiores problemas na região. Eram tão primitivos que sua humanidade ainda não havia se desenvolvido completamente e caberia aos cristãos acelerar este desenvolvimento, mesmo que para isso utilizassem o cativeiro, pois, "...que pero a eles parecesse que vivendo assim viviam livres, em muito maior cativeiro jaziam seus corpos..."[157]

Para estes cronistas, os negros haviam sido enganados pelos árabes e caberia aos cristãos a missão de salvar estas almas perdidas através da verdadeira religião.

"...circoncisos sem saberem a razão porque a tal circoncisão fazem e costumam; somente dizem que o fazem por andarem limpos, e outros dizem que não fariam geração se se não circoncisassem, outros que assi o costumaram seus padres..."[158]

Um outro elemento que caracterizaria o estado bruto e primitivo do africano era o seu corpo. Este era observado e rotulado como disforme e horrível. O povo Azenegues[159], pardo e simpatizante do

---

[154] RODRIGUES, José Honório. A imagem da África. In: Brasil e África; outro horizonte. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. Vol. 1 p. 2

[155] CADAMOSTO, Luis de . Viagens de Luis de Cadamosto. Lisboa: Academia Portuguesa de História. 1988. p. 108

[156] Ibidem

[157] ZURARA, Gomes Eanes. Crónica de Guiné. Lisboa: Livraria Civilização Brasileira, 1994.p. 283

[158] PEREIRA, Pacheco Duarte. op. cit. p. 116

[159] Azenagues era um povo que vivia nos limites com a parte negra da Africa e que mantinha intenso comércio tanto com estes como com os árabes. Eram pardos e professavam a fé maometana. No início, os portugueses os aprisionavam e os vendiam como escravos, mas depois, houve um acordo e passaram apenas a negociar com eles.

maometismo, relatou para Cadamosto como era um povo negro com quem estes comercializavam o sal de pedra. Relataram que,

"... eram homens muito pretos e bem formados de corpo, e maior um palmo do que eles; e têm o lábio inferior com mais de um "somesso" [medida italiana] de largo, o qual cai até o peito, grosso e vermelho, mostrando pela parte de dentro deitar como que sangue; e o lábio de cima tinha no pequeno como os seus. Em razão da qual forma dos lábios, mostram a gengiva e os dentes, que diziam ser maiores que os seus; e [diziam] ter aos lados dois grandes dentes e [que] tinham dois olhos grandes e negros; e que eram terríveis de aspecto; e que as gengivas deitavam sangue, tal como o lábio..." [160]

Esta descrição é interessante em vários aspectos. Mesmo para os que viviam no território africano, os habitantes negros eram percebidos como diferentes. Provavelmente, o mesmo poderia ser identificado numa relação inversa: os povos negros também deveriam ver os claros que viviam ali como seres 'diferentes e feios'. Cada grupo via o outro exatamente desta forma, como "o outro"[161]; e um outro disforme.

Os Azenegues viam os lábios dos negros como excessivamente grandes, grossos e vermelhos, e os dentes também muito grandes. Possuíam dois olhos, entretanto, eram "grandes e negros". O resultado desta combinação de traços é que eles eram "terríveis de aspecto" - eram diferentes. A descrição feita pelos Azenegues se pauta na diferença. Eles são descritos com elementos que os distanciam destes. Pode-se inferir deste discurso que a lógica que pautava o raciocínio dos Azenegues era a de que eles não eram negros e nem disformes. Pelo contrário, se assemelhavam com os europeus. Logo, não deveriam ser escravizados. Os outros, sim.

A diversidade entre corpos negros, pardos e brancos ficou muito evidente em Zurara quando, descrevendo um grupo heterogêneo que havia sido aprisionado, assim se referiu:

"...era uma maravilhosa cousa de se ver, que entre eles havia alguns de razoada brancura, fremosos e apostos; outros menos brancos, que queiram semelhar pardos; outros tão negros como etíopes, tão desafeiçoados assim nas caras como nos corpos, que quase parecia, aos homens que os esguardavam, que viam as imagens do hemisfério mais baixo...". [162]

Percebe-se que os homens que se aproximavam fisicamente dos europeus não receberam nenhum adjetivo negativo. Entretanto, os negros eram "desafeiçoados". Novamente, a diferença impera e serve como elemento definidor de padrões físicos, aceitos ou não.

Com relação aos aspectos culturais, Zurara descreve os habitantes da África como homens que:

"...viviam em perdição das almas e dos corpos... das almas, enquanto eram pagãos, sem claridade e sem lume da Santa Fé; e dos corpos, por viverem assim como bestas sem alguma ordenança de criaturas razoáveis, que eles não sabiam que era pão nem vinho, nem cobertura de pano, nem alojamento de casa..." [163]

As descrições feitas por Cadamosto, por Alphonse de Saintonge e por Pacheco Pereira no que se refere aos seus hábitos e cultura assemelham-se as de Zurara e todas são pautadas pela ausência. Seus reis não se pareciam em nada aos reis cristãos[164]. Sua cultura material era pobre, não usavam pedras, cal, ferro, aço ou navios[165]. Não havia edifícios e suas casas eram de palhas[166]. Sua fé era instável[167]. Não havia leis.[168] Faziam guerras uns aos outros[169]. E alguns, eram antropófagos[170]. Sobre este último "defeito" é curiosa esta imagem do século XVI:

---

[160] CADAMOSTO, Luis de. op. cit. p. 111 e 112
[161] TODOROV, T. op. cit
[162] ZURARA, Gomes Eanes. op. cit. p. 122
[163] ZURARA, Gomes Eanes. op. cit. p. 126
[164] CADAMOSTO, Luis de. op. cit. p. 117
[165] Ibidem
[166] PEREIRA, Pacheco Duarte. op. cit. p. 118
[167] ZURARA, Gomes Eanes. op. cit. p. 124
[168] CADAMOSTO, Luis Eanes de. op. cit. p. 147
[169] PEREIRA, Pacheco Duarte. op. cit. p. 97

Figura 14-Africanos antropofágicos

Fonte: "Os íncolas do Reino do Congo e os Anzicos". Gravura da obra Relatione del Reame di Congo de Pigafetta e Duarte Lopez. 1591

Esta gravura poderia representar uma cena do cotidiano africano se não fosse o detalhe ao fundo mostrando uma espécie de depósito de carne humana. O responsável pelo "depósito" está calmamente repartindo um corpo de um homem e pendurando as partes de forma que fiquem visíveis. A partir desta informação pictórica, a cena posterior pode assumir dois significados: trata-se de uma cena de caça ou de combate, onde um dos presentes será o próximo a ocupar os ganchos do "depósito". O que teria levado o autor da imagem a representá-la? Teria assistido algo parecido ou tudo não passaria de sua imaginação ou da vontade de impressionar com uma história portadora de elementos mais

[170] Ibidem p. 171 e ZURARA, Gomes Eanes. op. cit. p. 212

violentos? Infelizmente, não há qualquer menção que possa explicar a imagem, mas a mensagem moral e didática passada pelo quadro é muito clara: os africanos além de tudo o que já se sabia, eram antropófagos. Logo, o cativeiro tornava-se ainda mais essencial para a salvação destas almas...

Para os europeus, Azenegues, *"gente pobre, mentirosos, ladrões, traidores e com mal cheiro"*, ou negros, *"gente selvagem, muito pobre, porcalhões, luxuriosos e idólatras"* eram, em sua maioria, feras que precisavam conhecer a civilidade para passar a um nível mais evoluído da humanidade. Esta civilidade só seria conseguida através dos contatos com os europeus, da aceitação da verdadeira religião e das trocas feitas: trocava-se ouro e escravos por agrados e presentes.

Mesmo tendo abandonado a idéia inicial de que os africanos eram monstros, com metade do corpo de homem e a outra de animal, os europeus e mais precisamente, os portugueses, em momento algum conseguiram ver o africano como um povo semelhante. Ele sempre foi o outro. E um outro inferior. Daí para a escravidão, foi um passo muito pequeno.

Todas estas imagens preconceituosas chegaram à Europa e rapidamente se espalharam pelo seu mundo colonial, justificando a escravidão deste povo em função de sua inferioridade racial, religiosa e cultural. Eram povos que estavam na perdição. Precisavam do cativeiro físico para se libertar de um outro, ainda maior e de piores conseqüências: o da alma. A escravidão serviria, portanto, para libertá-los do jugo da barbárie. Zurara, por exemplo, justificava a escravidão negra associando-a com o comportamento não civilizado das tribos. Os africanos eram para ele "...seres pecaminosos, bestiais, e, por isso, naturalmente destinados à servidão..."[171]

Como conseqüência de todas estas elaborações, as imagens que os colonos e mais tarde, os brasileiros fizeram destes cativos foram profundamente influenciadas por estas idéias. Através de práticas cotidianas e de relações pautadas na dominação, a população acabaria tendo contato com estas imagens que criavam, principalmente, a noção de superioridade da raça branca sobre a negra. Esta era diferente e contrária à dos brancos

e, em função disto, poderia ser escravizada. Logo as descrições passaram a ser não mais do africano, mas sim de uma nova personagem recriada pela modernidade: o cativo. Tornava-se necessário explicitar quem era e porque deveria viver sob a sujeição do cativeiro. Para isso, os letrados do período colonial foram essenciais.

A sociedade letrada e o cativeiro negro no Brasil: o bom e o mau escravo

Para os escritores que trataram sobre a colônia, a escravidão africana era imprescindível para a manutenção e desenvolvimento da terra. Ter escravos era um dos requisitos básicos para quem quisesse tentar a sorte e tornar-se senhor de engenho e de homens.

Estes escritores eram, em sua maioria, jesuítas que vieram para a colônia catequizar os indígenas. Consequentemente, a sua liberdade era básica para que seu projeto de ampliação do número de almas convertidas ao cristianismo fosse levado a efeito. Para eles, somente a escravidão africana seria aceitável e até louvável, já que retiraria os africanos de seu estado bárbaro e lhes ensinaria a verdadeira religião. Assim, percebe-se que para estes autores religiosos haveria duas propostas: aos índios, a catequese; aos negros, o cativeiro.

O tráfico negreiro, era visto pelos jesuítas da mesma forma: era imprescindível ao bom andamento da economia, quer da África, quer do Brasil. Desta maneira, a carta que o Padre Luis Brandão, reitor do Colégio de Luanda, enviou à Alonso de Sandoval, de Cartagena de las Índias em agosto de 1611, é significativa porque demonstra claramente as concepções acerca do tráfico, da escravidão e do que seria legítimo em termos de cativeiro:

"... Nós mesmos que vivemos aqui já faz quarenta anos e temos entre nós padres muito doutos, nunca consideramos este tráfico como ilícito. Os padres do Brasil também não, e sempre houve, naquela província, padres eminentes pelo seu saber. Assim tanto nós como os padres do Brasil compramos aqueles escravos sem escrúpulos... Na América, todo escrúpulo é fora de propósito...É verdade que quando um negro é interrogado, ele sempre pretende que foi capturado por meios ilegítimos. Mas por esta resposta ele quer obter sua liberdade: por isso nunca se deve fazer este tipo de pergunta aos negros...."

O padre até acreditava existir alguns poucos casos de cativeiros feitos de maneira injusta, mas, *"...estes não são numerosos e é impossível procurar estes poucos escravos ilegítimos entre os dez ou doze mil que partem a cada ano do porto de Luanda..." Assim, concluía o padre, "... Não parece um serviço a Deus perder tantas almas por causa de alguns casos de escravos ilegítimos que não podem ser identificados..."*[172]

Percebe-se que nas primeiras obras sobre a colônia, as colocações acerca do cativeiro negro fazem parte de uns poucos comentários dispersos, e em obras que não objetivavam discutir esta questão. Este tópico surge como um comentário, sem qualquer crítica ou análise, apenas constatam um fato aceito e

---

[171] SAUNDERS, A .C. de C.M. História social dos escravos e libertos negros em Portugal. Lisboa: Presença. S/data. p. 66

[172] SARAIVA, A . J. Le père Antonio Vieira er la question de l'esclavage des noirs au 17e siècle. In: Annales, (Economies, Sociétés et Civilizations),1967 citado por HOORNAERT, E. et alli. História da Igreja no Brasil. Primeira época. Petrópolis, Ed. Vozes, 1992. p. 273.

necessário[173]. A preocupação é mostrar, à Coroa, as riquezas e as maravilhas da terra, incentivando assim a vinda de novos colonos.[174]

Esta situação só mudará a partir de fins do século XVII e início do seguinte, quando diversos escritores iniciam uma série de análises sobre a escravidão e a sociedade formada a partir de sua influência direta. São deste momento as obras de Antônio Vieira, Antonil (1711), Benci (1705), Manoel R. da Rocha (1758), Rocha Pita (1730), Domingos Loureto Couto (1758), Azeredo Coutinho (1798) e outros, que passaram a fazer parte das leituras de um corpo muito restrito desta sociedade. Entretanto, as idéias nelas contidas atingiam a população através de sermões, discursos, ou mesmo de comentários que circulavam entre as pessoas.

Para todos esses cronistas, a escravidão africana era legítima porque seria uma salvação para o pecado original[175], ou ainda uma eleição feita por Deus. Este, na realidade, estaria usando os negros, criados à imagem e semelhança de Cristo, para salvar a humanidade através do seu sacrifício.[176]. Uma explicação mais prática foi dada por Antonil[177], para quem a escravidão seria legítima porque sem ela não se conseguiria criar riquezas no Brasil. Uma outra justificativa, agora de natureza jurídica, foi dada por Manoel R. da Rocha[178]. Para ele, a escravidão era justa desde que as práticas de apresamento também o fossem. Azeredo Coutinho acreditava que era legítima porque na África a escravidão sempre havia existido e seria melhor os europeus comprarem os cativos, porque caso contrário, seriam vendidos aos mouros e/ou continuariam vivendo debaixo da licenciosidade em que sempre viveram.[179] Justificava também que:

"... saber tirar vantagem do trabalho dos homens e aproveitá-los é um dos primeiros objetos da grande arte de governar; aqueles povos estão ainda muito longe desta perfeição..."[180]

Ainda que divergissem sobre as causas da legitimidade da escravidão africana, todos concordavam em um ponto: ela era legítima e caberia a eles, homens cultos e formados na religião cristã, mostrar o caminho para ordenar da melhor forma esta sociedade. Com este objetivo em mente, cada um procurou ensinar os melhores métodos para se atingir este fim. Através destes textos, pode-se perceber as diversas imagens que construíram sobre os negros. É este o ponto que nos interessa.

Em 1705, foi publicada a obra de Benci, e ele, assim como os demais escritores de sua época, via os escravos como brutos e boçais. Acreditava, inclusive, que *"... entre essas gentes há gente que mais tem de bruto, que de gente..."*[181] Eram viciosos e, somente através do trabalho se conseguiria controlá-los. Com o objetivo de exemplificar, utiliza-se de uma comparação:

"... Assim como o ginete necessita de espora e o jumento do freio para serem governados, assim os imprudentes e maus necessitam da vara e do castigo para que sejam morigerados como devem, e não faltem a sua obrigação..." [182]

A comparação é clara. Assim como os jumentos e os ginetes precisam do jugo e das rédeas para serem controlados, os cativos precisariam do trabalho contínuo. O trabalho seria uma forma de domesticar o negro para que *"...não se fi[zessem] insolentes e para que não bus[cassem] traças e modos com que se livr[assem] da sujeição de seu senhor, fazendo-se rebeldes e indômitos..."*[183] Além do que, a labuta do negro

---

[173] VAINFAS, Ronaldo. Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986. Cap. 3

[174] Ibidem p. 66

[175] BENCI, J. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos. Porto: Livraria Apóstolado da Imprensa, 1954.

[176] VIEIRA, Antonio. Sermão 26. apud: CIDADE, H. (ed). Padre Vieira (sermões). Lisboa, 1940, v. III p. 25

[177] ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo; Edusp, 1982. Capítulo 1.

[178] ROCHA, Manoel Ribeiro da. Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado. Petrópolis, Vozes Ed. 1992.

[179] COUTINHO, J.J. da Cunha Azeredo. Análise sobre a justiça do comércio do resgate de escravos da Costa da África. In: Obras econômicas. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1966.

[180] Ibidem p. 274

[181] Ibidem p. 66

[182] BENCI, J. op. cit. p. 158

[183] Ibidem .p. 155

seria um descanso para o senhor: *"... só trabalhando eles, pode viver descansado o senhor..."* [184]. O negro que trabalhasse durante o dia não pensaria em maneiras de fugir, apenas iria querer descansar à noite. O ócio era perigoso pois levava à perda de controle por parte do senhor e ao desregramento moral:
"... o ócio é a escola onde os escravos aprendem a ser viciosos e ofender a Deus... E como os pretos são sem comparação mais hábeis para o gênero de maldades que os brancos, por isso, eles com menos tempo de estudo saem grandes licenciados do vício na classe do ócio..."[185]

Os escravos eram também pecadores, inferiores aos brancos e portadores de uma sensualidade desenfreada. Para ele,

"... Sendo os Africanos tão inclinados por natureza ao vício da sensualidade ... não faz dúvida que os etíopes excedam na lascívia. A razão desta grande propensão dos pretos à impudicícia não só lhes vem do clima quente em que nascem mas muito mais do pouco temor de Deus e pejo dos homens, que neles há..."[186]

Novamente, o clima quente surge como uma justificativa, dentre outras, para explicar a aparente diferença entre os negros e os brancos. Entretanto, esta suposta diferença estava cada vez menos latente. Benci, e outros antes e depois dele, afirmava que a razão da vida desenfreada que os cativos levavam no Brasil era o exemplo que partia da classe senhorial. Os cativos não tinham bons exemplos para seguirem.
"... Daqui se pode inferir qual é a principal causa da escandalosa vida com que ordinariamente vivem os escravos e escravas do Brasil. Mas como não há de ser assim, se nos senhores e senhoras não vêem exemplos de cristãos, senão escândalos próprios de gentios?"[187]

O que se percebe do discurso de Benci é que, para ele, o cativo é um ser inferior, uma espécie de criança. Caberia ao senhor educá-lo na obediência a si e a Deus. Ao cativo, restava aproveitar esta oportunidade e tornar-se um verdadeiro homem.

Antonil, cuja obra foi publicada em 1711, elaborou uma tipologia dos escravos que vinham para a Colônia e mostrou cada etnia com características diversas que as tornariam mais ou menos aptas para determinados serviços. Entretanto, alguns cativos não conseguiam melhorar em nada sua natureza e permaneciam boçais durante toda a sua existência: *"...uns mais boçais que outros..."*[188]. Mas alguns, ainda que chegassem rudes ao Brasil, com o tempo acabavam ficando ladinos e aptos para aprenderem a doutrina cristã[189] e para desenvolverem vários serviços. Mas, para ele, os melhores para quaisquer serviços eram os mulatos. O problema é que eram *"...soberbos e viciosos..."*[190] e acreditavam ser muito valentes. As mulheres mulatas conseguiam alforrias e ganhavam dinheiro através do uso de seus corpos, utilizando assim, a vantagem da cor.

Desta maneira, pode-se perceber que para Antonil, haveria distinções entre os africanos e os crioulos. Estes eram mais socializados que os primeiros e, consequentemente, se prestavam melhor ao trabalho e ao cativeiro, embora possuíssem características muito negativas: eram soberbos e viciosos.

Manoel Ribeiro da Rocha teve sua obra publicada em 1758 e, preocupado em criar um labirinto de idéias que justificassem o tráfico e, por conseguinte, a escravidão, deixa transparecer em seu texto uma imagem do africano como sendo gentio, bárbaro, pagão, inferior, idólatra, e que só será salvo através do resgate[191]. No Brasil, estes africanos resgatados deveriam ser tratados pelos senhores como sendo apenas um *jure pignoris*, ou seja, um direito de penhor e não de propriedade. Utilizando a fórmula de Benci, Manoel Ribeiro da Rocha prossegue o texto narrando como este resgatado deve ser educado no modelo cristão.

---

[184] Ibidem
[185] BENCI, J. op. cit. p. 158
[186] Ibidem p. 160
[187] Ibidem p. 90
[188] ANTONIL, A . J. op. cit. p. 89
[189] ibidem
[190] ibidem
[191] ROCHA, Manoel Ribeiro da. Op. Cit.

O que se identifica em todos esses autores é que o escravo tratado não possui qualquer individualidade e nem elementos que o diferencie dos outros. A exceção é Antonil que traça algumas distinções entre as etnias, transformando-as em mais ou menos aptas a determinados tipos de trabalhos. De uma maneira geral, o que se discute nestas obras, é uma visão geral sobre a escravaria e em todos estes autores, a imagem feita sobre o cativo é sempre negativa: ele é o boçal, o bruto, a besta, o bárbaro, o vicioso, o sexualmente desregrado, o rebelde e outras colocações depreciativas. Cabe ao senhor e ao próprio cativeiro, moldar este ser e transformá-lo em um verdadeiro cristão.

A visão que a população no século XVIII tinha sobre os negros não era muito diferente destas apresentadas acima. Estes negros eram quase sempre vistos como inimigos, posto que eram bárbaros e não entendiam que o cativeiro era a sua única chance de ingressar no mundo civilizado. O documento a seguir é uma pérola para a percepção de como a sociedade percebia o negro de uma maneira geral. Ao mesmo tempo em que ele era essencial ao sistema, gerava na população um pânico em função de suas revoltas, fugas e outros mecanismos utilizados para acabar com a exploração sofrida.

"Senhor

Representa um vassalo amante da pátria e desejoso que se propague a Conquista Portuguesa e se estenda a Monarquia com aumento da Santa Madre Igreja para maior glória de Deus, ... Porém leal e justamente devem por na presença de V. M. com a mais humilde submissão o risco em que deixam suas mulheres e filhas nas mãos dos inimigos mais perniciosos porque sendo estas Minas só cultivada com gente preta bárbara de África e Guiné, que todos moradores possuem, uns mais, e outros menos conforme suas posses com a sujeição de cativos pelos comprarem naquela região ... e estando as mesmas Minas tão abastadas destes bárbaros, ainda que de mestiço a força do temor e inclinados só a fazerem mal e matarem os brancos, que julgam capitais inimigos, pelo privar da liberdade, e contando-se para cada um branco mais de cem etíopes, que como bárbaros impelidos da sua natural fereza, tem por várias intentado despojar-nos das próprias vidas, e nossas mulheres e filhas cativarem..."[192]

Para o autor do documento, a utilização maciça da população africana, vista como bárbara, em Minas Gerais, provocava grandes problemas de ordem interna. Ainda que seja um texto voltado para problemas mineiros, é possível identificar as principais idéias sobre os negros presentes no século XVIII de uma maneira geral: eles eram bárbaros, só se

domesticavam através do medo. Ou seja, para subjugá-los, somente utilizando meios violentos, porque acreditavam que os brancos eram seus inimigos já que os mantinham em escravidão; eram feras; matavam os brancos, e não mereciam piedade em caso de efetuarem ataques às populações brancas e senhoriais. Para controlá-los, somente a criação

"...em todas as povoações certo número de Capitães dos Matos pagos pelos povos e que estes sem a mínima piedade matassem todos os negros que encontrassem armados fora do domínio de seu senhor ... e mandando os mesmos senhores que lhes não permitissem ajuntamentos nem ... nas quais maquinavam a intestada sublevação recomendando aos Capitães das Ordenanças fizessem assim praticar com graves penas aos transgressores..."[193]

Continua afirmando que a solução seria *"...acrescentando o número de brancos para maior terror dos negros ... ainda que tem experimentado vários assaltos dos mesmos negros que andam dispersos pelos matos e brenhas com algumas malocas fugidos do domínio de seus senhores cometendo vários insultos de roubos e mortes e atrevendo-se a povoações que suspeitam menor fortificadas para a defesa e fazendo séquitos de maior força para o seu intento naquelas paragens que julgam serão menos perseguidos onde tem multiplicado levantando casas e fazendo-se fortes para defesa vivendo sem lei nem obediência as Leis de Sua Majestade e menos os preceitos da Igreja principalmente onde chamam Campo Grande que confina com a Capitania de São Paulo, onde não é fácil combatê-los sem avultada despesa..."*[194]

A maior conseqüência deste quadro de calamidades, seria que *"...Estes [quilombolas] e os domésticos vendo se diminuir o número de brancos e que seguem para fora das Minas certamente nos cometem e seremos por falta de forças entregues em suas mãos sem esperança de remédio vindo-se a seguir terrível perda de umas Minas que pelos seus haveres de ouro e pedras preciosas faz a nossa nação temida ..."*[195]

A clara associação entre escravos e africanos presente neste e em outros documentos, remete à questão de como a africanidade era percebida pela população e pelas autoridades mineiras. Via de regra, ela era perigosa para o sistema. O Conde de Assumar tinha isto muito claro em suas análises. Para ele, um dos

---

[192] APM SC 218 fls. 191-193
[193] ibidem
[194] ibiem
[195] ibidem

grandes perigos para a eclosão de revoltas escravas, era as uniões possíveis entre os cativos. Para evitar isto, determinou que não fossem aceitos padrinhos negros para os cativos batizados, pois,

"...a maior parte dos negros que se batizam tomam por seus padrinhos outros que nas suas terras são de ... mais autoridades... e parentes dos régulos que os governam a quem reconhecem algum gênero de superioridade e lhes ficam tão subordinados que não somente lhes obedecem quanto lhes é possível muitas vezes lhes entregam os jornais de seus senhores sem temer o castigo que por esta causa recebem, e são deles favorecidos nas suas fugidas..."[196].

Uma das piores conseqüências destas relações entre africanos era, para Assumar, a possibilidade deles manterem entre si relações de hierarquias e de domínio, favorecendo assim, a obediência dos cativos e facilitando a formação de quilombos:

"...tendo-se considerado os grandes prejuízos que sucedem de terem os negros ou negras escravos ou forros domínio algum sobre outros negros, ou negras e de fazer atos por donde estes reconheçam algum gênero de subordinação aos primeiros a experiência tem mostrado que nas vilas e mais partes onde há muitos negros juntos se encontram alguns que foram filhos ou parentes dos régulos das suas pátrias que indiferentemente os vendem: a estes tais tomam quase todos por padrinho no sacramento do batismo e matrimônio por cuja causa lhes tem subordinação e respeito o que redunda em fazerem-se capatazes e formar séquito metendo-se pelos matos em quilombos governados por eles..."[197]

Estas relações perigosas entre africanos podiam ser vistas também, segundo Assumar nas vendas. Lá, mulheres africanas forras, consideradas pelo Governador como depravadas, favoreciam os negros fugidos ou não:

"...para melhor convidarem o concurso dos negros da sua nação,,, e recolhendo de noite negros fugidos roubando-os e fazendo-lhes gastar os jornais de seus senhores... aos quilombos de negros fugidos que nas casas destas depravadas fazem seus ajuntamentos..."[198].

Se para a população branca, os negros por si só já representavam perigos reais a suas vidas, o que não dizer quando estes mesmos negros organizavam-se em padrões sociais mantendo características africanas? Significava em última análise que mesmo sob o aparente controle, eles conseguiam burlar a vigilância. E isto era muito perigoso para os senhores.

Percebe-se em todos os documentos acima que mesmo havendo uma grande preocupação por parte das autoridades com a sujeição dos escravos, havia também uma falta de preocupação com o cativo enquanto indivíduo. Todavia, isto mudava radicalmente quando ele não aceitava passivamente sua condição e fugia. Neste momento era necessário descrevê-lo de outra forma, com outras características que não aquelas gerais vistas acima. Era necessário individualizá-lo, oferecer detalhes físicos ou mesmo psicológicos. Estas características individuais olhadas em conjunto graças aos anúncios que eram publicados nos diversos jornais da época, permitem traçar uma visão sobre o negro que conseguia fugir do sistema.

---

[196] APMSC - SG Cód. 04 fls.740 - 748

[197] APMSC - CMOP Cód. 06 fls. 17 - 19.

[198] APMSC - SG Cód. 04 fls. 740 - 748

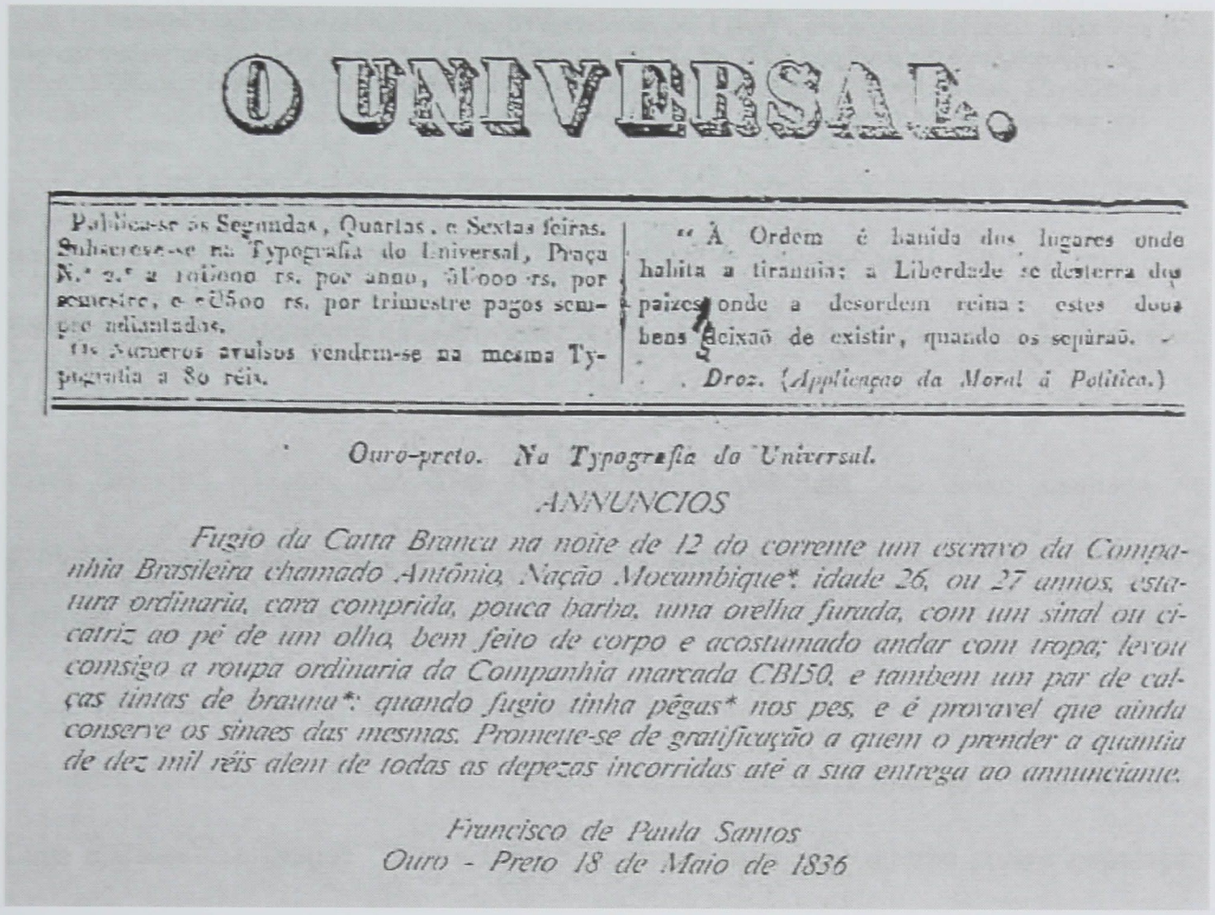
O escravo fugitivo e os anúncios do Jornal "O Universal".

Conforme visto anteriormente, as imagens que a sociedade colonial e depois, a brasileira, criou sobre os cativos eram oriundas, na realidade, de tempos remotos, dos séculos XV e XVI, quando os europeus e, mais precisamente, os portugueses tiveram os primeiros contatos com o mundo africano. Todas estas imagens que associavam os negros a seres inferiores, disformes, primitivos e outros adjetivos pejorativos, permaneceram no decorrer do tempo e, ainda no século XIX podiam ser encontradas no discurso cotidiano da população. A longa duração neste caso, é essencial para a percepção desta manutenção de imagens negativas sobre a população negra. É ela que, segundo Vainfas, *"...permite acompanhar a lenta maturação das idéias, revelando-nos o movimento, mas também a inércia..."*[199]

É em busca desta maturação das idéias sobre os negros que serão analisados os anúncios de um jornal mineiro intitulado "O Universal". Os anúncios foram publicados entre 1825 a 1832, perfazendo durante estes sete anos, um total de 65 anúncios. O objetivo neste momento não é fazer um levantamento exaustivo deste tipo de fonte. Na realidade, pretende-se apenas fornecer um pequeno panorama acerca de como esta sociedade lidava com seus escravos fugitivos e, principalmente, identificar através dos anúncios, a visão produzida e perceber a permanência das idéias anteriores na construção de imagens sobre escravos fugidos no decorrer do tempo.

Figura 15-Anúncio do Jornal O Universal

[199] VAINFAS, R. op. cit. p. 21



O UNIVERSAL.

Publica-se as Segundas, Quartas, e Sextas feiras. Subscreve-se na Typografia do Universal, Praça N.° 2.° a 1$000 rs. por anno, 500 rs. por semestre, e 250 rs. por trimestre pagos sempre adiantados.

Os Numeros avulsos vendem-se na mesma Typografia a 80 réis.

" A Ordem é banida dos lugares onde habita a tirannia; a Liberdade se desterra dos paizes onde a desordem reina: estes dous bens deixão de existir, quando os separão. "

Droz. (Applicação da Moral á Politica.)

Ouro-preto. Na Typografia do Universal.

ANNUNCIOS

Fugio da Casa Branca na noite de 12 do corrente um escravo da Companhia Brasileira chamado Antônio, Nação Mocambique*, idade 26, ou 27 annos, estatura ordinaria, cara comprida, pouca barba, uma orelha furada, com um sinal ou cicatriz ao pé de um olho, bem feito de corpo e acostumado andar com tropa; levou comsigo a roupa ordinaria da Companhia marcada CB150, e tambem um par de calças tintas de brauna*: quando fugio tinha pêgas* nos pes, e é provavel que ainda conserve os sinaes das mesmas. Promette-se de gratificação a quem o prender a quantia de dez mil réis alem de todas as depezas incorridas até a sua entrega ao annunciante.

Francisco de Paula Santos
Ouro - Preto 18 de Maio de 1836

Fonte: O UNIVERSAL. Ouro Preto. 25.5.1836. p. 4

Pode-se dizer que o jornal tem um perfil que tende à crítica ao governo monárquico. São comuns as notícias de Paris e as sátiras ao governo, mostrando suas deficiências e inoperância. Entretanto, as matérias mais agressivas são sempre assinadas por pseudônimos e o jornal faz questão de deixar claro que não tem qualquer tipo de responsabilidade sobre elas.

Os anúncios de escravos fugidos estão colocados, quase sempre, na última página com a caixa e a letra um pouco menor que o do restante do periódico. Eles aparecem com o título "aviso" ou "anúncio".

Nos 65 anúncios publicados, identificou-se um total de 106 escravos fugidos. Destes, 99 referiam-se a cativos do sexo masculino (93.40%) e apenas 7 eram mulheres (6,60%).

Tabela 1- **Distribuição segundo sexo e etnia dos escravos anunciados no "O Universal"**

Sexo	Africanos	%	Crioulos	%	Total	%
Homens	54	54.54	38	38.39	99	93.40
Mulheres	5	71.43	2	28.57	7	6.60
Total	59	55.66	40	37.74	106	100.00

Fonte: O Universal – 1825-1832

Esta realidade não é muito diferente da encontrada por Luna[200], ainda que em épocas diferentes. Ao analisar a estrutura de posse de escravos para o período de 1718 a 1804, chegou a números expressivos quanto à diferenciação dos sexos dos escravos nas Vilas de Pitangui, Serro do Frio, Sabará, São Caetano e Vila Rica. O citado autor encontrou nas fontes por ele utilizadas[201], um total de 11.986 homens e apenas 3.508 mulheres.

A esmagadora maioria de homens entre os fugitivos nos anúncios e na estrutura de posse analisada por Luna, não deve ser explicada somente pelo fato de que eram predominantes no conjunto da escravaria. A presença pouco marcante de mulheres, sejam elas crioulas ou africanas, no contingente de fugitivos, deve ser também questionada a partir das suas relações familiares. O motivo principal para tão baixo resultado, se comparado com os homens, é provavelmente o estabelecimento de laços familiares fortes o bastante para evitar as fugas e, principalmente, a existência de crianças que dependeriam delas. No caso mineiro há ainda a grande possibilidade de alforrias conseguidas pelas mulheres, desencorajando-as a partir para uma atitude tão radical como a fuga. Segundo Luna e Cano[202], a grande diferença entre homens e mulheres, mesmo para a população livre, favorecia as relações entre senhores e escravas, *"...conferindo a elas e às suas crias, maiores chances de serem alforriadas".*[203]

Os anúncios do Jornal "O Universal" demonstraram que mesmo em um conjunto tão pequeno de cativos, a proporção de escravos africanos era maior que a de crioulos. Novamente estes dados estão em consonância com pesquisas demográficas feitas para Minas Gerais.

Com relação à procedência dos escravos, Luna identificou que a imensa maioria era formada por africanos, (12.046) enquanto que os crioulos perfaziam um total de 3.275 cativos. Contudo, salienta que entre os anos de 1718 a 1738, o percentual de africanos dentre a massa escrava flutuou em torno de 82,2 %, em Pitangui, a 94,9% em Serro do Frio, mas que estes índices sofreram um processo de declínio a partir de 1771, ocasionado pela diminuição da mineração e aumento dos nascimentos de escravos na colônia.

Os anúncios do Jornal aqui analisado mostram uma realidade bastante próxima à encontrada por Luna no que se refere à divisão étnica dos cativos. Este autor percebeu que a diferença entre africanos e crioulos tendeu a uma progressiva diminuição no decorrer dos anos. Esta mesma diferença foi identificada por Almeida[204], ao analisar os inventários *post mortem* da Vila de Mariana entre os anos de 1750 a 1850. A autora percebeu que a razão de africanidade entre os cativos também tendeu a um declínio. Assim, em 1750 esta razão era de 157,8 africanos e em 1850, a taxa já havia caído para 37,9. O que significam estes dados? Almeida acredita que eles podem ser explicados principalmente pelo crescimento vegetativo dos escravos crioulos.

---

[200] LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos . In: Minas Colonial: Economia e sociedade. São Paulo: FIPE e Pioneira Ed. 1982

[201] Livros de arrecadação dos quintos e censos populacionais.

[202] LUNA, Francisco V. e CANO, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. In: Cadernos do IFCH-UNICAMP. Campinas, n. 10, out. 1983

[203] ALMEIDA,Carla Maria Carvalho de. Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana,1750-1850. Niterói, 1994. Dissertação (Mestrado em História) - UFF.

[204] ibidem

Assim também, os anúncios do jornal "O Universal" demonstraram que, à exceção dos sete fugitivos sem qualquer indicação de suas procedências (6,60%), a diferença entre africanos e crioulos era significativa. Havia um total de 59 africanos (55,66%) e 40 crioulos (37,74%). O que levaria um escravo africano a fugir mais do que um crioulo? Uma explicação possível seria a sua socialização junto aos demais escravos. Normalmente o africano era inserido no contingente de cativos através do tráfico já em fase adulta, pois o sistema privilegiava claramente homens adultos aptos para o trabalho. Chegando à fazenda, era considerado pelos demais escravos como mais um inimigo, já que seria mais um candidato às poucas mulheres existentes.[205] Além disso, era um "boçal", pois não conhecia a língua e os costumes e, agravando ainda mais a sua situação, o africano chegava sem seus laços parentais.

Com o crioulo ocorria exatamente o contrário. Ele era inserido no sistema basicamente através do nascimento, portanto, com ligações parentais fortes o bastante para conferir-lhe algum tipo de suporte emocional. Mesmo aquele inserido já adulto através de compra, não era um inimigo, posto que não era um estranho. E, principalmente, sabia manejar com certa habilidade os valores que se esperavam que ele possuísse. Entretanto, mesmo reconhecendo todos esses valores, ou talvez, exatamente por tê-los, o escravo crioulo também fugia em proporções elevadas.

Um desses valores que os crioulos dominavam era, sem dúvida, o conhecimento de uma profissão. Entre os 106 escravos anunciados, apenas 15 fugitivos tinham algum tipo de especialização profissional. Todos homens. Destes, 12 eram crioulos. O que podem significar estes números? O que primeiro chama a atenção é o fato de sugerirem que para o crioulo, portador de uma cultura mais adaptada aos padrões coloniais, conhecedor da língua e integrante de redes sociais amplas e estáveis, era mais fácil o aprendizado de uma profissão.

Tabela 2- **Distribuição das profissões dos escravos segundo suas etnias**

Profissão	Africano	Crioulo	Total
Boleiro, cozinheiro, lavador e engomador	0	1	1
Ourives, carpinteiro e outros ofícios	0	1	1
Vários ofícios, tece, sapateiro, trabalhador na cana-de-açúcar	0	1	1
Oficial de alfaiate	0	3	3
Oficial de carpinteiro	1	3	4
Oficial de ferreiro	0	1	1
Valeiro	1	0	1
Lavador de ouro	1	0	1
Peão	0	1	1
Oficial de sapateiro	0	1	1
Total	**3**	**12**	**15**

Fonte: O Universal – 1825-1832

Tabela 3- **Distribuição dos homens segundo etnias e profissão**

	Com Profissão	%	Sem Profissão	%	Total	%
Crioulo	12	80	26	30.95	38	38.38
Africano	3	20	51	60.7	54	54.55
Indeterminado	0	0	7	8.33	07	7.07

Fonte: O Universal – 1825-1832

A maior parte dos anúncios sobre os escravos fugidos do Jornal "O Universal", refere-se aos cativos que não possuíam especialização profissional (84 casos). O que representa este dado? Poderia-se dizer que o escravo sem especialização fugia mais porque era a grande maioria no contingente escravista. Contudo, constituiria uma explicação simplista e que na realidade nada responderia.

---

[205] FLORENTINO, Manolo & GÓES, José R. Tráfico negreiro e estratégias de socialização parental entre os escravos do meio rural do Rio de Janeiro - 1790-1830. In: Lemos, Maria T. América Latina e caribe: desafios do século XXI., Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1995. p. 201-219

Um outro caminho para a análise da questão poderia ser buscado em Cardoso[206]: Para este autor, uma maneira de o escravo resgatar um pouco sua humanidade, seria a aprendizagem e o exercício de uma profissão, posto que com ela, o escravo conseguiria acentuar frente aos senhores, a sua condição de homem, melhorando desta maneira sua vida.

Contudo, esta posição "privilegiada" dentro do contingente escravista necessitava sempre do aval do senhor e se o escravo passava a ter um certo status *junto aos demais, na realidade quem lucrava com esta profissionalização era novamente seu proprietário. A partir daí, o que contava na relação senhor/escravo era a fidelidade e a pontualidade do escravo no momento de prestar contas de seu trabalho.*

Aceitando o fato de que a especialização desencadearia melhorias nas condições de vida dos cativos, seria de se supor que não tentariam fugir tanto quanto um escravo sem qualquer conhecimento profissional específico e, portanto, sem qualquer regalia.

Um outro elemento que pode ser percebido nos anúncios do jornal "O Universal" remete aos aspectos culturais dos fugitivos. Dos 106 escravos anunciados, 24 foram descritos com algum indício que nos permitiram identificar determinados itens culturais. Deste universo de 24 escravos, 14 eram africanos que possuíam traços distintivos de sua cultura de origem marcados definitivamente nos corpos: 7 tinham nos rostos, peito e braços, as marcas de suas nações; 5 possuíam os dentes limados ou abertos, 1 possuía um furo no lábio superior e 1 tinha as orelhas com furos.

Rugendas[207] foi um dos artistas que, preocupado em registrar as diferentes etnias dos escravos no Brasil, acabou por identificar também as suas marcas étnicas. Entretanto, nos seus relatos textuais propriamente ditos, não se encontra qualquer referência.

As marcas corporais são elementos importantes em diferentes culturas. São elas que estabelecem o sentimento de

---

[206]CARDOSO, Ciro Flamarion. Escravismo e dinâmica da população escrava nas Américas. In: Estudos econômicos. São Paulo. V.13, 1983. p. 41-53.

[207] RUGENDAS, J. M. Op. Cit.

pertencimento a este ou aquele grupo. E, mais ainda, as marcas servem para registrar a memória do grupo. O corpo assume assim, o espaço onde são inscritos elementos tribais importantes e que não devem ser esquecidos. De acordo com Clastres, "...A marca é um obstáculo ao esquecimento. O próprio corpo traz impresso em si os sulcos da lembrança . O corpo é uma memória..."[208]

Para Mendes[209]*, os* "... Pretos da África... na sua menoridade, e ainda já adultos, fazem pôr por enfeite, e sinal em as suas faces muitos lanhos..."[210]

Ainda segundo este autor, "... Esses ditos lanhos não só tem por fim o enfeite que eles presumem; mas também são indicativos da família, do Reino, do Presídio, e do lugar onde nasceram e são moradores..."[211]

Os anúncios do jornal com este tipo de descrição que priorizava os aspectos africanos foram muito comuns, em parte porque era uma maneira eficiente e rápida de localizar e reconhecer um fugitivo. Um outro jornal de Minas Gerais, intitulado "O Guarda Nacional", assim descreveu quatro escravos fugidos que estavam presos na cadeia de Ouro Preto[212]*:*

"...Annúncio

Na cadeia desta cidade existem quatro escravos fugidos, cujos nomes e signaes são os seguintes: João de nação Moçambique, estatura ordinária. Bem feito de corpo, com signaes nos cantos dos olhos e na testa todos voltados a maneira de meia lua, com riscos dentro dos circulos e uma orelha furada; diz ser escravo de Dona Francisca Bernarda, moradora na rua do Sabão adiante do Largo do Capim da Cidade do Rio de Janeiro e diz que a dita sua Senhora é filha de Lisboa. Frederico de nação Moçambique, baixo, cheio de corpo, dentes abertos, signaes nos cantos dos olhos e na testa todos voltados a maneira de meia lua com riscos dentro do circulo, orelhas furadas, diz ser escravo do capitão Thomaz Francisco, morador na sua Fazenda da Pedra Branca. Pedro de nação Angola, estatura ordinária, cheio de corpo, com faltas de dentes do queixo de cima, diz ser escravo do Alferes José Pereira Valverd, morador na sua Fazenda do Piau. João de nação Congo, estatura ordinária, delgado de corpo, com um signal grande no peito a maneira de um recortado e outros signaes nas costas, uma orelha furada, diz ser escravo de José Bento, morador na Villa de Barbacena. Quando não sejam procurados por seus senhores se entregues a justiça para serem arrematados a fim de se não consumirem em despesas os seus valores.

---

[208] CLASTRES, Pierre. Da tortura nas sociedades primitivas. In: A sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed. 1990. p. 128

[209] MENDES, Luis Antonio de Oliveira. Memória a rspeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa da África e o Brasil. (1790). Porto: Publicações Escorpião. 1977.

[210] Ibidem p. 28-29

[211] Ibidem

[212] Jornal "O Guarda Nacional", Ouro Preto, 29.8.1838

Ouro Preto, 19.8.1838

Além dos 14 africanos descritos pelo jornal "O Universal", havia mais um que portava consigo um elemento de ordem cultural. Durante sua fuga preocupou-se em carregar consigo, seu cachimbo e uma bolsa com tabaco. De acordo com Agostini[213]*, os cachimbos decorados foram usados pelos escravos como mecanismos propiciadores de* **"manifestação de etnicidade" e como "veículos de informação"** *sobre suas culturas africanas, muitas vezes recriadas no Brasil.*

Entretanto, o tabaco não era de uso exclusivo de africanos. José Custódio, crioulo, fugiu em setembro de 1827, carregando tabaco e uma viola. Além destes elementos tradicionais da cultura africana, alguns outros anúncios remetem a visões que procuravam mostrar o cativo com características psicológicas conferidas pelos seus senhores: dois africanos foram identificados como sendo muito ladinos; um crioulo, que costumava mudar o nome de seu senhor, foi considerado como **"muito esperto e velhaco em seus negócios"**[214]*; outro como* **"muito vivo de natureza"***; um outro como* **"folião"** *e um último como* **"civilizado e muito espevitado"**[215]**.**

Nem sempre as imagens que foram construídas para os escravos fugitivos foram tão positivas. Há aquelas que os associam claramente aos animais ou com características físicas depreciativas e, portadoras de uma estética preconceituosa e segregadora. Novamente o anúncio do escravo José Custódio será utilizado. Ele fugiu no Rio de Janeiro, mas seu anúncio circulou em Minas Gerais, provavelmente por que seu senhor tinha alguma razão para pensar que ele poderia ter buscado ajuda em terras mineiras. José Custódio é assim descrito pelo anúncio: "... **estatura baixa, cara feia, e mal feito de corpo... olhar de porco..."**[216]

---

[213] AGOSTINI, Camilla. Resistência cultural e reconstrução de identidade: um olhar sobre a cultura material do escravo do século XIX. In: Revista de História Regional. V.3. n.2, 1998, UEPG.

[214] Anúncio do Jornal " O Universal". 23.5.1831

[215] Idem 2.2.1831

[216] Idem 12.9.1827

Gregório, outro escravo anunciado, também não teve melhor descrição: Tratava-se de alguém "...mal encarado no aspecto..."[217] . *Assim como um outro escravo também africano, que foi descrito por sua senhora como possuidor de um* "...semblante carregado..."[218]

Florentina, africana de Moçambique, foi descrita como tendo o "...andar aperiquitado..."[219]

Em todos estes anúncios, o que se percebe são as tentativas, por parte dos senhores, de aproximar os fugitivos a uma realidade animalesca ou grotesca, retirando deles qualquer indicativo de humanidade.

Esta humanidade porém, podia ser visualizada de uma outra maneira se alguém acompanhasse os anúncios dia-a-dia. Uma das formas encontradas pelos escravos de mostrar reiteradamente sua humanidade foram as fugas sucessivas ou em direção a locais onde viviam no passado, o fingir-se forro e mesmo, os assassinatos de seus senhores.

Vejamos cada um destes itens separadamente. Anastácio, um "mulatinho" de 15 anos foi bastante audacioso em sua fuga[220]. *Seu anúncio foi publicado no dia 16 de maio de 1831 e consta que sete dias antes, ele havia sido recapturado de uma outra fuga.*

Mais "audácia" tiveram Elias e Miguel, de etnias Congo e Cabinda. Os dois tinham cerca de 20 anos e já era a terceira vez que fugiam. Desta vez haviam conseguido evadir carregando ambos, "...um gancho de ferro ao pescoço com aros de ferro rebatido..."[221]. *Mas foram recapturados. Cerca de dois anos depois, encontramos novamente os mesmos escravos anunciados como fugitivos, desta vez, era a quarta fuga. Haviam fugido juntos e ambos levavam presos aos tornozelos esquerdos uma argola de ferro.*[222]

Ainda que não se saiba se nas duas fugas anteriores Elias e Miguel estivessem juntos, há pelo menos duas ocorrências registradas onde ambos estavam associados. O curioso é saber

---

[217] Idem 12.6.1826
[218] Idem 11.11.1831
[219] Idem 1.8.1832
[220] Idem 16.5.1831
[221] Idem 21.11.1828
[222] Idem 14.7.1830

como que dois africanos de origens diversas conseguiram não só fugir juntos, mas, principalmente, fazer isto no mínimo duas vezes, o que demonstra uma provável ligação entre eles, e ainda mais com os ganchos de ferro aos pescoços e depois com as argolas de ferro presas aos tornozelos. E mais surpreendente é saber que em ambas fugas não foram apanhados imediatamente, ainda que com os apetrechos criados especialmente para impedir estas situações.

Carlos Julião, aquarelista do século XVIII, retratou uma cena em que mostra o que seria este ferro preso ao pescoço de um escravo:

Figura 16- Negro com ferro e argola

Fonte: Carlos Julião. Riscos Iluminados...

A busca pelo passado perdido no momento da compra esteve também presente nos anúncios publicados: Natário, um crioulo de cerca de 30 anos, fugiu de seu senhor e foi para Coramatahi, de onde era natural[223]*. Parece que a movimentação de fugitivos era constante não só dentro do espaço de Minas Gerais, como também entre Minas e Rio de Janeiro. No dia 9 de abril de 1832, um anúncio publicava que 17 escravos haviam fugido de uma fazenda situada em Campos dos Goitacases, Rio de Janeiro, e segundo o senhor sabia, teriam subido para Minas Gerais*[224]*. O mesmo aconteceu com Salvador, um preto Cabinda fugido da Corte*[225]*, e com quatro escravos de Antônio José de Souza Braga.*[226]

Uma alternativa para o escravo fugido era fingir-se de forro. Misturando-se a uma população de escravos, mestiços, forros e escravos coartados, não deveria ser muito difícil se esconder nas cidades mineiras e passar como livre. Goulart[227] *apresenta dados interessantes sobre esta população em Minas Gerais: segundo ele, entre os anos de 1786 a 1821 a população forra variou de 34,4% a 41%. Assim, ter-se-ia os seguintes números:*

Tabela 4- **Presença da população forra em Minas Gerais - 1786 a 1821**[228]

Ano	População Total	População forra	% de forros na pop.
1786	362.847	123.048	35%
1805	407.004	140.188	34,4%
1808	433.049	177.593	41%
1821	514.537	206.643	40,3%

Fonte: GOULART, Maurício. GOULART, Maurício. Escravidão Africana no Brasil. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora S.A, 1950.

Parece que os escravos fugitivos de Minas Gerais, e também os do Rio de Janeiro, percebiam este fato. Francisco e Joaquim, ambos Benguelas, fugiram levando passaportes e cartas de

---

[223] Idem, 3.2.1832
[224] Idem, 9.4.1832
[225] Idem, 14.6.1830
[226] Idem, 25.11.1831
[227] GOULART, Maurício. Escravidão Africana no Brasil. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora S.A, 1950
[228] Citado por Almeida, Carla Maria Carvalho de. Op. Cit. P. 106

alforrias falsas[229]*; José Custódio, dizia ser forro, mas era um escravo fugido do Rio de Janeiro*[230]*, assim como Francisco Pantaleão*[231]*.*

Joaquim, escravo da nação Camundá, demonstrou sua humanidade de outra forma: assassinou seu senhor e fugiu. O escravo era propriedade do Frei Antonio da Conceição, guarda e procurador do hospício da Terra Santa na Vila de Sabará e na noite de 31 de janeiro de 1831, assassinou seu senhor com várias facadas e feriu um outro religioso na mão. Logo depois, fugiu.

Uma outra maneira de perceber a humanidade dos escravos através dos anúncios é identificar a presença da família escrava. A existência da família era um mecanismo que provavelmente dificultava as fugas, contudo, não é possível afirmar que as impediam. A família poderia fazer com que este número decaísse, porém nunca foi um impedimento total. Infelizmente, através da maioria dos anúncios do jornal não se pode imaginar que tipo de relações familiares possuíam os escravos que fugiam em Minas Gerais, pois apenas em quatro anúncios aparece algum tipo de indício sobre este tema. Em um dos deles aparece um casal fugindo junto[232]*; em outro, são dois irmãos crioulos*[233]*, no terceiro, uma mulher, cujo irmão havia fugido anos antes, fugiu ajudada por um pardo*[234] *e o último anúncio retrata uma mulher que estava fugida acompanhada de sua filha, com 7 anos de idade*[235]*.*

A historiografia brasileira tradicional deu pouca importância à família escrava, chegando mesmo a afirmar que não existiria:

"...A questão da existência de uma vida privada ou de uma vida familiar se apresenta como uma contradição inerente à condição escrava... Constituir família, ter uma prole é algo inacessível àqueles que não possuem nem a si próprios..." [236]

Tais suposições eram baseadas na crença de que ao senhor não era conveniente a formação de famílias no conjunto de seus escravos:

---

229 Anúncio do Jornal "O Universal" 14.6.1830
230 Idem, 12.9.1827
231 Idem, 22.11.1830
232 Idem, 18.12.1829
233 Idem, s/data
234 Idem, 17.8.1831
235 Idem, 9.4.1832

"...Livre para decidir sobre o conjunto da vida, os interesses do senhor parecem ter sido incompatíveis com a existência da "família escrava" no Brasil..." [237]

E que havia um grande desinteresse por parte do escravo em constituir famílias já que a qualquer momento poderiam ser desfeitas pelo sistema:

"...Na verdade, o direito civil não dá qualquer privilégio aos casais confirmados pelo sacramento religioso, pois o senhor pode continuar a separar os que a Igreja uniu, vendendo ou doando separadamente pai, mãe, filhos. Compreende-se que os escravos não vissem vantagem em casar-se..." [238]

Alegavam ainda, que a elevada taxa de masculinidade não favorecia a uniões estáveis:

"... O número reduzido de mulheres, em geral, na proporção de quatro para um, às vezes cinco para um, estimulava o caráter temporário das ligações..."[239]

Ou mesmo que as relações sexuais entre os escravos eram apenas instintivas e promíscuas; não cabendo, portanto, a instituição do matrimônio.

A historiografia recente tem procurado analisar a família escrava em suas particularidades. Ela tem aparecido com características bem definidas, quer seja pelo caráter de estabilidade nas relações, quer pela presença da vontade da população escrava intervindo diretamente na escolha do parceiro.[240]

Analisando por um outro lado, percebe-se que a instituição familiar era um mecanismo de que os grandes proprietários lançavam mão para melhor controlar seus escravos. O senhor tinha consciência de que se o cativo possuísse uma família e portanto, laços sociais mais fortes e abrangentes através do compadrio com outros escravos, seriam mais difíceis a rebelião e a fuga.

A família possuía, assim, diversas características. De um lado servia em alguns casos como um controlador da escravaria, elemento necessário para a manutenção da tranqüilidade nas senzalas; de outro, para o escravo era um meio de aumentar sua socialização, seus mecanismos básicos de adaptação e consequentemente melhorar sua condição de vida dentro do sistema.

A Antropologia demonstra claramente que o casamento é uma relação social de importância crucial porque, entre outros motivos, relaciona-se com vários fatos sociais que interagem na sociedade. E conclui que os casamentos nos grupos de pequena escala são muito mais importantes do que nas sociedades tidas como "modernas", já que estes pequenos grupos precisam manter os laços de união e de proteção acarretados pelo casamento, assim como precisam manter o nível de nascimentos compatíveis com a sua capacidade econômica.

Sahlins[241] analisando a função do parentesco em sociedades tribais, chegou á conclusão de que uma das maneiras de se obter a paz é o parentesco, porquanto estabelece ligações recíprocas e constantes entre todo o grupo. Acreditamos poder expandir esta análise à comunidade escrava, pois as relações entre estes eram permeadas tanto por estratégias de negociação, que nada mais eram do que a manutenção da paz, como também por rupturas, ou seja, as guerras, principalmente entre africanos e crioulos.

Florentino e Góes[242] demonstraram que as relações entre africanos e crioulos eram de constantes possibilidades de conflitos tendo em vista não somente o fato de serem grupos com culturas diferentes obrigados à convivência, mas também ao fato de que as mulheres eram sempre em números reduzidos, dificultando as relações sexuais e impondo que determinados sujeitos ficassem sem acesso às suas companheiras.

---

[236] GIACOMINI, Sônia. Mulher e escrava- uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1988, p. 29

[237] ibidem. p. 29

[238] MATTOSO, Katia Q. Ser escravo no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1990. p. 126 e 127.

[239] COSTA, E. Viotti. Da senzala a colônia. São Paulo, Brasiliense, 1989. p. 257

[240] MOTA, J. Flávio. Família escrava: uma incursão pela historiografia. In: História, Questões e Debates. Curitiba, 1988

[241] SAHLLINS, Marshall. Sociedades tribais, Rio de Janeiro, Zahar, 1974

[242] FLORENTINO, Manolo & GÓES, José R. Op. Cit.

Um outro tipo de informação que pode ser retirada destes anúncios refere-se ao estado de saúde dos escravos fugidos. Ao fornecerem dados que permitissem identificar seus escravos, os senhores acabaram por indicar os aspectos ligados à saúde. Através de doenças, cicatrizes, marcas de doenças e condições psicológicas pode-se traçar um esboço do que seria a saúde destes cativos. Entretanto, é necessário salientar que os anúncios apresentam inúmeras limitações, como por exemplo, o uso de termos nada precisos. Um grande problema desta fonte é que por constituir-se de linguagem leiga ou popular, a precisão dos termos das patologias é reduzida e são empregados termos de sentido equivalente, como, "bexiguento", "bexigoso" e "com bexigas", que aparecem tantas e tantas vezes nos anúncios. Essas informações dadas sobre os escravos fugidos, por exemplo, não indicam necessariamente que se tratava de doentes ativos e portadores do vírus da varíola, podendo ser casos superados em que a doença deixou suas marcas. O lógico seria imaginar que se referem apenas às marcas, pois dificilmente um escravo com a doença e, portanto, em condições de saúde bastante precárias, tivesse condições de empreender tão arriscada atitude como a fuga.

Mas mesmo assim tal fonte pode se tornar útil como introdução ao conhecimento das condições físicas dos escravos que procuravam a fuga como uma alternativa de vida. De um total de 72 casos, 21 eram portadores de algum tipo de má formação, outros 21 indivíduos possuíam doenças de caráter traumáticas. Vejamos inicialmente o primeiro caso: a má formação normalmente, era percebida em partes do corpo que possuíam algum tipo de defeito, como por exemplo, pés, braços, joelhos ou pernas tortas ou arcadas, que não poderiam ser associadas a qualquer tipo de trauma. Eram características que remetiam a problemas durante a gestação ou adquiridas com o passar do tempo ao exercerem atividades prejudiciais à saúde.

As doenças traumáticas, ou seja, as que acarretavam feridas, cortes ou depois, as que deixavam cicatrizes ou os sinais das feridas, também perfizeram um total de 21 casos, demonstrando o nível de periculosidade das atividades exercidas. Estas marcas apareceram equilibradamente por todo o corpo do cativo.

A seguir, com 10 casos, aparecem as doenças infecto-contagiosas. Destas, apenas um caso foi de contaminação por parasitas, a sarna. Todas as demais foram contaminações pelo vírus *Poxvirus variolae*, ou seja, o vírus causador da varíola, conhecida também como Bexiga. Seu contágio se dá de forma direta, pelo suor, espirro, enfim, as secreções de um doente podem causar o contágio em outra pessoa que não esteja imunizada por vacinas. Como não havia nenhum tratamento específico para este mal, a solução encontrada era manter o doente afastado dos demais membros sadios a fim de evitar o contágio. Isto quase nunca era conseguido devido às condições de vida da população que eram muito precárias. Desta forma, a varíola encontrava um excelente campo para se disseminar. É significativo o número de escravos que apareceram nos anúncios referidos como portadores de varíola ou como bexigosos ou ainda como portadores das marcas deixadas pela doença, pois os que a adquiriam, caso conseguissem sobreviver, ficavam marcados pelo resto da vida.

Os demais tipos de doenças, ou seja, as reumáticas, as tumorais, as disfunções óticas e as psicológicas, foram minorias. Isto não significa de maneira alguma que os escravos fugidos não possuíssem estas doenças. Apenas indica que como estes anúncios eram um mecanismo usado para identificar escravos fugidos, era necessário que o senhor de cada um, fornecesse informações que tornassem possível a sua captura. Assim, dizer que um escravo tinha problemas na coluna ou que enxergava pouco ou que tinha um tumor em alguma parte do corpo, de pouco ou nada adiantaria a quem tentasse reconhecê-lo nas ruas. Por este mesmo raciocínio, pode-se entender o porque de um número tão expressivo de anúncios informando sobre o estado dos dentes dos fugitivos,11 casos.

Tabela 5- **Doenças e problemas físicos anunciados no Jornal "O Universal"**

TIPO	Casos	TIPO	Casos
Infecto-contag. Parasitárias	1		

Infecto-contag. Virais	9	Tumorais sem especificações	1
Total 1	**10**	**Total 5**	**1**
Traumáticas: cortes e feridas	9	Disfunções óticas	3
Cicatrizes/sinais de feridas	12	Disfunções motoras	1
Total 2	**21**	**Total 6**	**4**
Reumáticas sem especificações	1	Psicológicas- gagueira	2
Total 3	**1**	**Total 7**	**2**
Má formação . estrabismo	1		
Má formação . defeitos em geral	20	Falta de dentes	11
Total 4	**21**	**Total 8**	**11**
Total Geral		**71 casos**	

Fonte: O Universal

O panorama fornecido pelos anúncios permite-nos identificar um quadro de carência alimentar provocando más formações ainda durante a gestação, um diagnóstico de disseminação de doenças virais, no caso, a varíola, exacerbada pelas condições de vida nas senzalas, e um tipo de alimentação favorável ao surgimento de diferentes problemas, dentre eles, os dentários.

Concluindo pode-se afirmar que os anúncios do Jornal "O Universal" demonstraram um perfil do escravo fugido que se pautava pelo predomínio do homem africano, ainda que seguido de perto pelo crioulo, sem especialização profissional, detentor de traços culturais vários e de diversos tipos de problemas de saúde. Demonstraram também que, ainda que portadoras de elementos culturais, as imagens passadas pelos senhores sobre esta população se revestiam todo o tempo de significados negativos.

Entretanto, para as autoridades coloniais ou mesmo para uma parcela considerável da população, pior e mais perigoso que um escravo fugido, somente um aquilombado, pois este reunia em si a fuga, a rebeldia e a possibilidade de conseguir viver à margem do sistema associando-se a outros tão perigosos quanto ele.

O quilombola: o pior dos escravos

As primeiras análises escritas feitas na Colônia por cronistas e escritores não se preocuparam em descrever a existência de quilombos e de escravos aquilombados. A exceção foi Palmares e mesmo assim, recebeu pouca atenção. Dentre os que de uma forma ou de outra trataram sobre este tema, pode-se destacar um escritor anônimo do século XVII[243], Antônio Vieira, em um breve comentário feito em 1691[244], Rocha Pita[245] e Domingos Loureto Couto[246].

O que se identifica nas obras citadas, com exceção de Vieira que não se preocupou em analisar as causas das fugas e da formação do quilombo, é que existiam alguns motivos que levavam os escravos à fuga. Os principais seriam o ócio, a fome e o frio. Caberia aos senhores evitar todos esses problemas para que elas não ocorressem. Para estes autores, os cativos não seriam capazes de fugir visando uma alternativa de vida fora do cativeiro. Os escravos fugiam porque não recebiam comida e vestimentas necessárias à sua manutenção. Com relação ao ócio, novamente ele é apontado como causador de problemas nas fazendas. O ócio levava aos vícios que levavam ao pecado que levava à perdição dos senhores e mesmo da colônia.

Em 1678, um escritor anônimo preocupado em fazer um relatório militar das guerras travadas entre as tropas e os quilombolas durante o governo de D. Pedro de Almeida, afirmou que a causa da existência de escravos rebelados era a própria existência da escravidão e que o quilombo de Palmares só havia sido possível porque os senhores passaram por um período de enfraquecimento causado pela invasão holandesa. Os

---

[243] Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do Governador D. Pedro de Almeida, de 1675-1678. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1859, vol 22. P. 305

[244] Carta do Padre Antonio Vieira a certo fidalgo. Bahia, 2 de junho de 1691. Apud. J. L. de Azevedo. História de Antonio Vieira. Lisboa, vol. II. P. 372

[245] PITA, Sebastião da Rocha. História da América portuguesa. Lisboa: Ed. Francisco Artur da Silva, 1880. p. 214 e ss

[246] COUTO, Domingos Loureto. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco. In: Anais da Biblioteca Nacional. Livro 8, vol. 25. Cap. IV, p. 540

quilombolas seriam os "inimigos internos" *que ameaçavam a* "conservação de Pernambuco", destruíam "a vida, a honra e as fazendas" [247]

Há neste autor uma contradição que pode ser encontrada em outros de sua época. Para ele o quilombola é, em última instância, conseqüência de erros senhoriais (neste caso, fraqueza). O que levaria o escravo ao quilombo seriam estas atitudes. Por outro lado, ele também percebe o quilombola como um inimigo interno em potencial – ameaçador da ordem. Ora, como ter condições de ser um inimigo e não ter mecanismos para por si só, tornar-se um quilombola?

O que parece justificar a posição deste autor e de outros é a tentativa de análise do processo de fuga e de formação de quilombos, feita de maneira a diminuir o impacto da evasão, da formação da estrutura quilombola e do que isto representava no cerne do sistema escravista: o cativo sabia se aproveitar de uma situação política desfavorável para as elites, estabelecendo uma alternativa de vida que lhe fosse mais cômoda. Ou seja, ele participava a seu modo, aproveitando-se das conjunturas do sistema pleno de diversos tipos de falhas, o que era perigoso, pois significava que a qualquer momento outros fariam a mesma coisa. Era preciso redimensionar a questão. O quilombo passa a ser visto não como fruto de negociações e políticas no seio da escravatura, era sim, uma conseqüência das atitudes dos senhores da qual os negros apenas se aproveitavam. Desta forma, sempre que a sociedade livre resolvesse ou não permitisse a existência de problemas que os enfraquecesse, os quilombos não conseguiriam se desenvolver, posto que eram formados por seres inferiores sem condições próprias de se organizarem.

Para Vieira, o quilombola além de ser inferior, era um indivíduo em constante pecado, e buscando explicar e justificar a escravidão, o padre criava imagens associativas com os sacrifícios feitos por Cristo para salvar a humanidade. Aos escravos, caberia a sujeição pacífica ao cativeiro como forma de atingir os céus e contribuir para a salvação da humanidade. No momento em que fugiam, rompiam com este papel que lhes fora imputado. Logo, eram pecadores que deveriam ser trazidos ao cativeiro e punidos exemplarmente[248].

"... Porque sendo rebelados e cativos, estão e perseveram em pecado contínuo e atual, de que não podem ser absoltos, nem receber a graça de Deus, sem se restituírem ao serviço e obediência de seus senhores, o que de nenhum modo hão de fazer. Só havia um meio eficaz e efetivo para verdadeiramente se reduzirem, que era concedendo-lhe sua Majestade e todos os seus senhores, espontânea, liberal e segura liberdade, vivendo naqueles sítios como os outros índios e gentios livres, e que então os padres fossem seus párocos e os doutrinasse como os demais .."[249]

A solução possível para o problema "Palmares", passaria primeiramente pela concessão da liberdade aos cativos e, somente depois é que os religiosos poderiam cristianizar os rebeldes. Entretanto, o próprio Vieira sabia que se esta liberdade fosse dada aos palmarianos,

"...seria a total destruição do Brasil, porque conhecendo os demais negros que por este meio tinham conseguido o ficar livres, cada cidade, cada vila, cada lugar, cada engenho seriam logo outros tantos Palmares, fugindo e passando-se aos matos com todo o seu cabedal, que não é mais que o próprio corpo..."[250]

O que Vieira deixa claro aos seus ouvintes e posteriores leitores, é que a cristianização só era possível aos negros enquanto cativos e pacíficos. Nunca ao negro rebelado, contestador de uma forma ou de outra, ao sistema. Assim, dar qualquer tipo de orientação religiosa aos Palmarianos, significaria reconhecer como legítima sua organização e isto significaria a ruína da escravidão e, consequentemente, do Brasil: *"... sem escravidão não há Brasil, e como deve haver Brasil, assim deve haver escravidão..."* [251]

Para Domingos Loureto Couto[252], o quilombo era o local para onde convergiam *"negros atrevidos"* e era o *"receptáculo de foragidos"*. O que explicaria a razão das fugas e da ida para o quilombo seria a

---

[247] Relação das guerras.... Op. Cit.
[248]. Carta do Padre Antonio Vieira... Op. Cit.
[249] Ibidem
[250] Ibidem
[251] Ibidem
[252] COUTO, Domingos Loureto. Op. Cit.

ilegitimidade dos apresamentos na África, a persistência de costumes africanos e o excesso de escravos na colônia.

Rocha Pita, escrevendo em 1724, acreditava haver uma propensão nos escravos para a rebeldia e para a rebelião, pois eram pecadores e insolentes por natureza. Para evitar isto se deveria punir e educar o cativo na fé tornando-os obedientes ao senhor e fiéis a Deus. Mas, se tudo isto falhasse e o escravo fugisse, tornava-se culpado do *"delito da ausência"*. Segundo este autor, o cativo preferia *"a liberdade entre as feras que a sujeição entre os homens"*.[253]

Palmares recebeu de Rocha Pita alguns comentários, entretanto a preocupação não era tanto mostrar o quilombo e seus habitantes, ou mesmo suas estruturas internas e externas. Na realidade, o objetivo era exaltar a grandeza e o poder metropolitano que havia conseguido destruir *"...a calamidade que padecia Pernambuco com esta opressão dos Palmarianos..."*[254]

As imagens sobre os quilombolas

Com relação as imagens pictóricas sobre escravos aquilombados, infelizmente o universo é muito pequeno tanto no Brasil como em outras regiões escravistas. Para o Suriname existem duas imagens feitas como ilustração de um livro publicado em 1796 e intitulado *"Narrativa de uma expedição de cinco anos contra os negros revoltosos do Suriname"* de autoria de John Stedman[255]. Seu autor era um oficial da Brigada Escocesa do Exército Holandês, voluntário na destruição dos quilombos que ameaçavam o sistema escravista no Suriname.

Além de contar detalhes da expedição, como por exemplo, as doenças que atacavam a expedição, a falta de preparo técnico e militar dos soldados e outras dificuldades, Stedman relata o seu casamento com uma escrava local. Todavia, são as duas imagens referentes a quilombolas que nos interessam no momento. Em uma delas, intitulada *"Um negro rebelde armado e em guarda"*, percebe-se elementos que tradicionalmente estão associados a grupos considerados pelos europeus como não civilizados: o negro representado está nu, apenas porta uma pequena tanga e está descalço. Como armas carrega na cintura um machado e na mão uma arma de fogo, demonstrando o perigo em potencial para a população e, portanto, justificando a expedição. Ao fundo do quadro pode-se identificar dois outros negros rebelados. Ambos carregam uma espécie de lança, arma também relacionada a grupos tidos como primitivos. Em primeiro plano, aos pés do negro está um crânio. Estaria o desenhista tentando mostrar a crueldade dos quilombolas? Ou quem sabe poderia ser uma demonstração de que os europeus estavam conseguindo eliminar o perigo representado por eles? São suposições, mas é curioso notarmos a presença de crânios na outra imagem referente a um outro escravo rebelde, também no mesmo livro.

A figura recebeu o título "Um negro suspenso vivo pelas costelas numa forca". Além do negro pendurado pode-se ver em primeiro plano um outro crânio e mas ao fundo, outros dois presos em um tipo de poste. Além destes crânios, esta imagem traz também ossos inteiros e alguns outros em pedaços espalhados pela cena, como que indicando, quem sabe, a ferocidade do ser disforme preso pelas cordas. O corpo do escravo aprisionado é uma excelente fonte para identificarmos as concepções sobre o escravo fugitivo. Novamente, ele está nu, coberto apenas com uma pequena tanga. Seus traços são disformes e sua fisionomia é agressiva.

---

[253] PITA, Sebastião da R. Op. Cit.

[254] ibidem

[255] Esta obra é analisada no livro de PRATT, Mary Louise. Op. Cit. p. 164 e ss

Figura 17- "Um negro rebelde armado e em guarda"

Fonte: PRATT, Mary Louise. Os Olhos do ... p. 177

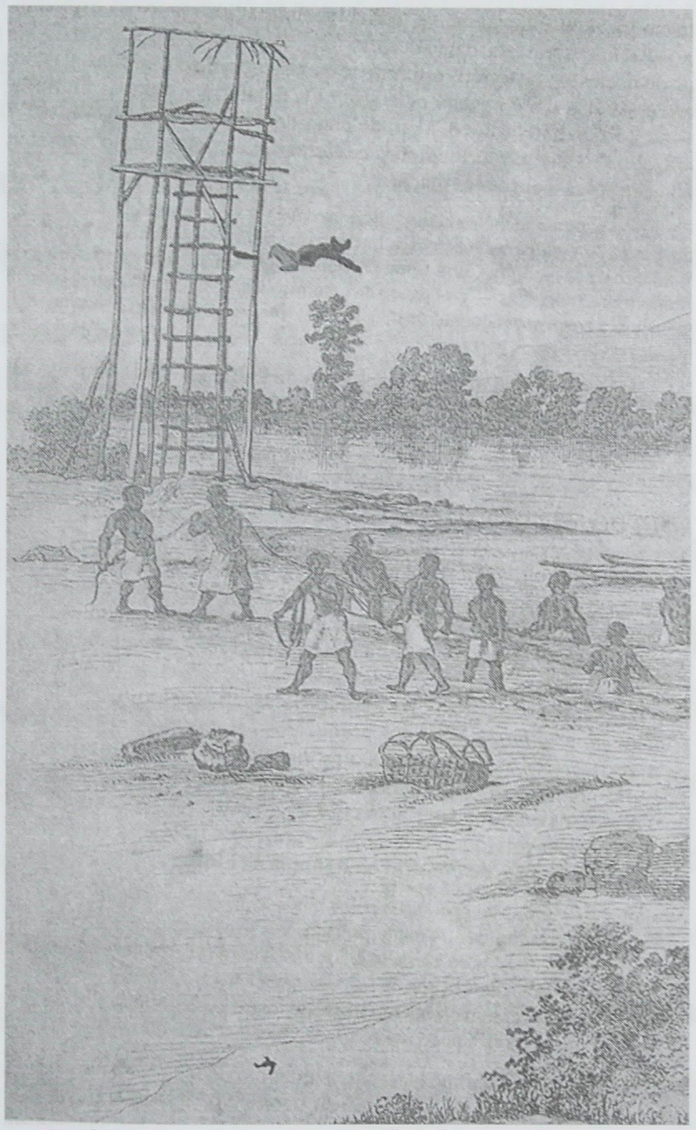
Figura 18- Um negro suspenso vivo pelas costelas numa forca

Fonte: PRATT, Mary Louise. Os olhos do... p. 166

Para o Brasil, só se conhece uma imagem feita sobre Palmares durante sua existência. Trata-se da feita por Barleus em 1647 e reproduzida em Reis[256]. Infelizmente, esta imagem não possui riquezas de detalhes ou de informações. Aparentemente, trata-se de um posto de observação à beira de um rio que serve de local de pescaria coletiva.

[256] REIS, João José e GOMES, Flavio dos S. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 33

Figura 19- Imagem de Palmares



Barleus, Gaspar. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

Todas as construções teóricas formuladas sobre os quilombolas passaram de uma forma ou de outra para o cotidiano das populações coloniais, podendo-se perceber fragmentos destas idéias na documentação criada durante o século XVIII. Algumas imagens elaboradas sobre os quilombolas de Palmares permaneceram e se difundiram para todos os quilombolas e para épocas posteriores, criando um corpo de imagens sobre o que seria o negro aquilombado.

A noção que as pessoas tinham dos quilombolas durante o século XVIII em Minas Gerais merece ser acompanhada mais de perto. A idéia que os associa aos bárbaros é uma constante nesta documentação, assim como a de que eram feras e inimigos públicos. Que eles eram, segundo suas concepções, os causadores dos distúrbios, das desordens e das insolências freqüentes que os moradores próximos da região sofriam, não resta dúvida. Os quilombolas também eram vistos em vários tipos de documentos relacionados pelas autoridades ou pela população, como feras, como bandidos perigosos e não possuidores de qualquer tipo de sentimento humano.

"... brutos que se fazem abomináveis pela sua ferocidade com que não perdoam aos que lhes não fazem a menor resistência..."[257]

Eram seres desprezíveis e que levavam perigo imediato à população. Eram, entre outras coisas, negros insolentes, logo deveriam ser capturados ou exterminados. Referindo-se a Serra da Marcela,

[257] APM SC Cod 159 fls. 31 v

Pamplona, um dos vários líderes de expedições enviadas aos Sertões em Minas Gerais, diz que ela era um *"...sítio ... que tem sido até aqui habitação de feras e de calhambolas que vem a ser o mesmo..."*[258] Para destruí-los os Capitães dos Matos não eram suficientes, sendo necessário estabelecer mecanismos que permitissem um controle mais efetivo e mais eficiente:

"... a grande decadência em que se acha o povo destas Minas, (...) em que vem causada da multidão de negros fugidos e aquilombados que há em todas elas de que resultam os extraordinários casos que continuamente estão sucedendo nos arraiais que a cada instante estão fazendo sem averiguarem prova de remédio a tanto malefício nos faz preciso representar a Vossa Majestade não adiante termos satisfeito mais por crermos ir em aumento a força de tais inimigos por que a ter noticiamente estão executando mortes de brancos e negros; roubando casas e assaltando outras de que se faz preciso que Vossa Majestade fica servido dar providências a tão atroz e sanguinolento mal ordenado por seu especial decreto ao governador Ministros e mais justiças de Vossa Majestade cuidem em fazer uma junta em que uniformemente se ajuste melhor meio e forma com que se deve extinguir estes inimigos capitais ...."[259]

Os quilombolas também podiam ser vistos como conspiradores que perturbavam o sossego e a paz pública.[260] *O Conde de Assumar, os percebia como uma* **"...peste que está [va] contaminando todo esse governo..."**[261] *No final do século, em 1792, o governador, Luis Antônio Furtado de Mendonça, deferiu favoravelmente a uma petição que tinha como objetivo destruir*

---

[258] Carta De Ignácio Correia de Pamplona ao Governador Valladares , Tejuco, 3.4.70 Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos). 18,2,3
[259] APM SC 49. P. 81;82. 1741
[260] APM SC Cod 163. Fls. 53
[261] APM SC Cod 04, fls. 790-793

um quilombo na Comarca do Rio das Mortes. Segundo o governador, cada vez mais,

"... aumenta[va] cada vez mais o prejuízo na fuga dos escravos e liberdade dos que lhes dão asilo, assaltando, roubando e matando os povos viandantes..." . Continuava a carta dizendo que "infinitos" senhores "... já tem sido vítimas de suas traições e infidelidades experimentando violentas e cruéis mortes..."[262]

Os quilombolas do Campo Grande foram vistos pela Câmara de Vila Rica como **"...um feroz monstro que virá a ser a total ruína destas Minas...".** *Era necessário criar mecanismos que liquidassem de vez "aquele veneno" que poderia ir crescendo cada vez mais.*[263]

A presença destes quilombolas provocava ainda, o despovoamento de várias áreas da Capitania:

"... e crescendo o dano e o perigo se despovoam já as partes contíguas ao dito quilombo e sofrem ainda as mais distantes perniciozíssimos estragos..."[264]

Os estragos a que este documento e outros se referem dizem respeito não só as fazendas que sofrem ataques constantes; os viajantes também eram alvos fáceis destes quilombolas:

"... os negros tão demasiadamente absolutos em fazerem crimes atrozes que não podem os viandantes fazerem as suas jornadas com segurança sem que muitos deles fiquem mortos pelas estradas... e os negros que estão em quilombos são uns ladrões públicos e matadores porque se não sustentam senão de roubos

---

[262] APM SC Cod 260 fls. 16 e 17
[263] APM SC Cod 76 fls. 85v-86
[264] APM SC Cod 84 fls. 108v-109

e em consequência deles se seguem o matarem, por serem demasiadamente tiranos..." [265]

Entretanto, mesmo que os quilombolas fossem identificados como sendo "inimigos capitais", havia um outro elemento, segundo as autoridades, com muito maior capacidade para levar à ruína a colônia. Tratava-se da própria população livre que o alimentava e através de seus exemplos, conduzia os cativos aos desvios:

"...O dano maior que considero no caso que os negros se levantem não é tanto das conseqüências que isto pode produzir, como do terror pânico dos brancos que com a menor coisa se desanimam e é sem duvida que por isto não é de pouca ponderação a matéria porque ainda que os negros não tenham ordem nenhuma, e por isso seria menos durável a sua sublevação: o medo dos brancos podia causar maior desordem, e dar aos outros maior atrevimento para o que ajuda muito as consciências gravadas, o concubinatos, e os malefícios deste país que clamam ao léu pelo seu castigo, e quando Deus o quer dar aos que merecem não busca meios estrondosos, mas serve-se daqueles que aos olhos humanos parecem mais desprezíveis..." [266]

Para o autor, os negros, ainda que rebelados, não possuiriam condições de provocar danos irreversíveis à sociedade e, por conseguinte, à escravidão, porque eram inferiores aos brancos e não tinham condições de se manterem organizados. O perigo real estava no seio do grupo senhorial e dos homens livres e em função de seus próprios problemas e fraquezas, eles estariam colocando a segurança e o progresso da colônia em risco.

Os cativos, neste discurso, não tinham elementos civilizatórios suficientes para se estruturarem de forma significativa e destruir a sociedade. Os danos causados pelos negros deixavam, portanto, de fazer parte de um contexto sócio-econômico e se tornavam um castigo divino. Com esta explicação era retirado dos escravos fugidos a possibilidade deles se rebelarem e agirem enquanto agentes históricos possuidores de uma consciência e de vontades. Tratava-se de um castigo da ordem do divino e não dos homens. Portanto, a solução estaria dentro da própria sociedade: bastaria acabar com os elementos de desordem e de desapego à fé e, consequentemente, a Deus e este não mais castigaria a população usando os seres "mais desprezíveis".

Este discurso é muito parecido com as idéias de Benci, para quem as crises pelas quais passava a colônia eram causadas pela ausência de consciência cristã nos senhores. Para solucioná-las, deveriam deixar

---

[265] APM SC Cod 32 fls. 92v-93

[266] Carta do Conde D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar para Ouvidor do Rio das Mortes, em 24 de março de 1719. APM SC 11. P. 118,118v.

de ser infiéis, gentios, brutos, irracionais, homicidas, mentirosos e pecadores[267]. Deveria-se criar na colônia uma verdadeira cristandade através do reforço da noção de família e da depuração dos hábitos sexuais, sempre tão desregrados. Assim, vivendo de forma correta e dentro dos ensinamentos de Cristo, os senhores tratariam bem de seus escravos, e estes, não fugiriam.

Benci não era o único que pensava assim. Em 1728, foi publicada em Lisboa uma obra que tinha como único objetivo mostrar e sanear os problemas de ordem moral que ocorriam no Brasil. Entre os anos de 1728 a 1765, o livro teve cinco edições, o que demonstra sua aceitação pelo público leitor. Refiro-me ao *"Compêndio narrativo do peregrino da América"* que trata de vários discursos espirituais e morais, e muitas advertências e documentos contra os abusos que se acham introduzidos pela malícia diabólica no Estado do Brasil"[268]. Seu autor detectou inúmeros problemas de ordem moral na colônia e se propôs, através da parábola de um peregrino, a mostrá-los a fim de que fossem eliminados e que a fé verdadeira e pura pudesse ser vencedora da luta entre o bem e o mal. Para ele, diversos abusos eram cometidos no Brasil em nome da luxúria, da soberba e da vaidade, e as pessoas deveriam mudar suas formas de vida para que não fossem condenadas ao inferno. Com relação aos escravos, aconselha a paciência e que prestassem obediência aos senhores e, a estes, que fossem cristãos e que dessem bons tratamentos aos cativos a fim de que não fugissem.

Pode-se perceber que para todos os autores tratados aqui, o quilombo não era identificado como fazendo parte de um projeto de vida dos cativos. O escravo só fugiria se não tivesse um bom tratamento. Estas mesmas colocações podem ser identificadas no poema a seguir de autoria de Joaquim José de Lisboa, alferes do Regimento Regular de Vila Rica:

"...Os escravos pretos lá

Quando dão com mau senhor

Fogem, são salteadores

E nossos contrários são

Entranham-se pelos matos

E como criam e plantão

Divertem-se, brincam, cantam

De nada tem precisão.

Mas ainda, que não criassem,

Ou que não fizessem roças,

Benignas as terras nossas.

Mil silvestres frutos tem.

E como eles sejam ágeis

Descobrem naquelas matas,

Carajú, cará, batatas,

E muito mel que há também.

Vem de noite aos arraiais,

E com indústrias e tretas

Seduzem algumas pretas,

---

[267] BENCI, J. op. cit. P. 80

[268] PEREIRA, Nuno Marques. Compêndio narrativo do peregrino da América em que se tratam de vários discursos espirituais e morais e muitas advertências e documentos contra os abusos que se

Com promessas de casar

Elegem logo Rainha,
E Rei, a quem obedecem,
Do cativeiro se esquecem
Toca a rir, toca a roubar

Eis que a notícia se espalha,
Do crime e do desacato.
Caem-lhe os capitães do mato
E destróiem tudo enfim.

Ora ai vem o pobre preto
Entre cordas, prezo, e nu,
Vão lhe os bacalhaus ao c...
E o seu Reino acaba assim... "[269]

O autor, utilizando-se claramente das concepções estéticas do Arcadismo Mineiro e copiando inclusive, o nome da amada – Marília -, descreve-lhe as riquezas encontradas e produzidas na Capitania de Minas Gerais. Demonstrou como a natureza era boa, propiciadora de alimentos em grande quantidade e diversidade, facilitadora da existência de grande variedade de animais e de homens.

Após descrever estes elementos, passou a tratar dos negros fugidos e também dos indígenas da região. O que nos importa são as suas idéias sobre os negros habitantes dos quilombos.

A primeira imagem que nos chama a atenção é que, também aqui, os escravos fugiam por causa de maus senhores. Viravam salteadores e se tornavam contrários não somente de quem escrevia, mas também de toda uma sociedade. E por que se tornavam contrários? Porque passavam a viver nos matos em contatos com a natureza e, distantes portanto, da civilidade. Eles trabalhavam, criavam, se divertiam. Mas a natureza era tão boa que mesmo que eles nada fizessem, não morreriam de fome. A mãe natureza tudo lhes daria. Eis aqui uma das características mais marcantes do Arcadismo: a exaltação da natureza e de seu aspecto fértil.

Com relação à sociedade estabelecida pelos fugitivos, esclarece que usavam de artimanhas e seduções para convencer as negras a irem para o mato com eles. O curioso é que tudo isto era feito baseado em promessas de casamento, algo importante para a sociedade cristã e não, provavelmente, para os escravos envolvidos. Entretanto, o autor nos informa um aspecto significativo da cultura negra: a eleição de Rei e Rainha, elementos de chefia africanos encontrados no interior de diferentes grupos de escravos no Brasil.

A prisão destes negros foi feita pelo capitão do Mato em função dos roubos e desacatos promovidos por eles mesmos. Ocorreu, então, a destruição do quilombo, a prisão, o castigo e o fim de seu Reino.

A idéia clara oferecida por este poema é a de que o quilombo existia como possibilidade aos escravos, mas sempre a partir de atitudes dos senhores. Todavia, a sociedade branca acabava vencendo e mostrando seu controle sobre a situação; por outro lado, a menção da existência dos quilombos em um poema que busca demonstrar as riquezas e belezas da capitania mineira, já nos sugere que este era um problema constante para esta região e que escravos fugidos faziam parte deste universo, da mesma maneira que seus companheiros cativos. O quilombo fazia parte do cotidiano.

Diante desta presença constante, os grupos quilombolas eram vistos como elementos capazes de perturbar o sossego público e no caso do Sertão, impedir o avanço da civilidade e do povoamento. Se o Sertão era uma área de perigos reais, estes em muitos momentos eram causados pelos negros fugitivos que lá viviam. Como a inserção desta região se fazia cada vez mais necessária, inúmeras tentativas ocorreram visando à liquidação destes grupos. Contudo, sempre foram inúteis. Quando muito, conseguiam aprisionar

---

acham introduzidos pela malícia diabólica no Estado do Brasil. Lisboa, Oficina de Manoel Fernandes da Costa (Impressor do Santo Ofício), 1728.

[269] LISBOA, Joaquim José de. Descripção curiosa das principaes produções, rios e animaes do Brasil, principalmente da Capitania de Minas Gerais. Lisboa, na Impressão Regia, 1806.

alguns poucos escravos ficando a grande maioria dispersa nas matas. Em toda a documentação percebe-se que havia um clima de terror provocado por estes negros não só na população que vivia por perto, mas também entre os próprios participantes das expedições que buscavam acabar com os quilombos e com os quilombolas.

"...neste mesmo lugar senti um notável enfadamento porquanto todos os principais homens que me acompanhavam e tinham por exercício a freqüência nos matos, entraram a difundir pelo mais povo uma voz vaga de que estávamos mui vizinhos a mais fortes quilombos de negros e que havia um que só esse tinha mais de duzentos e que já os mesmos negros andavam na nossa escolta explorando as nossas forças e que este projeto hera infalível porque os vestígios que deles tinham encontrado assim o certificavam entrarão logo todos a ficar pavorosos e com repetidas lamentações prezaguravão uniformes a sua desgraça."[270]

Durante muito tempo foi sendo formada uma visão sobre o quilombola que passava por uma proximidade com os animais e com a natureza, considerada local de descaminhos e fora do controle social e religioso. A notícia da presença de quilombolas numa região qualquer gerava quase sempre atitudes de medo e de auto proteção por parte das pessoas. Este pânico pode ser verificado de várias maneiras na documentação: uma forma seria a identificação de várias cartas pedindo socorro, armas e munições para se resguardarem dos possíveis ataques quilombolas; um outro caminho seria a verificação do número de sesmarias abandonadas e outras nem mesmo assumidas, em função do medo dos ataques; por último, mas talvez a melhor maneira de identificarmos o poder deste pânico, seriam as constantes expedições enviadas aos Sertões com o objetivo claro e específico de combater quilombolas.

Ainda que os quilombolas fossem para os mineiros o foco constante de suas inquietações, não foram os únicos. Os indígenas também contribuíram muito para os medos desta população, assim como os vadios, ou seja, aqueles que de uma forma particular estavam, da mesma maneira, fora do controle social. Os vadios representavam uma outra forma de perigo, posto que conviviam muito perto da população, ao contrário dos demais grupos que se isolavam ou tentavam se manter afastados o máximo possível.

---

[270] Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Governador Valladares , Em 15.11.69. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) 18,2,6

III- Os vadios: aqueles que não tem lugar na boa sociedade

Além dos índios considerados bravios, dos garimpeiros clandestinos, dos escravos fugidos e dos quilombolas, as autoridades mineiras tinham um outro foco de constantes preocupações: os vadios, ou melhor dizendo, aqueles que elas percebiam desta forma. Entretanto, é necessário ressaltar que havia, no mínimo, duas concepções acerca da vadiagem[271]. A primeira, que será vista posteriormente, remete à população pobre, com poucos ou nenhum escravo, e que vive em busca de terras para cultivar e é muitas vezes identificada enquanto grupo de vadios sem trabalho. A segunda refere-se aos vadios enquanto marginais na sociedade. São os que não trabalham e que vivem de expedientes. É este grupo que será analisado agora.

Em diversos documentos percebe-se que foi sendo construída no tempo, uma imagem sobre estes elementos sociais, passando a ser apresentados como responsáveis por uma série de problemas sociais e como causadores de desordens. Mas quem era passível de ser caracterizado como vadio em Minas Gerais durante o século XVIII?

Talvez a resposta mais completa possa ser buscada na "Instrução" de Teixeira Coelho. Para ele, haveria dois grupos de vassalos: um bom e outro mau. Os bons vassalos seriam aqueles que mineravam ou se dedicavam a cultivar a terra, ou seja, aqueles que possuíam ocupações e, consequentemente, eram tributáveis. Os maus vassalos eram os vadios que não admitiam ocupações e viviam como *"feras nos arraiais, nos Sertões e nos lugares inacessíveis"*[272] Um agravante para a ociosidade dos vadios é que esta levava à marginalidade, criando desordens, assassinatos e roubos. Os vadios, para Coelho, eram

---

[271] Sobre a questão da vadiagem, ver o livro de SOUZA, Laura de Melo e. Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII. Rio de janeiro, Graal, 1982.

membros "infectos"[273] da Província e eram homens atrevidos mas, ainda assim, importantes nas atividades de avanço da civilidade, ou seja, na conquista dos Sertões, no combate aos índios e aos quilombos:

"... Por estes homens atrevidos é que são povoados os Sítios remotos do Cuiethé, Abre campo, Pessanha e outros: deles é que se compõem as Esquadras, que defendem o Presídio do mesmo Cuiethé da irrupção do Gentio bárbaro, e que penetram, como feras, as matas virgens, no seguimento do mesmo gentio: e deles é finalmente, que se compõem também as Esquadras, que muitas vezes se espalham pelos matos, para destruir os quilombos de negros fugidos, e que ajudam as Justiças nas prisões dos réus..."[274]

Temos, portanto, uma outra característica do vadio. Ele era pernicioso à sociedade. Mas no caso de Minas Gerais, um mal necessário. Continuando com Teixeira Coelho, percebemos que o vadio era basicamente o mestiço e o negro forro, ainda que alguns brancos também o fossem. Entretanto, era a minoria. A cor da vadiagem era resultante dos contatos interétnicos, o resultado de algo perigoso que, no século seguinte, irá merecer estudos mais aprofundados: a mestiçagem. Ou era ainda, a cor de um outro perigo social: a negra.

O vadio, qualquer que fosse a sua cor, era a personificação do perigo. Perigo talvez maior que o provocado pelo quilombola, porque este estava nos matos, escondido nos Sertões. O vadio, ao contrário, vivia nas vilas, nos centros urbanos, cometia ataques à população e somente quando precisava, escondia-se nos Sertões. Daí, sua ameaça em potencial à sociedade. Através de sua não aceitação ao trabalho e ao domínio, colocava em risco a disciplina e a hierarquia, fundamentais ao controle social de uma região, por si só, bastante explosiva. Estes eram, em linhas gerais, os traços que caracterizavam os vadios. Mas se olhados com maior atenção, percebe-se que havia outras particularidades inerentes

---

[272] COELHO, José João Teixeira. Instrucção para o governo da Capitania de Minas Geraes. (1780) . In: RAPM. Ano VIII, fascículo I e II, Jan/jun 1903. p. 478

[273] ibidem p. 479

ao grupo. Um traço sempre presente nos comentários sobre os vadios era a sua itinerância que não permitia o controle total, dando autonomia e, mesmo condições de sobrevivência àquele que era reputado enquanto vadio:

"... O homem pobre...permanece por muito pouco tempo num mesmo lugar. Sua característica marcante é a extrema mobilidade. Mover-se, em busca de melhores condições de sobrevivência, tornava-se uma atitude previsível e esperada..."[275]

Ainda que a autora esteja tratando dos homens pobres e não propriamente dos vadios, não há como negar que a itinerância era também parte integrante da vida destes grupos desprovidos de riquezas.

Em Minas do século XVIII, esta itinerância pode ser vista de diferentes maneiras: Havia os que perambulavam pela Capitania em busca de novas regiões para esmolar; os que paravam em determinados locais a fim de viverem da caridade ou mesmo de furtos e jogos; os que em nome da religião, conseguiam donativos e depois fugiam ou gastavam em bebidas, ou ainda aqueles que não conseguindo ou não querendo trabalho temporários nas fazendas, acabavam por cair na categoria de vadios. Enfim, o leque para esta categoria era amplo e comportava uma gama variada de opções. Todavia, havia um traço comum a todos os vadios, a sua pobreza. Para as elites mineiras, o vadio era o miserável que além de nada possuir, esbanjava o que conseguia porque era um desregrado total.

A carta que a Câmara de Sabará enviou ao Conde Valadares relata este problema e, apresenta um outro: o aproveitamento por parte dos vadios dos benefícios advindos com a religião. Através dela, conseguiam perambular pela capitania, obtendo esmolas que eram gastas em atividades profanas.

"...Não obstante a Providência que para a pública utilidade foi sua Majestade servido dar com a proibição dos pedidores para quaisquer santos com caixinhas e oratórios portáteis. Se tem introduzido nestas minas a

---

[274] ibidem p. 479

[275] FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1998. P. 102

este respeito vários abusos bem prejudiciais ao público e abomináveis pelas ruins conseqüências que todos os dias se estão experimentando. Um deles é o costume de ser expedida de uma para outras freguesias uma bandeira com o título do Divino Espírito Santo acompanhada de 4 ou 5 homens a quem chamam foliões que para uma só festa que fazem em cada um ano correm por toda esta capitania e ainda pelos Sertões que podem chegar e são tantos os pedidores que muitas vezes em um só lugar se contam 4 e 5 bandeiras com aquelas companhias ou uma semana de diversos distritos ou freguesias. Para estas companhias ou para servirem de foliões só se procuram aqueles homens que por desocupados se podem reportar por vadios, os quais por algum ajuste ou de ordinário pelo interesse de certa parte das mesmas esmolas andam vagando por onde lhes parece e com o descaramento de desconhecidos em qualquer terra fazem muitos distúrbios, e despendem as esmolas que tiram em usos profanos e excessivos absurdos e que parece se evitaria se ao menos os tais pedidores não fosse permitido saírem em tal diligência fora das suas freguesias..."[276]

A construção da imagem do vadio era pautada no fato de que seriam um problema à sociedade. O vadio estava à margem e não tinha um espaço social próprio. Ele, em Minas Gerais do século XVIII, fazia parte de uma sociedade escravista, onde os papéis sociais eram muito claros. Havia os senhores e havia os escravos. À camada intermediária, cabia a adequação a um papel definido quase sempre em função do trabalho.

Entretanto, esta mesma sociedade desenvolveu a idéia de que o trabalho não era algo que devesse ser valorizado. O trabalho era relacionado às atividades dos escravos. Logo, quem não era escravo, não trabalhava. Quem trabalhava se aproximava dos cativos, assim, a negação ao trabalho por parte do vadio não deixava de ser a negação de ser equiparado ao escravo, elemento tão baixo na sociedade. O vadio, qualquer que fosse a sua cor, era um homem livre. E livre, para esta sociedade, não exercia funções de escravos.

"... Não há na Capitania de Minas um homem branco, nem uma mulher branca, que queiram servir; porque se persuadem, que lhes fica mal um emprego, que eles entendem que só compete aos escravos. Deste modo centos de escravos e cento de escravas se ocupam nos serviços domésticos e deixam de se ocupar no trabalho das terras e na extração do ouro..."[277]

---

[276] Carta da Câmara de Sabará ao Conde Valadares, em 30.12.1769. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) Documentos. 116 18,3,6

Estas idéias estavam presentes em toda a sociedade. O branco não aceitava o trabalho porque era branco, livre e, portanto, superior. Os mulatos, mulatas e negros e negras forros também não queriam trabalhar para não se reduzirem novamente às ocupações dos escravos[278].

A sociedade se via numa encruzilhada: como induzir ao trabalho numa estrutura que não o valorizava enquanto atividade para todos os segmentos sociais? A solução evidentemente, passaria pela coerção e controle. Os escravos, teoricamente, não seriam problemas porque eram controlados – ou pelo menos deveriam ser – pelos seus próprios senhores. O vadio precisava de alguém que o controlasse e, para isso, houve sistematicamente, um processo de criminalização destes. [279]

Vários bandos, Cartas Régias ou alvarás, foram estabelecidos com o intuito de forçá-los ao trabalho ou pelo menos, de torná-los útil à sociedade. O Bando de 16 de julho de 1736 é um exemplo que mostra as concepções acerca dos vadios e o que deveria ser feito com aqueles que não se adequassem ao sistema:

"... todos os vadios que vagarem por estas Minas, sem fazenda sua ou a maior ofício ou amo a quem sirvam, se dentro de vinte dias não tiverem estabelecimento por algum dos referidos meios e o havendo por pretexto o tornarem a largar para viverem em vida livre sejam presos e remetidos às justiças ordinárias ... "[280].

Um outro exemplo é a Carta Régia de 22 de julho de 1766 que determinou a urgência de se fixarem os vadios e proceder contra eles com as mesmas penas dos salteadores. Dirigida a Luis Diogo Lobo da Silva, o teor da carta régia era o seguinte:

---

[277] COELHO, J.J. Teixeira. Op. Cit. p. 561

[278] Sheila de Castro Faria analisando os registros paroquiais de Campos dos Goitacases, percebeu que as pessoas livres alforriadas movimentavam-se em maior número que as demais. Uma explicação para este fenômeno foi, sem dúvida, segundo a autora, o medo de uma possível re-escravização por parte de seus antigos senhores ou de seus descendentes.[278]

[279] FRAGA Filho, Walter. Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX. São Paulo: Hucitec, EDUFBA, 1996. Cap. 4

[280] APM SC- 130, fls. 55 e 56v.

"...Sendo-me presente em muitas, e repetidas queixas, os cruéis, e atrozes insultos, que nos Sertões dessa Capitania têm cometido os vadios; e os facinorosos, que neles vivem, como foram separados da Sociedade Civil, e Comércio humano: sou servido ordenar que todos os homens que nos ditos Sertões se acharem vagabundos, ou em Sítios volantes, sejam logo obrigados a escolher em lugares acomodados para viverem juntos em Povoações Civis, que pelo menos tenha de cinqüenta fogos para cima com Juiz Ordinário, Vereadores, Procurador do Conselho, repartindo-se entre eles com justa proporção as terras adjacentes; e isto debaixo da pena, de que, aqueles, que no termo competente, que se lhes assinar nos Editais, que se fixarem para este efeito, não aparecerem para se congregarem, e reduzir à sociedade civil nas Povoações acima declarada (sic), serão tratados como Salteadores de Caminhos, e inimigos comuns, e como tais punidos com as severidades das Leis; excetuando-se contudo primeiramente os Roceiros, que com criados, Escravos, e Fábrica de lavoura vivem nas suas Fazendas sujeitos a serem infectados daqueles infames, e perniciosos vadios: Em segundo lugar os Rancheiros, que nas Estradas públicas se acham estabelecidos com seus Ranchos para a hospitalidade e comodidade dos Viandantes, em benefício do Comércio, e da comunicação das gentes: Em terceiro lugar as Bandeiras, ou Tropas, que em Corpo, ou sociedade louvável vão aos Sertões congregados em boa união, para neles fazerem novos Descobrimentos: Sou servido outrossim que os mesmos Roceiros, Rancheiros e Tropas de Bandeira tenham toda a autoridade necessária para prenderem, e remeterem às cadeias públicas das comarcas que tiverem mais vizinhas, todos os homens, que se acharem dispersos, ou seja nos ditos chamados Sítios Volantes, sem estabelecimento permanente, e sólido, ou seja nos Caminhos, e Matos, remetendo com eles autuados os lugares, Estado e circunstâncias, em que estiverem ao tempo, em que forem encontrados . . ."[281]

Esta mesma preocupação foi a do governador da Capitania de São Paulo, Luis Antonio de Souza Botelho, em 1765. O referido governador criou 18 vilas e aldeias, forneceu incentivos para que os colonos se fixassem a fim de que mestiços, mulatos e indígenas mansos *"...abandona [ssem] a floresta virgem"* e assumissem o *"arado e a vaca"*. Autorizou, inclusive, *" ...que uma certa dose de corção fosse aplicada para*

[281] RAPM Ano XVI, fascículo I. p. 451-2

recolher moradores de "fazendas flutuantes" e teria usado mais coerção caso tivesse os meios para tal..."[282]

A preocupação com a vadiagem e seu controle não era um fato corrente apenas nestas regiões e também não se restringia aos vadios tradicionais, podendo ser vista também no Norte da colônia e relacionado aos índios. Em 1754, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão-Pará e Maranhão, decretou um bando que foi posteriormente confirmado por Carta Régia de 14 de março de 1755, afirmando que todo índio que não estivesse trabalhando "fossem dados de soldada aos moradores de acordo com despachos governamentais".[283]

Parece que o problema do controle dos vadios nunca foi solucionado a contento das autoridades. Ainda em 1831, a então Província de Minas Gerais, estava às voltas com seus "vadios". No dia 16 de dezembro deste ano, foi enviada uma proposta ao Conselho Geral da Província, cujo objetivo maior era organizar o trabalho, impondo-o aos vadios[284]. Este texto é marcadamente fisiocrata. Para seus autores o que vale como riqueza é a terra. No caso, a terra mineira. Rica, fértil, grande e, infelizmente, segundo eles, capaz de manter uma população enorme sem que ela precise produzir nada. Desta forma, a natureza acabava por facilitar a ociosidade de seus moradores, principalmente, os dos Sertões. O texto continua alegando que os vadios além de não trabalharem e portanto, de não produzirem, viviam de expedientes, roubos, vícios, embriaguez e imoralidades, como por exemplo, o concubinato e a prostituição.

Ainda que com características de ordem moral, o texto demonstra preocupações também com a situação política e econômica da província e do Império. O fim do tráfico

---

[282] DEAN, Warren. Op. Cit. p. 117

[283] AHU – Pará. Cx 110 doc. S/ número. Cit. Por DOMINGUES, Angela. Ameríndios do Norte do Brasil na Segunda metade do século XVIII: as contradições da liberdade. In: RSBRH. Curitiba, n. 12, 17-30, 1997. p. 21.

determinava que cada vez mais, o trabalho desta população fora do sistema, precisava ser organizado. Para tal, recomenda a elaboração de uma lista com os nomes dos vadios, ou seja, aqueles que *"...não sendo proprietários, ou não vivendo de outra proficua, conhecida e lícita indústria, ou ofício, estão sem Amo, ou se não se ocupam proveitosa e continuadamente..."*[285] A partir destas listas, deveriam os Juízes de Paz, delegados ou Inspetores, reuni-los em povoações e destiná-los aos serviços dos proprietários de fazendas sempre que fosse necessário. Em troca, receberiam um salário. Os homens novos deveriam ser entregues como aprendizes a fim de ter alguma profissão. O mesmo ocorreria com as mulheres novas que deveriam ser colocadas em casas de respeito a fim de aprenderem os ofícios do lar e contraírem casamentos.

Percebe-se que o documento acima é uma elaboração conservadora de elementos sociais preocupados com a segurança e a tranqüilidade pública, ameaçadas pela *"ociosidade nas classes baixas da população"*[286]. Os autores do projeto acabam o texto levantando uma questão preocupante para a época: como fazer para organizar, controlar e exigir uma ocupação das "classes baixas da população" e ao mesmo tempo, respeitar o "regime de liberdade" e os "direitos do cidadão" vigentes? Além disto, criticavam que estes direitos dos cidadãos *"...eram tão grande que pouca e bem escassa margem havia deixado aos deveres..."*, *e que nem ao menos eram "compreendidos sequer pela maioria do povo..."*. [287]

Conforme pode ser observado, a questão do controle sobre uma população vista como vadia, foi uma constante nas pautas dos governadores de Minas durante a Colônia, mas o foi também no Império. O Conde de Valadares foi um dos governantes de Minas

---

[284] Repressão da vadiagem: Proposta enviada ao Conselho Geral da Província, organizando o trabalho e impondo-o aos vadios. 16.12.1831. In: VEIGA, José Pedro Xavier da. Efemérides mineiras. S/ed. 1926

[285] ibidem

[286] Ibidem

[287] Ibidem

Gerais do período colonial que mais de perto percebeu a importância dos vadios para a Capitania. Conforme já visto, Minas Gerais no século XVIII possuía ainda muitas regiões controladas por índios e por quilombolas que precisavam ser trazidas ao controle colonial.

O governador percebeu que os vadios seriam úteis ao projeto de conquista destas áreas, já que a utilização de escravos era onerosa e também perigosa ao sistema, pois, o cativo poderia uma vez na mata, fugir e tornar-se um quilombola. O vadio, além de não significar qualquer gasto para as autoridades (a não ser os referentes à formação das Bandeiras), era um elemento que precisava ser retirado das vilas. Logo, o melhor local para ele, seriam as fronteiras entre a civilidade e a barbárie: os Sertões. Mas não deveriam viver isolados e sem rédeas. Os vadios eram enviados aos Sertões a fim de formarem os Presídios, ou seja, áreas controladas por homens armados que deveriam defendê-la de quaisquer ataques.

Nem todos os vadios ficavam sob o domínio das autoridades. Há na documentação sobre o século XVIII mineiro, uma gama variada de queixas sobre os salteadores e assassinos que vagavam pelas Serras e Sertões. O caso da Quadrilha da Mantiqueira foi talvez o mais famoso. Mas não foi o único.

A existência da quadrilha e de seus atos veio a público em 1783 e quem governava a capitania era D. Rodrigo de Meneses. A quadrilha ficou famosa por assaltar contrabandistas de ouro e de diamantes. Os assaltados simplesmente sumiam e os parentes ou sócios não procuravam investigar a fim de não levantar suspeitas sobre o ofício ilegal. Entretanto, a quadrilha foi ficando cada vez mais audaciosa e passou a atacar todos os tipos de pessoas que pudessem portar consigo riquezas. Rapidamente o medo se espalhou pela população e a Serra da Mantiqueira ficou sendo um local perigoso:

"... Estes acontecimentos, senhor, têm atemorizado tanto os tropeiros e viandantes do caminho, que fazem parar na Borda do Campo e no Registro até terem número bastante

para seguirem; o mesmo fazem os que vêm debaixo da Mantiqueira com medo de ser roubados, e com temor daquele passo..."[288]

De acordo com Vasconcelos, os componentes da quadrilha viviam em dois locais distintos, Barroso e Ressaca. De cada um destes locais, vigiavam os que iam para a Serra, comunicavam-se entre si e partiam para as áreas mais altas à espera da vítima. Estes componentes da quadrilha eram homens da várias etnias. Havia ciganos, mestiços carijós, negros e brancos. O líder, Joaquim de Oliveira, conhecido pelo apelido de Montanha, era um branco.

Em setembro de 1782 um morador do Tejuco, José Antonio de Andrade desapareceu após passar pelas últimas vilas antes de chegar ao pé da Serra. Várias diligências foram enviadas a sua procura. Tudo em vão.

Em abril do ano seguinte, um grupo de tropeiros, acidentalmente, localizou uma cova. Descobriu-se mais tarde que dentro dela haviam três cadáveres e alguns pertences. Os corpos pertenciam a Antônio Sanhudo de Araújo, negociante de fazendas e morador no Rio das Pedras, um rapaz que o acompanhava e um pajem. José Aires Gomes, em carta ao governador informava que:

"...Parece serem pegados a mão e levados para o mato, onde os mataram a facadas, e o companheiro sangrando na garganta de ambos os lados, sem mais ferida, e o preto também sangrando na garganta; se inferem serem pegados a mão, porque o dito Sanhudo se achava com uma faca na algibeira..."[289]

Próximo a esta cova foi localizado um sítio com *"...uma cafua com sinais de camas para várias pessoas e vestígios onde permaneceram animais amarrados..."* O Coronel José Aires, fazendeiro importante da região e responsável por seu patrulhamento, escreveu a D.

---

[288] Carta de Joaquim José da Silva Xavier a D. Rodrigo de Meneses, 19.4.1783. Appud. Vasconcelos, Diogo de. Op. Cit. P. 273

Rodrigo relatando o caso e citando outras mortes que haviam acontecido na região. Informou também, ter formado uma companhia para procurar nas matas, o corpo de José Antônio Andrade. Continuava a carta revelando que dias depois, auxiliado pelo Alferes Joaquim José da Silva Xavier, havia encontrado uma farda, um freio e um selim, que eram provavelmente de um soldado da tropa paga que havia sido trucidado. A companhia havia também localizado um sítio com lugar para dez camas e uma outra sepultura que era de José Antônio, de seu pajem e de um cão. José Antônio havia sido morto com um tiro na testa e uma facada no peito. A companhia conseguiu ainda efetuar várias prisões. Dentre elas, a do cabra Joaquim José que deu todos os detalhes sobre a quadrilha. Mostrou ainda outra sepultura com 12 corpos e posteriormente, uma outra com um homem gordo desconhecido, dois negros, selas e as bestas. Foi preso também o caboclo Miguel Pinheiro de Resende, cúmplice da quadrilha. Foi ele quem afirmou ser o Montanha, líder do grupo.

A partir de alguns poucos ofícios citados por Vasconcelos, chega-se à conclusão de que a quadrilha possuía em torno de 15 pessoas: o cabra Januário Vaz, o caboclo Miguel Pinheiro de Resende, o soldado Baltazar José Lauriano, João de Almeida ou João da Gama, Bartolomeu, o cigano João Galvão , o líder Joaquim de Oliveira, e mais outros 8 presos.

A formação heterogênea permite perceber o que era a estrutura social em Minas Gerais, ou seja, uma sociedade formada com grupos oriundos de diferentes meios e etnias, vivendo em busca de riquezas e de ouro. Além disso, havia também uma grande e não controlada transitoriedade permanente entre Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os caminhos se transformavam assim, em locais por excelência para a sobrevivência de todo tipo de pessoas e atividades.

---

[289] Carta de José Aires Gomes a D. Rodrigo de Meneses, em 9.4.1783. Appud. Vasconcelos, D. Op. Cit. P. 271

Após a identificação dos vários grupos étnicos que compunham a vida no Sertão Oeste de Minas Gerais e das relações travadas entre eles e a população, é possível a identificação de que o grupo considerado mais perigoso à manutenção do sistema era o de quilombolas, espalhados por vários recantos do Sertão. Para as elites e autoridades mineiras, eles precisavam ser destruídos a qualquer custo porque inviabilizavam seus projetos de civilização e de ocupação numa área importante para a existência da Capitania.

Em função desta periculosidade este grupo será analisado mais detidamente a seguir. O objetivo é a partir das imagens criadas para estes, identificar as várias formas de estruturação social, econômica, política e cultural, desenvolvidas por cada grupo de quilombos.

Parte 3 – UMA TIPOLOGIA PARA OS QUILOMBOS MINEIROS

A vida dos mineiros do século XVIII era, no mundo real assim como no universo da imaginação, permeada pela presença marcante e às vezes aterrorizante das populações quilombolas. Estes eram quase sempre uma ameaça à segurança e à prosperidade de muitos, inclusive, da própria Coroa. Conforme mostra o documento seguinte, os quilombolas,

"...não só inquietam as Pessoas, que por cartas de sesmaria intentam estabelecer com fazendas de criação e Agricultura no extenso País que compreende o referido Distrito, de que de segue não só os movimentos de embaraçarem as utilidades que resulta ao bem comum dos habitantes desta capitania mais prejuízos dos Dízimos, nos que respondem provir dar ditas criações e Agriculturas além do perigo de aumentos humano com outros fugitivos que consentem ao seu partido..."[290]

Assim, aos capitães do mato era exigido que fizessem *"...todas as diligencias possíveis para procurar, extinguir o mais que for possível o flagelo em que se acha esta Capitania com o excessivo número de negros fugidos, sendo, públicos os roubos e impiedade que tem cometido..."*[291]

Os prejuízos causados pelos quilombolas eram muitos e, em 1737, as vizinhanças de Ibituruna estavam *"infestadas de negros calhambolas que salteavam (sic) os caminhos e casas dos moradores, que ... não se atreviam a descobrir ouro por aquelas paragens..."*[292]. O autor desta carta, o Capitão Francisco Bueno da Fonseca, afirmava ainda que *"...ele estava para fazer uma entrada com a esperança de descobrir ouro a qual lhe estorvava o sobredito receio..."* [293]

Estas constatações ficam ainda mais evidentes ao sabermos que Minas Gerais foi um palco fértil para a proliferação destas estruturas. Guimarães[294], em um estudo pioneiro, registrou mais de uma centena para o século XVIII. Contudo, como o próprio autor afirma, este número provavelmente tende a ser maior, uma vez que alguns foram destruídos e se formaram novamente repetidas vezes, e outros não foram sequer descobertos.

Tabela 6- Quilombos em Minas Gerais durante o século XVIII

QUILOMBO	ANO
1. Mariana	1711
2. Curralinho	1714
3. Brumado	1716
4. Palmital	1718
5. Serra da Caraça	1719
6. São Bartolomeu	1719
7. Sabará	1720
8. Palmital	1720
9. Santa Barbara	1720
10. Serro Frio	1722
11. Curral do Torino	1722
12. Casa da Casca	1726
13. no Turvo	1728
14. Tejuco	1731
15. do Queimado	1732/3
16. São João d'EL Rey	1733
17. no Ribeirão do Carmo	1733
18. Rio das Velhas Abaixo	1733
19. Carijós	1733
20. Mariana	1733

[290] APM COD 118 PAG 172v e 173
[291] APM COD 277 pag 13
[292] APM SC 57 p. 17
[293] idem
[294] GUIMARÃES, Carlos Magno.Quilombos: Uma negação da ordem escravista. São Paulo: Ícone, 1992 .p. 137 e ss

21. Baependi	1736
22. Guarapiranga	1736
23. São Sebastião	1736
24. Ibituruna	1737
25. Rio Verde	1737
26. Baependi	1737
27. Rio Abaixo	1737
28. São Caetano	1737
29. Guarapiranga	1737
30. São Miguel	1738
31. Sabará	1738
32. Caeté	1738
33. Congonhas do Campo	1738
34. Inficionado	1738
35. São Caetano	1738
36. Catas Altas	1738
37. Itambé	1738
38. Paracatú	1738
39. Pitangui	1739
40. Rio Verde	1740
41. Vila Rica	1740
42. Suassui	1741
43. Ambrózio	1741/3/6
44. Paraopeba	1741
45. Sertão das Contagens	1741
46. Comarca do Rio das Mortes	1742
47. Forquim	1743
48. Guarapiranga	1743
49. Serra de São Bartolomeu	1743
50. São Bartolomeu	1745
51. Vale do Prata	1745
52. Arassuaí	1745
53. Campo Grande	1746
54. Vila Rica	1748
55. Borda do Campo	1748
56. Sapucaí	1751
57. Parauna	1751
58. Demarcação Diamantina	1752
59. Demarcação Diamantina	1753
60. Sabará	1753
61. Campo Grande	1754
62. Brejo do Salgado	1754
63. Itaverava	1755
64. Caeté	1755
65. Rio da Prata	1755
66. Rio das Velhas	1756
67. São João d'EL Rey	1756
68. Indaiá e outros	1757
69. Ambrózio	1757
70. Itaverava	1758
71. Entre Lambari e São Francisco	1758
72. Pitangui	1758
73. Indaiá	1759
74. Serra da Marcela	1759
75. Sapucaí (Campo Grande)	1759
76. Ibituruna	1759
77. Comarca do Rio das Mortes	1760

78. Mariana	1760
79. Paraibuna	1764
80. Sitio da Caveira	1764
81. Serra da Marcela e São Francisco	1765
82. Inficionado	1765
83. Serra da Marcela	1766
84. Pitangui	1766
85. Paranaiba	1766
86. Pitangui	1767
87. Vila Rica	1767
88. Rio Pomba	1768
89. Pedra Menina	1768
90. Pitangui	1768
91. Indaiá e Abaeté	1768
92. Borda do Campo	1769
93. Cabeceiras do Parnaíba e Indaiá	1769
94. Catiguá	1769
95. Santos Fortes	1769
96. São Gonçalo	1769
97. Morocos	1769
98. Samambaia	1769
99. Paraibuna	1769
100. Suassui	1769
101. Cachoeira do Campo	1769
102. Tabua	1769
103. Serra Negra	1769
104. Carijos	1770
105. Rio do Pinto ou dos Cachorros	1770
106. Paragem do Quilombo	1770
107. Borda do Campo	1770
108. Fazenda Marimbondo	1770
109. Bambui	1770
110. Tamanduá	1770
111. Caeté	1770
112. Casa da Casca	1770
113. Mariana	1770
114. Brumado	1771
115. Morro do Chapeu	1772
116. Fidalgo	1772
117. Mariana	1772
118. Paracatu	1773
119. São João do Rio das Mortes	1773
120. Curimatai	1773
121. Arassuai	1774
122. Rio do Peixe e Pomba	1776
123. Forquim	1777
124. Rio do Sono	1778
125. São José	1780
126. Paraopeba	1780
127. Mariana	1780
128. Curral d'EL Rey	1781
129. Paracatu	1781
130. Serro	1782
131. Matheus Leme	1782
132. Itamarandiba	1785
133. São José do Rio das Mortes	1785
134. Caeté	1785

135. ( )* local desconhecido	1786
136. Rio Pomba	1786
137. Serra do Funil	1788
138. Itaverava	1795

***Fontes**: GUIMARÃES, Carlos Magno. Quilombo: uma negação da ordem escravista. .. ,Martins, J. S. Quilombo do Campo Grande... , Anais da Biblioteca Nacional..., Documentos primários*
Obs: Os quilombos em negrito encontravam-se localizados no Sertão Oeste de Minas Gerais.

Há uma outra razão para se pensar que o número de quilombos e suas populações seja maior do que os inúmeros documentos têm atestado. De acordo com Martins[295] o que se convencionou chamar de Quilombo do Ambrózio ou do Campo Grande, foi na realidade, uma confederação de quilombos de portes distintos – não necessariamente formados apenas por negros fugitivos- e divididos de acordo com a região em dois grandes grupos: (ver o mapa n. 20)

1. Na margem direita do Rio Grande estavam os quilombos do Ambrózio, São Gonçalo, Mamoí, Ajudá, Indaiá, Pernaíba e Marcela. (sete quilombos)
2. Na margem esquerda do Rio Grande, ou seja, na região do Sapucaí, estavam localizados os quilombos do Gondú, um sem nome e despovoado, Quebra-Sê, Boa Vista, Paiol, Cascalho, Primeira Povoação do Ambrózio, o Fala, das Pedras, Goiabeiras, Oopeu, Boa Vista (na realidade, Nova Angola), Nova Angola (na realidade, Cala Boca), Pinhão, Caetê, Zondu e Careca. (dezessete quilombos).

Figura 20- Região do Campo Grande

Fonte: Mapa de todo o Campo Grande, tanto da parte da conquista, que parte com a Campanha do Rio Verde e de São

[295] MARTINS, Tarcísio José. Op. Cit. P. 171 e ss

Paulo, como de Pihui, cabeceiras do Rio de São Francisco e Goiases. 1760.[296]

Legenda do mapa:

1. Quilombo do Gondu	80 casas
2. Quilombo despovoado	-
3. Quilombo Quebra Sê	80 casas despovoadas
4. Quilombo Boa Vista	-
5. Paiol	-
6. Quilombo do Cascalho	80 casas
7. Primeira povoação do Ambrósio	Despovoada
8. Quilombo O Fala	Despovoado
9. Quilombo das Pedras	-
10. Quilombo das goiabeiras	90 casas
11. Quilombo do Oopeo	137 casas
12. Quilombo da Boa Vista	200 casas

13. Quilombo Nova Angola	90 casas
14. Quilombo do Pinhão	100 casas
15. Quilombo do Caetê	90 casas
16. Quilombo do Zondu	80 casas
17. Quilombo do Cala Boca	70 casas
18. Quilombo do Careca	220 casas
19. Quilombo do Ambrósio	Despovoado
20. São Gonçalo	Despovoado
21. Quilombo do Mamoi	150 casas
22. Quilombo do Ajudá	Despovoado
23. Quilombo do Indaá	200 casas
24. Quilombo do Pernaíba	70 casas

Com relação à população há uma série de dados que serão discutidos posteriormente. No momento, cabe ressaltar que qualquer número proposto para contabilizar os quilombos em Minas Gerais não deixará de ser uma aproximação, pois muitos quilombolas trocavam todo o tempo de lugar para não serem aprisionados e muitos não foram descobertos. Percebe-se assim, uma série de atitudes que foram empreendidas com o intuito de se protegerem. Entretanto, estas tentativas de contabilização são válidas porque permitem um panorama da situação referente ao cotidiano das relações escravistas e também que novas pesquisas surjam em busca de conhecer com mais profundidade esta história.

Pensando neste quadro complexo que envolve numerosos quilombos e suas características específicas, percebeu-se que seria necessário estabelecer uma maneira que, de alguma forma, permitisse um enfoque particular para cada tipo de estrutura quilombola. Um quilombo com uma população de centenas de

[296] Este mapa foi localizado por T. J. Martins na Universidade de São Paulo e gentilmente cedido à autora. Segundo este pesquisador, o mapa teria sido feito de maneira equivocada. Em relação as legendas, o mesmo está de cabeça para baixo. De acordo com o autor o mapa precisa "...ser virado ao contrário e inclinado de forma que a linha que parte da roda dos ventos fique paralela à linha do Equador..." Ainda segundo Martins, os nomes dos quilombos foram alterados e trocados. Para esta discussão ver Martins, T. J. Op. Cit. p. 175 e ss.

pessoas, com agricultura, armazéns, paióis, lideranças e outros elementos, não poderia ser analisado da mesma forma que um outro formado por algumas poucas pessoas errantes e escondidas no meio dos matos, sem economia própria e sem lideranças. Seria necessário dividi-los segundo suas características internas e externas, a fim de que pudesse ser formado um conjunto que favorecesse a observação geral de cada um dos grupos específicos. Caso contrário, se não fosse efetuado nenhum tipo de classificação, as análises seriam apenas "análises de casos", impossível com um número tão grande de quilombos. Analisar um ou outro seria perder de vista muitas das individualidades de cada um. Logo, ainda que concordando que o uso de classificações pode em alguns casos ser um limitador, seria um mal menor.

A tipologia criada para classificar os quilombos no Rio de Janeiro durante o século XIX[297], demonstrou no decorrer das pesquisas sobre estas estruturas em Minas Gerais que seria uma ferramenta útil se fosse adaptada às especificidades econômicas da Capitania durante os setecentos. Por esta tipologia, os quilombos encontrados na Província do Rio de Janeiro nos anos oitocentos foram divididos em três grupos: Auto Sustentáveis, Dependentes e Mistos. Os principais requisitos para a caracterização de um grupo de quilombos como Auto Sustentáveis era uma economia baseada numa agricultura capaz de sustentar seus membros; a existência de uma liderança estável, e o fato de que sua população crescente conseguia se manter pela elaboração e manutenção de uma estrutura econômica própria, baseada não só em plantações e criações, mas também em trocas comerciais com os que habitavam nas proximidades. Normalmente, este comércio permitia a obtenção de pólvora, de armas e de chumbo, elementos básicos para o cotidiano dos quilombolas. Mas esta aquisição poderia também ser feita através de doações da população escrava ou não, ou ainda mediante ataques e roubos periódicos às fazendas, vilas ou pessoas. Estes tipos de quilombos foram definidos como Auto Sustentáveis porque não necessitavam da população externa para disporem de alimentação e consequentemente, sobreviverem como comunidade. A existência de uma agricultura de subsistência capaz de mantê-los era o que determinava o tipo de contato externo que os quilombolas teriam. Os ataques, quando existiam, eram periódicos e os quilombolas não dependiam deles para obterem alimentos visando à manutenção do grupo enquanto uma comunidade.

O segundo grupo da tipologia foi denominado como Quilombos Dependentes. Estes quilombos não conseguiram desenvolver condições de prover sua existência, ou optaram por não possuí-las. Sua principal característica era a de não terem criado uma economia básica, necessitando fazer incursões às fazendas e às vilas próximas com o objetivo de promoverem razias e dedicando-se também, à prática de assaltos às pessoas que passavam pelos caminhos. Estes quilombolas viviam escondidos nas matas e ao menor sinal de aproximações indesejadas, fugiam para outra área. Sua população pequena não exigia nenhum tipo de liderança ou de hierarquia.

O terceiro grupo é o dos Quilombos Mistos, ou seja, aqueles que tinham características tanto dos Quilombos Auto-sustentáveis como dos Dependentes. Eles seriam uma espécie de quilombos em transição. Desenvolviam a agricultura, mas esta não era suficiente para manter o grupo, daí, os roubos às fazendas.

Entretanto, a realidade dos quilombos mineiros do século XVIII demonstrou que alguns pressupostos da tipologia precisavam ser adaptados à realidade mineira do século XVIII. Uma das diferenças encontradas entre os quilombos da Corte e os de Minas Gerais, refere-se à prática de assaltos. Os quilombos mineiros quer fossem pequenos ou não, praticavam assaltos de caráter diversos à população, ainda que tivessem uma economia interna significativa e capaz de alimentar a todos. Estes ataques constantes à população podem sugerir que estes quilombolas teriam, diferentemente dos encontrados na Província do Rio de Janeiro, uma concepção política sobre o papel do quilombo enquanto desestabilizador da ordem escravista, mas isto é algo que o nível atual das pesquisas ainda não permite concluir com alguma confiabilidade. Além disto, e talvez como um desdobramento da idéia anterior, foram localizados em diversos quilombos pequenos que tinham mobilidade e facilidade de esconderijos, determinados tipos de lideranças ainda que temporárias.

Essas diferenças de comportamentos entre os quilombolas do Rio de Janeiro e os de Minas Gerais não invalida a utilização da tipologia, porque o que define um quilombo como Auto Sustentável é a existência de uma prática interna de produção de alimentos para manter uma população estável e de porte elevado, e isto alguns quilombos mineiros possuíam. Da mesma forma, o que caracteriza os Quilombos Dependentes é a existência de uma população pequena, sua não fixação em um único local e a ausência de práticas sistemáticas de produção de alimentos no interior do quilombo. Até porque a própria noção espacial de quilombo nestes casos é temporária.

A grande diferença encontrada entre a realidade do Rio de Janeiro e a mineira foi no tocante ao que a tipologia classifica como Quilombos Mistos. Como os quilombolas de Minas Gerais praticavam roubos à população, quer tivessem ou não uma agricultura capaz de alimentar a sua população, este item da tipologia diluiu-se nos dois anteriores.

---

[297] AMANTINO, Marcia S. O Mundo dos fugitivos: Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX. Dissertação de mestrado apresentada na UFRJ. 1996

Além desta tipologia, o conceito de Comunidade foi essencial para o entendimento e aprofundamento da realidade dos quilombos em Minas Gerais:
"...Uma comunidade humana é um agregado de pessoas funcionalmente relacionadas que vivem numa determinada localização geográfica, em determinada época, partilham de uma cultura comum, estão inseridas numa estrutura social e revelam uma conscientização de sua singularidade e identidade distinta como grupo."[298]

Além disto, uma comunidade é também, "*... uma coletividade de atores que partilham de uma área territorial limitada como base para o desempenho da maior parte das suas atividades cotidianas...*"[299]

Assim, determinados quilombos podem ser identificados como comunidades, pois, além do fato de serem formados por escravos fugidos, portanto, marginais à sociedade oficial, eram estruturas próprias a quem possuía consciência do seu caráter de fugitivo, logo, singular dentro do contexto escravista, necessitando para manter esta condição de proteção e união junto às outras pessoas na mesma situação.[300] Evidentemente, havia também a possibilidade de defesa em caso de tentativas de recondução ao cativeiro. Assim, a identidade de fugitivo unia todo o quilombo em torno de um mesmo ideal: manter a condição escrava afastada de suas vidas, ou pelo menos ter uma espécie diferente de relação com ela.

Com base nestas definições sobre comunidades e mediante uma série de documentos sobre quilombos em Minas Gerais, pode-se inferir que nem todos os grupamentos quilombolas devem ser identificados como comunidades. Assim, foi preciso entender em que ponto esta diferença poderia ser mais sentida. Uma resposta possível estava na relação que os grupos tinham com a terra, ou seja, as relações econômicas que eles desenvolviam. A partir daí, seria possível chegar às suas atividades e interações políticas, sociais e culturais.

Segundo Claude Meillassoux,[301] Marx havia estabelecido dois tipos de economias primárias para caracterizar os grupos humanos menos complexos: as hordas e as comunidades agrícolas. O que as diferia seria principalmente o tipo de relação que os homens de cada um destes dois conjuntos estabeleceria com a terra. Para as comunidades agrícolas, a terra seria um meio de trabalho, ou seja, o grupo manteria com a terra uma relação destinada a fazê-la produzir para alimentar a todos. A partir deste tipo de relação, os demais ramos sociais acabariam por sofrer alterações ou adaptações que visassem manter o grupo harmônico e estável. Desta maneira, os quilombos maiores, com população elevada, com economia própria e lideranças, classificados na tipologia como Quilombos Auto Sustentáveis, nada mais são do que Comunidades Agrícolas.

A carta endereçada ao Juiz Ordinário Antônio Gonçalves Monte, relatava a prisão de alguns negros fugidos que viviam em um quilombo. Infelizmente, o autor da carta não informa o nome do quilombo e como não específica também a área, fica-se sem condições de localizar esta estrutura quilombola. Entretanto, este documento fornece pistas valiosas para o entendimento destas organizações:

"... a informação que passo a VM. das dos negros apreendidos no Quilombo é a que me dão alguns moradores da Estrada que me dizem que não consta que estes negros tenham feito mortes, nem roubo, porque meteram se para aquelas gerais, a donde plantavam para comer e algodão para se vestir, o que eles

---

[298] MERCER, B. E. The American Community. New York: Random House, 1956. p. 27 Apud. Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1987. P. 229

[299] PARSONS, T. The social system. Glencoe, Free Press, 1951, p. 91 Apud. Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1987. P. 229

[300] É necessário salientar que estes fugitivos não precisavam ser necessariamente escravos. Poderiam ser brancos, livres, forros, índios, enfim, qualquer um que não estivesse enquadrado na sociedade oficial.

[301] MEILLASSOUX, Claude, Mulheres celeiros e capitais, Porto: Ed. Afrontamento, 1976

assim mesmo indiciavam porque não tinham armas e menos vestuário que só constava de couros e algodão e por armas flechas... "[302]

Este é um documento raro não só pelas informações mas, principalmente, porque difere da imensa maioria que trata sobre quilombos ou quilombolas na Capitania de Minas Gerais. A diferença é percebida quanto aos contatos que estes mantinham com a população. Na maior parte dos documentos encontrados em diferentes arquivos, os quilombolas são definidos pelos roubos, ataques e mortes que fazem e pelo pavor que causam à população. Consequentemente, é urgente a necessidade de destruí-los a fim de parar com seu poder e audácia, sempre crescente, segundo os relatos.

Todavia, esta carta diz exatamente o contrário. Os moradores que viviam próximos ao quilombo afirmaram para as autoridades que eles não praticavam roubos, assaltos ou mortes na região. Viviam plantando o necessário para a sua sobrevivência e cultivando o algodão para confeccionar roupas. Não tinham armas de fogo, apenas flechas.

Este documento é uma exceção no quadro apresentado pelos quilombos em Minas Gerais, com uma estrutura que se assemelha às encontradas durante o século XIX no Rio de Janeiro. A partir da análise dos diversos relatos sobre quilombos e quilombolas, chega-se à conclusão de que, diferentemente do que ocorria nesta Capitania, o ataque à população não pode servir, no caso de Minas Gerais, para caracterizar este ou aquele tipo de quilombo. Praticamente todas as estruturas encontradas, grandes ou pequenas, praticavam algum tipo de ataque à população; o que difere um pouco é a sua constância. Há alguns grupos que o praticam como mecanismo de sustento; outros o fazem esporadicamente.

A documentação informa, por meios variados, que determinados quilombos eram grandes em termos populacionais. Isto seria uma outra característica dos quilombos Auto Sustentáveis. Com base nestas informações, fica difícil imaginar que uma estrutura de porte tão elevado conseguisse manter populações numerosas somente através de roubos e ataques. Como manter, por exemplo, uma população como a do quilombo do Campo Grande que, em 1746 tinha mais de 600 pessoas? Ou a do Quilombo do Catiguá, que em 1769 foi localizado com mais de 150 jiraus?[303]

Para o sustento desta população era necessário que o quilombo conseguisse produzir alimento suficiente. Os documentos citam as roças e os armazéns onde os quilombolas guardavam o que colhiam e o seu excedente: Em 1733 foi localizado um Quilombo em Mariana[304] com roças; o Quilombo do Campo Grande[305] (1746) possuía além das roças, armazéns e paiós; O Quilombo do Sapucaí [306](1759) também possuía roças, o de Pitangui[307] (1767) tinha roças de milho, feijão, algodão, melancia e outras frutas; o da Paranaíba[308] (1766) tinha copiosas lavouras e mantimentos nos paiós, o de Catiguá [309](1769), o dos Santos Fortes[310] (1769) tinham roças; o de São Gonçalo[311] (1769) possuía uma horta e o de Samambaia [312](1769) tinha, além do milho plantado, um mandiocal e mais uma roça. Um Quilombo situado nos braços do Rio da Perdição[313] (1769) tinha um mandiocal e uma plantação de algodão.

---

[302] Carta de Manoel Rodrigues da Costa para o Sr.. Juiz ordinário Antônio Gonçalves Monte. Jan.1770. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos). Códice: doc. 88 18,3,5

[303] Jirau é um estrado de varas de madeiras usado como mesa, cama ou como armação para a edificação de casas. Se no documento, o autor estiver se referindo a camas, a população do quilombo pode ser avaliada em torno de 150 pessoas, o que já seria um número bastante elevado para uma população quilombola. Mas se estiver tratando de casas, este número pode subir muito. Calculando-se uma média de 4 pessoas por casa, teríamos uma população de 600 pessoas (a mesma indicada na documentação sobre o Quilombo do Campo Grande).

[304] SCAPM, Cod 15. P. 109v

[305] RAPM, 1903 jan-jun. p.619-21

[306] APM, Cod 110, p. 135

[307] APM, SC 60, P COD. 118v-119

[308] APM SC Cod 60 p. 110v

[309] Anais da Biblioteca Nacional. Op. Cit.

[310] Idem

[311] Idem

[312] Idem

[313] Idem

A presença de plantações de algodão em alguns quilombos demonstra a existência de práticas de confecção de tecidos e/ou roupas e pode sugerir a existência de grupos específicos responsáveis por estas atividades.

Em 1770, uma expedição que circulava pelas imediações da Serra Negra avistou uma grande fumaça. Perceberam que deveria se tratar de um quilombo, porque os índios que restavam na região já estavam no aldeamento de onde o grupo havia saído. Seguiram na direção da fumaça e acabaram por aprisionar um negro que dizia ter fugido do quilombo. Segundo seu depoimento, ele e mais quatro parceiros haviam sido levados a *"...uma grande povoação dos mesmos pretos..."* dizia ainda que *"... há lá grandes roças e canaviais bananas, laranjeiras e descarossadores e muito algodão, que sendo como ele diz é cousa grande..."*[314]

Sabendo-se que a agricultura pressupõe o sedentarismo e um tempo para que a plantação seja feita e depois recolhida, pode-se perceber que estes quilombolas conseguiram, de uma forma ou outra, manter-se num mesmo espaço por amplos períodos de tempos.

Este tempo de fixação em um mesmo local pode ser percebido de maneira mais efetiva em alguns documentos, bastante raros em sua freqüência, onde há citado o período de existência do quilombo. Em 1733 havia um *"...quilombo já com famílias por ter dezessete anos de estabelecimento..."*[315]. Os quilombos do Campo Grande, em 1746 tinham mais de vinte anos de existência[316]. Em 1770, a notícia de um quilombo no Rio da Pomba causou preocupação por ser *"... muito grande, e muito antigo..."*[317]

Sobre a população destas estruturas é oportuno lembrar Leroi-Gourhan, para quem a dimensão dos grupos humanos varia de acordo com a relação *"...massa alimentar, número de indivíduos e o tamanho da área na qual este grupo vive, não esquecendo é claro, o estágio tecnológico de seu conhecimento..."*[318]

O caso dos quilombos não é diferente, pois a agricultura tenderia a permitir uma maior concentração populacional diante da capacidade em alimentar um grupo maior. Já os grupamentos que não possuíam ou não adotaram, por variadas razões, a agricultura, tenderiam ainda, segundo os relatos da Antropologia, a uma menor complexidade, não só em relação à quantidade de pessoas, mas também às suas condições de vida, sua organização política, social e religiosa. Para estes grupos, a única forma de manutenção seriam os roubos às fazendas e aos habitantes ou viajantes.

Os documentos informam que as populações de muitos quilombos eram numerosas. Mas qual seria a sua formação? Ao que tudo indica, haveria uma gama variada de possíveis arranjos populacionais no interior dos quilombos mineiros. Havia alguns formados apenas por negros, mas também os que permitiam relações mais próximas com índios, mulatos e brancos.

Na região de Tábua existia:

"...um quilombo de Negros que fugidos a seus senhores se conjuram publicamente contra o sossego publico que segue com tanto prejuízo aos súditos de Vossa Majestade habitantes naquele continente Ordena a um e que sem perca de tempo se faça as ordens condizentes para que seja desta cabo e destruído o dito Quilombo, fazendo conduzir presos os pretos e as pessoas que nele se acharem a Cadeia da Vila do Príncipe..."[319]

Em 1769, numa expedição de combate a este quilombo conseguiram prender 80 pessoas de etnias diferenciadas. Dentre elas, havia algumas que viviam *"...estabelecidos em terras do mesmo quilombo com famílias, roças, crianças e mulheres..."*[320]

Em Minas Gerais, na mata de Carlos Vieira, havia um grande quilombo em 1785 *"... muito antigo não só de negros e mulatos fugidos, mas também de alguns brancos..."*[321]

---

[314] Carta de Manoel Jesus de Maria para Conde de Valadares. Local: Aldeia da Vila do Pomba . Data: 30.09.1770 - Biblioteca Nacional. Documento 112 - 18,2,6

[315] APM SCAPM Cod 15. p. 109v 110

[316] APM SCAPM Cod 45 p. 64v 65

[317] Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional , Seção de manuscritos. Cod. 18,2,6 doc. 111

[318] LEROI-GOURHAN. O gesto e a palavra.Lisboa, Ed. 70. 1978.

[319] Carta de Liberato José Cordeiro ao Conde de Valadares. Biblioteca Nacional. Códice 18,2,5 doc. 216

[320]. . Idem

É curioso perceber que em alguns momentos, a população branca utilizou-se abertamente dos quilombos como forma de escapar das autoridades. O caso de Bento Correia de Melo, ocorrido em 1751, é bastante interessante para perceber como que os quilombos poderiam servir aos interesses de diversos grupos sociais.

Bento Correia de Melo foi descrito pelas pessoas que o acusavam de ter tomado algumas lavras à força, como um homem "revoltoso" e cometedor de vários crimes. Ele, auxiliado por uns companheiros, invadiu a região do Sapucaí, destituiu o Guarda Mor do Distrito, o prendeu e nomeou um de seus companheiros para o cargo. Logo depois, tomou posse das terras e lavras de uma série de pessoas. Os prejudicados remeteram ao Governador Gomes Freire de Andrade, uma Petição solicitando providências. Alegavam ainda que o referido Bento já havia se envolvido em uma série de revoltas e crimes na Borda do Campo, razão pela qual havia fugido para o Quilombo do Sapucaí e de lá comandava uma série de insultos à população.[322]

O Governador respondeu à Petição criticando não ter sido avisado com mais prontidão e de não terem sido os amotinados controlados a contento. Ordenava também que *".... faça toda a diligência para por em prisão os cabeças e remetê-los a minha ordem a cadeia de Vila de São João del-Rei, ordenando a quem tiver que requerer sobre a lavra, o faça pelos meios competentes..."*

Apesar deste exemplo, a heterogeneidade populacional dos quilombos mineiros pode ser mais facilmente percebida com relação aos índios.

Conforme visto anteriormente, muitas vezes os índios foram, ou se deixaram ser usados, como inimigos dos quilombolas. Mas há um outro aspecto dessas relações que remete a uma situação completamente diferente das vistas anteriormente. Havia situações em que grupos indígenas travavam com os quilombolas relações muito próximas e cordiais. Ocorreram casos, inclusive, de índios que viviam no interior dos quilombos. Percebe-se em todos os exemplos encontrados sobre estes tipos de arranjos populacionais mais complexos que estes ocorreram sempre em estruturas grandes e possuidores de condições para manter a população.

Isto nos leva a pensar no caso do Quilombo do Campo Grande. De acordo com o mapa feito em 1770 durante uma expedição enviada à região, haveria 24 quilombos distribuídos nas duas margens do Rio Grande. Dos 24 quilombos apresentados, 15 possuíam indicação do número de casas. Tarcísio Martins, fazendo uma média de 6 pessoas por cada casa, chegou a um número possível para esta população: 9.822 pessoas. Continua suas contas demonstrando que considerando os 24 quilombos do mapa e sabendo os números de casas apresentados pela maioria deles, chega-se a um número médio de 108 casas por cada quilombo, totalizando 2.592 casas e uma população de 15.552 pessoas. [323]

São números impressionantes que despertam a atenção. Como Martins usou uma média de 6 pessoas por casa, tomando com base os dados de Cunha Matos para 1834[324] seria possível encontrar uma diferença grande se os dados fossem jogados para o século XVIII. Por isso, as contas foram refeitas tomando com base uma média de 4 pessoas por casa. Os resultados continuam elevados: os dados apontam um total de 6.548 pessoas.

É impossível imaginar que estas 6.548 pessoas ou como indica Martins 15.542, fossem apenas compostas por negros fugidos do cativeiro. Por tudo o que já foi visto anteriormente fica uma possibilidade que ajudaria a explicar um número tão significativo: esta população poderia ser formada por diversos elementos étnicos reunidos em função de diferentes problemas. Os índios poderiam buscar ajuda contra a exploração de suas terras e também oferecê-la nos quilombos; os mulatos, brancos ou mesmo negros forros poderiam perceber o quilombo como uma alternativa de vida que os liberasse do controle colonial e do pagamento de impostos cada vez maiores. Estes poderiam ser os que as autoridades identificaram várias vezes como sendo vadios que viviam no Sertão.

Infelizmente, na situação atual das pesquisas sobre quilombos em Minas Gerais, ainda não é possível esclarecer com uma certa dose de certeza esta situação. Somente inferências podem ser feitas.

De acordo com Meillassoux[325], a utilização da agricultura por um determinado grupo provoca, dentre outras coisas, relações sociais mais estáveis uma vez que os diversos membros da comunidade possuem interesses comuns e necessitam para sua manutenção, uma cooperação constante. Além disso, paulatinamente é estabelecido um tipo de hierarquia entre seus membros, devido ao controle que alguns exercem sobre as sementes ou ao fato de ser mais antigo no grupo. Há desta forma, uma clara diferenciação

---

[321] APM. SC 241. P. COD. p. 70v

[322] APM SC 93 p. 140v-2

[323] MARTINS, T. J. Op. Cit. p. 202-203

[324] MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia histórica da Província de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1981.

[325] MEILLASSOUX, Claude. Op. Cit. p. 74 e ss

entre os que já estão no grupo e os que chegam depois criando uma hierarquia social baseada na "anterioridade"[326].

No caso dos quilombolas, além da anterioridade, há que se levar em conta também a maneira pela qual cada indivíduo foi para o quilombo. Assim, criava-se uma hierarquia que dividia os negros entre os que foram para o quilombo de livre e espontânea vontade e os que foram vítimas de seqüestros. Em 1776, nos matos do Forquim, foi destruído um quilombo e dentre os prisioneiros, constavam um rei e uma rainha. O rei era um cativo que andava fugido há mais de 10 anos, e a rainha era uma fugitiva que fora para o quilombo de livre vontade. É bastante sintomático o fato de que a rainha era uma mulher que estava no quilombo espontaneamente, ao contrário de várias outras, levadas à força ou roubadas de seus senhores.:

"... só uma das escravas, a que tinham por rainha não foi violenta para o quilombo..."[327]

O documento continua ordenando que todas as mulheres deveriam ser devolvidas aos seus senhores, mas as que foram para o quilombo de espontânea vontade deveriam antes ser castigadas.

A população numerosa e a exigência de uma agricultura capaz de mantê-las, acarretava a formação de algum tipo de liderança apropriada para conduzir o grupo e de organizar a defesa em caso de ataque. Ainda que vários documentos citem a presença de Reis, Rainhas, Príncipes e Capitães, não há como saber se trata de denominações dadas pelos quilombolas ou pelas autoridades, ou mesmo que tipo de poder eles tinham no interior dos quilombos[328] . Além destes, alguns documentos citam também a existência de uma hierarquia baseada nos moldes da sociedade colonial. O Bando de Luis Diogo L. da Silva, de 1764, é ilustrativo. Além de afirmar que os quilombolas roubavam mulheres brancas do povoado, seguia dizendo que levavam os escravos que tiravam de seus senhores *para "... reforçarem as tropas de seus parciais erigindo-se nelas os mais temerários e absolutos com o distintivo de capitães, tenentes, alferes e sargentos na idéia de se constituírem de maior terror ao público e de dificultarem a destruição de tão prejudiciais quadrilhas..."*[329]

Todavia, analisando os documentos onde aparecem elementos ligados a qualquer tipo de liderança, percebe-se que estas estão associadas aos quilombos que possuíam uma população razoável. Na Comarca do Rio das Velhas em 1730, foi localizado um quilombo relativamente pequeno, se comparado aos demais, mas que ainda assim, apresentava lideranças:

"...fazendo-se poderosos em quilombos que há quarenta, cinqüenta e mais negros com rei levantados que os governa, outros com capitão..."[330]

E um outro localizado na Freguesia de Pitangui, em 1767:

"... deram sobre os ditos negros que passaram ao número de trinta de que se fez presa de seis, e como estes resistiram no conflito mataram o chamado rei e capitão destruindo catorze ranchos de capim e plantas de roças..."[331]

---

[326] ibidem p. 75
[327] APM SG Cod 215. Fl. 2v-3v
[328] APM SC Cod 215 fl. 2v-3v; Cod 56, fl. 102v-103v; Cod 67, fl. 26; Cod 165, fl. 42
[329] APM SC Cod 50, f. 90-96v
[330] APM SG Cod 29 doc 129.
[331] APM SG Cod 60 fl. 118

Neste último quilombo, além da presença de lideranças, há uma evidente menção a estruturas de moradia e de alimentação e de forma implícita, declara que os quilombolas possuíam algum tipo de armamento capaz de oferecer resistência no momento do ataque.

Mesmo que estes relatos sejam pobres em explicações sobre o tipo de liderança que havia nos quilombos, a simples presença destes elementos é suficiente para a percepção de que existia uma certa hierarquia social no interior de alguns.

Uma outra maneira de identificar estas lideranças é a análise dos mapas[332] referentes aos quilombos onde havia a presença das Casas de Audiência com assentos (Samambaia), da Casa do Conselho (Rio da Perdição) e da Casa do Rei (Braços da Perdição). Todos estes exemplos remetem claramente a um sistema político. Contudo, não há como saber que tipo de organização política havia no interior destas comunidades. As denominações para estas estruturas foram dadas pelas expedições de ataques, portanto, com concepções e valores da sociedade européia. Entretanto, a própria localização destas casas no interior do espaço ocupado pelos quilombolas, já é um indício interessante. Nos três casos, estas casas estão situadas no centro do quilombo ou então em uma área destacada, não fazendo parte do espaço destinado a circulação, ao serviço ou a moradia dos quilombolas.

Normalmente, estas lideranças, no caso de prisão, eram punidas exemplarmente com a morte ou enviadas para fora da Capitania, pois havia um medo enorme de que se permanecessem na região, poderiam fugir novamente e aliciar um número grande de outros escravos.

O aliciamento de negros para compor a estrutura populacional destes quilombos é interessante para a percepção de como funcionava o próprio sistema escravista em Minas Gerais. Quando a tipologia de classificação de quilombos foi proposta para o Rio de Janeiro durante o século XIX, percebeu-se que praticamente não havia casos de raptos de mulheres ou mesmo de homens para participarem dos quilombos. Isto sugeria que, de uma forma ou de outra, os quilombolas conseguiam manter os níveis de natalidade em termos razoáveis, obtendo assim, uma boa taxa demográfica no interior dos quilombos; ou ainda, que não seria interessante para os quilombolas do Rio de Janeiro aumentar sua população via seqüestros e desencadear a ira dos senhores. Entretanto, em Minas Gerais, o que se vê é um quadro completamente diferente. É constante na documentação a afirmativa de que os escravos seduziam ou raptavam mulheres negras ou mesmo brancas para seus quilombos. Este dado permite pensarmos em vários elementos.

1. Ao analisar as listas demográficas dos escravos de Minas Gerais, fica explicado, pelo menos em parte, a falta de mulheres nos quilombos mineiros. Estes censos demonstram em qualquer período, a grande diferença entre homens e mulheres escravos. Este desequilíbrio refletia-se também nos quilombos. A necessidade do rapto de mulheres escravas também poderia significar que a vida no quilombo não era interessante para todos os escravos e que as mulheres, por algum motivo, evitavam fugir para estas estruturas.

Conforme visto anteriormente, havia mulheres que iam para o quilombo como uma opção de vida e havia as que iam seqüestradas. Destas últimas, algumas iam à força e outras pacificamente. Em 1756, uma patente de Capitão do Mato foi justificada pelo fato de que *"... por falta de capitães do mato se achavam a maior parte dos negros da dita comarca fugidos, por não haver quem os amarrasse, perturbando os ditos negros a república com roubos de gados e outros gêneros, andando apanhando negras para os quilombos..."*[333]

---

[332] Anais da Biblioteca Nacional. Op. Cit. e Biblioteca Nacional, Manuscritos. 18,2,5

[333] APM SC Cod 114. Fls. 28v-29

2. O rapto de mulheres brancas poderia indicar uma forma de afronta à sociedade colonial, na medida em que tocava no ponto chave daquela sociedade machista: a honra de suas mulheres.

Em 1737, Tomé Rodrigues Nogueira de Oliveira, escreveu uma carta para Gomes Freire de Andrade relatando o ataque que fizeram a um quilombo onde estavam duas moças e o irmão menor. A carta informa que durante o ataque ao quilombo, apenas conseguiram matar um dos quilombolas e que os demais fugiram deixando as moças e a criança no rancho. Deixando-os em segurança, a expedição seguiu ao encalço dos quilombolas, conseguindo prender *"...as negras e crianças, um negro e um bastardo, que mandei entregar à Justiça por me dizerem as ditas moças era o que matara a seu pai..."*[334]

O quilombola morto teve sua cabeça exposta *"... na encruzilhada onde fazião os maiores insultos..."*[335]

Os quilombolas usaram o seqüestro de mulheres brancas também como uma forma de vingança. Em 1740 em Vila Rica, esquartejaram um negro junto com algumas outras pessoas. Infelizmente o documento não diz a causa desta pena. Como conseqüência, 50 negros armados, provavelmente quilombolas, foram para a cidade em busca de vingança. No meio do caminho resolveram mudar a tática e decidiram que para cada negro morto pelos brancos, haveriam de matar duas pessoas e começaram a cumprir seus intentos ali mesmo. De acordo com o documento *"...por modo mais bárbaro..."*. Raptaram duas mulheres, uma branca que estava grávida e uma mulata, levaram-nas para o mato, as degolaram e despedaçaram a uma delas.[336] Os corpos foram encontrados no quilombo, mas os quilombolas, avisados por escravos da região, já tinham mudado de lugar.

Em 1760, os moradores de vários arraiais estavam indignados com os danos causados pelos quilombolas *"... que atrevidos e temerariamente os estavam acometendo e as mulheres brancas, casadas e donzelas carregando-as violentamente para o mato, prendendo e metendo freios nas bocas dos maridos, pais e irmãos..."*[337]

Neste mesmo ano, há novamente um caso de uma mulher branca sendo seqüestrada. Desta vez, a moça tinha 13 anos e ao atacarem o quilombo conseguiram resgatá-la com vida.[338]

Entretanto, estes grupos não seqüestravam apenas mulheres. Há muitos casos de aliciamento de grupos inteiros de escravos, algumas vezes, à força. Novamente pode-se pensar que a vida nos quilombos não era um sonho a que todos os escravos aspiravam, já que fugir era uma atitude muito radical e de difícil resolução. Todavia, há um outro ponto que precisa ser analisado: O rapto de escravos poderia ser uma tática utilizada pelos quilombolas para desestruturar o trabalho e consequentemente, a vida financeira dos fazendeiros nas regiões. Uma vez sem escravos, ou na iminência de perdê-los para os quilombolas, muitos fugiam deixando suas terras livres para eles. Era preferível abandonar as terras do que perder seus bens representados pelos escravos. Estes ataques provocaram a ruína de muitos colonos e não foram poucos os documentos que relataram isto às autoridades.

---

[334] APM SC 56 P COD, p. 102v
[335] ibidem
[336] APM SC COD 65 p. 100-101
[337] APM SC Cod 50 fls. 80-82
[338] APM SC 130 P COD p. 5v –7

Em 1746 Gomes Freire de Andrade afirmava que os quilombolas do Campo Grande estavam entrando nos sítios e nos povoados e levavam deles *"... não só os bons escravos e escravas mas matando os senhores... cuidando que tudo em tirar negros em lotes de 10-12 de cada sítio os quais hoje com pouca violência os seguem..."*[339]

Em uma outra de suas várias cartas a respeito do Quilombo do Campo Grande, Gomes Freire de Andrade afirmava que precisava socorrer *"... os miseráveis a que não só os tais negros tem levado os escravos, mas insultando-lhes suas famílias, lhes roubarão, sem deixar-lhes uma camisa..."*[340]

Em 1770, a situação ainda era a mesma. Ignácio Correia de Pamplona, escrevendo para o Conde de Valadares, informa que o vigário de Bambui havia lhe escrito contando sobre o *"...vexame a aflição em que estão..."*. Os quilombolas estavam atacando as fazendas , *"destruindo tudo, pondo-o em miserável estado, ultimamente levando os seus escravos e escravas, sem um só lhe deixarem..."* [341]

Ao atacarem sabiam que estavam despertando a fúria de uma sociedade disposta a acabar com o perigo que eles representavam. Como eram estruturas grandes, de difícil locomoção, o meio mais empregado para se defenderem foi o uso de diferentes tipos de armadilhas, ora com características africanas, ora com marcante presença indígena.

Schwartz ao tratar da segurança de um quilombo na Bahia, denominado Buraco do Tatu, chama a atenção para o fato de que a disposição dos mecanismos de defesa e os tipos utilizados com esse propósito seguem a estética e a funcionalidade africanas:

"...armadilhas cobertas e estacas pontiagudas eram usadas para proteção de povoados na África, a partir da Nigéria em direção sul até o antigo reino do Congo, e foram também utilizadas em Palmares e por outras comunidades de fugitivos."[342]

O sistema de segurança do quilombo variava de acordo com a sua localização, mas havia um limite claramente estabelecido entre o núcleo de moradia e a mata. Normalmente, esta delimitação era feita através do uso de fortalezas, estrepes e fossos. Mesmo nos quilombos que não possuem algo físico delimitando seu espaço não há como deixar de perceber uma certa limitação espacial da área destinada ao convívio do grupo. As diferentes construções e suas disposições fazem com que haja uma delimitação natural no ambiente do quilombo.

O Quilombo da Tábua, por exemplo, no momento em que foi destruído em 1769 possuía além da casa principal, 200 outras casas, todas cobertas com telhas e a metade delas estava protegida por uma fortificação[343].

Observando os mapas do Quilombo de São Gonçalo, o da Samambaia e o do Ambrózio, todos com uma duração temporal grande permitindo, em última instância, uma certa estabilidade populacional e social capaz de gerar uma sociedade mais complexa, propiciadora de elementos materiais mais duráveis, percebe-se que eles possuíam muitas semelhanças e dentre elas, a delimitação de seus territórios por fossos, estrepes e trincheiras. Neste território se dava a vida social do grupo, ou seja, as relações econômicas, sociais e

---

[339] APMSC SG Cod 50 fl 43-44

[340] Carta de Gomes Freire de Andrade aos Vereadores da Camara de Vila Rica, em 16.6.1746. In: RAPM. Jan-jun 1903

[341] Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional , Seção de manuscritos. Cod. 18,2,6 doc. 65. 27.5.1770

[342] SCHWARTZ, S. Mocambos, quilombos e Palmares: A resistência escrava no Brasil colonial. In: Estudos Econômicos. São Paulo. Vol. 17 n. especial. 1987. p. 74

[343] Carta de Liberato J. Cordeiro ao Conde de Valadares, Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional , Seção de manuscritos. Cod. 18,2,5 doc. 216

provavelmente políticas. As casas dos quilombos estavam divididas entre moradias e casas para atividades específicas, como por exemplo, ferraria, casa do curtume e a casa dos pilões.

No Quilombo do Campo Grande, em 1746, foi localizado mais de 600 negros vivendo com *"... fortaleza, cautelas e petrechos tais que se entende pretendem se defender-se..."*[344]

Uma outra referência sobre o mesmo quilombo, afirma que os quilombolas se defenderam por mais de 24 horas, protegidos por um palanque. Gomes Freire noticia ao rei, informando-o que foi preciso atacar *"... com fogo e dar terceiro assalto para render uma forma de trincheira a que recolheram depois de destruído o primeiro palanque..."*

Este documento permite a identificação de, no mínimo, duas formas de proteção usada pelos quilombolas: o palanque e, depois que este já estava destruído, a trincheira.

A segurança dos quilombos contou com influências africanas e também com as condições do terreno onde se localizava. Os trabalhos realizados pela equipe da arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais propiciaram o encontro na região da Serra da Canastra, no Quilombo do Ambrózio, restos de um fosso de proteção com dimensões variando de 1,5 a 2,0 m. de largura por 2,0 a 3,0 m. de profundidade, circundando uma área de aproximadamente 90,0 m. de comprimento por 70,0 m. de largura. Ao norte, além do fosso, os quilombolas contavam também com a proteção de um brejo. Além desses dois elementos de segurança havia a oeste o Morro do Espia, ponto mais alto da região usado por eles para observação.[345]

O uso de espiões foi uma outra forma utilizada pelos quilombolas, colocados em pontos estratégicos com a missão de avisar assim que fossem avistadas as tropas enviadas para liquidar o quilombo ou qualquer outro inimigo. Em 1768, o Capitão Mor Manoel de Souza Moreira dava notícia ao governador da Capitania que ao atacar um quilombo nas margens do Rio das Velhas, somente havia conseguido aprisionar oito quilombolas porque os demais fugiram avisados pelos espiões, antes mesmo da tropa chegar ao quilombo.[346]

Pode-se perceber também nos mapas feitos sobre os quilombos que o espaço interno da estrutura era usado de maneira a indicar uma provável especialização das diferentes construções. Esta espacialidade poderia indicar uma certa hierarquia social dentro da comunidade. O fato de que a casa de ferreiro (São Gonçalo), a Casa do Conselho e do Tear (Perdição), a Casa de audiência (Samambaia) e a Casa do Rei (Braço da Perdição), estarem sempre em local destacado é sugestivo. O que isto pode indicar? É possível a partir destes dados, pressupor que houvesse no interior das comunidades quilombolas uma hierarquização política e social, já que elementos que desempenhavam um papel de destaque para a manutenção dos grupos claramente tinham seu espaço físico igualmente destacado.

O caso das Casas de ferreiro que aparecem no quilombo da Samambaia e no de São Gonçalo é curioso porque pode nos remete à uma prática antiga na África, ou seja, o uso do metal. É provável que os quilombolas utilizaram-se desse conhecimento na hora de promoverem os mecanismos de defesa do quilombo e de se armarem contra seus inimigos. A ferraria citada pelos escravos deve ter sido de grande utilidade, já que nela poderiam fabricar, consertar e preparar armas, armadilhas e instrumentos de trabalhos diversos.

Figura 21- Artífices trabalhando o ferro

[344] RAPM, 1093. Jan-jun. p. 619-621.
[345] GUIMARÃES, C. M. e LANNA, Anna L. D. Op. Cit. p. 150.
[346] APM, Cod 159. P. 83v a 85. 11.12.1768

Fonte: Montecuccolo Cavazzi, G. A.Istorica Descrizione de Tre Regni, Congo, Matammba er Angola. 1687. In: A rota dos escravos...

Alguns dos quilombos mineiros desenhados possuíam também casas e forje de ferreiro, e a Arqueologia de quilombos em Minas Gerais tem demonstrado indícios muito claros da presença de artefatos de metais no interior de comunidades quilombolas. No Quilombo da Cabaça foram encontrados:

" ...dezenas de fragmentos de ferro fundido, chapas de metal e tiras de estanho... Além de três panelas, três caldeirões, uma chaleira, uma colher e um pequeno pote com cabo..."[347]

Alguns desses objetos apresentavam ainda, reparos feitos com rebite, o que demonstra um certo grau de conhecimento desta técnica pelos quilombolas.

Ainda que estas estruturas fossem bastante complexas, a maior parte dos quilombos mineiros pode ser classificada no segundo tipo, ou seja, são Quilombos Dependentes ou ainda, Hordas Quilombolas.

As Hordas teriam uma relação completamente diferente com a terra, vista apenas como um objeto de trabalho. Segundo Marx, suas principais características: a) a exploração sobre a terra seria direta, ou seja, não haveria investimento de energia humana; b) os que nela viviam, obtinham o sustento por meio de caça, pesca, coleta e razias; c) eram grupos pequenos e nômades, com uma grande mobilidade entre os diferentes bandos; d) a existência do grupo se fazia basicamente por adesão e possuíam uma organização social precária, isto é, seus elementos só se mantinham unidos por necessidades momentâneas, como auxílio, busca de alimentos, fuga etc.. e) estes grupos não necessitavam de um líder para dirigi-los.

Uma outra visão sobre as hordas foi fornecida por Warner. Segundo ele, *"...a horda é um grupo econômico instável, cujos membros e cuja dimensão são regulados pelo ciclo das estações..."*[348]

Os Quilombos Dependentes, com pequenas populações, sem lideranças ou com lideranças temporárias, não fixados em um único local e sem grandes ligações com as práticas agrícolas, podem ser associados a este tipo descrito como hordas, uma vez que compartilham das mesmas características e todas apontam para a relação que tinham com a terra: para eles a terra era um objeto de trabalho e não um meio.

---

[347] GUIMARÃES, C.M. e LANNA, L.D. Op. Cit. p. 150

[348] WARNER, W. L. A black civilization. New York. Harper, 1937. P. 138. Apud. Dicionário de Ciências Sociais. Op. Cit. P. 562

A maior parte dos quilombos brasileiros se enquadra neste tipo, ou seja, foram quilombos que sobreviveram graças aos ataques à população e não à agricultura. Eram estruturas menores, porém constantes. Os quilombos que se mantiveram através destes mecanismos foram os mais comuns entre outros motivos porque eram menores, portanto, com maiores facilidades para dispersar seus membros quando atacados e também escondê-los no mato.

Entretanto, ainda que fossem estruturas menores, a quantidade de quilombos deste tipo dispersos por praticamente todo o território era muito elevada, fazendo com que esta estrutura fosse o grande pavor da população branca. Minas Gerais não fugiu à regra.

"...Por me constar com certeza que a fazenda chamada dos Azevedos no caminho do Rio de Janeiro da qual é possuidor Francisco Coelho se acham seis negros fugidos e alguns que aparecem... e haver notícia de grande número deles, em todas as vizinhanças, andam fugidos aquilombados e dispersos causando grandes danos e prejuízo ao bem comum, moradores e viajantes daquele continente, e estradas..."[349]

Não se pode descartar a possibilidade destes tipos de quilombos serem uma espécie de primeira fase do estágio para atingir uma etapa posterior onde se transformariam em estruturas mais complexas. Desta maneira, pode-se imaginar que a maioria dos quilombos brasileiros conhecidos não teve tempo hábil para aprimorar suas estruturas.

Em muitos casos, estas estruturas eram confundidas e associadas aos grupos de garimpeiros clandestinos, aos homens livres pobres ou mesmo aos bandidos. Assim, seus limites ficam muito tênues e às vezes, de difícil percepção.

Laura de Mello e Souza, chama a atenção para este fato ao analisar um documento já citado anteriormente. Em carta de junho de 1782, Pedro Gomes Barbosa informava sobre o estado em que achava o garimpo clandestino, repleto de negros que os senhores fingiam estar fugidos e/ou de quilombolas. A autora conclui observando que *"...No Distrito Diamantino as autoridades locais fingiam que os garimpeiros eram quilombolas para assim dar continuidade ao extravio e poupar os senhores do confisco de escravos postos de caso pensado na mineração clandestina de diamantes..."*[350]

Machado Filho salienta que *"... ao garimpeiro se aliou o quilombola, pois um e outro fora da lei, ainda que por motivos diversos, não tardou se encontrassem solidários, buscando a subsistência nas minerações furtivas..."*[351]

Esta fluidez entre as camadas sociais mais baixas da sociedade foi percebida também na análise das devassas eclesiásticas existentes no Arquivo de Mariana, tornando-se *"... amiúde difícil distinguir os homens livres pobres dos escravos e dos quilombolas, sobretudo se os primeiros são forros..."*[352]

O mesmo processo pode ser observado no restante da capitania. Muita vezes a documentação não deixa claro se está tratando de quilombolas, de bandidos ou de garimpeiros clandestinos. Eventualmente a rede de ligações entre eles era tão intensa que, para as autoridades, significavam a mesma coisa. Na realidade, eram todos perniciosos ao sistema uma vez que demonstravam alternativas de vida que não passavam pelo controle das autoridades quer coloniais ou mesmo metropolitanas.

Bandidos eram no século XVIII: *"...ladrões de estradas, e assassinos degradados, que andam em bandos correndo... fazendo roubos, violências, hostilidades..."*[353]

Estas mesmas atividades podem ser observadas em documentos que se referem a quilombolas:

"... Os negros calhambolas não deixavam de sair em várias partes desta estrada a fazerem insultos e roubos tanto aos viajantes como aos moradores...e os malfeitores se iam fazendo mais poderosos em número..."[354]

---

[349] APM SC 170 P. Cod. 96

[350] SOUZA, Laura de Melo e. Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 146 e ss

[351] MACHADO FILHO, Aires da Mata . O negro e o garimpo em Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1985. p. 20

[352] SOUZA, Laura de Melo e. Norma e conflito.... Op. Cit. p. 23

[353] BLUTEAU, Raphael. Op. Cit.

[354] APM SC 56 p. 102v -103

Igualmente aparecem quando fala de escravos fugidos, sem mencionar que se trata de quilombolas: *"...moradores da freguesia de Santo Antonio do Mato Dentro... experimentado vários roubos, incêndios e morte dos negros fugidos chegando a tal extremo os assassinos que cometiam que lhes proibia a saírem de suas casas a tratarem de suas roças por temerem a morte e por evitarem os assaltos que davam nas casas onde lhes parecia achariam menos resistência..."*[355].

Percebe-se que os limites que separavam estas diferentes categorias sociais não eram muito definidos. Uns e outros poderiam ser confundidos entre si, aumentando a fluidez desta sociedade já tão pouco propensa em obedecer as regras impostas pelas autoridades metropolitanas.

Neste momento torna-se necessário definir o que era considerado na época um quilombo, e quais eram as implicações de ser um escravo fugitivo identificado como quilombola.

Para a legislação da época, era quilombola todo escravo fugido que fosse apanhado longe de povoações. O número de fugitivos necessários para caracterizar um local como quilombo variou de *"...acima de quatro..."*, no Regimento dos Capitães do Mato de 1722[356] e no Despacho do Governador D. Luis Diogo Lobo da Silva[357] e *"...acima de cinco..."* na Carta Régia do Governador Gomes Freire Andrade[358]. Este mesmo documento afirma que não era necessário encontrar junto com os escravos fugidos, ranchos, pilões ou qualquer coisa que facilitasse a conservação do grupo, fatos que eram básicos nos outros dois documentos.

Sabendo-se que por cada negro que fosse apanhado em um quilombo, o Capitão do mato receberia 20 oitavas de ouro como tomadia[359] e aos que fossem apanhados errantes, este valor diminuía de acordo com a distância da captura, fica claro o porque do número elevadíssimo de escravos quilombolas em Minas Gerais. Era muito mais vantajoso para um capitão do Mato prender um "quilombola", mesmo que ele não o fosse , do que prender um escravo apenas fugido. Assim, qualquer escravo fugido virava um quilombola em potencial.

Isto não significa dizer que o número de quilombos em Minas Gerais não tenha sido grande. Pelo contrário. Foi realmente significativo, de acordo com o que a documentação deixa registrado. Mas seria ingenuidade não perceber que a maioria destes quilombos não passava, na realidade, de grupos muito pequenos de escravos fugidos errantes pelas matas, e que os interesses dos Capitães do Mato é que os teria transformados em quilombolas perigosos capazes de promoverem grande resistência à recaptura.

Estes grupos de escravos fugidos organizados segundo o que a tipologia classificou como Quilombos Dependentes, mantinham com a terra uma relação de apenas recolher o que ele ofertava, ou seja, eram hordas de quilombolas errantes pelas matas.

A população formadora deste tipo de quilombo pequeno que não produzia alimentos para se manter tende a ser reduzida não só por razões estratégicas já citadas anteriormente, como também por razões de ordem econômica. Quanto menor a população, menor a necessidade de obtenção de alimentos, de moradias, enfim, de uma estrutura complexa. Por não se dedicarem à agricultura ou criação de animais, não produziam

---

[355] APMSC-SG Cód. 49 fl. 107.

[356] Regimento dos Capitães do Mato de 17 de dezembro de 1722 de D. Lourenço de Almeida. In: RAPM, Ano II, fasc. II, 1897. p. 389.

[357] APM SC 59 p. 102 e v

[358] Resposta do Rei de Portugal a consulta do Conselho Ultramarino, de 2 de dezembro de 1740. Cit. Por MOURA. Clóvis. Rebeliões da senzala. Rio de janeiro: Ed. Conquista, 1972. p. 87

[359] Este valor foi fixado no Regimento dos Capitães do Mato de 1722.

no interior do quilombo alimentos, alimentando-se através da caça, pesca, coleta, roubos e razias às fazendas da região. Este tipo de estrutura quilombola não teria como praticar estas atividades, uma vez que exigem um sedentarismo dos grupos envolvidos. E este não poderia ser o caso destas estruturas.

É bastante comum na documentação sobre quilombos em Minas Gerais, os relatos de que os quilombolas atacavam as fazendas roubando gado. Guimarães cita algumas Cartas Patentes de Sargento-Mor do Mato, concedidas em função dos prejuízos que as pessoas vinham sofrendo. José da Guerra Chaves foi um dos que conseguiu uma destas Cartas alegando estar tendo prejuízos com as *"...mortes de seus bois e porcos praticados pelos quilombolas..."*[360]

O mesmo aconteceu com o Tenente Auxiliar Francisco José Soares em 20 de julho de 1793. Ele recebeu a autorização para atacar um quilombo nas imediações de suas terras devido à reclamação feita de que estava sofrendo *"...grave prejuízo nas suas canas que atualmente as estão devorando os negros fugidos..."*[361]

Estes grupos mantinham-se de roubos, de trocas e de vendas com donos de armazéns ou mesmo com garimpeiros clandestinos, permanecendo juntos apenas por determinados períodos, podendo se separar a qualquer momento e formar novos grupos. O que os mantinham unidos eram as necessidades do momento. A própria mobilidade fazia com que durante as andanças, novos integrantes se juntassem e outros saíssem do grupo em busca de um quilombo maior e mais estável ou em busca de uma nova região para viver. Portanto, eram populações formadas basicamente por pequenos grupos de homens armados e que ficavam pouco tempo em um mesmo local.

No ano de 1770 *"... Foram apreendidos em um quilombo do Rio do Pinto... vários negros que se achavam aquilombados que em número eram 14..."*[362]

No ano seguinte, quatro quilombolas invadiram a casa de José Pereira Lima, roubaram-lhe e mataram uma sobrinha. Imediatamente, o governador Valadares ordenou uma expedição para prender estes e outros quilombolas. Dos quatro, apenas um foi preso.[363]

A mobilidade era para estes grupos, uma de suas maiores defesas. Como eram formados por poucas pessoas, portanto, com poucas armas, sem proteção de trincheiras, fossos ou estrepes, a melhor solução em caso de um provável ataque era a retirada para outras paragens. O tamanho destes grupos também agia como facilitador desta mobilidade, uma vez que conseguiam sem maiores dificuldades esconderem-se nas matas.

Sobre esta mobilidade, os documentos seguintes são ilustrativos:
"... me dá parte de ter aprontado gente para invadir o Quilombo... porém se frustrava esta diligência tanto pela demora do dito capitão como pelo mesmo devagar ao que havia ... os negros aquilombados que estes mudaram de sítio..."[364]

Em 1770, numa carta relatando o insucesso do ataque a um quilombo, o Tenente Caldeira é acusado pelo Governador de não ter tido habilidade suficiente para combater o quilombo e, como conseqüência, os quilombolas *"... mudaram de sitio, e aqueles deram para as Campanhas retirando-se as suas casas..."*[365]

A situação encontrada por Pamplona era a mesma. Em uma de suas cartas ao Conde Valadares, reclamava das *"... muitas desordens que causam naquelas paragens povoadas os negros que fogem de umas para outras..."*[366]

---

[360] GUIMARÃES, Carlos magno. Op. Cit. p. 45
[361] Idem. p. 42
[362] APM SC 178 p. 10
[363] APM SC 177 p. 190
[364] APM Cod 177 p. 67
[365] APM SC 177 P Cod p. 67v.

Em função da necessidade de mobilidade, seus quilombos quase sempre não possuíam elementos arquitetônicos. Eram apenas ranchos temporários.

Alguns grupos de quilombolas chegavam mesmo a viver escondidos em lapas, grutas e cavernas. Sabendo disto, o Governador Luis Diogo Lobo da Silva, ordenou que durante uma batida na região das Serras de Antonio Pereira procurassem localizar quilombolas

"...batendo e prendendo todos os negros fugidos e aquilombados que se descobrirem ocultos. Examinar buracos, lapas, matos e esconderijos e ranchos suspeitos advertindo que naquelas partes com que pelas asperezas das mesmas serras e dificuldades..."[367]

Poderiam ou não, possuir algum tipo de liderança capaz de organizar a defesa, os ataques e a sobrevivência do grupo. Normalmente, estas lideranças eram esporádicas e diferentes das encontradas nos quilombos maiores. De fato, os líderes existiam apenas nos momentos de ataques e dos roubos às fazendas, às vilas ou aos viajantes.

Pode-se perceber que tanto os quilombos organizados enquanto hordas ou Dependentes e os outros, organizados como comunidades agrícolas ou ainda como Quilombos Auto Sustentáveis devem ser encarados não como estruturas excludentes, mas como possíveis elementos – diferentes, é claro – de uma mesma realidade que, engloba não só os quilombolas e seus quilombos, mas também uma sociedade que, de uma forma ou de outra, travava relações com estes.

Ajudas e agasalhos para os negros quilombolas: as interações sociais

Não há como analisar os quilombos sem identificar os elementos que eram intrínsecos às suas estruturas, ou que favoreciam a sua manutenção. Suas redes sociais com outros escravos, com alguns senhores, com os donos das vendas ou mesmo com alguns grupos indígenas foram essenciais aos seus projetos de manutenção.

As vendas têm uma presença marcante e constante na documentação que trata sobre os quilombos mineiros. As relações dos quilombolas com esses comerciantes possuíam um caráter mais amplo do que simplesmente econômico. As vendas eram pontos de encontros amorosos, de notícias a respeito de amigos e parentes, mas também de informações sobre as expedições enviadas contra os quilombos. Além disso, elas eram estratégicas porque o resultado das atividades de razias e assaltos, ou mesmo do excedente da produção agrícola ou da criação, era freqüentemente vendido aos comerciantes locais.

As autoridades não viam distinção entre as vendas controladas por brancos ou por negros. Elas eram encaradas de maneira única e todos, ou quase todos, eram acusados de ser receptadores dos furtos dos escravos, fugidos ou não:

"... as ditas negras e referidos tratantes os receptáculos aonde vai parar não só muita parte dos furtos que fazem os calhambolas mas todo o ouro e trastes que das lavras e casas divertem os que não andam fugidos a seus senhores..."[368]

---

[366] Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional , Seção de manuscritos. Cod. 18,2,3 doc. 7
[367] SC 130 p. 103-3v
[368] APM SC Cod 50. Fl. 90-96v.

Era sintomático que parte destes donos de vendas fossem pessoas identificadas como brancas. As autoridades que tentavam de todas as formas controlar a população, percebiam que o apoio dado aos quilombolas era extremamente perigoso porque partia de um grupo que teoricamente deveria ajudar a manter o sistema funcionando a contento. Assim, para as autoridades, "*as vendas dos brancos são ainda piores do que as das mesmas negras...*"[369]

O documento seguinte além de mostrar as relações comerciais entre escravos fugidos e os vendeiros trata também de relações de caráter pessoal entre ambos:

"... quase todas estas negras ... [recolhem]... não somente os negros mineiros mas os negros fugidos... nas mesmas casas tem os negros fugidos o seu asilo porque escondendo-se nelas se ocultam a seus senhores e dali dispõem as suas fugidas, recolhendo-se também nas mesmas casas os furtos que fazem, nos quais as mesmas negras são às vezes conselheiras e participantes..."[370]

De acordo com uma carta enviada ao Conde de Galvêas, o rei pedia um parecer sobre como proceder contra as negras donas de vendas onde além de proverem-se do necessário,

"... os negros salteadores dos quilombos, tomando notícia das pessoas que hão de roubar, e as partes onde lhes convém entrar e sair, o que tudo fazem mais facilmente achando ajuda e agasalho nestas negras que assistem nas vendas..."[371]

O papel destas vendas era tão importante para a manutenção dos quilombos que chegaram mesmo a ser identificadas enquanto tal:

"... saem [os quilombolas] das mesmas vendas de madrugada, de sorte que cada venda é um quilombo..."[372]

A situação estava tão caótica para as autoridades que em dezembro de 1729, o Governador Dom Lourenço de Almeida determinou que todas elas deveriam fechar às nove horas da noite e o dono da venda que não obedecesse a esta ordem seria preso e remetido à cadeia de Vila Rica. Isto porque os escravos aproveitavam-se delas e faziam inúmeras desordens acompanhados muitas vezes, de negros fugidos:

---

[369] APM CMOP. Cod 63 fl. 174
[370] APM SC Cod 35 documento 110
[371] APM SC Cod 35. Documento 110
[372] APM. CMOP. Cod 63 fl. 174

"... Fui informado que no Arraial de Antonio Pereira e suas vizinhanças andam de noite vários negros fugidos misturados com outros do mesmo arraial inquietando os moradores dele e cometendo vários insultos ..."[373]

A solução encontrada pelo governador foi ordenar que se fizessem rondas noturnas e aumentassem o controle sobre as vendas e seus donos, responsáveis por esta desordem graças,

"...a grande ambição dos vendilhões os quais tem as vendas abertas até muito tarde da noite e alguns deles recolhem os negros fugidos e o que mais é , os furtos que fazem contratando com eles, fomentando-os nestes desaforos porque o intento de alguns é conseguir cabedais seja como for ..."[374]

Ainda que as vendas fossem essenciais aos projetos dos quilombolas, eles recebiam também os auxílios de outros escravos e em alguns casos, de alguns senhores interessados no acoutamento dos fugidos.

Em 1769 o Conde de Valadares havia ordenado ao Capitão Mor Manuel Rodrigues da Costa que entrasse na Fazenda Azevedos e localizasse os quilombolas que costumavam ir lá em busca de contatos com os escravos *"...procuram as capoeiras da dita fazenda, indícios certos de terem língua dos mais escravos da dita fazenda..."*[375]

Ordenava ainda, que usasse de todos os meios possíveis para fazer com que os escravos da fazenda dissessem onde localizar os quilombolas. Deveria fazer a mesma coisa com todos os escravos de outras fazendas nas imediações e com os roceiros do caminho.[376]

Em 1792 o capitão Elias Antonio da Silva pedia permissão para atacar um quilombo e dar buscas nas senzalas próximas a sua fazenda. O referido capitão estava com cinco escravos fugidos e, *"... por mais diligências, tocaias, ou negaças que lhes tem feito não é possível apreendê-los pela razão de se refugiarem e acoutarem-se em umas poucas fazendas que é constante servem de couto aos negros que fogem de seus senhores e que os escravos das mesmas fazendas lhes facilitam o dito couto e o que mais é também alguns donos das mencionadas fazendas... sendo público e notório que um dos escravos das ditas fazendas é acostumado e atualmente dá asilo a escravos errones, socorrendo-os de todo necessário com tanto escândalo e animosidade que não falta quem diga que ele é ciente e noticiado de qualquer quilombo ainda existente na distância de 30 ou 40 léguas..."*[377]

Situação idêntica demonstrou em 1795 o fazendeiro Marcelino da Costa Gonçalves que teve sua casa atacada por quilombolas. Em um documento enviado ao governador afirmava que os escravos das fazendas tinham *"... aliança ... com os do mato..."* Além disso, estes escravos *"... repartem os mantimentos dos paiós de seus senhores ..."* com os quilombolas. [378]

As autoridades estavam tão desesperadas com o crescente poder dos quilombolas auxiliados por escravos, forros e todos os tipos de vendedores que em 1769 o Governador Valadares determinou que o Capitão mor José Álvares Maciel deveria organizar os Capitães do mato de Vila Rica e ordenar uma batida

---

[373] APM SC 27. P. 60v-61
[374] ibidem
[375] SC 170 P.COD p. 46
[376] ibidem
[377] APM SC 260. P. 16v-17
[378] APM SC Cod 260 fls. 44v-45

aos quilombos e verificar se *"... alguma pessoa de qualquer qualidade ou condição que seja, socorre, vende e assiste com mantimentos e armas aos mesmos facinorosos..."*. Caso isto estivesse ocorrendo os deveria "... mandar presos para se fazerem as averiguações de seus procedimentos..."[379]

Em 1773 os escravos de D. Francisca Antonia foram acusados de auxiliarem quilombolas. Quando o capitão de esquadra do mato Silvestre Vieira da Silva foi à fazenda averiguar e *"dar buscas nas senzalas"*, os mesmos o receberam *"armados"*. Segundo o capitão a audácia deles foi tanta que o provocaram *"até o rancho que dista mais de meia légua de Domingos de Tal..."*[380]

Através de sucessivos documentos percebe-se que a situação parece não ter mudado no decorrer do tempo. As ordens de Valadares dadas em 1769 repetiram-se durante todo o período escravista. Mudava-se apenas a região, a data e o governador. A idéia era a mesma.

Entretanto, não eram apenas os escravos das fazendas que auxiliavam os quilombolas. Há vários casos de fazendeiros que faziam a mesma coisa, interessados nos benefícios que o acoutamento dos quilombolas acarretavam.

O Alferes Antonio Moniz de Medeiros foi acusado de dar proteção a alguns escravos fugidos. Por causa de sua postura nada recomendável para o sistema escravista, foi enviada uma expedição em 1782 à região em que ele vivia. O grupo foi comandado por Pedro Gomes Barbosa e tinha como objetivo controlar os excessos cometidos pelos moradores, pelos garimpeiros e pelos escravos[381]. Em seu relatório afirmou que: *"...Dei busca na casa do Alferes Antonio Moniz de Medeiros, por ter notícia que na dita casa havia uma venda, aonde os negros fugidos e garimpeiros se iam prover de mantimentos; achei a dita venda, fiz tomadia em tudo quanto nela se achava, e avisei ao dito alferes para que não continuasse em ter a dita venda, como sempre até ali tinha feito; porque se eu o tornasse a achar o havia prender..."*

Todavia, o Alferes tentou não se comprometer alegando que *"... a venda era para os seus negros, e que não vendia a outros..."* mas o comandante conhecendo o que se comentava a respeito das relações do Alferes com os quilombolas não acreditou. Para ele, não seria:

"... provável que ele sortisse uma venda de toda a qualidade de mantimentos, e com muita abundância, para vender a três ou quatro negros, que é o mais que podia ter em casa; pois os mais todos estão no contrato; mas ainda no caso de ter muitos, não há pessoa alguma que ignore o ele não vender aos seus negros; mas só aos fugidos e garimpeiros; é tanto assim que nunca deixou de haver quilombo ao pé da sua casa; e com tanta liberdade que até as suas escravas iam de dia ao quilombo conversar com os negros fugidos..."[382]

---

[379] APM 152 p. 171v
[380] APM SC 199 p. 13
[381] APM SC códice 224 Carta de 15.6.1782.
[382] ibidem

O mesmo fizeram na casa do Sargento Mor José Luis França. Nela, acharam a *"...venda... porém não tinha mantimentos, só achei cinco barris de aguardente enterrados, os quais quebrei, e um rolo de fumo. Fiz-lhe o mesmo aviso que ao outro.."*[383].

A expedição tentou também destruir um quilombo. Nada conseguiram porque os fugitivos *"...tiveram aviso de uma fazenda que está ao pé como é costume de todos; pois a maior parte dos Quilombos estão ao pé das fazendas para destas serem providas de mantimentos e terem aviso de qualquer movimentação haja, como estes tiveram aviso, assim que foi noite fugiram, e de madrugada, indo-se dar no quilombo, não se achou pessoa alguma; seguiram-se pelo rasto todo o dia, porém não se puderam alcançar; porque eles, além de não pararem, deram aviso a dois quilombos mais que estavam no caminho, juntaram-se todos, e foram fugindo sempre; no outro dia acharam-se os ranchos deles; cada quilombo tinha 9 ranchos grandes, que pareciam arraiais, e estava um quilombo de fronte do outro..."*[384]

Além do apoio dos donos das vendas, dos escravos e de alguns senhores, os quilombolas podiam contar também com a ajuda de grupos indígenas que coabitavam nos quilombos, ou que apenas faziam contatos.

A existência de índios convivendo com negros em quilombos era um fato marcante em muitas áreas que vivenciaram a escravidão. Em Porto Rico, desde o século XVI, há notícias de que índios e negros fugidos viviam juntos nas matas levando o pânico à população.

Francisco de Ortega, em 1526 afirmava que a Ilha estava se despovoando de espanhóis por causa do medo generalizado que as alianças entre negros fugidos e índios provocavam. No ano seguinte, a Coroa dizia ter recebido uma relação do cabildo da Vila de San German constando o mesmo problema. Em dezembro de 1550 a situação ainda não havia sido resolvida. O governador Vallejo em carta ao Rei afirmava que tentava impôr a ordem da seguinte forma:

"... Y esta orden e tenido com todos los índios que hay en la isla poniendolos a todos com amos porque dejarlos andar vagabundos me pareció no convenía... por ser gente muy liviana y superticiosa y también porque fuera ocasión de que com ellos se alzassen negros que es uno de los grandes peligros

---

383 ibidem
384 ibidem

que esta tierra tiene por los muchos que hay en ella, que cada día se alzan y nos ponen en necesidad para sossegarlos..."[385]

O caso citado anteriormente, de uma expedição incumbida de atacar um quilombo em Minas Gerais com o objetivo de resgatar uma moça raptada por um grupo de quilombolas, é um bom indicativo de que os índios viviam nos quilombos e o defendiam de ataques tanto quanto os seus habitantes negros:

"... atacando um quilombo de negros saíram ao encontro uma grande porção de gentio que instantaneamente os rebateu com um grande número de flechas na qual ficaram três capitães do mato feridos, dois com duas flechas presas no pescoço e com grande perigo de vida..."[386]

Estes não foram casos isolados. Em Mato Grosso, durante uma batida no Quilombo do Piolho em 1795 foram capturadas 54 pessoas, dentre elas:

" ... seis negros muito velhos, que eram os patriarcas deste escondido povo, oito índios e 19 índias e 21 caburés nascidos no quilombo, com idades variando entre dois e 16 anos... Os pretos velhos, depois da primeira destruição, voltaram ao local do quilombo... construíram famílias com índias, de quem tiveram filhos..."[387]

Os índios faziam parte desta comunidade quilombola da mesma maneira que os negros desde pelo menos 1770, época da sua primeira destruição, pois neste momento foram presos 79 negros e 30 índios. Através do número de prisioneiros capturados no quilombo em 1795, podemos perceber que 19 índias faziam parte desta comunidade e que 21 pessoas haviam nascido das relações travadas entre negros e índios. Evidentemente que a presença deste número elevado de mulheres, se comparado aos oito índios capturados, nos evidencia uma clara preferência pela presença de mulheres índias no interior dos quilombos. Tal prática

---

[385] Carta del dr. Vallejo al rey, San Juan, 14 de diciembre de 1550,AGI Santo Domingo 155, Ramo 1, núm. 9 Cit.por: MOSCOSO, Francisco. Formas de resistência de los escravos en Puerto Rico. Siglos XVI-XVIII. IN: America Negra, Bogotá, PontíficiaUniversidad Javeriana. Dez 1995, n. 10 p. 31-48

[386] Carta sobre ataques que se fizeram a vários quilombos. 12.7.1760 p. 5v -7 APM - SC 130 P Cod.

[387] Citado por VOLPATO, Luiza R. Ricci. Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá. 1850-1888. Cuiabá: Ed. Marco Zero e Ed. Federal de mato Grosso 1993. p. 188

pode nos remeter a uma falta de mulheres negras e a incorporação das índias como uma solução para estes problemas.

No Brasil pode-se perceber em vários quilombos uma grande miscigenação, originando uma população mestiça que comportava traços culturais de várias etnias. Daí a dificuldade encontrada por Funari em Palmares, pois após a localização de vários artefatos com características claramente indígenas, ficou impossibilitado de saber ao certo se tais utensílios eram provenientes de um comércio entre os quilombolas e os índios, ou se estes viviam no interior do quilombo, ou ainda se apenas passavam para os quilombolas sua tecnologia.

Estas possibilidades de arranjos populacionais alternativos no interior dos quilombos só seria possível em se tratando de comunidades portadoras de uma grande complexidade. De maneira geral, através de documentos variados, percebe-se que as principais características deste tipo de comunidade seriam: a existência de uma agricultura capaz de manter a população e permitir um excedente que era comercializado com os habitantes que viviam próximos da região; um quadro demográfico significativo propiciador de crescimento populacional e relações de parentesco entre os habitantes e estruturas delimitadas de hierarquias internas. Essas características só foram possíveis em quilombos que conseguiram se manter por um tempo maior e com uma certa estabilidade.

Nas regiões que possuíram quilombos e índios, ou seja, em praticamente todo o território colonial, pode-se encontrar indícios da coexistência de índios com quilombolas. Seria isto uma forma de aliança contra um possível ataque de populações brancas? Seria uma união de oprimidos contra os opressores?

Ao que tudo indica os contatos entre estes dois grupos foram se dando de maneira lenta, porém contínua, em áreas que prioritariamente eram habitadas por índios. Contudo, estes índios já haviam tido contato com o homem branco, e muitos já estavam em fuga de suas próprias aldeias, de fazendas onde trabalhavam quase que como escravos, ou de aldeamentos, onde o tratamento também não era muito melhor.

Durante o século XIX a situação não havia melhorado em nada. O índio Francisco Soares, chefe de uma numerosa aldeia foi uma das vítimas deste tipo de exploração e posterior expulsão por parte de colonos brancos. Sua aldeia situava-se nas cabeceiras do Rio Ubá, na freguesia do Presídio de São João Batista. O mesmo foi expulso de lá com toda a sua gente pelo Alferes Antônio Dutra Caldeira e seus escravos. A aldeia foi queimada e o Diretor de Índios da região nada fez para coibir semelhante abuso.

No relatório elaborado por Guido Thomaz Marliere, Diretor Geral dos Índios de Minas Gerais, fica patente a situação em que se encontravam os indígenas da região:

"... Semelhante atentado, imitado pela maior parte dos Portugueses destes Presídios, que não contentes de usurpar as suas terras, os maltratam nas suas pessoas com pancadas e quando os fazem trabalhar nas suas culturas, lhes negam a paga dizendo que a beberão de aguardente..." [388]

Por estas e outras razões, em inúmeros documentos de Diretores de Índios, de Diretores Gerais, de Presidentes de Províncias e outras autoridades, toma-se contato com um universo grande de indígenas que viviam em constante fuga e sem suas terras originais.

Por este motivo é fácil entender porque em muitas vezes os índios não entravam em conflito com os negros fugidos. Ambos não possuíam onde ficar e se esconder. Deste ponto de vista, tratava-se realmente de uma união de elementos que sofriam na pele a exploração de seu trabalho e de sua condição de homens.

Não só através da população podemos perceber a presença indígena nos quilombos. A religião também pode dar subsídios a este respeito. No Quilombo do Limoeiro, no Maranhão, foi presenciada pelo grupo que o atacou, uma festividade que demonstra a circularidade entre as culturas branca, negra e índia: o líder do quilombo presidia uma festa que as fontes indicaram como sendo uma "festa de pajés". A sua descrição é a seguinte:

---

[388] Ofício de Guido T. Marlière ao Presidente de Província de Minas Gerais. Em 12 de setembro de 1823. APM. São Paulo JGP 1/8 cx. 4

"Formados os calhambolas em círculo, o preto Bernardo ocupava o centro, e batendo palmas, cantava - eu já vai no céu, eu já vem do céu - e os mais faziam coro. Tinha Bernardo na sua volta do céu de fingir-se sonâmbulo e, então, revelar o futuro; porque tudo lhe havia dito Santa Bárbara com quem havia conversado. Durante esta nigromancia, era Bernardo chamado - menino do céu..." [389]

Pode-se perceber nesta breve descrição elementos católicos (Santa Bárbara) e elementos indígenas (festa de pajés) sendo utilizados por negros. Tal circularidade cultural nos remete mais uma vez à grande complexidade que era uma comunidade quilombola, pois conseguia criar uma nova forma cultural a partir de seus traços culturais de origem africana, mas recebendo influências da cultura branca e católica e também indígenas, e ainda influencia influenciando as demais culturas.

Todavia, um problema de ordem prática se coloca no momento de resgatarmos estes contatos interétnicos nos interiores de comunidades quilombolas: salvo através de alguns documentos repressores, nada mais evidencia a presença dos indígenas no quilombo.

Uma alternativa possível para minimizar este fato seria a utilização do resgate da cultura material destas comunidades. Contudo, as pesquisas arqueológicas nesta área estão ainda em desenvolvimento e pouco contribuíram ainda para elucidar o tema. Funari[390], tentando explicar a presença de elementos indígenas no quilombo de Palmares salienta que:

"...Considerando-se a presença de cerâmica de estilo indígena no sítio, as referências, nos documentos, a nativos que mantinham relações amigáveis com os quilombolas e viviam nos mocambos, e mesmo o fato de que três aldeias de Angola Janga tinham nomes nativos (Arotirene, Tabocas e Subupira), é natural supor que alguns grupos tenham se aliado às forças coloniais, enquanto outros pudessem compartilhar preocupações comuns com os rebeldes..."[391]

---

[389] MARANHÃO. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. A invasão do Quilombo Limoeiro. São Luis:SIOGE, 1992. P. 55

[390] FUNARI, Pedro Paulo A. Contribuições da Arqueologia para a interpretação do Quilombo de Palmares. Mesa redonda apresentada no IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro. 22 a 26 de setembro de 1997.

[391] Ibidem

O capitão Luis Borges Pinto ao descobrir nas matas da região da Casa da Casca um quilombo, supôs inicialmente tratar-se de uma aldeia indígena em função do grande número de choças e roças.[392]

Será que foi só por causa do tamanho da estrutura localizada que Borges Pinto se confundiu? Não seria possível que a estrutura por ele vista possuísse características das aldeias indígenas da região?

Uma destas prováveis características foi identificada numa Carta Régia enviada ao Governador Lourenço de Almeida, afirmando com base em informações prestadas que, na Comarca do Rio das Velhas existia um quilombo que era como *"...aldeias de gentio escondidas entre os matos..."*[393]

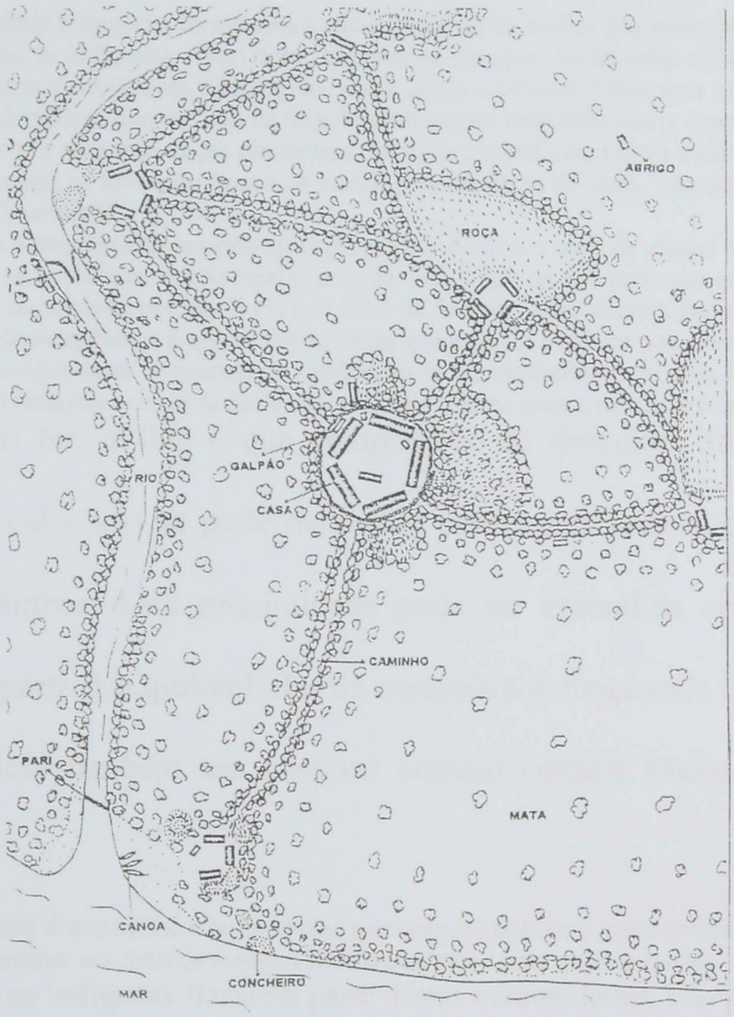
Pensando nesta possibilidade, localizou-se uma contribuição que permite pensar nessa convivência e nas trocas culturais entre índios e quilombolas. Trata-se de uma análise sobre as aldeias tupinambás[394].

Figura 22-- Tecoaba

[392] TAUNAY, Afonso de E. Op. Cit. p. 161

[393] Carta Régia para o Governador Lourenço de Almeida. 9.11.17...APM, SC 29 p. 129

[394] ASSIS, Valéria S de. Uma proposta de análise espacial de sítios tupinambá pela abordagem Etnoarqueológica. Comunicação apresentada no IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro. 22 a 26 de setembro de 1997



Fonte: ASSIS, Valéria S de. Uma proposta de análise espacial de sítios tupinambá...

De acordo com um grupo de estudiosos sobre os indígenas de Minas Gerais, estes seriam em sua grande maioria do grupo Jê também conhecidos como Tapuias - bárbaros em Tupi. As suas origens remontariam aos constantes cruzamentos entre os Caraíbas e os Tupis do litoral que buscaram refúgio nas áreas mais interioranas, estabelecendo migrações internas sempre em direção a Oeste evitando a Serra do Mar[395]

De acordo com a análise sobre as aldeias Tupinambás, elas possuiriam um "território de domínio" formado por diferentes áreas específicas bem delimitadas - o tecoaba. Neste viveria um grupo com parentesco, alianças e interesses comuns. A aldeia seria, na realidade, o núcleo residencial do tecoaba e seria construída nas regiões mais elevadas de uma determinada ecozona com capacidade diversificada de recursos. As casas estariam dispostas em torno de uma praça central e circundada por paliçadas. Ainda protegidas por estas paliçadas poderiam encontrar também espaços para atividades específicas. Do lado de fora desta proteção estariam as áreas livres para pesca, coleta ou agricultura feita em clareiras abertas nas matas. Poderiam também estabelecer em áreas próximas, acampamentos de caça e de agricultura bem menores que o tecoaba.

Analisando uma série de mapas sobre quilombos mineiros feitos durante uma das expedições de Ignácio Correia de Pamplona[396], percebemos o quanto esta definição do tecoaba se aproxima dos desenhos elaborados durante ou após a destruição das comunidades quilombolas.

Com relação aos mecanismos de defesa do tecoaba e dos quilombos, encontramos algumas proximidades. Ambos possuem sistemas artificiais. Em diferentes quilombos espalhados por todo o período

[395] OILLAN, José. Op. Cit. p. 11 e ss
[396] Arquivo Conde Valadares. BN Manuscritos. 18,2,6

colonial e mesmo durante o império, foram encontrados sistemas de defesa que tanto podem se remeter às práticas africanas como às indígenas. Além disso, todas as construções localizadas no interior de quilombos faziam parte de um espaço em comum e protegido, assim como o tecoaba. Mais uma vez utilizando o modelo do teocaba, pode-se identificar que do lado de fora da proteção do quilombo havia áreas voltadas para outras especializações, como por exemplo, roças plantadas com milho, mandioca, hortas e algodão. Além do que também estavam presentes as fontes de água e os matos, propiciadores de caça, pesca e coleta, complementando a alimentação.

Comparando o esquema do tecoaba apresentado por Assis e a série de mapas dos quilombos, podemos perceber as semelhanças. A principal é, sem dúvida, o fato de que tanto um quanto o outro está no interior de uma mata, circundado por ela. É ela que além de fornecer alimentação, serve de barreira e de esconderijo. A segunda semelhança é que as roças, ainda que estejam bastante próximas do núcleo residencial, estão separadas deste (a exceção é o quilombo da Samambaia). Seria uma separação do mundo onde se praticavam as relações sociais daquele destinado ao contato com a natureza e com a terra?

Seja como for, o fato é que comparando os desenhos dos quilombos e a descrição do tecoaba não se pode deixar de pensar nas proximidades espaciais e culturais entre ambos. Esta proximidade pode ser entendida como apenas uma apropriação por parte dos quilombolas de mecanismos funcionais à vida na floresta, como pode indicar também um possível contato cultural maior entre ambas as culturas.

O fato marcante é que índios e quilombolas mantinham contatos e compartilhavam de uma mesma região. Se este compartilhar era feito de maneira pacífica ou não é uma outra questão.

Ainda que os indígenas fizessem parte destas comunidades, não podemos perder de vista que quilombos eram estruturas formadas por escravos fugidos que possuíam consciência de sua condição de cativos. E que a presença destes índios em seu interior passava pela necessidade de convivência em busca de uma maior proteção, e pelas tentativas de conseguir sobreviver fora da sociedade escravista concentradora de terras e homens.

Estas variadas relações dos quilombolas com os escravos, com alguns senhores, com os donos de vendas ou mesmo com grupos indígenas, demonstram que as teias sociais desenvolvidas foram de tal monta que, parte de suas forças, provinha delas. E as autoridades sabiam que para destruí-los somente cortando estas teias, eliminando qualquer tipo de contato e ou ajuda entre os quilombolas e os demais moradores da região. Como nunca conseguiram este intento, os quilombos permaneceram por todo o período escravista. Onde quer que houvesse escravo, havia um quilombo - real ou imaginário.

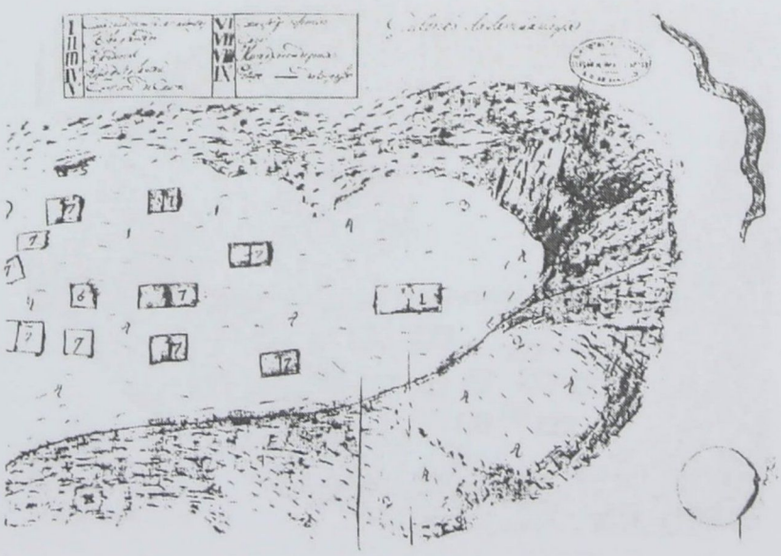
A existência destas estruturas, quer fossem Auto Sustentáveis ou Dependentes, propiciava uma série de arranjos sociais e de atitudes por parte da população. Uns interessados na manutenção dos quilombos; outros em sua destruição. Este último grupo via nos quilombolas uma ameaça à vida e sobrevivência na região. Em função disto,

precisavam ser destruídos a fim de que o projeto civilizador pensado para a Colônia pudesse ser efetivado.

Figura 23-Quilombo de um dos braços da Perdição

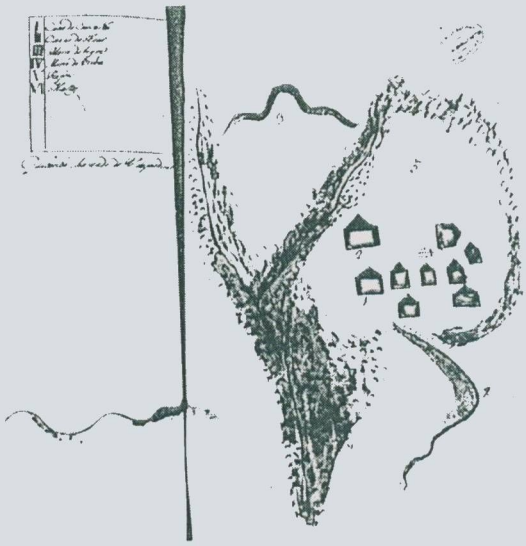
Quilombo de um dos braços da perdição: I – Casa do Rei; II – Casa do Tear; III – Aguada com sua bica; IV – Algodoais; V – Mandiocal; VI – Matos.

Figura 24-Quilombo da Samambaia



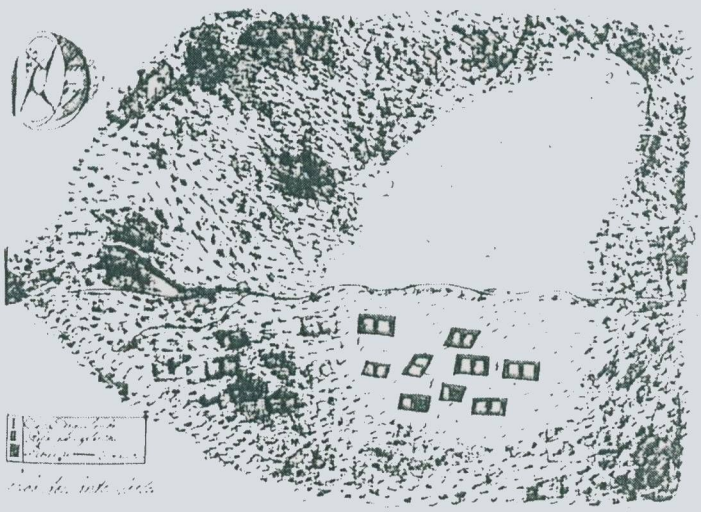
Quilombo da Sambabaia: I – Casa de audiência com assentos; II – Milho plantado; III – Mandiocal; IV – Roça que se plantou; V – Cortume de Couros; VI – Casa e forje de ferreiro; VII – Casas; VIII – Morro que servia de gorita; IX – Petipé [= – =] de 5 passos.

Figura 25-Quilombo do Rio da Perdição



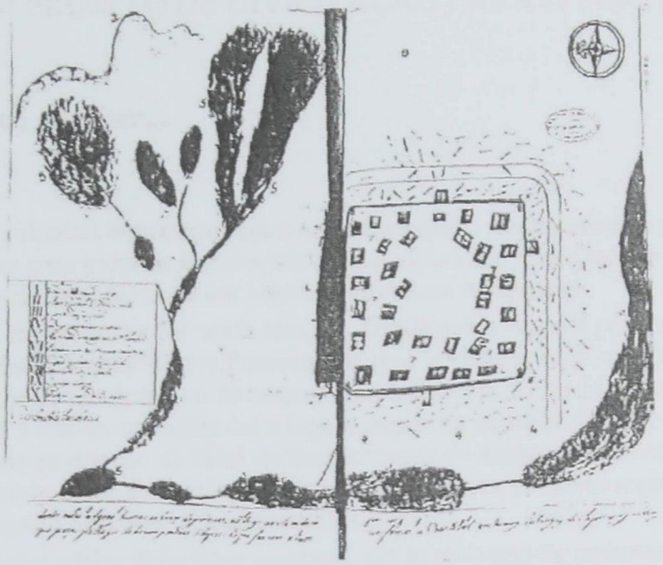
Quilombo chamado do Rio da perdição: I – Casa do Concelho; II – Casas do Tear; III – Morro do tigre;
IV – Morro do Urubu; V – Roça; VI – Matos

Figura 26-Quilombo dos Santos Fortes



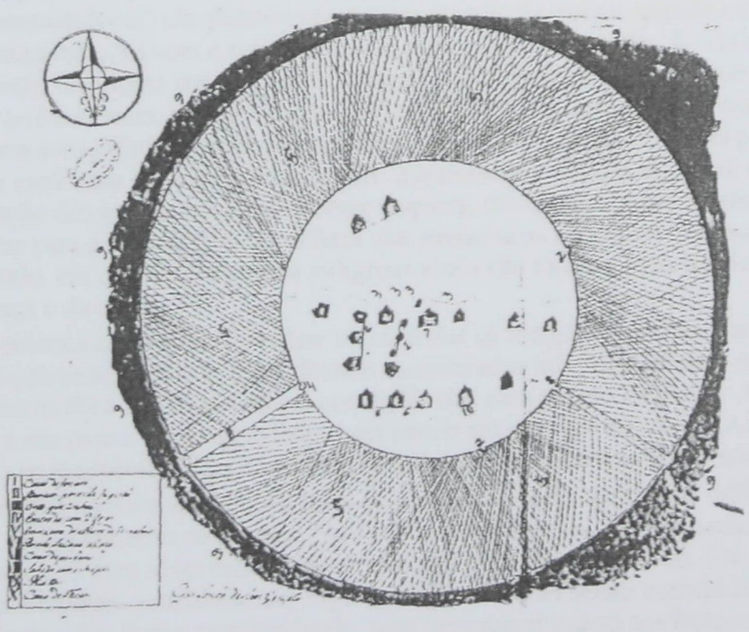
Quilombo dos Santos fortes: I – Casas do quilombo, II – Roça que se plantou, III – Petipé de [illegible] pessoas.
Petipé: escala de reduções utilizada em mapas e cartas

Figura 27-Quilombo do Ambrózio



Quilombo do Ambrósio: I – Fosso de 15 palmos de largo; II – Morro redondo que servia de gorita; III – Goritas do Quilombo; IV – Brejo, com buracos e estrepes; V – Restingas de matos com vertentes de água; VI – Distância entre fosso, e trinche(i)ra com estrepes; VII – Casas do Centro do Quilombo; VIII – Trinche(i)ra do Quilombo; IX – Campo Limpo; X – Polipê [...] de 5 passos.

Figura 28-Quilombo de São Gonçalo



Quilombo de São Gonçalo: I – Casas de ferreiro; II – Buracos por onde fugiram; III – Horta que tinham; IV – Entrada com 2 fojos; V – Trincheira de altura de 10 palmos; VI – Parede de Casa a Casa; VII – Casa de pilões; VIII – Saída com estrepes; IX – Matos; X – Casa de Tear.

PARTE 4 - UM PROJETO DE CIVILIZAÇÃO PARA O SERTÃO MINEIRO

I – Conquistar, civilizar...

As autoridades coloniais e metropolitanas entendiam que o Sertão mineiro precisava ser controlado e civilizado - com base em suas próprias concepções do que viria a ser "civilizado" - devido às suas riquezas e possibilidades econômicas, mas para isto era imprescindível sua conquista.

Conquistar uma região nunca foi tarefa simples. Desde que o homem pôde ser entendido como membro de uma comunidade, as tensões nas fronteiras de seus territórios de domínio foram permanentes e sempre oscilaram em favor de um grupo ou de outro. Constantemente esteve presente a aventura de partir para terras desconhecidas a fim de conquistá-las e logo a crença na superioridade de um grupo frente aos demais os impulsionava nessa direção. O ideal civilizador capaz de acabar com a barbárie, também foi um elemento presente nos movimentos das sociedades humanas em busca de novas regiões. Em função destas premissas, torna-se necessário delimitar alguns conceitos.

Conquista é, dentre várias definições possíveis, um movimento de povoamento que ocorre quando um grupo mais desenvolvido tecnologicamente inicia um processo de agressão sobre um outro menos aparelhado. Assim, para que tal ocorra efetivamente, é necessário que o agressor, ou o conquistador, detenha um potencial bélico dotado de maior tecnologia ou mais adaptado às novas condições históricas ou mesmo ambientais[397]. Conquistar tem, portanto, no mínimo duas concepções: uma é o avanço sobre terras controladas por povos com menor tecnologia; a outra concepção que está inserida neste termo é o de que se conquista além das terras, riquezas e homens.

Uma das grandes conseqüências da dominação de uma sociedade por outra é que juntamente com o domínio ocorre, quase sempre, o controle sobre o meio ambiente que era explorado pelo grupo subjugado, em geral áreas ricas e com boas possibilidades de proporcionar benefícios aos seus novos desbravadores. Como estes "novos controladores" são possuidores de uma tecnologia mais avançada ou mais adaptada as novas necessidades, suas relações com a natureza são de esfera diversa daqueles. Desta maneira, o meio ambiente passa a refletir, em última instância, as concepções de vida do novo grupo que o domina. Um exemplo desta situação é a coivara, também conhecida como queimada. Enquanto os indígenas brasileiros viviam organizados em seus próprios sistemas sociais ela não era um grande problema para a natureza, pois uma área queimada e explorada era alguns anos depois abandonada, e tinha tempo para se recuperar. Além disso, como a população dos grupos era relativamente pequena, não havia a necessidade de se derrubar e queimar imensas áreas para o plantio. Um outro fator que atenuava os efeitos da queimada sobre o meio ambiente como um todo, era que muitos grupos indígenas ainda não haviam se dedicado às práticas agrícolas, vivendo apenas da caça e da coleta.

Quando os colonos conseguiam expulsar ou controlar os indígenas de determinadas regiões esta situação mudava radicalmente. Ainda que eles fossem considerados inferiores, muitas de suas técnicas foram apropriadas e a queimada foi a que teve maiores conseqüências para o meio ambiente. A partir de então eram necessárias grandes áreas para o mercado externo, seja para o abastecimento interno. As regiões já não possuíam tempo para se recuperar. Áreas cansadas eram abandonadas e novas terras eram buscadas[398].

Pode-se perceber também que junto à idéia de Conquista havia claramente definida a busca por algo que era identificado com o conceito de riqueza. No caso de Minas Gerais, esta era associada principalmente ao ouro e aos diamantes. E para obter estas riquezas nenhum esforço seria demais. Era por elas que todas as forças eram reunidas e tudo era justificado. As expedições enviadas ao sertão exemplificam isto, dizimando o que restava dos Caiapós e dos Puri e empreendendo uma implacável guerra aos Botocudos, com o objetivo de localizar ouro e transformar aquelas terras em áreas seguras aos mineradores. O ouro justificava as guerras. Graças a elas, territórios ficavam "limpos" para o controle da sociedade que se via como civilizada.

As relações com os homens que habitavam as terras recém incorporadas pelas conquistas rapidamente caminharam para confrontos abertos, acarretando posições antagônicas em termos culturais, sociais, políticos e religiosos. O conquistado rapidamente tornou-se o *"Outro"*[399] - aquele que não era semelhante a quem estava conquistando. Assim os subjugados foram tratados como inferiores, feios, sujos,

---

[397] Dicionário de Ciências Sociais. FGV verbete: conquista.

[398] DRUMMOND, José Augusto. Devastação e preservação ambiental. Niterói: EDUFF, 1997.

[399] TODOROV, T. Op. Cit.

desprovidos de cultura, enfim, sem qualquer traço que merecesse algum tipo de aceitação pelos "superiores". As relações estabelecidas entre os dois grupos que se chocaram foram sempre baseadas no estranhamento. Cada um via o Outro como não-homem devido às suas diferenças.[400] Logo a sociedade mais avançada percebeu que os conquistados poderiam ser exterminados física ou culturalmente ou ainda utilizados de maneira mais proveitosa, ou seja, transformando-os em cativos.

As variadas possibilidades nas relações estabelecidas com o Outro foram classificadas por Sérgio Rouanet em quatro tipos principais: diferencialismo repressivo, igualitarismo abstrato, diferencialismo crítico, e igualitarismo concreto. O primeiro conceito é o que nos auxilia no momento. Trata-se, segundo o autor, da forma mais primitiva das relações com o Outro. Ele, o Outro, é *"investido das características de uma estranheza radical"* e a comunicação entre ambos torna-se impossível porque o abismo que os separa é identificado como sendo muito grande[401].

Esta diferença entre os dois grupos étnicos foi diagnosticada pelos conquistadores como sendo causada por um grande distanciamento civilizacional entre ambos ou ainda pela ausência completa de civilização no Outro conquistado. Neste caso, este foi transformado em um bárbaro sem qualquer elemento cultural que o pudesse assemelhar com o conquistador. Daí a dicotomia entre bárbaros e civilizados.

Ser civilizado é um conjunto de maneiras que a sociedade encara como sendo a forma superior de se portar, crer e fazer[402]. E civilização é um processo em movimento constante *"para a frente"*.[403] Ainda segundo este autor, civilizado era no século *XVIII, "...um dos muitos termos usados ... com os quais os membros da corte gostavam de designar, em sentido amplo ou restrito, a qualidade específica de seu próprio comportamento, e com os quais comparavam o refinamento de suas maneiras sociais, seu "padrão" com as maneiras de indivíduos mais simples e socialmente inferiores..."*[404]

Ao analisar o conceito de civilização utilizando o referencial desenvolvido acima, identificou-se que no século XVIII, ser civilizado era estar ligado ao mundo cristão, ou seja, era ser um filho de Deus, cumpridor de todos os seus deveres não só para com a divindade mas também, por tabela, com seu representante legal na Terra: o rei. Logo, ser civilizado era ser cristão e súdito[405].

Estas características de "ser civilizado" são os elementos que Bluteau tinha em mente ao definir os índios do Brasil:

"...Também chamamos índios aos povos da América. No Brasil, dividiram os portugueses aos Bárbaros, que vivem no sertão em índios mansos e bravos. Índios mansos chamam aos que com algum modo de República (ainda que tosca), são mais tratáveis e capazes de instrução. Pelo contrário, chamam índios bravos aos que pela sua natural indocilidade, não tem forma alguma de governo, nem admitem outras leis, que as que lhes dita a sua fera natureza."[406]

Estes últimos eram para Bluteau, *"...gens fera... cujos ... costumes são mais bravos que as bestas mais bravas..."*[407]

Era exatamente como feras e como bestas que a sociedade mineira via a maioria dos índios do sertão. Um dos maiores problemas que as autoridades tinham no século XVIII, era o que fazer com o gigantesco número de índios não domesticados espalhados pelos territórios do interior, dominando áreas ricas em ouro e próprias para a agricultura e ou pecuária. Sabia-se que somente controlando-os é que a civilização chegaria a estas regiões. Civilização entendida é claro, como controle sobre as terras, sobre a mão-de-obra e sobre as riquezas minerais, feito por um grupo que se considerava superior em detrimento do outro, visto como inferior.

A idéia de inferioridade e de superioridade é o que marcará as relações entre o conquistador e o conquistado. Entretanto, a crença na existência de raças superiores e inferiores, devendo esta última ser

---

[400] ibidem

[401] ROUANET, Sergio Paulo. Identidades e diferenças: uma tipologia. In: Revista Sociedade e Estado. Vol. IX, n. 1-2, jan/dez 1994. p. 80-84.

[402] ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Zahar, 1994. p. 24

[403] Idem

[404] ibidem p. 54

[405] OLIVEIRA, Ricardo. Sertão e nação: Euclides da Cunha e a construção da Brasilidade sertaneja. Dissertação de Mestrado. UFRJ. 1998.

[406] BLUTEAU, R. op. Cit. Verbete: índios

[407] Ibidem verbete: bravo

controlada ou extinta em nome de melhorias para a outra, ou em nome da expansão de um mundo entendido como civilizado sobre um bárbaro, parece ser bastante antiga e não foi um atributo exclusivo da sociedade Ocidental Cristã. Os Incas, por exemplo, justificavam seu avanço sobre outros povos quase que da mesma forma que os espanhóis o fariam
tempos depois:

" Diziam-se investidos de uma missão civilizadora junto às populações dos Andes que ainda estavam mergulhadas na barbárie. Acusavam freqüentemente esses povos de praticarem o incesto, de comerem carne humana e de viverem em estado de guerra permanente; e iriam ensinar-lhes as relações de parentesco, o cultivo do milho e a arte de viver em paz que distinguia o " civilizado" do " bárbaro" . " [408]

A semelhança com as idéias espanholas de anos depois é interessante para a percepção de como uma sociedade encara grupos diferentes de si. Os espanhóis da época das conquistas acreditavam que os índios eram inferiores aos europeus porque não compartilhavam da mesma cultura. Em alguns momentos acreditavam, inclusive, que eles não chegavam a ser homens, ou na melhor das possibilidades, se o fossem seriam bárbaros inferiores pois não falavam as línguas conhecidas e entendidas como civilizadas[409]. Deveriam ser educados na verdadeira fé a fim de se tornarem homens. Colombo nos serve de exemplo: ele acreditava que os índios precisavam ser levados à Espanha para que aprendessem a falar.[410] Na realidade, o "aprender a falar" significava aprender um idioma que ele considerava enquanto tal – as línguas conhecidas e aceitas na Europa. A linguagem indígena não era considerada como possível assim como sua cultura.

A idéia de Conquista e todos os valores que estão ligados à ela conseguiram, de uma forma ou de outra, permanecer no tempo e em situações bastante diferentes entre si. Parte do que foi realizado nas conquistas em Minas Gerais durante o século XVIII, também já havia sido executado por diferentes grupos sociais há muito tempo e muitas destas práticas continuaram sendo utilizadas no século seguinte. Pode-se perceber que houve uma certa continuidade no ideário referente às Conquistas de novas áreas. Isto leva a inferência de que alguns valores permaneceram impregnados na maneira das pessoas viverem e perceberem o mundo, ainda que em contextos sócio-econômicos diversos.

Conforme já visto, os europeus dos séculos XV e XVI tinham uma visão dos índios que passava pela inferioridade absoluta. Além disso, eram bárbaros, tábulas rasas sem cultura, sem identidades individuais, não sabiam falar, não eram homens e, em função de tudo isto poderiam ser escravizados[411].

No século XVIII estes mesmos conceitos sobre os índios foram reelaborados e resgatados de épocas anteriores. Todavia, estas imagens também foram utilizadas para caracterizar o negro, permitindo a dedução que não importava muito se o Outro era um índio ou um negro. O que marcava o espaço entre estes e a sociedade européia, ou mesmo a colonial, era a construção pelos dois últimos grupos de imagens negativas acerca do primeiro, pois portadores de sistemas tão diferentes não eram percebidos como possuidores de cultura. E com bases nestas imagens negativas justificava-se a dominação e o aniquilamento.

As razões para se considerarem "os Outros" como bárbaros são quase as mesmas, quer se trate dos Incas, dos espanhóis, dos portugueses ou dos mineiros do século XVIII. Para eles, os povos que estão fora do controle exercido pela civilização vivem de maneira errada, e em função disto, precisam ser conquistados. Para as autoridades mineiras, os Botocudos e os Puri eram nações bravias porque comiam outros homens e viviam em constantes guerras com os demais índios e com a sociedade branca. Logo, precisavam ser controlados através do aldeamento ou exterminados em nome do desenvolvimento da sociedade. Os quilombolas eram bárbaros porque não aceitavam sua condição de cativos e, ainda por cima, atacavam a sociedade senhorial branca. Para controlá-los, aldeá-los ou exterminá-los, foram preparadas inúmeras expedições enviadas aos sertões.

Mas nem tudo estava do lado da sociedade colonial e de suas expedições de conquistas. Os índios aparecem em todos os relatos como um sério obstáculo aos seus intentos. As notícias dadas pelo Alferes José Peixoto da Silva Braga são interessantes para perceber estes contatos violentos entre a "civilização e a

---

[408] FAVRE, Henri. A civilização Inca. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1990. p. 26
[409]. TODOROV, T . Op. Cit. P. 90
[410] Ibidem p. 36
[411] Ibidem

barbárie". Este documento nos inicia também em um outro tema: a preocupação demonstrada em não ferir os índios. Isto não teria sentido se não fosse a possibilidade de escravizá-los. O Outro é diferente não só nas armas que usa, mas também em suas atitudes. É um antropófago bárbaro, mas pode ser útil ao sistema ao se tornar um cativo:

" Na noite do terceiro dia avistamos as rancharias do Gentio, e seus fogos: emboscamo-nos no mato para lhe darmos na madrugada, mas sendo sentidos dos cachorros que tinham muitos, e bons, quando os avançamos, nos receberam com os seus arcos e flechas. Não demos um só tiro por ordem do Cabo, de que resultou o fugir-nos quase todo o gentio, o investir um deles ao sobrinho do Cabo com tal ânimo, que lançando-lhe a mão à rédea do cavalo lhe tirou a espingarda da mão, e da cinta o traçado, e dando-lhe com ela um famoso golpe em um dos ombros, e outro no braço esquerdo, fugiu levando-lhe consigo as armas. Desembaraçado do Tapuia o Paulista correu sobre ele sem mais efeito, que recuperar a espingarda que lhe largou o Tapuia, retirando-se com o traçado. Nesta mesma ocasião outro Tapuia em uma das suas portas feriu levemente no peito com uma flecha a um Francisco Carvalho de Lordelo, e acudindo outro lhe deu na cabeça com um porrete de que caiu logo, caindo-lhe deu outra porretada outro Tapuia, que apareceu de novo, deixando-o já por morto.

É para admirar, que em todo este conflito não fizesse ação alguma mais o nosso Cabo, que o andar sempre ao longe, gritando, e requerendo-nos, que atirássemos só ao vento por não atemorizar o gentio. Foi Deus servido levarmos os ranchos chovendo sobre nós as flechas, e os porretes. Retiraram-se para o mato os Tapuias, mas sem nunca nos perderem de vista, e tanto, que querendo darmos sepultura ao Carvalho persuadidos, a que estaria morto, procuraram em duas avançadas que nos deram, o tirá-lo e comê-lo, e vendo-se rebatidos nos pediram por acenos lhe déssemos ao menos a metade para a comerem, por ser diversa a língua da geral..."[412]

Além dos índios, um outro fator que segundo as fontes atrapalhava o cotidiano destas expedições, era a natureza percebida como agressiva e selvagem:

" ...Aqui começou a gente a desfalecer de todo: morreram-nos quarenta e tantas pessoas entre brancos e negros, ao desamparo, e o eu ficar com vida o devo a meu cavalo, que para me montar nele pela nímia fraqueza, em que me achava era

[412] Notícia 1ª prática - que dá ao P. Manoel Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silva Braga, do que passou na Primeira Bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas do Guayases até sair na Cidade de Belém do Grão Pará. In: TAUNAY, Afonso de E. Relatos Sertanistas. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. P. 129

preciso o lançar –me primeiro nele de braços levantados sobre o primeiro cupim que encontrava...”[413]

Entretanto, a dificuldade apresentada pela natureza bravia acabava sendo transformada por estes homens em mais um sinal de sua boa vontade para com Deus e para com seu Rei. A guerra contra a barbárie do terreno e de seus habitantes tornava a conquista mais necessária, mais valorizada e, portanto, mais dignificada. Quanto mais problemas a enfrentar, maiores seriam as recompensas espirituais e financeiras.

Todas estas dificuldades tinham um local por excelência: o sertão, ou seja, a fronteira que separava a barbárie da civilização[414]. Fronteira é *“... a marca ou linha de demarcação de dois sistemas de poder, que se caracterizava pela falta de estabilidade. [É] uma zona não perfeitamente definida e também despovoada devido à insegurança...”*[415]

Além disso, *“ ...fronteira não é um conceito estático e atemporal... é um exercício soberano do poder sobre um território... com controle militar, econômico, cultural e político-administrativo...”*[416]

Ainda que autores com posturas diferentes sobre fronteira divirjam em alguns pontos, parece que é unânime a noção de que o conceito de fronteira pressupõe o de movimento. A diferença é que este movimento no caso norte-americano é ininterrupto, rápido e contou com diferentes mecanismos. Como o avanço se deu sobre regiões densamente povoadas por tribos indígenas ou controladas por países europeus, várias táticas foram sendo desenvolvidas para obter o seu controle de acordo com a “hierarquia” de quem controlava o território: guerras, extermínios, compras, acordos e conflitos. Isto tudo ocorreu durante o século XIX, e foi apenas no sentido Leste-Oeste. Não houve interrupções ou recuos que atrapalhassem esta marcha. Uma outra característica desta conquista é que, ao mesmo tempo em que novos territórios eram incorporados, iniciava-se imediatamente sua colonização, povoamento e exploração econômica. Isto fez com que pouco a pouco, a identidade americana fosse pautada no mito da Conquista do Oeste. O que iria unir todo o povo americano seria esta concepção de que eram criadores de uma nação confiante e vitoriosa e que contava com a figura de um herói civilizador, vencedor da luta contra os “inferiores”.

No caso brasileiro parece que só temos em comum com os norte-americanos o fato de que aqui também o conceito de fronteira abarca a idéia de movimento. Entretanto, este movimento não é ininterrupto. Pelo contrário, várias foram as tentativas, avanços e recuos desta fronteira. Foi também um deslocar lento iniciado no século XVI e que continua se estendendo até os dias de hoje. Portanto, no Brasil houve avanços, recuos, dispersões e estagnações no processo de povoamento e de incorporação de novas áreas[417].

Em Minas Gerais, a situação durante o século XVIII exemplifica esta realidade. O povoamento do Oeste de Minas Gerais - e do Leste também - apresentava um problema de difícil solução: por mais que as autoridades tentassem por meios diversos controlar esta região, ela continuou a ser - pelo menos até meados do século XIX - esconderijo de inúmeros quilombos e palco de tribos consideradas como selvagens e bárbaras.

O Sertão Oeste mineiro era um local fora do controle das autoridades. Por mais que tentassem controlar as terras e os homens pouco ou nada conseguiam. Pode ser visto na documentação com clareza, o caráter oscilatório desta fronteira, ou melhor dizendo, das fronteiras. Regiões eram conquistadas de índios ou grupos quilombolas e entregues ao povoamento. Pouco tempo depois, os povoadores recuavam em virtude de ataques destes mesmos grupos, fazendo com que os limites que separavam a civilização e a barbárie estivessem sempre em movimento.

Estudos têm demonstrado que enquanto nos EUA o avanço da fronteira criou um mito de origem capaz de unir todo o povo americano e assim explicar sua origem, no Brasil a conquista de áreas que estavam fora do controle não provocou o mesmo processo. Muito pelo contrário, a conquista do Oeste brasileiro acabou produzindo dois mitos que não unem o povo: o mito da Amazônia e o do Sertão. Este último foi

---

[413] Notícia 1ª prática - que dá ao P. Manoel Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silva Braga, do que passou na Primeira Bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas do Guayases até sair na Cidade de Belém do Grão Pará. TAUNAY, Afonso de E. Op. Cit. p. 128

[414] Sobre uma discussão sobre Sertão ver a parte 1

[415] Dicionário de Ciências Sociais. Verbete fronteira

[416] OLIVEIRA, Lucia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: Manguinhos: História, ciências e saúde. Vol. 5 suplemento. Julho 1998.

[417] Sobre esta discussão sobre fronteiras ver TURNER, C.J. La fronteira en la historia americana. Madri: Castela, 1960 e HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio. 1975.

formulado nos primeiros séculos de povoamento e o sertão foi identificado como local de difícil moradia, distante, remoto e isolado, sem lei ou ordem. Só era habitado por seres inferiores e somente homens valorosos poderiam conquistá-lo[418]:

"...no Brasil, os mitos relativos à Conquista do Oeste não são mitos de origem... Esses mitos têm caráter regional e não são mitos de inclusão, pois não são capazes de incluir a nação inteira numa única narrativa...não contribui para criar ou reforçar qualquer sentimento de identidade nacional..."[419]

O conceito de fronteira trás consigo um outro que é o do espírito do homem da fronteira. Os participantes das expedições possuíam um sentido que os moviam em busca de outras regiões, sempre capazes de propiciar riquezas e glórias a seus desbravadores. Para os contextos de suas épocas eram homens vitoriosos. E vitoriosos porque conquistaram. Eram homens que não se prenderam a qualquer região. Uma vez já conquistadas partiam para outras em busca de outros locais e atrativos. Eram homens que nas áreas de interiorização exerciam todo o poder, os representantes legais das autoridades metropolitanas. E, portanto, eram temidos, respeitados e quase sempre obedecidos. Estes homens de fronteiras eram *"... produto do encontro do português e do indígena..."* e portavam em si próprios o *"...encontro de hábitos, de etnias, de linguagens, em suma, de culturas..."*[420]

Por tudo o que foi visto, pode-se afirmar que durante o século XVIII houve um projeto civilizador voltado para a Colônia. Embora tenha sido desenvolvido na Metrópole, tal projeto foi, em linhas gerais, absorvido pelas elites coloniais. Uma das principais idéias era a crença de que a sociedade branca vista como a "civilizada", deveria incorporar outras áreas à fronteira colonial, preferencialmente ricas e com possibilidades de produzirem, mas que estavam sob o controle de bárbaros, ou seja, daqueles que não compartilhavam dos mesmos sistemas culturais e de valores. Para isso, era necessário eliminar de uma forma ou de outra, estes elementos.

Este projeto civilizador foi executado em regiões que poderiam propiciar algum tipo de retorno financeiro não só às próprias expedições que partiam para o seu controle, como também às elites locais e à metrópole. O próximo capítulo procura analisar algumas destas expedições que percorreram diferentes áreas durante o século XVIII demonstrando que o projeto não foi exclusivo para a região de Minas Gerais e nem envolvia apenas os interesses relativos ao ouro.

---

[418] AMADO, Janaina. " Construindo mitos: a conquista do Oeste no Brasil e nos EUA. In: PIMENTEL, Sidney Valadares e AMADO, Janaina (org). Passando dos limites. Goiânia: Ed. Da UFG, 1995.

[419] Idem p. 68

[420] LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999 . p. 743

II - O ideal civilizador fora da Capitania de Minas Gerais

As expedições civilizadoras no decorrer do século XVIII assumiram características que podem ser percebidas em outras áreas Coloniais, demonstrando que este projeto não era próprio apenas para o território mineiro. Havia uma idéia maior de "civilizar" toda a Colônia, ou pelo menos, as áreas mais interessantes economicamente. O grande problema enfrentado pelas autoridades era os indígenas que as habitavam. Para elas, estes atrapalhavam o progresso ao impedirem a entrada da civilização naquelas regiões. Logo, deveriam ser convencidos ou então, exterminados em nome da civilidade e do progresso. Quanto aos quilombolas, parece não ter havido nenhum plano geral e sistemático de eliminação. Cada região cuidou dos seus quilombos da forma como pôde. Ou não.

Na região Norte destaca-se neste período a expedição feita em 1781, por Henrique João Wilckens, que percorreu o Rio Japurá com os objetivos de reconhecer a região e pacificar os índios Mura[421]. Este rio servia como limite entre as terras pertencentes à Espanha e as de Portugal e era dominado por estes índios, envolvidos diretamente nas disputas metropolitanas. Wilckens, embora fosse um militar, tinha como formação os ensinamentos jesuíticos e durante toda a expedição tentou por diferentes maneiras sujeitar os Mura ao Cristianismo. Uma forma de convencer os índios de que o Cristianismo era o caminho verdadeiro para o homem ideal, foi o comportamento exigido a todos os participantes da expedição que deveriam ter boa conduta a fim de que dessem o exemplo aos indígenas. Apesar de tudo, as tentativas de catequização dos Mura fracassaram e rapidamente os indígenas que não aceitavam a civilização imposta pelas autoridades coloniais portuguesas, passaram a ser identificadas como Mura. Desta maneira, Mura assim como Botocudo passou a significar Índio bárbaro, incivilizado e que não aceitava a civilidade ofertada. Assim sendo, estes índios poderiam ser escravizados e exterminados, e o foram.

Na região mais ao Sul da Colônia, portanto oposta à percorrida por Wilckens, encontram-se registros de expedições com os mesmos objetivos e características. De 1768 a 1773, onze expedições partiram para os Sertões do Rio Tibagi. Hoje esta área pertence ao Paraná, mas na época fazia parte da Capitania de São Paulo. Os objetivos da expedição eram o reconhecimento do território, de seus recursos naturais e a conversão do gentio[422].

A maior de todas as expedições foi a décima, ocorrida em 1771. Além do relatório que foi posteriormente enviado à Metrópole, ela conta ainda com uma série de imagens retratando os acontecimentos envolvendo o seu cotidiano, e os contatos com os índios da região permitindo inferências sobre o que não foi dito no relatório[423].

Joaquim José de Miranda foi o autor dos desenhos aquarelados que ilustraram este relatório. Provavelmente, o autor das imagens não esteve em campo acompanhando a expedição, apenas retratou posteriormente, baseado no que estava escrito. Era, na realidade, um trabalho de ilustração do texto. Assim, teria-se uma explicação plausível para o fato de os índios aquarelados serem tão parecidos fisicamente com orientais e não com indígenas. Tratava-se da reprodução de uma imagem prévia sobre o que o aquarelista imaginava ser um índio.

As imagens propiciam um material muito interessante com relação ao aspecto físico destes índios. Alguns indivíduos foram retratados com uma cor bem mais escura que os demais. (figuras 29,30,31,32). Poderiam ser negros? Sabendo-se que negros fugidos e indígenas conviviam pacificamente em muitas regiões pode-se imaginar que sim. Entretanto, os relatórios nada dizem sobre terem encontrado algum elemento negro na área. Mas como explicar a diferença de cor entre os que, teoricamente, seriam da mesma etnia? Por que a utilização de cores diferentes para registrar um mesmo grupo?

---

[421] Diário da viagem ao Japurá, de Henrique João Wilckens. 23 de fevereiro de 1781. Manuscrito Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RJ, Arquivo do Conselho Ultramarino, 1.1.4.

[422] Notícias da conquista e do descobrimento dos Sertões do Tibagi na Capitania de São Paulo, no governo do General D. Luis Antonio de Sá Botelho Mourão, conforme ordens de Sua Majestade. Por Afonso Botelho de S. Paio e Souza no ano de 1768 até o de 1774. Biblioteca Nacional . Manuscritos, 9,3,14

[423] Notícias da conquista e do descobrimento dos Sertões do Tibagi na Capitania de São Paulo... Op. Cit. Ou. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. T. 18, 1896

Figura 29-Índios recolhendo Pinha

Fonte: Aquarelas de Joaquim José de Miranda. Séc. XVIII. Coleção de Beatriz e Mário Pimenta Camargo. São Paulo.

Figura 30- Os contatos

Fonte: Idem

Figura 31-A aceitação dos presentes

Fonte: Idem

Figura 32- Recebimento de presentes

Fonte: Idem

Na primeira imagem, o autor das aquarelas buscava retratar uma cena cotidiana, ou seja, o recolhimento da Pinha. Junto ao casal de índios aparecem três crianças que possuem a mesma cor de pele que os adultos. Entretanto, há também duas outras crianças mais escuras.

Nos outros três quadros há novamente a presença de elementos mais escuros que o restante da população indígena. Dos quatro índios caracterizados desta forma, pelo menos duas são mulheres.

No último quadro, ao fundo da cena, quase que escondido pela vegetação ou quem sabe, se escondendo, há um indivíduo também mais escuro.

O que a presença destas crianças, mulheres e homens mais escuros pode significar? Se o autor das aquarelas não esteve no local, porque retratou possíveis negros convivendo com indígenas? Seria um fato conhecido e aceito pelo senso comum devido à sua constância? Infelizmente não há como ter certeza das reais intenções do autor. Apenas inferências podem ser feitas.

Todas as expedições enviadas à esta região estavam inseridas no contexto criado pelo Tratado de Madri. Assim, os objetivos delas eram o reconhecimento do território e de seus recursos naturais, o favorecimento do povoamento e, conseqüentemente, a efetivação da posse da região para Portugal.

A estrutura do relatório é muito parecida com os documentos das expedições de Minas Gerais. Os seus participantes contavam com o apoio de Deus pois estavam a seu serviço e do Rei de Portugal. Sofriam vários tipos de incômodos e desconfortos, mas tudo era válido porque sabiam que estavam prestando um importante serviço ao Império, dilatando-o em sua extensão e *"...Ter acrescentado aos domínios de Sua Majestade... esses grandiosos campos e dilatados sertões..."*[424].

Há no relatório uma preocupação em se descrever o território, suas possibilidades de ser povoado, de desenvolver a agricultura e de localizar ouro. Entretanto, acreditavam que o povoamento só seria efetuado se Deus assim o permitisse. Daí, a presença de religiosos capuchinhos no grupo, as constantes missas e festividades religiosas:

"... no Domingo, dia de Nossa Senhora da Conceição, cantou o reverendo padre frei José a missa, e festejou-se a mesma Senhora com o maior culto, que foi possível, confessando-se muita gente, e quase no fim da missa sucedeo o que consta da relação inclusa: passou-se todo o dia com muito contentamento e vários divertimentos pelo gosto em que todos estavam..."[425]

Sabiam que para povoar a região - considerada como *"... campo fértil..."* [426] - precisavam construir uma fortaleza *"para conservar a obediência dos bárbaros que habitam os Sertões..."*[427].

Os índios contatados foram os do Grupo Xaclán, conhecidos também como Xokleng. Vivam em áreas de florestas entre o litoral e o planalto de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a Paranaguá, no Paraná.

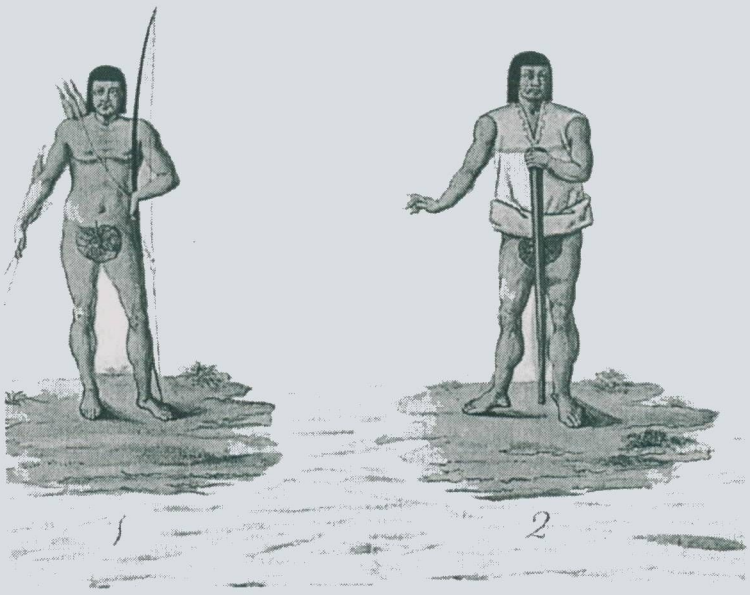
No início dos relatórios da expedição de 1771, as descrições que fizeram destes índios foram as mais elogiosas possíveis: eram dóceis, amáveis, bons, bem feitos de corpos e de cores claras. Assim, conseguiram sem maiores dificuldades trocar presentes e agrados. Das 37 imagens, 11 retratam os índios recebendo objetos e presentes dos brancos. Em apenas três quadros a situação é contrária. O curioso é que os presentes oferecidos pelos índios aos brancos são armas, elemento importante para quem está no meio de uma floresta, seja de que cultura for. Trata-se assim de um presente utilitário. Entretanto, os presentes oferecidos pelos soldados aos índios são espelhos, roupas e toucas, importantes apenas para a sociedade que está ofertando e não para aquela que está recebendo. Não há nesta troca de presentes qualquer tipo de reciprocidade, mas apenas sobre o indígena, uma imposição de elementos valorizados pela cultura católica Ocidental. A principal função da maior parte dos presentes é apenas cobrir os corpos nus dos índios: *"... o vê-los mansos causou prazer, compaixão grande foi vê-los nus, sem roupa ou compostura alguma..."*[428]

---

[424]... Descoberta dos Campos e Guarapuava... Op. Cit. p. 263
[425] Idem p. 266
[426] Ibdem
[427] Ibdem p. 279
[428] Ibdem p. 271

A imagem a seguir demonstra claramente o "antes" e o "depois" do recebimento do presente. O índio nu é retratado com suas armas de selvagem. O que porta roupas já aparece apenas segurando um pedaço madeira.

Figura 33-Índios



Fonte: Idem

Entretanto, a visão positiva dos índios vai se alterando com o passar dos dias e com os vários contatos que tiveram. Em pouco mais de um mês na região os participantes da expedição conseguiram dar e receber presentes, ensinar práticas religiosas aos índios e serem emboscados e assassinados por um grupo que, segundo eles, fingiam ser amigos. No dia 8 de janeiro de 1772 os índios mostraram *"...todo o seu poder, e em fé de paz [foram ao acampamento] com demonstrações da mais sincera amizade para nos acabarem à traição... usando de sua ferocidade e modos..."*[429]. Assim, os indígenas deixaram de ser amáveis para se transformarem em *"bárbaros selvagens"*. Vale a pena observar as quatro aquarelas que mostram os diferentes momentos de ataques, as lutas entre os dois grupos e o resultado final.

A primeira aquarela mostra que enquanto um grupo vai em visita ao acampamento militar, fingindo assim, amizade, um outro ataca o restante da expedição que havia saído para caçar e fazer o reconhecimento da área.

[429] Ibdem p. 279

Figura 34-Ataque

Fonte: Idem

Há um detalhe curioso nesta tela. Não há como saber se ela foi obra da criatividade do aquarelista ou se os índios realmente estavam portando desenhos nos braços. É a única cena onde tais desenhos aparecem. Em várias tribos brasileiras eram e ainda são feitos desenhos nos corpos em algumas situações especiais e a guerra é uma delas. Estariam os índios realmente se preparando para a guerra? Se os militares tivessem se interessado em conhecer mais o grupo teriam percebido as intenções? Ou ao contrário, trata-se apenas de um enfeite colocado pelo artista? Infelizmente não há como sabermos. Mas, é necessária a atenção a este detalhe, principalmente porque o relatório afirma que os índios deram alguma comida aos soldados, mas que estes por repulsa não comeram. Entretanto, um cachorro que havia comido um bolo de milho ofertado morreu, pois o alimento estava envenenado. Tal fato demonstra que, de alguma forma, os índios pretendiam atacar o grupo.

A segunda aquarela deste grupo de imagens é o ataque propriamente dito.

Figura 35-Ataque

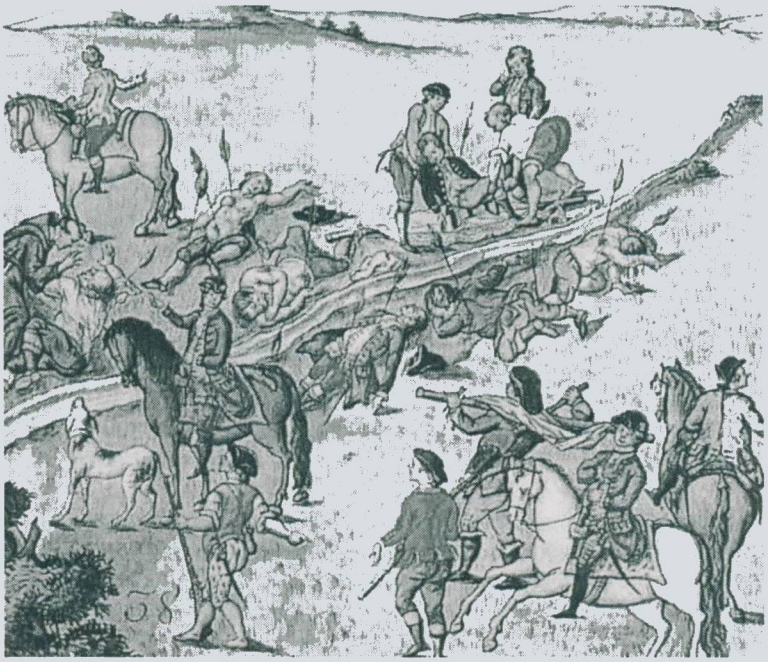
Fonte: Idem

O interessante desta imagem é a demonstração de que no momento do ataque - portanto, momento em que os índios - segundo o relatório - retornam ao seu estado mais bárbaro, os poucos que estão portando as roupas dadas pelos soldados as utilizam de maneira nada propícia para os parâmetros cristãos. Usam apenas uma camisa acima da linha da cintura ou uma espécie de saia amarrada também na cintura.

As armas apresentadas são os tradicionais arcos e flechas e uma espécie de tacape para abater os inimigos.

Na penúltima aquarela deste grupo de imagens, os mortos estão desenhados tombados e transpassados por flechas. Alguns estão praticamente sem roupas. Teriam os indígenas sido despojados de suas vestimentas? O relatório nada afirma sobre isto.

Figura 36-Ataque



Fonte: Idem

Nesta cena o padre da comitiva está perto de uma pessoa ferida – que segundo o relatório ainda teria vivido por mais algumas horas - ministrando os sacramentos e delimitando o caráter cristão da empresa. Este caráter será ainda mais acentuado no relatório, onde se afirma que aqueles que sobreviveram somente deixaram o local após voltarem com os mortos e os enterrarem *"... com a possível piedade..."*[430]

A última aquarela retrata a retirada do restante do grupo. Vendo que não conseguiriam conter a fúria dos indígenas, fugiram desistindo do intento de colonizar a região. Além do que a comida estava no final, a caça era impossível por causa do medo de novos ataques e os membros da expedição estavam *"...doentes e debilitados do trabalho..."*[431]. Assim,

"... A necessidade de forças e gente para rebater a fúria de tão grande multidão de gentios, que mais cresceria em se juntando os da aldeia, que existe ao norte; a impossibilidade de podermos ser socorridos de povoado em pouco tempo; o perigo de nos tomarem os caminhos com ciladas... determinei retirar para salvar as vidas e o trem de Sua Majestade que sem remédio pereceria tudo em poucos dias sem remédios..."[432]

---

[430] Ibdem p. 287
[431] Ibdem p. 287
[432] Ibdem p. 288

Figura 37- A retirada

Fonte: Idem

Entretanto, a situação não estava definitivamente solucionada. No início do século seguinte os contatos com os índios Xaclán ainda eram feitos de maneira agressiva. Eles continuavam sendo um obstáculo sério às intenções dos povoadores da região. Em 1808 D. João, através de Carta Régia de 5 de novembro deste ano, decreta Guerra Justa aos Botocudos Xokleng do Paraná, acusados de *"...matar cruelmente todos os fazendeiros e proprietários que nos mesmos países tem procurado tomar sesmarias e cultivá-las em benefício do Estado..."*, concluía afirmando estarem esgotados *"... todos os meios humanos para a sua civilização..."*[433]

Percorrendo a documentação pode-se perceber que havia uma clara preocupação das autoridades coloniais e metropolitanas em pacificar ou eliminar os índios que habitavam as regiões interessantes economicamente. Para isto, expedições organizadas pelos segmentos mais influentes da Colônia ou mesmo da Metrópole foram criadas. Com relação aos grupos de quilombolas a situação parece ter sido diferente. Isto ocorria porque as expedições enviadas aos Sertões para contatar os indígenas tinham um caráter "científico" e religioso. Um dos objetivos era conhecer estes grupos e catequizá-los, desde é claro, que não se mostrassem resistentes aos projetos das elites. Tais preocupações eram impensáveis quando se tratava de grupos de escravos fugidos. Evidentemente, não havia um projeto civilizador para os negros quilombolas. A estes estava reservada a guerra, a destruição de seus quilombos e o cativeiro.

Todavia, o projeto civilizador proposto e levado à cabo em Minas Gerais durante o século XVIII não foi de maneira alguma específico para a região. Muito pelo contrário, o que se percebe em diversas documentações é um projeto maior que visava em última análise colonizar - através do conhecimento das áreas e de seu povoamento - não só para garantir a produção de riquezas, mas também para manter a posse sobre as terras.

---

[433] Carta Régia, 5.11.1808. Coleção das Leis do Brasil.

III – As tentativas de controle e povoamento do Sertão Mineiro através das expedições

O Projeto Civilizador proposto para Minas Gerais só seria levado a efeito se houvesse um controle sobre a existência dos que viviam no Sertão, e se este controle fosse estendido também às terras. O controle sobre estas era teoricamente de fácil solução, uma vez que eram doadas em forma de sesmarias a quem tivesse condições de desenvolvê-las. Os sérios obstáculos com relação ao povoamento das áreas mais afastadas eram os grupos indígenas e os quilombolas.

Assim, com o objetivo de controlar esta região e sua população, várias expedições foram enviadas aos sertões - tanto do lado Oeste como do Leste de Minas Gerais. Com destino ao Sertão Oeste foram localizadas seis expedições entre os anos de 1735 e 1750; quatorze de 1750 a 1777 (Período Pombalino) e quatro até o ano de 1784.

Antes de 1735, as expedições que eram mandadas aos sertões eram esporádicas e não se percebe nelas uma preocupação mais ampla em controlar toda a região através da destruição de quilombos e do extermínio de grupos indígenas hostis. São apenas interesses locais que partem para destruir um quilombo ou uma aldeia que está perturbando o sossego público ou à procura de ouro.

O Conde de Assumar, terceiro governador das Capitanias de São Paulo e Minas Gerais (1717-1720), foi um exemplo claro desta situação. Ainda que ele fosse um elemento chave para o controle e desenvolvimento do Império Colonial português[434], parece que não associou este fato ao povoamento das terras. Assumar entendia que bastava haver total obediência dos vassalos às ordens do suserano para que o crescimento do Império estivesse assegurado. Esta é a tônica de seu primeiro discurso em terras paulistas no momento de sua posse:

"Não há nação, por bárbara que seja, que não respeite, e submissamente não venere aquele que reconhece por cabeça: os mais imbecis, os mais bastos e mais inertes povos, e mais semelhantes aos brutos foram sempre os gentios cá da América, ...mas até este quase refugo do gênero humano respeitava os seus morubixabas, os seus ulmenos, curacâo, apocuracâ, os seus caciques, os seus incas, e os seus montezumas, tanto assim que sendo estes magnatas tão faltos de boa razão, como os mesmos súditos ordinariamente era tirânico o seu governo, contudo leis invioláveis eram os seus preceitos, e não só submissa, mas escravamente eram obedecidos, como se entre gente tão estulta houvesse algum Samuel, que lhe dissesse o absoluto Império que o soberano tem sobre os vassalos...."

Para Assumar, se até o *"refugo do gênero humano"* respeitava as suas leis, o mesmo deveria ser esperado e até com mais ardor, dos povos civilizados, pois o rei português, segundo ele, governava não somente como um *"Vice-Deus na Terra"* mas também o fazia como um pai tratando os seus filhos vassalos com bondade e suavidade, impondo a obediência através de meios não violentos.

Depois de deixar claro que considerava os paulistas homens valorosos e heróicos devido aos seus feitos contra as Missões indígenas espanholas, a destruição de Palmares e a luta contra os Emboabas, conclama a todos que passem a obedecer ao soberano de maneira incondicional já que a obediência acarretaria a riqueza de todos: do soberano e deles, vassalos.

---

[434] Assumar além de Governador das Capitanias de São Paulo e Minas Gerais em 1717, foi em 1744, nomeado Vice-rei da Índia, onde recebeu o título de Marquês do Castelo Novo; ao participar da tomada da Praça de Alorna, recebeu o título de Marquês de Alorna.

Assumar entendia ou precisava acreditar, que era possível obter a obediência dos paulistas. O grande problema para ele eram os negros, insolentes, revoltosos e para seu desespero, em maior número que a população branca. Palmares é o grande fantasma da vida do governador. Em seu primeiro discurso, o quilombo aparece e seus quilombolas são vistos como *"cabeças de hidras rebeldes"*, abatidas graças aos esforços paulistas. A partir daí, Palmares reaparecerá em inúmeras cartas, bandos e provisões de Assumar, sempre como um enorme perigo prestes a se repetir em Minas Gerais.

Esta visão de que bastaria o controle político e econômico sobre a colônia para fazê-la produzir riquezas irá se modificar aos poucos e tais alterações podem ser percebidas também nas expedições enviadas às áreas mais longínquas do território colonial. Todas elas com objetivos claros de conhecer as regiões, fazê-las produzir riquezas e povoá-las. Mas para atingir estes estágios seria necessário eliminar os agentes que os impediam: índios e quilombolas. Era preciso também civilizar as novas regiões recém incorporadas ou em processo de incorporação.

Com relação a Minas Gerais percebe-se que as expedições posteriores a 1735, quando Gomes Freire assumiu a Capitania e ainda mais a partir de 1750, momento que Pombal assume efetivamente o controle em Portugal, possuem um caráter mais global. Identifica-se nelas um projeto maior que visava, em última instância, controlar toda a região do sertão, ampliando áreas de mineração e os limites da capitania. Tratava-se de um projeto que buscava tornar uma região propícia a receber os ideais da civilização.

As expedições feitas a partir deste momento em Minas Gerais eram grandes em suas formações humanas, caras e de difícil organização e não partiam para destruir um quilombo ou uma aldeia indígena. O objetivo era destruir qualquer elemento que estivesse prejudicando o povoamento e desenvolvimento da região. Após ter solucionado este problema, sesmarias deveriam ser distribuídas a fim de que pessoas idôneas passassem a arcar com a responsabilidade de manter a área livre dos quilombolas e dos índios. Durante a expedição era preciso também criar igrejas, símbolo do poder espiritual sobre os homens; cuidar das pendências judiciais que fossem encontradas; casar as pessoas que viviam em concubinato e iniciar plantações que facilitassem novas expedições, ou conforme eram chamadas, novas entradas[435]. Por tudo isto, fica claro que estas expedições possuíam uma preocupação com a civilidade. Era necessário civilizar estas áreas, até então, entregues aos bárbaros e a necessidade de civilizar era estendida também à população livre que habitava o Sertão. O concubinato, os desmandos dos régulos, a falta de fé, tudo isso deveria ser combatido em nome de uma moral cristã.[436] Civilizar neste momento significava não só controlar fisicamente a região mas também transformar aquelas pessoas em súditos leais do rei[437].

Para efetuar todos estes passos, as expedições possuíam uma estrutura que pouco se alterava de uma para outra. Através de seu cotidiano pode-se identificar que elas eram chefiadas por um líder poderoso e capaz de manter centenas de homens sob seu controle que exercia plenamente a Justiça sem qualquer questionamento de seus pares ou seguidores. Ignácio Correia de Pamplona, líder de uma das expedições enviadas aos sertões de Minas Gerais, fazia questão de resolver as pendências judiciais, prender criminosos, processar outros e matar os inimigos indígenas e quilombolas[438]. Pamplona possuía poderes absolutos dados pelo Governador ao lhe patentear como Mestre de Campo e Regente dos distritos de Pium-í, Bambuí, Campo Grande e Picada de Goiás.[439]

O controle sobre estas regiões tornava-se necessário em função de problemas nas vilas e arraiais mineiros, pois o crescente número de vadios exigia uma solução que passava pelo envio deles a estas áreas. Um outro agravante foi a diminuição do volume de ouro extraído que forçava a busca por novas regiões auríferas. Todavia, para que isto fosse levado a efeito, era necessário que estas regiões do Sertão ficassem desimpedidas de seus "moradores perigosos".

Para tanto, estas áreas foram sistematicamente visitadas e exploradas por grupos de homens armados e religiosos que buscavam trazê-las para o seio da civilidade. Na realidade, tratava-se de conquistar terras aos grupos tidos como bárbaros e colocá-las sob a tutela do Estado e da sociedade que se imaginava enquanto veículo de civilização.

Mesmo que alguns indígenas fossem vistos como "úteis", para as autoridades coloniais a maioria deles não passava de bárbaros que atrapalhavam o desenvolvimento. Logo, era preciso retirá-los da região. Contudo, esta retirada era muito complexa e envolvia uma série de leis que quase nunca foram respeitadas. Os quilombolas eram bandidos e propriedades fugitivas de alguém. Logo, poderiam e deveriam ser presos e ou exterminados. O índio era, de acordo com as leis, um ser que precisava ser respeitado e protegido pelas

---

[435] Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 108, 1988 Op. Cit.

[436] Ibdem

[437] SILVEIRA, Marco Antônio. Op. Cit p. 27 e ss.

[438] ibdem

[439] Provisão de 24 de junho de 1769 e Patente de 26 de junho de 1769.

autoridades, desde que pacífico[440]. O índio pacífico era um aliado em potencial e deveria receber melhores tratamentos[441] e os considerados indomáveis e "incivilizados" - leia-se incapaz para o trabalho nas fazendas – deveriam ser rapidamente exterminados ou expulsos para mais longe.

Uma das saídas encontradas para controlar os indígenas considerados mansos e que viviam espalhados por territórios propícios à agricultura ou à mineração, foi a utilização deles como elementos capazes de, sob certas condições, favorecer o povoamento e a colonização, através de seu uso como mão-de-obra e defesa do território, sempre atacado por outros índios ou por quilombolas.

Assim, determinados grupos indígenas teriam funções específicas a desempenhar no Projeto Civilizacional proposto pela Coroa. Com relação à repressão aos negros quilombolas, o papel dos indígenas seria de suma importância, uma vez que eles eram os maiores conhecedores do terreno.

Baseado nestas idéias, em 1714, o Rei D. João escreveu ao Governador e Capitão General de São Paulo e Minas Gerais dizendo ter recebido uma carta sua em que ele:

"... dá[va] conta do que achando a Comarca do Rio das Velhas, expostas as invasões de vários negros fugitivos e salteadores que desciam as estradas e a roubar os passageiros sem que os Capitães do Mato pudessem remediar este dano...".[442]

O Rei afirmou ter gostado muito da solução proposta para acabar com os desmandos dos negros, ou seja, a criação de um aldeamento para os índios que viviam dispersos na região. Este aldeamento seria construído *"junto à estrada que fica mais exposta"* e os índios receberiam armas e auxílios de pessoas para acabarem com os quilombolas. D. João chamou a atenção do Governador de que ele não poderia colocar nestes novos aldeamentos índios que já tivessem sido aldeados em outros estabelecimentos, e que só deveria entregar-lhes armas nos momentos de grandes problemas. Cessando o fato, todas as armas deveriam ser recolhidas a fim de que outros tipos de conflitos não ocorressem.

Em 1718, o Conde de Assumar escreveu ao Rei dizendo que o tal aldeamento não havia sido feito porque o Governador não teria encontrado índios para povoá-lo e que portanto, a solução para acabar com os quilombolas da região ainda não havia sido encontrada, ainda que ele, Assumar, tivesse procurado *"...dar toda a possível providência a este mal,* [entretanto] *como os negros fugidos são muitos, cada dia estão rebentando por diversas partes..."*[443]

O Rei, entretanto, não havia desistido da criação de um aldeamento para por fim as excessos dos negros fugidos. Em 1719, enviou ao Conde de Assumar uma Ordem Régia[444] onde determinava a criação do posto de Capitão do Mato, e reiterava a necessidade da criação da dita aldeia, uma vez que o número de aquilombados aumentava cada dia mais e nada conseguia destruí-los ou pelo menos *"... os dividir e desgregar..."*. Assim, cada vez ficavam mais perigosos. O Rei entendia que,

"...Com uns bárbaros emboscados se podem competir e ter partido outros bárbaros que vivem nos matos e assim com estabelecimento e criação de uma aldeia do gentio doméstico em cada comarca poderão se ter

---

[440] Sobre a legislação e os tratamentos dispensados aos índios aliados e aos considerados inimigos, ver PERRONE, Maria Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial. (séculos XVI a XVIII). In:CUNHA, Manuela Carneiro da. (org). História dos índios do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

[441] Mesmo assim, alguns índios que por inúmeros motivos haviam aceitado a catequese, foram enviados para aldeamentos em novas áreas e, em alguns casos, até mesmo para fora da Capitania, como foi o caso de Castelo, no Espírito Santo, originariamente, aldeamento para índios Puri de Minas Gerais. É evidente que um dos objetivos deste afastamento das tribos de suas áreas de habitação, era retirar deles os laços culturais e de identidade com a terra de seus antepassados.

[442] Carta Régia do Governador sobre a formação de aldeias de índios na Comarca do Rio das Velhas para dispersar negros fugitivos. 4.11.1714. APM SC 04

[443] Cartas do Conde de Assumar o Rei de Portugal- Sobre os quilombolas e os castigos delles. RAPM, Belo Horizonte, 3 (1): 251-66, 1898.

[444] Ordem Régia enviada ao Conde de Assumar em 12.1.1719. APM SC 03. P. 87

limite as insolências que atualmente praticam os ditos negros, cujo ímpeto pode o gentio rebater e paulatinamente disgrega-los porque tanto que andarem dividi-los e dispersos será fácil a execução do castigo para o que se faz precisa a criação da dita aldeia..."[445]

Entretanto, ainda assim, o aldeamento não foi criado em função de uma série de problemas na região.

Anos depois foi enviada aos sertões uma expedição com o objetivo de resgatar uma moça que havia sido seqüestrada por quilombolas, aproveitando para destruir os quilombos que fossem encontrados no caminho. A expedição realmente conseguiu recuperar a moça, prender alguns negros e matar outros. Continuando sua jornada encontrou com outro quilombo que ao ser atacado foi defendido por uma série de flechas disparadas por índios que ali viviam em contato com os negros fugidos. Três Capitães do Mato ficaram feridos, *"...dois com duas flechas presas no pescoço e com grande perigo de vida"*[446]. A solução proposta foi a de utilizar nas próximas investidas contra o quilombo, os índios *"...mansos de Frei Ângelo que se acham no Xopotó"*[447]. Estes índios eram na realidade do grupo Coroado e estavam aldeados há alguns anos na região e serviam também como mão-de-obra para os fazendeiros.

O curioso desta situação é que um mesmo quilombo propiciou dois tipos de contatos com indígenas: os que conviviam com os quilombolas no interior do quilombo e portanto, tinham interesses em comum; e aqueles que os consideravam como inimigos, ainda que estivessem apenas cumprindo ordens.

A utilização de índios aldeados para atacar quilombos ou para procurar negros fugidos dentro das matas foi uma constante em Minas Gerais. Durante uma expedição na Serra Negra, novamente no Xopotó, liderada por Manoel Rodrigues da Costa e seguida pelo Frei Manoel de Jesus Maria juntamente com alguns de seus índios aldeados, foi vista uma fumaça a alguns quilômetros dentro da mata. Todos imaginaram que pela sua formação, ela estaria sendo feita por grupos de negros fugidos que viviam naquelas imediações ao prepararem a área para plantações futuras. As lideranças retornaram ao aldeamento e deixaram apenas um grupo de 30 homens entre brancos e índios à procura do quilombo. Na realidade, o grupo conseguiu localizar um dos supostos quilombolas e o levaram preso ao aldeamento. Lá, conseguiram que o dito negro confessasse algumas coisas a seu próprio respeito e sobre a estrutura quilombola.

"...O puseram alguns camaradas em confissão dando lhe alguns tratos e como ele tem mais de boçal do que ladino declarou ele preto angola..." [448]

Disse também que:

"...Há verdade, é certo ser o quilombo muito grande, e muito antigo e distancia grande e sempre..."[449]

Para entenderem o que dizia o negro usaram um outro escravo, também africano, que vivia no aldeamento. E através dele ficou-se sabendo que ele havia sido *"...induzido ele com quatro parceiros por outros pretos e levados a uma grande povoação dos mesmos pretos..."*[450]

---

[445] Idem
[446] Carta sobre ataques que se fizeram a vários quilombos , em 12.7.1760 - APM SC 130
[447] Ibidem
[448] Carta de Manoel de Jesus Maria da Aldeia da Vila do Pomba 30.9.70 - Biblioteca Nacional , Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) Documentos. 112 18,2,6
[449] Ibidem
[450] Ibidem

Sobre o quilombo, afirmou que era grande e que possuía inúmeras roças com plantações de cana de açúcar, bananas, laranjas e tinha também descaroçadores e muito algodão.

O negro quando foi capturado pelos índios, afirmou que estava fugindo do quilombo por causa dos maus tratos que lá recebia e da obrigação de ter que trabalhar. Ele e mais um outro parceiro resolveram então fugir. Seu companheiro foi rapidamente aprisionado pelos quilombolas e ele conseguiu ir mais adiante, até encontrar com o grupamento da expedição.

As explicações dadas por este quilombola aprisionado são bastante interessantes e podem mostrar uma tentativa desesperada de atenuar sua culpa enquanto escravo fugido e aquilombado. Ao afirmar ter ido para o quilombo induzido por outros estava, na realidade, usando um artifício muito comum entre quilombolas recapturados. Ser induzido a ir para um quilombo era menos grave do que ter ido de livre e espontânea vontade e ao dizer que estava fugindo por causa de maus tratos e da exigência do trabalho, tirava de sobre si mesmo o fato de ser um quilombola, algo muito mais grave do que ser apenas um escravo fugido. Além do que, não poderia ser acusado também de ser um dos líderes, caso em que a pena era normalmente a morte.

Com base neste depoimento, a tropa resolveu que deveria voltar à região, continuar procurando o quilombo e descobrir seu exato tamanho a fim de que todas as medidas com relação à expedição, as armas, as tropas e a alimentação fossem tomadas objetivando destruí-lo[451].

Infelizmente não sabemos de mais nada com relação a esta nova expedição e nem se o quilombo foi localizado ou não.

No Rio de Janeiro, já no século XIX, a situação também não era muito diferente, ainda que sua população indígena fosse muito pequena, mesmo a aldeada. A Real Fazenda de Santa Cruz é um exemplo claro de como se poderia utilizar os índios aldeados para ajudar a destruir os quilombos. Em 1822 o Superintendente da Fazenda escreveu um ofício ao Ministro da Justiça comunicando que de acordo com a autorização recebida por ele dada pelo mesmo Ministério, havia pedido aos Capitães Mores das Aldeias de Itaguaí e de Mangaratiba, para que junto com seus índios aldeados viessem em socorro da Fazenda a fim de acabar com grupos de escravos aquilombados em suas matas. Desta diligência participaram 91 índios comandados pelos seus chefes e informa ainda o ofício que:

"... A diligência dos índios foi muito bem dirigida pelos seus próprios chefes, apesar das grandes chuvas, que sofreram de dia e de noite com muita constância. Em alimentos para sua sustentação despendeu esta Fazenda em poucos dias, bem perto

[451] Carta de Manoel Roiz da Costa ao Conde de Valadares em Borda do Campo,.. out 70Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) doc 66 18,2,4

de 60 mil réis, motivo porque os não demorei por mais algum tempo. Ainda não foram pagos os seus jornais sem outra causa que a de esperar o arbítrio e determinação de Vossa Alteza Real sobre o que cada um deverá ganhar por dia assim tão bem os dois Capitães Mores." [452]

Não era somente através dos aldeamentos que os índios conseguiam capturar quilombolas. Houve vários casos individuais de indígenas contribuindo para o aprisionamento de escravos fugidos. Em 1770, sob o governo do Conde de Valadares ocorreu um caso interessante. Em agosto deste ano, os índios do grupo Pataxó, Joaquim Barbosa, Manoel da Cunha e outros, todos considerados como civilizados e residentes do distrito da Casa da Casca, prenderam nas matas próximas de suas residências quatro negros quilombolas. Os escravos foram levados amarrados para a cidade, e os índios exigiam o pagamento das tomadias, conforme era a praxe.

Os senhores dos escravos se recusavam a pagar a tomadia alegando que eles não eram Capitães-do-mato. Por isso, João Seixa da Costa escreveu ao Conde de Valadares pedindo que lhe desse instruções de como proceder, e o avisando que havia recolhido os escravos à Cadeia e que havia feito os índios voltarem ao seu aldeamento com a promessa de que seriam muito bem recompensados pelo aprisionamento dos fugitivos.[453]

O Conde de Valadares não apenas concordou que os índios haviam feito um excelente trabalho, como também mandou que fossem pagas as tomadias a fim de que os mesmos ficassem satisfeitos. Além disso, mandou o Sargento - Mor estabelecer um corpo com estes índios e outros mais, para que dessem batidas nos matos no sentido de buscarem mais quilombolas e receberem outras recompensas.

Este caso mostra claramente um conflito declarado pelo controle da área pelos quilombolas e pelos índios, levando estes últimos, a melhor. Indica-nos também a apropriação de valores do mundo branco pelos índios. Os índios ao aprisionarem os negros e exigirem a tomadia, na realidade, estavam lidando com valores e conceitos da sociedade que os mantinham submissos. Este serviço de capitão-do-mato poderia ser uma maneira encontrada pelos indígenas de se manterem dentro do sistema montado, já que o seu já estava desarticulado há tempos.

Esta utilização dos índios como Capitães do Mato pelas autoridades aproveitando-se de suas experiências e a vontade de livrar as matas que consideravam suas da presença dos quilombolas, pode ser considerada como um jogo. Analisando detalhadamente a fonte e sabendo como foi o processo de retirada dos índios da região, pode-se observar que se tratava de um mecanismo mais complexo por parte do Governador da capitania. Os índios capturariam os quilombolas da área, deixando-a "desinfestada" e assim os fazendeiros poderiam se instalar na região. Bastava para isso retirar os ditos índios de circulação. Neste momento, entrariam em cena os aldeamentos, no próprio local ou em áreas mais afastadas. Enquanto os elos mais fracos da corrente lutavam entre si, o planejamento de extermínio físico ou ainda cultural dos elementos capazes de impedir a expansão feita pelas autoridades nas possíveis frentes agrícolas seguia seu rumo.

Ainda que os índios servissem algumas vezes como aliados, era de vital importância que o controle sobre eles se efetivasse de maneira cada vez mais ampla. E um dos grandes problemas que as autoridades tinham que resolver era como controlá-los para que servissem de alguma forma ao projeto civilizacional em andamento. Em 1769, Paulo Mendes Ferreira Campelo, Comandante do Arraial do Cuieté, ao escrever ao Governador Valadares, afirmava que uma saída para a região seria reunir num único local todas as tribos que viviam isoladas e soltas pela área, pois de acordo com ele, eram pequenos grupos e não se justificava ficarem controlando tantas terras e impedindo o povoamento. Além do que sua dispersão inviabilizava a sua catequização:

---

[452] Ofício do Superintendente da Fazenda de Santa Cruz, Manoel Martins do Couto Reys ao Ilmo e Exmo. Sr. Francisco José Vieira, em 9.1.1822 AN Cx. 507

[453] Carta de João Seixa da Costa ao Conde Valadares em 28.8.70, Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) - 18,3,5 doc. 25

"...é constante e se manifesta por certo serem as aldeias dos índios que se pretende agregar bastantemente dispersas umas das outras e não muito abundantes de gente, suposto que unidas de um só corpo se compõem de numero avultado estas não podem ser doutrinados na fé com separação por ser custoso admiti-las ao grêmio da igreja nas suas residências e para melhor êxito de se congregarem se deve passar para a parte sul da outra banda do rio Doce... porque não pode o sacerdote assistir a todos separados.[454]

Ainda que fossem percebidos como empecilhos e causadores de diferentes problemas os índios da região serviram em vários momentos aos interesses das autoridades. O Conde de Valadares havia ordenado a Ignácio Correia de Pamplona que deixasse alguns soldados no Rio São Francisco para impedir o contrabando de ouro por ali. Pamplona respondeu-lhe de que de nada adiantaria tal medida, uma vez que o rio era muito extenso e com numerosas cabeceiras e que ninguém se atreveria a tentar passar por ali por causa dos negros e índios que lá viviam e que eram *"...as melhores guardas que V. Exa tem para segurança do prejuízo que nesta parte receia..."*[455]

É interessante a idéia da utilização dos índios como guardas naturais das áreas mais afastadas e, portanto, perigosas da colônia. Pombal, anos antes, havia determinado esta mesma medida através dos aldeamentos dirigidos pelos Diretores, organismo máximo segundo este, de controle dos indígenas[456].

A situação neste momento é praticamente idêntica em Minas Gerais. Os índios, ainda que vistos como em total barbárie acabavam sendo também usados como peças chaves na defesa do território, mesmo que sem o saberem.

Estas idéias de aproveitarem alguns índios para auxiliar no desenvolvimento das regiões permaneceram e Marlière, um dos mais importantes Diretores Gerais dos Índios de Minas Gerais no século XIX , alegava que o Brasil era um país imenso em extensão e com

---

[454] Carta de Paulo Mendes Ferreira ao Governador Conde de Valadares, em nov 1769 Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) - 18,2,6 doc .não identificado

[455] Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Conde de Valadares.15.11.1769. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) 18,2,6 doc 19

uma população muito pequena, o que dificultava todas as tentativas de povoar determinadas regiões e também em defendê-las. Uma alternativa proposta por ele era a de que se deveria organizar:

"...a todos os índios mansos capazes de pegar em armas, em companhias e batalhões. Cada companhia teria seus oficiais tirados dos mesmos índios... Cinco companhias formariam um batalhão e este batalhão poderia ser comandado por um oficial índio em tempos de paz. Os batalhões nos dariam excelentes tropas ligeiras pouco dispendiosas em tempo de guerra para defesa do país e dos nossos matos impenetráveis aos europeus mesmo aos oriundos não sendo índios. Neste caso, venceriam soldo. Fariam parte em todo o tempo da segunda linha. Falo por que já experimentei... Organizei os Coroados desse modo e aos coropós contra os Presídios da Pomba e São João Batista hoje são todos mansos. Os jesuítas do Paraguai usavam como se sabe deste método e deram o que fazer com seus índios as tropas da Europa empregadas contra eles. É escuso dizer que este método lisonjeia muito aos índios que nunca se recusam a obedecer o chefe de sua nação e nunca se aceitam a dar obediência a outros exceto se lhes forma longa experiência e suas intenções benévolas para com eles..."[457]

O que o comandante estava propondo era a criação de um grande aldeamento, onde um grupo numeroso de índios pudesse ser controlado mais facilmente.

---

[456] Diretório. Op. Cit.

[457] Guido T Marliere ao Tenente Coronel Inspetor Director Geral de índios - Quartel de Guidoval. 1.10.1823 Junta do Governo Provisório JGP 1821/1824 - Sub-Série: Diversos- São Paulo - Caixa 5 JGP 18

Em Minas Gerais, os aldeamentos durante o século XVIII tinham, além de sua função estratégica, um papel econômico: visavam suprir também a demanda por mão-de-obra nas regiões. Para tanto, ofereciam índios aos fazendeiros que seriam utilizados por tempo determinado recebendo em troca um salário. Em muitos casos, esta exigência ficava apenas na teoria.

Em 1701, o Rei respondendo sobre umas datas que possuía, afirmava que as mesmas deveriam ser entregues a Manoel Rodrigues de Arzão para que este cuidasse delas como se fossem suas. Várias facilidades foram oferecidas a ele. Com respeito à mão-de-obra, assim se referiu o Rei:

"... Os índios que hão de trabalhar nestas datas hão de ser das aldeias não se tirando mais que cinco de cada uma, que serão os que se entendem podem bastar para trabalharem nas datas e plantarem os mantimentos os quais hão de ser todos os anos reformados para que não percam o amor as suas aldeias..."[458]

O controle exercido pelos Diretores dos índios ou pelos religiosos antes de 1759, provocou inúmeros conflitos em várias regiões do Brasil com os fazendeiros que acusavam os demais de exigirem pagamentos altos pelo trabalho dos indígenas e não permitirem a negociação direta entre o fazendeiro e os índios, ficando com o pagamento que a eles seria devido.

Os aldeamentos também serviam em alguns casos, como um núcleo populacional capaz de atrair novos moradores. É necessário ressaltar o caráter civilizatório destas estruturas, na medida em que se percebe momentos distintos no estabelecimento dos aldeamentos. Alguns eram fixados em locais de grande movimento econômico e populacional, com o objetivo de tentar trazer os índios à civilização e evidentemente, fornecê-los como uma alternativa de mão-de-obra. Por outro lado, havia aldeamentos que eram estabelecidos em áreas longínquas e com uma pequena população, ou seja, nos sertões. Neste caso, percebe-se que a principal razão da sua criação era a de colonizar e civilizar a área. O aldeamento servia neste caso, para junto com ele levar e fixar uma população capaz de produzir e desenvolver áreas que até então estavam isoladas. Os índios domesticados serviriam ainda para proteger a população de ataques de outros grupos indígenas ou mesmo de quilombolas. Seja como for, o fato é que as políticas oficiais de estabelecimento para os índios levavam necessariamente ao mesmo ponto: a exploração da mão-de-obra indígena e ao desenvolvimento de determinadas áreas.

Para que estas áreas fossem desenvolvidas as autoridades coloniais contavam com pessoas que viam nas expedições a chance de obterem riquezas, terras e escravos. Os moradores da região que possuíam condições de arcar com essas despesas, as usavam para incrementar seu poder econômico, político e social. Liderar uma delas significava adquirir títulos, privilégios econômicos e prestígio. Além é claro, de riquezas. Ignácio Correia de Pamplona foi um destes homens e mostrou através da trajetória de sua vida, o que permeava o modo de pensar destes homens que viviam nas áreas fronteiriças entre o Mundo Colonial e o Sertão.

---

[458] Carta do Rei para o Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, em 30.1.1701. Cód. 952, vol 12 p. 72

IV - Uma trajetória civilizadora: O Mestre de Campo, Ignácio Correia de Pamplona e seu tempo

O português Ignácio Correia de Pamplona nasceu em 1731 na Ilha Terceira, no Bispado de Angra. Era filho legítimo de Manoel Correia de Melo e Francisca Xavier de Pamplona. Casou-se com Eugênia Luisa da Silva, mulata e filha de uma negra forra da nação Mina e de pai desconhecido. Com ela teve seis filhos: Simplícia, Rosa, Teodora, Inácia, Bernardina e Inácio Correia de Pamplona Corte Real, que se tornou padre.[459]

Antes de completar trinta anos já era comerciante no Rio de Janeiro e abastecia Vila Rica e São João del Rei com diversas mercadorias. São João del Rei foi o local escolhido para fixar residência e trabalhar como cobrador do Contrato das Entradas do Tejuco ao lado de José Alvares Maciel durante os anos de 1759 a 1761.

Sua vida foi pautada pelas grandes expedições no combate aos índios, pelas batidas aos quilombos que se localizavam no Oeste de Minas Gerais e pelo controle quase que absoluto que detinha na região em função de possuir muitas terras e poderes conferidos pelos próprios Governadores. Além é claro, de sua participação ainda pouco compreendida na Inconfidência Mineira e na sua posterior delação do movimento.

Em 1764, quando o Governador Luis Diogo Lobo da Silva, precisando aumentar o número dos contribuintes e das riquezas empreendeu uma expedição por várias partes de Minas Gerais com o objetivo de conhecê-la para melhor fiscalizá-la, Pamplona foi convidado para auxiliá-lo no sentido de povoar e transformar os sertões de Minas em áreas produtivas.

O Governador Lobo tentava novamente civilizar a região e para isso encarregou Pamplona *"... de formar uma companhia de pessoas idôneas, gente de valor, a fim de penetrarem com ânimo de se estabelecerem na Zona do Campo Grande e além da Serra da Marcela, obrigando-se o governo a lhes conceder por sesmarias as terras que escolhessem..."*[460]

O objetivo desta expedição também era esvaziar as vilas das pessoas consideradas como vadias e sem trabalho.

"...As vilas e arraiais regurgitavam então de gente sem trabalho, ansiosas, aliás, por se colocar em novos distritos, onde melhorasse de sorte, e neste caso o primeiro passo a dar-se era

---

[459] Testamento de ICP Test. 1821 Cx.100 São João del Rei

[460] VASCONCELOS, Diogo de . História Média de Minas Gerais..Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1974 p. 196

criar lugares garantidos pela ordem e fortalecidos pela autoridade pública, livres de perturbações, tanto internas entre os moradores, como externas provenientes de malfeitores... [461]

O que Vasconcelos não percebeu foi que tais "vadios" eram provavelmente pessoas sem trabalho e sem perspectiva de obtê-lo em função do declínio da mineração e de todas as suas conseqüências.

Cumprindo as ordens do Governador, Pamplona em 1765 - com 34 anos de idade - fez sua primeira entrada nas nascentes do São Francisco acompanhado de alguns sócios interessados na ocupação daquelas terras: José Alves Diniz, Afonso Lamounier, José Fernandes de Lima, Antonio José Bastos, Inacio Bernardes de Souza, Simão Rodrigues de Souza, Pedro Vieira de Faria, Timóteo Pereira Pamplona e outros. Faziam parte do grupo vários escravos e índios pacificados. O capelão era o Padre Antonio Pereira Henriques que possuía o poder de vigário da vara e provisor de novas capelas. Como conseqüência desta Entrada, o Governador assinou várias cartas de Sesmarias com datas de 1° de dezembro de 1767. Em todas elas a causa principal para que os requerentes pedissem as terras era a de que tinham participado de alguma forma na conquista do sertão devoluto do Rio de São Francisco, Serra da Marcela e Quilombo do Ambrósio. Os homens alegavam ter acompanhado Ignácio Correia de Pamplona; as mulheres e suas filhas, diziam ter contribuído com escravos para que a conquista pudesse ocorrer. Simplícia e Teodósia Correia Pamplona receberam terras na Freguesia do Arraial da Senhora Santa Ana do Bambuí; Francisca, Rosa, Timóteo e o pai, Inácio Correia Pamplona receberam sesmarias no Arraial de Nossa Senhora da Conceição da Conquista do Campo Grande.[462]

Havia também um outro ponto em comum nas petições requerendo terras na área conquistada: todas alegavam que se tratava de sertão devoluto e que a campanha de

---

[461] Idem p. 215

conquista havia sido uma empresa perigosa devido aos quilombolas que dominavam a região[463].

A expedição teve, contudo, sérios problemas com os índios Caiapós e os quilombolas que ali viviam escondidos do avanço branco. A condição básica para a ocupação do território seria a sua aniquilação e este foi o primeiro passo do grupo. Pamplona instalou-se no Desempenhado, perto de Bambuí e de lá comandou várias expedições contra estes grupamentos. A partir daí, teve início o seu poderio. Em função dos serviços prestados adquiriu autoridade sobre o *"sertão do sul de Minas que se situa[va] ao norte do Rio Grande até dividir-se com o sertão da Farinha Podre..."*[464]

Durante sua vida, Pamplona conseguiu adquirir várias sesmarias, quase todas com extensão de três léguas de terra em quadra.[465] Ele também possuía a Fazenda dos Perdizes, a do Mendanha, a do Capote, e uma outra na Lagoa Dourada, freguesia dos Prados, Comarca do Rio das Mortes. Durante a campanha de Conquista do Bambui e Campo Grande, conseguiu adquirir oito sesmarias: uma era dele (a do Desempenhado) e as sete restantes eram de seus filhos e genro, mas controladas por ele. Em seu testamento datado de 1821[466], afirmava que para conseguir medir e demarcar todas estas terras precisou fazer muita despesa com *"...pólvora, chumbo, armas de fogo, mantimentos, tropas de bestas e muitos homens..."*, deixando claro o espírito de guerra que norteava a expedição.

Em 1769 Pamplona fez sua segunda expedição ao Sertão de Minas sob as ordens do Conde de Valadares, e já com o título de Mestre de Campo e Regente dos distritos de Pium-í, Bambuí, Campo Grande e Picada de Goiás. Seu objetivo era principalmente dar combate a índios e negros quilombolas[467] e povoar a região. Para isso distribuiu mais de cem sesmarias na área e deixou inúmeros documentos relatando toda a rota da expedição além de uma série de mapas feitos durante a viagem dando detalhes da área e dos quilombos encontrados.

Figura 38 - Mapa de todo o Campo Grande

---

[462] Notícia diária e individual...Op. Cit. p. 91 a 93

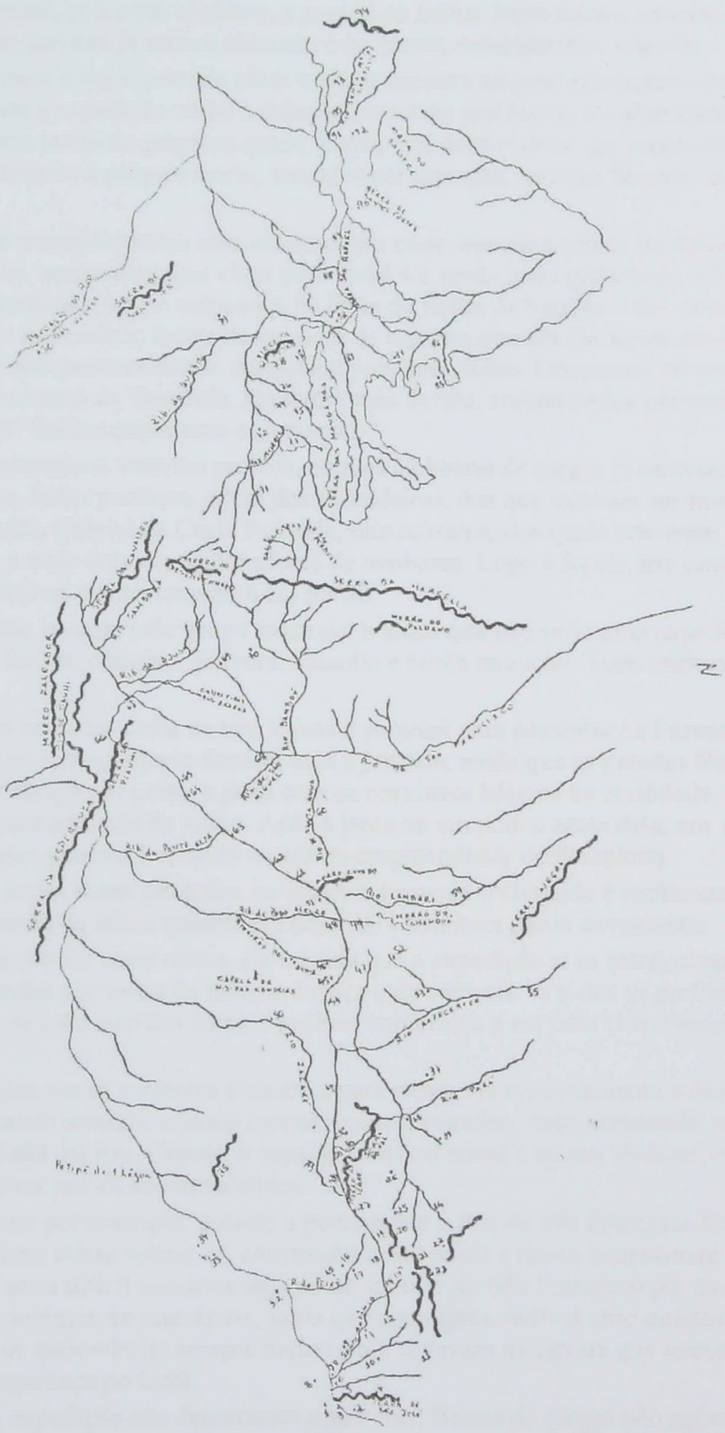
[463] SC 156 Livro de Sesmarias. 1767. Arquivo Público Mineiro

[464] JARDIM, Marcio. A Inconfidência Mineira: uma síntese factual. RJ, Biblioteca do Exército. 1989, p. 202

[465] De acordo com Waldemar de Almeida Barbosa, uma sesmaria de três léguas de terra em quadra seria igual a nove léguas quadradas. Uma légua quadrada corresponderia a 43,56 Km2 ou 43.56.000 m2. Como as sesmarias eram de 3 léguas de terra quadradas, possuiriam na realidade, 392.040 Km2 ou 392.040.000 m2 ou 8.100 Alqueires Mineiros Ou 39.200 Hectares.

[466] Testamento de Ignácio Correia de Pamplona. 1821. São João del Rei. Cx. 100.

[467] Sobre esta expedição, ver o Arquivo Conde de Valadares. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Códice 18,3,1-7



Durante esta expedição Pamplona estabeleceu várias capelas: a de São Francisco de Sales, a de N. Senhora da Conceição, a de Santa Margarida de Cortona, a dos Santos Mártires, e outras.[468] Este tipo de edificação era vantajoso porque a partir dele o bispado de Mariana podia tomar posse espiritual da região e conseqüentemente, cobrar os dízimos[469].

Entremos na expedição. Era o dia 8 de agosto de 1769. A Fazenda do Capote estava repleta de homens tão aventureiros quanto seu próprio proprietário, Ignácio Correia de Pamplona. Quase todos tinham um único objetivo em mente: enriquecer. Por isso aceitaram participar de uma empreitada bastante arriscada – a conquista do Campo Grande, área de moradia de índios e de quilombolas. Entretanto, ainda que fosse perigosa, a expedição valia a pena. Era uma maneira de se conseguir muita terra, três léguas em média para

---

[468] VASCONCELOS, D. Op. Cit. p. 215

[469] Esta região pertencia anteriormente ao Bispado de Pernambuco

cada sesmeiro, além de ter acesso, se a sorte ajudasse, a grupos de índios capturados e tornados cativos. Desta forma, as despesas com a mão-de-obra já seriam menores e os lucros, naturalmente, maiores.

Se os homens poderosos e ricos queriam obter mais terras para ampliar seu poder e prestígio, os que nada tinham - a maioria - viam a expedição como a solução para seus problemas e o abandono da miséria. Era a única maneira de obterem terras de graça ou quase, já que este acesso tinha um preço. Muitos só conseguiriam encontrar no caminho a própria morte, atacados por doenças, animais ferozes, índios ou quilombolas.

Para os escravos que acompanhavam seus senhores era mais uma empreitada da difícil vida no cativeiro. Teriam que seguí-los, arriscando suas vidas para torná-los ainda mais poderosos. Além do que, em caso de ataques seriam os primeiros a serem colocados na linha de frente da batalha. Mas, talvez o pior da jornada fossem os ataques aos quilombos, locais de moradia de homens que um dia foram como eles, cativos. Era necessário destruir o que eles provavelmente desejavam para suas vidas. Entretanto, no meio de todas estas constatações havia uma chance de liberdade. No interior do Sertão, embrenhados em matas, quem sabe, poderia ser possível uma fuga? Seria sempre uma esperança...

Quando todos os preparativos estavam prontos, com as 52 bestas de cargas já estavam carregadas com comida, bebida e a botica, todos partiram. Além dos fazendeiros, dos que queriam ser fazendeiros e dos escravos, iam também o Capelão Gabriel da Costa Resende, oito músicos, dos quais sete eram escravos de Pamplona e um branco livre, e mais dois negros tocadores de tambores. Logo à frente, iria juntar-se à comitiva um cirurgião, responsável por tentar mantê-los vivos.

A quantidade de armas levadas pelo grupo mostrava a todos que não seria uma expedição pacífica. Havia espingardas, clavinas, facões, patronas, pólvora, chumbo e muita munição. Tudo indicava tratar-se de uma expedição de guerra.

Naquele primeiro dia andaram cerca de três léguas e pararam para pernoitar na Fazenda Cataguases. Lá, iniciaram uma rotina que os acompanharia durante toda a jornada, ainda que as paradas fossem já no meio do Sertão sem qualquer abrigo por perto: a janta com os requisitos básicos da civilidade. A comida era servida quente, em pratos e acompanhada de vinho. Após a janta ou um pouco antes dela, era costume que um dos acompanhantes recitasse poemas louvando o espírito empreendedor de Pamplona.

Na manhã seguinte, assim como em todas, os músicos tocavam a alvorada e continuavam com seu repertório musical até o momento da missa quando em seguida, a comitiva partia novamente.

Os dias foram transcorrendo nesta rotina, e a medida que a expedição ia se interiorizando pelo Sertão, iniciavam-se as contendas por causa da falta de Justiça e de controle. A todos os problemas, Pamplona resolvia utilizando-se para isso dos amplos poderes conferidos a ele pelo Governador da Capitania, o Conde de Valadares.

Para facilitar a vida dos novos entrantes e também para promover o povoamento e desenvolvimento da região, Pamplona foi fundando arraiais, criando Igrejas, pontes, estradas, tudo nomeando e tomando posse para a Câmara de São João del Rei. Depois, o capelão rezava a missa e ao seu término, eram distribuídas sesmarias às pessoas que os acompanhavam.

Em alguns casos, como por exemplo, quando a ponte sobre o Rio de São Francisco ficou pronta, foi feita uma procissão e rezada uma missa solene. A construção desta ponte é muito interessante. Ainda que Pamplona soubesse o quanto seria difícil construir uma ponte sobre o rio São Francisco por causa da distância entre as margens e violência de suas águas, sabia que era imprescindível caso quisesse realmente povoar a região. Isso porque os quilombolas sempre roubavam e soltavam as canoas que atravessavam o rio, impedindo a constância e a segurança do local.

Os problemas com a expedição não demoraram a aparecer. Bestas de cargas não agüentaram o peso e ficaram pelo caminho. Escravos e pedestres desertaram. Os participantes foram entrando em pânico com a presença cada vez mais próxima dos índios e dos quilombolas. Os conflitos entre Pamplona e seu Tenente, José Serra Caldeira foram ficando cada vez mais sérios. Além destes, Pamplona teve também problemas com o juiz de sesmarias de São José, João Ribeiro de Freitas. Alegava este ao Conde de Valadares que Pamplona estava *"usurpando a jurisdição e medindo e demarcando sesmarias no Sertão de São Francisco sem faculdade ou comissão [dele]..."*[470]. Em maio de 1770 Pamplona escrevia ao Conde dizendo que um Juiz de sesmarias havia alterado as demarcações feitas por ele e que isto estava provocando sérios problemas na região. Ameaça dizendo que desta maneira, não haveria como continuar a povoação do Campo Grande.[471]

---

[470] Carta de João Ribeiro de Freitas ao Conde de Valadares em 24.9.1769. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional , Seção de manuscritos. Cód. 18,3,5 doc. 124

[471] Carta de Ignácio Correia Pamplona ao Conde de Valadares em 15.5.1770. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional , Seção de manuscritos. Cód. 18,2,6 doc. 61

Um outro problema enfrentado foi a impossibilidade de conseguir homens nos arraiais por onde passavam. João Pinto Caldeira recebeu ordens de Pamplona para que montasse uma patrulha com 30 homens retirados de diversas localidades. Não conseguiu porque, segundo Pamplona, os moradores não queriam ter qualquer despesa. Sabendo-se que estes moradores eram pessoas pobres pode-se questionar até que ponto não queriam ou não podiam participar de um empreendimento oneroso como este. Provavelmente, não poderiam. Além do que, fica uma outra dúvida em suspenso. Alguns dias depois desta carta, Pamplona enviou uma outra ao Conde dando conta que se os quilombolas soubessem do número ínfimo de pessoas que habitavam as localidades fariam maiores estragos. Eles já haviam colocado fogo na Capela de Santa Anna do Bambuí. Que mais não poderiam fazer? O que nos surpreende é que se Pamplona sabia que estas localidades possuíam poucos moradores, como dias antes alegara que a retirada de alguns indivíduos destas vilas não provocaria nenhum "desfalque"?

Mas as dificuldades continuavam a aumentar. As expedições menores que partiam a procura de ouro voltavam sem nada achar, tornando seus gastos infrutíferos. As pessoas, já fixadas ou não, negavam-se a emprestar seus escravos para as obras públicas alegando não os possuir ou tê-los em número muito reduzido. Depois, pediam sesmarias justificando o pedido pela posse de numerosos escravos. Achavam ainda que Pamplona havia os enganado e que a região não era tão fértil assim:

"....estes moradores [de Campo Grande] já irados de mim uns com os outros clamam que eu os enganei e os guiei aquele lugar com promessas vãs e os reduzi a pior estado e que não querem fazer as suas fabricas de teares para não pagarem o que não podem lucrar dos algodões, trigos, centeio, cevadas e outros legumes de abundância e fartura que servem a terra e que logo todos daquela paragem se retiravam sem demora..."[472]

Em todos os quilombos nos quais a tropa chegou aconteceu a mesma coisa: seus habitantes já os tinham visto e haviam fugido para áreas mais longínquas. Mesmo assim, a expedição tomava posse do terreno, queimava as edificações e dividia as terras entre os acompanhantes. Nestas áreas um pedestre fazia o mapa do quilombo e anotava as distâncias.[473]

Enfim, ocorreram uma série de contratempos que a expedição teve que enfrentar até a volta para a Fazenda do Capote, no dia 27 de novembro de 1769. Ignácio Correia de Pamplona chegou a sua fazenda com poucos homens. A maioria ficou pelo caminho tomando posse de suas terras, mortos ou desertados.

O resultado prático desta expedição foi de caráter duvidoso. Praticamente não se prendeu quilombolas pois, todos os quilombos estavam vazios. Para onde teriam ido? Provavelmente mais para o interior onde já estavam os índios. Ouro, não se localizou. A única medida efetiva foi a posse da região pela Câmara de São João del Rei e a distribuição de terras. Mas mesmo assim, isto acabou sendo um problema, pois com a saída da expedição da área, grupos de quilombolas ou de índios voltaram e desencadearam ataques constantes aos novos sesmeiros, ocasionando suas fugas e abandono das fazendas.

De tempos em tempos, outras expedições tiveram que voltar à área e recomeçar o processo.

No ano de 1773, Pamplona entrava novamente no Sertão desta vez com o objetivo de averiguar os boatos da descoberta de ouro nas redondezas. Infelizmente, quase nada se sabe sobre esta expedição. Em 1781 Pamplona organizou uma outra também com o mesmo objetivo, e desta vez não passou da Serra da Marcela. Em 1782, Pamplona organizou uma outra entrada, mas dela não participou, ficando a liderança com João Pinto Caldeira. Seu objetivo era dar combate aos quilombolas e aos índios Caiapós.

É curioso ressaltar que todas estas entradas corriam por conta de Pamplona. Os gastos com alimentação, armas, munições e qualquer outro elemento ficavam por seu risco. Isto não significava que ele tivesse qualquer tipo de prejuízo, ainda que tivesse alegado isto como uma das justificativas para solicitar novas sesmarias.

---

[472] Carta de Ignácio Correia Pamplona ao Conde de Valadares em 22.9.1770. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional , Seção de manuscritos. Cód. 18,2,3 doc. 8

[473] Sobre estes mapas ver o capítulo sobre os quilombos mineiros.

"...ele fora por isso ao sertão, cabeceiras do Rio de São Francisco com algumas pessoas adjuntas a descobrir terras para a existência da mencionada fabrica, na qual diligência experimentara prejuízos grandes e uma despesa considerável por ser sertão devoluto, pedindo-me lhe concedesse nele três léguas de terra por sesmaria em atenção das despesa e a utilidade que esta povoação se seguiria aos reais interesses e bem comum..."

As inúmeras sesmarias concedidas à família Pamplona, graças a estas entradas, além de simbolizarem prestígio social e político, forneceram todos os créditos necessários às suas pretensões. Além do mais, as terras foram concedidas de modo que uma fizesse fronteira com a outra, o que acabou por acarretar um gigantesco latifúndio controlado por Ignácio Correia de Pamplona. Com toda esta terra, ele passou igualmente a controlar os arrendamentos na região. E, em última instância, toda a vida econômica do local.

A fim de melhor compreensão sobre a sociedade mineira e mais precisamente sobre o que ocorria durante as expedições em termos culturais, torna-se necessário uma breve análise sobre o século XVIII e sua relação com o Arcadismo e deste com as concepções sobre os indígenas, sobre o papel de Portugal, principalmente na figura de Pombal, e sobre o destino dado aos jesuítas.

O lado literário da expedição de 1769: o Arcadismo

A principal escola literária que se formou com base nas idéias filosóficas defendidos por pensadores Iluministas foi o Arcadismo. Seus autores contestavam os dogmas e os valores do Barroco, visto então como exagerado. Os Árcades propunham uma literatura mais simples, menos rebuscada e baseada na espontaneidade. Propunham ainda, a volta aos padrões clássicos, recuperando não apenas o estilo mas também seus heróis e mitos. Entretanto, os problemas expressados nestas obras deveriam ter ligação direta com a época em que viviam, pois a ciência dava mostras de que o progresso era uma realidade e que os homens já não precisavam explicar todos os acontecimentos através da fé. Porém, a Revolução Industrial, já em pleno vapor na Inglaterra e caminhando a passos largos em outros países, mostrava também o lado perigoso desse mesmo progresso. As cidades passaram a ser os locais por excelência dos problemas humanos: eram sujas, poluídas, com uma população que se aglomerava em casebres insalubres e onde se geravam todos os tipos de marginais e de doenças. Enfim, não era decididamente ali que se poderia buscar o progresso humano. Ele deveria ser encontrado em outro local. Desta forma, o campo surgia como o verdadeiro paraíso, refúgio ideal para o homem civilizado. Como a fuga para o campo era utópica e idealizada, este afastamento do Arcadismo da realidade acabou por levar o movimento a um caráter artificial que pouco a pouco foi perdendo vigor.

Mas para entender o Arcadismo não bastam apenas as explicações de suas estruturas estéticas. É necessário entendê-lo no contexto político do século XVIII. As obras árcades não se preocuparam em mostrar apenas o campo, a sua beleza e os aspectos da cultura clássica. Em muitas de suas obras apareciam também, preocupações com problemas do cotidiano político e seus desdobramentos sócio-econômicos.

Em 1756 quando a Arcádia Lusitana foi fundada, Pombal já estava há cinco anos na direção do governo português. Três anos após a sua posse, este dirigente conseguiu expulsar de Portugal e de todas as suas colônias uma das ordens religiosas que mais poder possuía na época: os jesuítas.

Esta expulsão é muito complexa e exige uma reflexão que busque entendê-la como um processo montado tal qual num jogo de xadrez, onde cada peça tem a sua função, mas o objetivo final é aprisionar o rei e retirar seu poder. O rei neste momento é o império temporal criado pelos jesuítas graças ao controle sobre os indígenas. As peças deste xadrez foram as diferentes formas encontradas por Pombal para devagar ir eliminando os poderes dos religiosos.

Pombal foi um homem esclarecido que absorveu muito do que pregavam os filósofos iluministas, mas talvez a sua maior contribuição para os projetos políticos pombalinos tenha sido o anti-clericalismo.

Nas Instruções Régias de 1751[474] que foram enviadas à Mendonça de Furtado, seu irmão e governador da Capitania de Maranhão e Grão Pará, havia ordens para que fosse incentivada a criação de aldeamentos especialmente nos limites da Capitania, a fim de que através do povoamento esta região ficasse mais protegida do ataque de inimigos, índios e estrangeiros. Recomenda também bons tratamentos aos índios aldeados para que estes não fizessem alianças com inimigos da Coroa. Seriam os índios os responsáveis diretos pela manutenção do domínio português nas áreas de fronteiras. Nas palavras de Pombal, *"Os gentios são as muralhas dos sertões"*[475].

Pombal via com clareza que somente utilizando os índios é que se poderia ampliar a população na colônia e mantê-la protegida. Suas diferentes ordens passaram por um complexo corpo de medidas que iam desde a aceitação de determinados tipos de escravização indígena até a abolição total da escravidão, passando pela inserção deles na sociedade colonial, pela proibição de designá-los como negros *"porque não lhes caberia a vileza do mesmo nome"*[476], pela adoção de sobrenomes, elevação de parte dos aldeamentos à vilas e a convivência de brancos com índios dentro dos mesmos, a obrigatoriedade do pagamento dos dízimos pelos índios, a utilização obrigatória da língua portuguesa e, finalmente, pelos casamentos interétnicos.[477] O Alvará de D. José de 4 de abril de 1755 é bastante significativo a este respeito:

"Eu, El Rey faço saber... os meus vassalos deste Reyno e da América que casarem com as índias dela não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos da minha real atenção e que nas terras em que se estabelecerem serão preferidos para aqueles lugares e ocupações que couberem na graduação de suas pessoas, e que seus filhos e descendentes serão hábeis em dignidade, sem que necessitem de dispensa alguma, em caso destas alianças em que serão também compreendidas as que se acharem feitas, antes desta minha declaração e outrosim proíbo que os ditos meus vassalos casados com índias e seus descendentes sejam tratados com o nome de caboclos ou outro semelhante que possa ser injurioso..."[478]

Todas estas idéias passaram depois a fazer parte de um documento de caráter geral que estabelecia as medidas a serem adotadas no tocante aos índios. Esta coleção de ordens recebeu o nome de Diretório dos Índios e era um projeto de povoamento que se baseava na utilização dos indígenas.

Pombal teve que, dentre outras coisas, encarar uma realidade assinada com a Espanha - o Tratado de Madri - que dava à esta a Colônia do Sacramento no extremo sul do Brasil, enquanto que Portugal ficava com a posse dos Sete Povos das Missões e mantinha a região Oeste da Colônia brasileira. Nesta última área, a população em constantes movimentos de avanços e de recuos nas fronteiras em busca de riquezas, terras ou índios, havia descoberto anos antes o ouro. Portugal cedia Sacramento, mas ficava com o ouro e com os Sete Povos das Missões. Para assegurar os limites negociados era importante que efetivamente a população tomasse posse do território.

A população branca não era suficiente para povoar e controlar um território de tamanho tão elevado. A solução, então, seria o povoamento com os indígenas. O projeto colonizador e povoador tendo como base a utilização de índios fazia parte das preocupações do Marquês de Pombal que via como solução para incrementar o poderio e riqueza de Portugal, um aumento demográfico considerável na colônia. Isto seria conseguido através da multiplicação dos povos, principalmente os que viviam ou deveriam viver nas áreas de fronteiras. Este crescimento populacional estava também intimamente ligado às necessidades de defesa e manutenção do território e mais ainda, ao aumento da produção econômica.[479] E ele só seria conseguido de

---

[474] Instruções Régias, parágrafo 27. Arquivo do Estado de Pernambuco - I- 35

[475] Parecer do Conselho Ultramarino 20.12.1695. Apud. J. Nabuco. O Diretório no Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1941 p. 64-65

[476] Diretório que se deve observar nas povoações dos indios do pará e maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues. parágrafo 10

[477] Diretório Op. Cit. parágrafo 10

[478] Alvará de D. José de 4 de abril de 1755. Cod 50, fl 71 APM

[479] MAXWELL. Keneth. Op. Cit.

forma satisfatória se os índios fossem incorporados à sociedade acreditada como civilizada. De preferência, sem o controle religioso dos jesuítas. Esta foi uma das muitas causas dos choques com os inacianos.

Pombal precisou efetivar este tratado e conseguir maneiras de fazê-lo funcionar. Neste momento começaram os problemas e um dos maiores enfrentados foi a Guerra Guaranítica. Os índios dos Sete Povos das Missões[480] catequizados por padres jesuítas espanhóis, não aceitaram passar para o domínio português e nem estavam dispostos a abandonarem suas terras e irem para o lado que passava a pertencer a Espanha. Seus antepassados estavam enterrados naquelas paragens e era exatamente ali que queriam ficar. Para isto pegaram em armas e defenderam o território. Os jesuítas sabiam também que se aceitassem o domínio português teriam problemas com a política de Pombal. Logo, era melhor defender seus interesses à bala e a flechas.

O resultado deste conflito foi que Portugal e Espanha uniram suas forças e atacaram as missões com uma força militar composta de 3.700 homens. Milhares de índios morreram e anos depois, não mais satisfeitos com o Tratado, os dois países resolveram revogá-lo e o território que era das Missões acabou voltando para o domínio espanhol, mas já sem os índios[481].

Esta Guerra Guaranítica foi tema de um poema árcade[482]. Seu autor Basílio da Gama tem uma história muito interessante e bastante ligada ao seu tempo. Basílio era mineiro, nascido na Vila de São José, atual Tiradentes e tornou-se um jesuíta. Não se sabe o motivo pelo qual foi preso em Portugal por ordens de Pombal. Dias depois foi solto e começou a escrever um poema encomendado pelo Ministro e em homenagem ao irmão deste, Mendonça de Furtado, responsável pela Comissão de Demarcação dos limites do Tratado de Madri. O poema, datado de 1769, recebeu o nome de Uraguai e narrava a expedição de Gomes Freire Andrade contra as Missões na parte Oriental do rio Uruguai.[483]

É evidente que há neste poema uma tentativa desesperada de agradar Pombal e manter-se vivo, pelo menos fora das prisões portuguesas ou do degredo. Entretanto, as idéias contidas nele são quase que um modelo não só do Arcadismo mas também do Iluminismo, da política voltada aos índios e das estratégias de Pombal.

Através da leitura do poema dividido em 5 cantos, toma-se contato com a arena dos combates. Esta arena não é apenas física; ela está também presente nos conflitos apresentados pelo autor. De um lado, o governo português, simbolizado por Gomes Freire de Andrade; de outro, os índios das Missões. O papel dos espanhóis é diminuído, ainda que tenha sido o Governador de Montevidéu o responsável pela morte de um dos grandes líderes indígenas facilitando a vitória européia.

Os versos iniciais já mostram um cenário desolador. Há dor, perdas e mortes espalhadas por toda parte. A culpa de toda esta calamidade? A ambição dos jesuítas, considerados como rebeldes[484] e construtores de um império[485]. Eram eles que pela sua ambição e para manter o controle sobre a mão-de-obra indígena, haviam arrastado aqueles seres puros à guerra e à destruição. Os índios eram por natureza seres bons. A influência dos religiosos os estava levando à destruição.

O herói português, Gomes Freire de Andrade, é mostrado sempre com palavras que expressam sua tristeza em atacar o indígena, posto que eram apenas escravos da tirania dos religiosos. Gomes Freire é descrito como famoso, de excelso coração, peito nobre e invicto em suas lutas[486]. Todavia, esta última qualidade é, no mínimo, contraditória, uma vez que poucos versos acima o autor relata que em seu avanço no campo de batalha, Gomes Freire não havia conseguido derrotar os indígenas e teve que assinar um acordo de paz, tomando posse apenas das terras as quais suas tropas haviam conquistado na luta.

Gomes Freire, segundo o autor do poema, havia feito tudo para evitar a guerra, mas como os jesuítas não abandonaram seus intentos foi necessário guerrear para livrar os índios daquela tutela que tanto mal fazia. De qualquer forma, o general tentou em todos os momentos negociar a paz, persuadindo os índios e mostrando sua bondade. Um sinal disso foi a libertação dos prisioneiros de guerra.[487]

Como não ficaria bem um herói lutar contra homens indefesos e fracos, os índios são apresentados em todo o poema como valorosos e guerreiros.

A parte mais marcante do texto é quando Gomes Freire "dialoga" com os índios. Estes são representados por Cacambo, um dos líderes inventados por Basílio da Gama. O índio, utilizando-se da lógica

---

[480] São Borja, Santo Antônio, São João Batista, São Nicolau, São Luis, São Miguel e São Lourenço

[481] MAXWELL, K. Pombal: O paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996. P. 54

[482] GOMES NETO, Darcy. O Indianismo na poesia brasileira: contradições ideológicas. Rio de Janeiro, PUC, Dissertação de Mestrado. 2 vol. 1982

[483] Idem

[484] GAMA, Basílio da. O Uraguai. Rio de Janeiro. Livraria Agir, 1964. Canto II, verso. 141

[485] Idem . C. I, V. 9

[486] Idem. C.II, V. 37-38

[487] Idem C.II, V. 25 a 34

mercantilista portuguesa afirmou que para o rei de Portugal, a troca de Sacramento pela região habitada pelos índios (na realidade, os Sete Povos das Missões), não seria satisfatória, uma vez que através de Sacramento Portugal controlaria,

"toda a navegação do largo rio

que parece que pôs a natureza

para servir-vos de limite e raia"[488].

Além do que, conforme dizia o tratado, os índios deveriam abandonar as terras e irem para outro lugar. Isto era, segundo o indígena, também um grande erro, pois

"As campinas que vês é a nossa terra

- Sem o nosso suor e os nossos braços -

De que servem ao teu rei? Aqui não temos

Nem altas minas , nem caudalosos

Rios de areias de ouro..."[489].

Exemplifica tentando convencer Gomes Freire de que são povos pobres e que retiram seu sustento do cultivo da terra,

"Sem outra paga mais que o repartido

Por mãos escassas mísero sustento.

Pobres choupanas, e algodões tecidos,

E o arco, e as setas, e as vistosas penas

São as nossas fantásticas riquezas.

Muito suor ,e pouco ou nenhum fausto..."[490].

Partindo para o campo simbólico-político, o indígena lembra a Gomes Freire que o seu rei estava muito longe e que não assustava a eles[491]. Além do mais, eles tinham um outro rei a quem deviam obediência: os religiosos[492].

Neste momento, Gomes Freire responde tentando mostrar que os religiosos estavam enganando a eles, e que o rei de Portugal, ainda que estivesse longe, na realidade estava ali, representado por ele: *"Por mim te fala o Rei"*[493]. Em uma outra passagem ele vai reafirmar a mesma idéia:

"Os reis estão na Europa; mas adverte

Que estes braços, que vês, são os seus braços"[494].

Continua dizendo que a liberdade que eles tanto prezam é falsa, uma vez que os jesuítas os controlam e lhes ensinam calúnias a respeito de seu verdadeiro rei:

"Em vós os padres – como vós, vassalos –

É império tirânico, que usurpam.

Não são senhores, nem vós sois escravos"[495]

---

[488] Idem. C. II, V. 55 e ss.
[489] Idem. C. II, V. 86 e ss
[490] Idem. C. II, V. 97 e ss
[491] Idem. C. II, V. 108 e ss
[492] Idem. C.II, V. 110
[493] Idem C. II, V. 117
[494] Idem. C.II. V. 157-158

O rei de Portugal só queria vê-los felizes, como bom pai que era[496]. Chega até a compará-los a si mesmo, afirmando que todos os indígenas seriam livres, desde que entregassem a região[497]. Esta entrega deveria obedecer ao *"bem público"* e manteria assim *"o sossego da Europa"*[498].

Caso não obedecessem seriam considerados como rebeldes, ainda que ele soubesse que os rebeldes eram os jesuítas que se serviam dos índios *"como de escravos"*[499].

Neste momento, um outro líder indígena – Sepé - entra na conversa com palavras mais firmes e decididas, dizendo que aquelas terras livres eles haviam recebido de seus antepassados e que iriam deixá-las para seus filhos. E mais ainda, afirmou que:

" Desconhecemos, detestamos jugo

Que não seja o do céu, por mãos dos padres"[500].

Com esta declaração a guerra é reiniciada. O resultado final pode ser visto através dos números apresentados no poema, que são suficientes para percebermos a sua missão ideológica. Dos 1700 índios, 1500 foram mortos e 154 aprisionados. Do lado espanhol três morreram e 10 ficaram feridos enquanto que um português foi morto e 30, feridos.[501]

A conclusão moral do poema é que o extermínio dos índios foi culpa exclusiva dos jesuítas, e que em função de seus desmandos, a maioria dos índios morreram ou foram aprisionados enquanto que o lado que lutava ao lado da justiça pouco revés sofreu.

As características básicas do Arcadismo vistas no poema de Basílio da Gama podem ser encontradas sem muitas alterações no Arcadismo Mineiro, com exceções do ideal do Bom Selvagem e da busca pela natureza. Pelo contrário, o que se percebe é que, de uma maneira ou de outra, o indígena atrapalhava a vida no campo e este - ainda que refúgio ideal e paraíso perdido - ficava abalado com a sua existência. A natureza que se buscava nestes poemas não era a bravia e a natural. A que se desejava era a natureza domesticada e produtiva, quer seja com o ouro ou com produtos agrícolas.

Através das 14 recitações de poemas [502] oferecidos à Pamplona durante a expedição de 1769, impregnados de discursos e de idéias que associavam barbárie x civilização, natureza bravia x natureza domesticada, feras x homens civilizados e outras, percebe-se a construção de uma imagem para o líder. Pamplona é mostrado sempre como o herói capaz de civilizar o sertão, de organizar a natureza, domar os homens não civilizados e, conseqüentemente, levar riquezas à região e a seus moradores.

Após as refeições ou mesmo em pequenas paradas, os acompanhantes da comitiva declamavam seus versos. A qualidade estética é algo de menor importância se pensarmos que os discursos e as idéias neles presente é o suporte para o entendimento desta sociedade, ou pelo menos desta parte dela. Entretanto, é necessário ressaltar que estes versos seguem a funcionalidade e a base dos poemas considerados como pertencendo ao Arcadismo[503].

O sertão é apresentado como terra de feras, sem domínio e sem qualquer controle oficial. Em um dos poemas feitos por um religioso, estas imagens estão claramente definidas. O poema inicia afirmando que desde que o mundo havia sido criado por Deus, os filhos de Adão que viviam no Sertão estavam sem assistência, estavam padecendo de

"um desprezo total da gente humana

---

[495] Idem. C. II, V. 130 e ss
[496] Idem. C.II. V. 133-4
[497] Idem C. II, V. 135-6
[498] Idem. C.II, V. 137-138
[499] Idem. C. II. V. 143
[500] Idem. C. II, V. 182
[501] GOMES NETO, Darcy. Op. Cit.
[502] Cinco poemas foram de autoria de religiosos, sete de fazendeiros que o acompanhavam e dois não possuíam indicações de seus autores.
[503] O Arcadismo Brasileiro oficialmente começou com a fundação da Arcádia Ultramarina nesta cidade, em 1768. É deste mesmo ano a publicação de "Obras" de Cláudio Manoel da Costa

experimentando das feras o bramido"[504].

Mas, que com a chegada de Pamplona tudo isto estava mudando: *"Agora parece que é chegado o tempo da melhor correspondência"*[505]. Se antes o que se tinha era o *"Sertão Silvestre*[506]", ou seja, a natureza bravia e sem controle, agora com as mudanças desencadeadas por Ignácio Correia de Pamplona, esta mesma região estava tornando-se uma *Corte*[507], porque recebia um *"Mestre"*[508]. A associação de Pamplona com a salvação é tão evidente que ele é identificado como *"Filho do Sol"*[509].

Em um outro poema, de autoria desconhecida, Pamplona já é identificado como um Herói, mais precisamente como Hércules.[510] Em um outro ele é associado a Moisés, liderando o povo em busca de um local melhor.[511] As imagens construídas sobre Pamplona são tão grandiosas que em um poema de autoria de um vigário, ele afirma que a criação de um templo em Israel (citava o Velho Testamento) havia sido obra de fácil execução, uma vez que se estava no seio da civilização. Entretanto, o erguimento da Igreja de Santa Anna do Bambuí por Ignácio Correia de Pamplona era um ato admirável porque fora *"edificado num sertão de gentios..."*[512]

A terra era tida pelos poetas como boa e portadora de tesouros escondidos porque esperavam a chegada de alguém que merecesse receber suas benesses. Além disso, a conquista do Sertão era algo que procurava *"dilatar o domínio Americano"* e que através de Pamplona,

"...o Império aumenta sem disputa,

intrépido buscais a terra inculta a gentes solidão a mais oculta".[513]

Após a chegada de Pamplona e seus homens o sertão mudava. A natureza, antes bravia passava a ser um *"jardim"*[514]. Os habitantes, tidos como feras, deixavam de ser e se transformavam em quimeras. Ou seja, havia neste caso um incentivo ao povoamento dos que seguiam a comitiva. A afirmação de que não havia mais perigos no sertão era um recado aos novos povoadores.

Em todos os poemas havia uma preocupação de mostrar Ignácio Correia de Pamplona como o salvador da região, das pessoas e como o elemento que levaria riqueza, prosperidade e glórias através de suas comitivas. Algumas palavras foram usadas com uma certa constância para designá-lo nestes poemas. Elas remetem sempre a atos de honra e valentia: *intrépido, ardente, herói, condutor de um congresso portentoso de célebres varões, Hércules*[515]*, rigoroso, amoroso, Xerxes*[516]*, nobre regente*[517]*, altivo coração, impávido, forte, arrojado*[518] *e varão famigerado*[519].

Estas eram as imagens sobre Pamplona que puderam ser percebidas através dos poemas árcades elaborados durante a expedição de 1769. Mas sua vida como líder das expedições ao Sertão vai mais além.

Um outro lado da vida de Pamplona

---

[504] Poema de um religioso (anônimo) ao Mestre de Campo Ignácio Correia de Pamplona. In: Notícia diária .. Op. Cit. p. 54-55

[505] Idem

[506] Idem

[507] Idem

[508] Idem

[509] Idem

[510] Poema de autoria desconhecida dedicado a Ignácio Correia de Pamplona. In: Notícia... p. 56

[511] Idem p. 70

[512] Poema do Reverendo Vigário da Senhora de santa Anna. In: Notícia...p. 84

[513] Poema de um Padre anônimo. In: Notícia...p. 87

[514] Poema de um religioso (anônimo) ao Mestre de Campo Ignácio Correia de Pamplona. In: Notícia...p. 54-55

[515] Idem

[516] Poema de Manoel Bernardes de Cristo. In: Notícia... p. 62

[517] Poema de Domingos Antonio . n: Notícia p. 67

[518] Poema de um anônimo. In: Notícia p. 70

Em 1789, com 58 anos de idade e vivendo na Freguesia de Prados, na Comarca do Rio das Mortes, Pamplona já era um potentado local. Além de todas as sesmarias recebidas para si e para seus filhos (que ele administrava pessoalmente), possuía também uma série de títulos, como por exemplo, Mestre de Campo, Guarda Mor substituto, Regente e Chefe da Legião da Conquista do Piuí, Bambuí, Campo Grande, Picada de Goiás e seus anexos. Por outro lado, Pamplona também auferia lucros com a manutenção de tropas, de expedições e mesmo de abastecimento das vilas e arraiais.

Todos estes privilégios concedidos à Pamplona estavam em consonância com as "regras sociais e políticas" do Antigo Regime. Em suas cartas ao Governador Valadares ou mesmo ao rei, Pamplona apresenta-se sempre adulando as autoridades, afirmando tudo o que fez em nome e em honra do Rei ou do Governador e deixando claro que estará sempre à disposição para quaisquer serviços que se façam necessários. Em vários momentos, Pamplona relembra todos ao solicitar favores. Estas práticas seriam normais na sociedade do Antigo Regime, pautada pela economia do Dom. Esta seria uma cadeia de benefícios onde as partes envolvidas se dividiam entre aquele que tinha disponibilidade de dar e, portanto, com maiores poderes do que aqueles que apenas recebiam. Estes últimos, em troca deviam respeito, serviços, atenções e prestações de serviços. Acima de todos, estava o Rei, o elo mais poderoso da cadeia[520]. Assim, o que parece bajulação nas cartas de Pamplona nada mais é do que a manutenção de uma regra social aceita por todos como normal.

Além de todas essas participações nas expedições Pamplona ficou também famoso por ter participado da Inconfidência Mineira e de ter sido um dos seus três delatores. Pamplona foi o último a fazer a denúncia e o fez de maneira sucinta omitindo muitos dados. Sua denúncia só ocorreu no momento em que o movimento já havia fracassado completamente, e muitos líderes já estavam presos, incluindo seu amigo, o padre Toledo. O Visconde de Barbacena exigiu que fossem dados mais detalhes e desta vez Pamplona em reunião com ele contou o que sabia mas conseguiu uma espécie de acordo e recebeu total proteção.

Esta proteção foi tanta que os devassantes do Rio de Janeiro enviados a Minas Gerais não conseguiram ouvi-lo. Em uma das vezes, o próprio Visconde de Barbacena mentiu, dizendo que Pamplona estava em missão oficial na Serra da Marcela. Na realidade, ele estava em sua fazenda. E em outro momento, Pamplona ao ser localizado afirmou não poder falar alegando determinações de Barbacena[521].

O auxílio entre Pamplona e o Governador foi tão significativo que obteve a concessão de municiar as tropas que ficaram sediadas em Vila Rica - o Regimento de Infantaria do Moura que estava ali justamente para manter sob controle a população agitada com os Inconfidentes. Através de um Termo de Rematação, Pamplona obteve licença para abastecer com milho, azeite e outros produtos, determinadas pessoas que repassavam estes mantimentos para as tropas. Depois, através de seu procurador, ele entrava com um documento na Contadoria pedindo para ser ressarcido destas despesas[522].

O que levaria um homem como Pamplona a se envolver com os Inconfidentes? Porque uma pessoa com tantas regalias dadas pelo poder metropolitano, pensaria em conspirar contra este mesmo poder? Analisando sua vida financeira pode-se perceber que Pamplona, assim como vários participantes da Inconfidência, era um homem bastante endividado não só com particulares mas também com a Coroa através dos Contratos de Entradas ou de Arrematação[523]. Quem sabe não foi uma solução vislumbrada para tentar se livrar de todas as dívidas, já que uma vez vitoriosos os Inconfidentes, todos os compromissos com a Coroa deixariam de existir? Ao perceber que o plano falhara e que já havia sido denunciado, tratou ele mesmo de fazer uma nova denúncia. Desta forma, aparecia como súdito leal aos olhos das autoridades.

Em 1806, novamente temos notícias de Pamplona. Ele fez um requerimento ao Rei de Portugal onde pedia que lhe fosse concedida a mercê do Hábito de Cristo para si e para seu filho Inácio, pedia a administração e o usufruto dos dízimos da Freguesia e Termo de Tamanduá para seus filhos, assim como o subsídio literário dos Termos das Vilas de São João del Rei e São José e por último, o usufruto das passagens do Rio de São Francisco.

O Rei escreveu a Pedro Maria Xavier d'Ataíde e Mello perguntando-lhe sua opinião sobre estes pedidos. O Governador respondeu-lhe mostrando o que significava em termos financeiros cada um daqueles pedidos. Os dízimos de Tamanduá no período de 1799 a 1801 tinham rendido 5:660$000, de 1802 a 1804,

---

[519] Poema do Reverendo Vigário da Senhora de santa Anna. In: Notícia...p. 84

[520] XAVIER, Angela Barreto e HESPANHA, Antonio Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (direção). História de Portugal. O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1998

[521] MAXWELL, K. Marques de Pombal: Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996. P. 186

[522] Ordens sobre a arrecadação e despesas - Ignacio Correia de Pamplona. Casa dos Contos. Biblioteca Nacional , manus. I- 25,8,2 .

[523] Sobre este assunto, ver o capítulo referente aos vadios em Minas Gerais

7:741$000 e de 1805 a 1807, havia recolhido 10 contos de réis. O subsídio literário tinha rendido no período de 1804 a 1806, 1:600$000 e as passagens do Rio de São Francisco, de 1804 a 1806 tinha conseguido recolher 910$000.

O governador, através destes números sugere ao Rei que seria muito prejudicial ao Erário Real a concessão de tudo isto à Pamplona. Sugere ainda que lhe fosse dado apenas a mercê do Hábito de Cristo. Isto porque se tratava de *"um vassalo que tem servido com dignidade, e mesmo com dispêndio a Vossa Alteza Real neste continente..."*[524]

Através do testamento de Pamplona feito em 1810 conhece-se um outro Pamplona. Não é mais aquele homem preocupado em aniquilar seus inimigos. Trata-se de alguém preocupado com sua morte e disposto a deixar suas vontades registradas. Se não o conhecêssemos, poderíamos pensar que se tratava de uma pessoa que passou a vida voltado apenas para o sagrado. Era sua vontade que quando ele morresse fossem celebradas em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e mesmo em Portugal, um total de 350 missas. A primeira seria no dia de seu enterro em São João del Rei. As demais seriam divididas por várias regiões, e em cada igreja ou capela dever-se-ia celebrar determinados números de missas até atingirem o total de 350.

Seu testamento mostrou também que ele conseguiu durante todos estes anos acumular uma riqueza que circulava através da vendas de terras, todas conseguidas durante as expedições, através de empréstimos e de dívidas que ele reconhecia mas protelava seus pagamentos ao máximo.

Este testamento é importante não só porque demonstra a contabilidade espiritual e financeira deste homem, mas também revela a sua estrutura de posse de escravos. No final de sua vida, morando na Chácara da Palestina de Matosinhos, em São João del Rei, Pamplona ainda tinha 18 escravos.[525] A lista fornecida por ele, indica que havia entre os seus cativos, uma família composta de pai, mãe e dois filhos e mais duas outras formadas apenas pelos casais. As dez pessoas restantes eram solteiras ou não tinham indicadas sua condição civil. Com relação aos sexos, 11 eram homens e 7 mulheres. A grande maioria era formada por pardos (12 pessoas). Apenas a metade era de crioulos.

No testamento, Pamplona confirma que os dois filhos de Lúcio e Valeriana eram forros, assim como Esmeria, filha de Luzia, forra desde 1800. Determina ainda que alguns escravos também ficariam na mesma condição. Seriam eles: o casal Lúcio e Valeriana, Tomás, João, Quintiliano, Juliana, Silvestre Correia, Manoel Correia e Feliciano Correia. Parece que a escolha não foi aleatória. Lúcio, Valeriana e Tomás são escravos que possuem famílias. Juliana era a cozinheira, portanto, vivia dentro de casa, com grande proximidade com Pamplona. Silvestre, Manoel e Feliciano eram escravos que ficavam sozinhos em uma outra fazenda logo, tinham a confiança dele. Silvestre era o condutor da tropa no caminho para o Rio de Janeiro, Manoel era feitor e Silvestre era o administrador dos gados. Com exceção de Quintiliano e João que não se sabe se tinham ou não uma profissão ou se eram escravos com algum tipo de envolvimento com Pamplona, todos os demais faziam parte de um grupo de escravos que possuíam provavelmente alguns privilégios.

Além destes que foram alforriados, Pamplona também deixou outros no sistema de coartação. A coartação foi uma modalidade de alforria muito presente em Minas Gerais durante o século XVIII. Normalmente o senhor do escravo registrava em testamento sua vontade de deixá-lo em coartação. Isto significava que o mesmo teria um prazo determinado para pagar uma quantia pré-estipulada. No final deste tempo se conseguisse saldar a dívida estaria livre. Caso contrário, voltava a ser um escravo comum. Portanto, a coartação seria um momento intermediário entre o cativeiro e a liberdade e o preço que deveria ser pago pelo escravo para obter sua liberdade tendeu a diminuir com o avançar do século[526]. Laura de Mello e Souza analisando um universo documental de 22 casos[527] de coartação localizados em diversos tipos de documentos, tais como, testamentos, cartas, ações cíveis, cartas de alforria, e outros demonstrou que os valores que os escravos deveriam pagar a seus proprietários variaram de 150 mil réis a 96 mil réis. As exceções foram dois casos de 1718 e 1719. Cada escravo teve que pagar respectivamente, 183 mil réis e 240 mil réis.

A análise do testamento de Pamplona coincide com a análise da referida autora no que diz respeito à diminuição dos valores pagos pelos escravos que eram coartados. Eufrásia, a mulher de Tomás deveria pagar no prazo de quatro anos, 66$000; Bento e sua mulher, Gertrudes deveriam saldar em quatro anos o valor total

---

[524] Carta de Pedro Maria Xavier d'Ataíde e Mello ao Rei de Portugal, em 20.11.1806. Vila Rica. RAPM. Ano 11, 1906 p. 294

[525] Pamplona vendeu quase todas as outras sesmarias, assim como os escravos e os seus animais de criação.

[526] SOUZA, Laura de Melo e. Norma e conflito.. p. 159

[527] Com exceção de apenas dois casos ocorridos em 1718 e 1719, todos os demais documentos são dos quarenta últimos anos do século XVIII.

de 120$000; Felício, escravo solteiro, em seis anos deveria pagar 80$000; Claudina em três anos, 80$000 e André Crioulo tinha seis anos para pagar 80$000.

Evidentemente que decorridos estes prazos, quem não conseguisse saldar os valores voltaria à condição de cativo. Ainda que a coartação fosse muito utilizada em Minas Gerais ficam algumas dúvidas ao analisar as condições dos pagamentos que cada um dos escravos deveria efetuar. Os valores serem diferentes de escravo para escravo não surpreende; um poderia ser mais valioso que o outro. Entretanto, como entender as diferenças de prazos? Os escravos que deveriam pagar 80$000 tiveram todos, com exceção de Claudina, um prazo de seis anos. Ela teve apenas três. Porque? Que tipo de atividade ela poderia exercer que fosse tão mais rentável? Além do que, fica uma outra questão. Ela foi a única mulher avaliada em 80$000. Também não ficou em uma boa situação o casal Bento e Gertrudes. Como os dois iriam conseguir juntar em quatro anos a quantia de 120$000, já que cada um precisava pagar 60$000? São perguntas para as quais provavelmente jamais saberemos as respostas.

Pamplona é um exemplo que trás em si o espírito do homem da conquista, atuando de forma a executar na região o que apregoava o projeto civilizacional das autoridades metropolitanas. Ele foi um elemento de ligação entre a realidade mineira e seu Sertão e as teorias desenvolvidas pelos que nunca por ali estiveram. Entretanto, este projeto não funcionou a contento da área. A concentração de terras nas mãos de poucos que - diga-se de passagem - não conseguiam controlá-las; os ataques freqüentes de índios e de quilombolas; as fugas dos escravos, foram fatos fundamentais para este fracasso. Mas não foram os únicos. A pobreza dos moradores e conseqüentemente, a impossibilidade de incrementar o povoamento e a produção foram os aspectos mais importantes para este contexto.

A vida estava muito estranha para os moradores das Gerais no ano de 1735. Ao mesmo tempo que a extração do ouro estava no auge, cada vez mais a sociedade percebia que a tempestade não demoraria e que dias negros se abateriam sobre suas cabeças. O custo de vida aumentava sensivelmente e os problemas sociais se avolumavam, criando hordas de pessoas sem qualquer tipo de ocupação e de miseráveis jogados nas ruas. Contraditoriamente, a imagem que se tentava manter era a de fausto, um "falso fausto"[528].

Na proporção que se avolumavam as extrações do ouro também aumentavam o controle, o fisco e as tributações. A Coroa, ainda assim, achava que muito metal estava se perdendo em prejuízo claro aos seus interesses. Era necessário controlar melhor, fiscalizar e impedir os extravios e os contrabandos. Para isso criou neste ano o imposto da capitação, determinando que cada trabalhador das minas deveria pagar um tributo fixo em ouro. Os senhores de escravos pagariam por estes, mas os forros e os homens livres deveriam pagar sobre si mesmos, caso contrário, seriam presos, açoitados, despejados e degredados. Este imposto gerou uma série de reclamações da população mineira e, em 1744, os oficiais da Câmara de São José remeteram uma carta ao rei onde informavam sobre as dificuldades encontradas pelos mineradores para continuarem a pagar o imposto[529]. Iniciavam o documento afirmando que o *"grande corpo quase agonizando, pobre, débil e aflito ... se anima[va] a expor ... a sua extrema miséria..."*[530]. Reclamavam também da desigualdade que era o pagamento do imposto tanto por pessoas que extraiam muito ouro como por quem conseguia pouco. Como conseqüência deste quadro, ocorria na maioria das vezes que estes últimos perdiam os escravos e acabavam ficando em uma situação muito difícil[531].

Alegavam também que as mulheres -forras, pardas e negras - eram obrigadas a usar de meio ilícitos para conseguirem o valor do imposto e outras *"...com mais lágrimas que palavras dão alguma pequena peça de ouro do seu pobre adorno..."*[532]. O mais grave era, segundo os oficiais, o número de escravos que não sendo mais sustentados por seus senhores, também na miséria, se lançavam às ruas, atacando, roubando, matando e fugindo para os quilombos.

A cobrança do imposto da capitação e a falta de condições de pagá-lo fizeram com que muitas pessoas abandonassem as vilas e buscassem refúgio no interior, nas áreas de sertões, tornando-se perseguidos pelas autoridades[533].

Entretanto, este não era um problema apenas de Minas Gerais. São Paulo na mesma época passava por algo semelhante. O governador Luis Antonio de Souza Botelho, tentou de várias maneiras fixar as

---

[528] SOUZA, Laura de Melo e. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982. Capítulo 1

[529] Carta da Câmara de São José ao Rei, em 30 de setembro de 1744. IN: RAPM. Ano II, fascículo II, abril a junho de 1897. P. 292 e ss.

[530] Ibidem

[531] Silveira[531], acredita que uma das causas dos problemas econômicos da região foi a cobrança deste imposto que ao gerar maior controle sobre a população, favoreceu um alargamento das dívidas, *"aumentando a pobreza e a violência"*[531].

[532] Ibidem

[533] MARTINS, Tarcísio José. Quilombo do Campo Grande: A História de Minas, roubada do povo. São Paulo: Gazeta Maçônica, 1995 p. 147 e ss. Martins acredita também que o primeiro povoamento do Ambrósio, destruído em 1749, era, na realidade, um povoado de homens livres pobres, em sua maioria negros fugidos do imposto e que criaram ali uma sociedade alternativa. Daí, seu extermínio.

pessoas em vilas e aldeias a fim de melhor controlá-las. No entanto, pouco conseguiu. Segundo ele as pessoas caíam no *"...engodo do mato virgem..."* e para seu desespero *"... larga [vam] a habitação das povoações e [iam] atrás do mato, afastando-se cada vez mais da sociedade civil, reduzindo-se a viver sem missa e sem doutrina... familiarizando-se com as feras..."*[534]

Em Minas Gerais, as conseqüências desta itinerância foi notada no século seguinte por Mawe. Para ele os colonos viviam *"...como se a posse de suas terras estivesse prestes a ser abolida..."*[535]

A itinerância da sociedade colonial era um problema não só de cada uma das regiões, mas remetia a um aspecto muito maior, qual seja, o impedimento de um efetivo controle sobre a população. O que Mawe não percebeu ou não quis entender, foi que a posse das terras poderia realmente ser momentânea. Inúmeros documentos relatam o avanço de grandes proprietários sobre as terras dos pequenos colonos. Além disso, estes estavam à mercê de ataques indígenas e de quilombolas. Um outro problema era a pobreza. Muitos colonos chegaram a tal ponto que tiveram que abandonar as terras devido à impossibilidade de arcar com seus gastos e impostos. Realmente, a posse das terras era momentânea.

Além do tributo da capitação não ter dado certo por causa das dificuldades encontradas em sua execução[536], criou um movimento interno na capitania que muito de perto nos interessa. Inúmeras pessoas, principalmente os pobres e os considerados como vadios, fugiram dos centros populacionais onde o controle se efetivava, e buscaram novas regiões para garimparem ou mesmo "tentarem a sorte". As áreas privilegiadas para isto eram os sertões ainda não povoados, pois lá não havia nenhum tipo de controle ou fiscalização[537].

Entretanto, este avanço populacional esbarrou em um sério problema. Estas áreas já eram desde muito habitadas por índios e por quilombolas. O conflito foi inevitável e chamou a atenção para esta região, fértil e na maioria das vezes, rica em ouro.

Novamente ficava latente a exploração de reservas auríferas sem o pagamento dos tributos. A fim de evitar que tal ocorresse, foi incentivada a criação de picadas e estradas oficiais que passassem por estas terras. A Picada de Goiás, a estrada que ligava Pitangui a Paracatu, e a estrada do Caminho Velho de São Paulo até Goiás, foram obras feitas a partir de 1736 cortando o sertão e chegando até áreas bem afastadas[538].

Estas estradas foram financiadas por particulares e contaram com apoio do governo da capitania. Seus empreendedores receberiam sesmarias em toda as suas extensões, e durante um ano nenhum outro sesmeiro foi empossado na área[539].

Desta forma iniciava-se efetivamente o povoamento do Oeste de Minas Gerais. Todavia, depois de várias investidas dos quilombolas e de grupos indígenas, o povoamento da região declinou e a maioria abandonou suas fazendas e sesmarias. A situação só começou a se reverter um pouco a partir de 1743, quando recomeçou o povoamento na região em função dos ataques aos quilombolas. Mas ainda em 1754 o

---

[534] Estas pessoas estavam fugindo da cobrança cada vez maior de impostos e do alistamento compulsório para as lutas no Presídio do Iguatemi, nas fronteiras com o Paraguai. Citado por DEAN, W. Op. Cit. p. 117

[535] MAWE, John. Citado por DEAN, W. Op. Cit. p. 124 .

[536] Todos os trabalhadores teriam que pagar o tributo mesmo em momentos de pesquisas para localizar o ouro. Como em muitas vezes as pesquisas resultavam em fracassos, este imposto ficava, cada vez mais injusto e odioso aos mineiros.

[537] MARTINS, Tarcísio José. Op. Cit. p. 146

[538] Ibidem

[539] VASCONCELOS. Diogo de. Op. Cit. P. 169 e ss.

problema persistia, conforme pode ser observado no pedido de obtenção de uma sesmaria na região da Picada de Goiás:

"... e como na Paragem do Campo Grande, picada que ia para Goiás, se achavam campos e matos devolutos não povoados por causa dos negros fugidos, quer povoar as ditas terras não só para afugüentá-los mais ainda para dar sentido a dita picada de Goiás..."[540]

Uma situação muito parecida pode ser percebida em outras áreas de Minas Gerais neste momento. A partir de 1734, com a publicação do Bando de 19 de julho, o Conde de Galvêas proibia toda a mineração de diamantes no recém demarcado Distrito Diamantino. A área tornava-se monopólio real, e milhares de mineradores foram expulsos tendo que buscar novas regiões para viverem. Novamente as regiões escolhidas foram os sertões, aumentando muito as pressões e os conflitos nele. Deste momento em diante, o que se viu foram tentativas de controlar a mineração e a extração de diamantes, diminuir a população no Distrito e impedir todo o contrabando. Todas as cartas de datas recebidas desde 1730 foram cassadas e as anteriores foram analisadas para saber se poderiam ou não possuir diamantes em suas terras. Os escravos ou mesmo os livres que fossem encontrados *"...com suspeita de que quer extraí-los [diamantes]..."* seriam presos. Os escravos eram açoitados e vendidos. Os homens livres pagariam uma multa de 100$000, ficariam dois meses na prisão e depois seriam expulsos da Comarca[541].

Os moradores da Comarca do Serro endereçaram uma reclamação ao Rei D. João V no ano de 1738 alegando, entre outras coisas, que estavam em deplorável estado em função da proibição da mineração na região. Continuaram afirmando que *"... esta Comarca que era uma das mais abundantes e ricas, ficará reduzida a miserável estado, em que já se principia a ver, e poderá outra vez ser ocupada do gentio bravo e de negros fugidos, de que se seguirão grandes desordens e malefícios..."*[542]

Com esta proibição ou por causa da cobrança cada vez maior de impostos, parte da população de Minas Gerais viu-se de um momento para o outro, impelida à garimpagem clandestina. O *"...Garimpeiro tornava-se muitas vezes aquele que, obrigado a expatriar-se ou a passar uma vida de misérias, porque com a proibição da mineração se lhe tirava o único meio de subsistência, ia exercer uma indústria, a mineração clandestina, que julgava um direito seu, injustamente usurpado..."* [543]

Pode-se perceber que o povoamento do Oeste de Minas Gerais, quer se trate de negros fugidos, quer se trate de ondas formadas por livres egressos do imposto ou da proibição de extração dos diamantes, está intimamente ligado aos problemas econômicos pelos quais passava a capitania. Estes dois tipos de deslocamentos populacionais podem ser classificados como sendo *"...migrações internas inter-regionais, voluntárias e permanentes"*[544]. Alguns traços caracterizariam tais migrações, como por exemplo, a busca por novas terras no sistema de agricultura e /ou pecuária extensiva, o próprio sistema de posse da terra através da distribuição de sesmarias em áreas mais afastadas, o incremento populacional desenvolvido pela política fisiocrata e iluminista, o esgotamento de lavras auríferas forçando a busca por novas regiões e, finalizando, a fuga de escravos e a formação de quilombos. Todavia, estes movimentos migratórios acabavam por desencadear um outro tipo de migração que a referida autora denominou de *"...migrações internas temporárias..."*, ou seja: os deslocamentos de tropeiros, vaqueiros e peões em busca de oportunidades de negócios nas novas áreas; o envio de tropas, companhias de soldados e milícias para as áreas em conflitos; as Entradas e Bandeiras em busca de mão de obra ou de localizar ouro, as monções – no caso de São Paulo, entre outros[545].

Todos estes elementos podem ser encontrados neste momento em Minas Gerais. O deslocar da população, quer se trate de livre ou mesmo de escravos fugidos, era um problema que precisava ser vigiado de perto, pois significava manter o controle sobre as descobertas de ouro e sobre as terras. Logo, tornava-se imprescindível para a Coroa sujeitar não só as pessoas, mas também estas novas áreas para que elas passassem a fazer parte do sistema colonial.

---

[540] Carta de Sesmaria de Domingos Vieira da Mota, em 6.4.1754. SC 106 p. 140 APM

[541] SANTOS, Joaquim Felício dos. Memórias do Distrito Diamantino. Petrópolis. Vozes, 1978. p.83

[542] Idem p. 88

[543] Idem p. 108

[544] MARCÌLIO, Maria Luiza. Migrações no Brasil colonial: uma proposta de classificação. In: LPH. Revista de História. Vol. 1, n. 1, 36-45. 1990

[545] Idem

Entretanto, isto não era tarefa simples. Os índios bravios e os quilombolas permaneceram nos Sertões provocando durante todo o século XVIII ondas de povoamento e de despovoamento. Se no momento das Entradas para os destruir havia um processo de distribuição de sesmarias com o intuito de promover o povoamento, logo este se retraía quando os índios ou os escravos fugidos conseguiam se reorganizar e atacavam os novos entrantes. Em diversos momentos, áreas que aparentemente estavam ocupadas por elementos considerados como capazes de promover o desenvolvimento, se viram de uma hora para outra vazias e, para desespero das autoridades, povoadas novamente pelos "bárbaros": índios e quilombolas.

"...Em 1737 foram doadas as sesmarias aos abridores da picada de Goiás; e pelos territórios de Formiga, Piui e para a frente instalaram-se... Retiraram-se estes sesmeiros, poucos anos depois, quando a região se povoou de negros fugidos que, por aí, organizaram seus quilombos..."[546]

Ignácio C. de Pamplona também nos indica este problema:

"... V. Ex.a. sabe que o seu favor foi o motivo que me fez intentar a difícil empresa de povoar estas terras desertas e incultas esforço por outras tantas vezes principiados quantos desvanecida pela oposição do gentio brabo e quilombos de negros que por todos os lados cercavam este continente o que bem mostram as fazendas que se viram desamparadas..."[547]

A questão das sesmarias abandonadas era um problema para a efetiva colonização do Campo Grande. Ao mesmo tempo em que elas eram importantes para controlar a existência dos quilombos e dos índios, estes acabavam por provocar sua ruína e desistência. Algumas vezes estas terras abandonadas foram dadas em sesmarias a novos entrantes dando início a contentas intermináveis sobre quem teria direito a elas. Isto aconteceu com Ignácio Correia de Pamplona. Depois de conquistar parte do sertão, doou algumas sesmarias aos seus companheiros. Tempos depois, começou um grande conflito na região porque os sesmeiros antigos que haviam abandonado as terras por causa dos ataques de índios e quilombolas, voltaram e exigiram seus direitos. Um juiz local deu apoio aos primeiros sesmeiros e Pamplona sentiu-se ameaçado em seu poder.

A carta do juiz ao Conde Valadares mostra estes conflitos de maneira muito clara:

"...No termo desta Vila de S. José onde sou juiz das medições e demarcações das sesmarias na forma das ordens de S. Majestade Fidelíssima me vejo perturbado pelo Mestre de Campo Ignácio Correia de Pamplona usurpando me a jurisdição e medindo e demarcando sesmarias no sertão do Rio São Francisco sem faculdade ou comissão minha,

---

[546] BARBOSA, Waldemar de Almeida. A decadência das minas e a fuga da mineração. BH, UFBH, 1971 p. 31 e 32

e como pela obrigação do meu cargo devo proceder contra o mesmo vendelando (sic) a usurpação da jurisdição para evitar algum distúrbio naquele sertão causado pelo dito Mestre de Campo quando não desista, recorro a V. Ex.a. queira me dar auxilio militar para as diligencias por me faltarem oficiais que dêem a execução as ordens que precisar distribuir ... da jurisdição poder ser obedecido e reconhecido legitimo juiz daquelas paragens."[548]

A presença de índios considerados como ferozes foi uma das causas do abandono de terras em várias regiões de Minas Gerais, ou mesmo da sua impossibilidade de serem avaliadas e colocadas no mercado. Isto acontecia tanto com o pequeno proprietário e seus poucos escravos como com o grande fazendeiro. Alguns inventários do 1° Ofício mostram estes casos de maneira exemplar[549]:

Antonio Gonçalves Pedrozo era casado com Faustina Gonçalves e viviam em um pequeno sítio na Freguesia de Piranga junto com seus três filhos de seis, quatro e dois anos e mais oito escravos. Um dia sofreram o ataque de índios e sua mulher foi morta no dia 9 de março de 1749 mas somente em 1750 é que Antonio fez o inventário. Alegou que não o pôde fazê-lo antes porque precisou abandonar seu sítio em *"razão da vizinhança de gentio..."*[550]

Também em 1750, um grande proprietário sofria o mesmo problema com a presença dos índios. A viúva do Capitão Antonio Alvarez Ferreira, falecido em dezembro de 1749, declarou que possuía 58 escravos, um sítio de roça e lavra de terras minerais, uma terra de roças em capoeira com terras minerais, duas datas de terras minerais, uma morada de casas que servem de venda, uma morada de casas que servem de loja, umas capoeiras, uma morada de casas térreas e uma posse de roça com terras de matos virgens com índios.

Esta roça localizava-se na Barra do Rio Chopotó e segundo a inventariante, eles eram sócios do Padre Roque Leal. Contudo, não se podia fazer qualquer avaliação por causa da *"vizinhança do gentio..."*[551]

Em pior situação estava Maria Valentina da Silva Leal. Seu marido, o Capitão-Mor José da Silva Pontes, havia morrido em 29 de janeiro de 1800. O casal possuía 75 escravos e o monte geral de sua fortuna era de 16: 452$392 contos de réis. Entretanto, duas sesmarias na *"Paragem chamada os Oratórios Beira Rio de Guarapiranga"* estavam dominadas por índios Botocudos e por isso não podiam ser avaliadas. Uma outra sesmaria, agora no Rio Doce, que pertencia ao casal estava apresentando o mesmo problema e também não podia ser avaliada.

Estes exemplos mostram que tanto os pequenos proprietários como os que possuíam muitas terras e escravos passavam pelos mesmos problemas com relação aos índios. Mostram ainda, a luta destes últimos para manter suas terras, "legalmente" entregues à população colonial.

A historiografia tradicional sempre tratou a questão da terra como se houvesse uma oferta elástica em função da existência de muita terra livre. Analisada sob esta perspectiva, pouco ou nada valeria no mercado. Isto só mudaria em 1850 com uma lei específica começando assim o "Cativeiro da Terra". Entretanto, sendo isto real, como explicar as constantes disputas e conflitos pela posse que sempre existiram em todo o território colonial? Se realmente existisse tanta terra disponível, porque os conflitos[552]?

Os estudos atuais têm demonstrado que desde o período colonial, a terra estava no mercado sendo vendida, arrendada ou mesmo alugada e que o índio, assim como o meio ambiente, servia, na maioria das

---

[547] Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Conde de Valadares. Sem data, 18,2,6

[548] Carta de João Ribeiro de Freitas para Conde de Valadares, em 24.09.1769 . Vila de São José . Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) Documentos. 124 18,3,5

[549] Agradeço à Carla Maria Carvalho de Almeida ter- me cedido estes inventários.

[550] Inventário de Faustina Gonçalves. 1° Ofício cód. 10, auto 375 – 1750 Freg. Guarapiranga.

[551] Inventário do Capitão Antonio Alvarez Ferreira. 1° Ofício cód. 36, auto 843 – 1750 Freg. Guarapiranga.

[552] Sobre esta discussão ver FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Capítulo 2: Histórias esquecidas: os andarilhos da sobrevivência.

vezes, como obstáculo à expansão. Pode-se acrescentar os quilombolas a este grupo pois, de uma forma ou de outra, impediam o avanço ilimitado dos demais elementos populacionais.

Na realidade, o povoamento em áreas controladas por índios ou quilombolas só poderia ser levado a bom termo se fosse feito com bases militares. No início do processo se deveria mandar expedições à área a fim de aniquilar os "inimigos". Depois, os Presídios[553] ou Fortalezas seriam montadas com o objetivo de impedir o avanço dos que restassem. Só assim teriam alguma possibilidade de sucesso.

A montagem destes quartéis ou presídios acabou ganhando o reforço de outras medidas que visavam garantir a segurança dos que habitavam estas regiões ermas. Uma delas, foi a utilização de determinadas regiões como áreas a serem povoadas por pessoas livres, dispostas a irem para lá com a expectativa de localizarem ouro e receberem do governo as respectivas datas e terras. Cuieté, Abre Campo, Pessanha e São João Batista foram algumas dessas regiões.

D. Rodrigo José de Meneses, governador de Minas Gerais em 1780, acreditava poder localizar muito ouro no Cuieté, e com ele salvar a capitania da decadência econômica. Mas, como a população que foi para lá de livre e espontânea vontade era pouca, mandou

"*... prender os vadios que se encontrassem e remetê-los para aquele sítio, fazendo desse modo com pouca despesa aquela importante obra e purgando também a sociedade civil dos pertubadores dela...*" [554]

Anos depois, como esta e outras regiões estavam ainda abandonadas, transformaram-se em áreas para os degredados das vilas porque de lá era impossível a fuga, pois os Botocudos matavam todos os que tentavam tal proeza.

O abandono das sesmarias e a conseqüente volta dos índios e quilombolas, ocasionava a necessidade de recomeçar o processo de conquista: identificar uma pessoa capaz de liderar a Bandeira, convocar homens para segui-lo, arranjar alimentos, pólvora, animais de cargas e tudo mais que fosse necessário para entrar no Sertão, novamente expulsar ou aniquilar os inimigos e recomeçar o povoamento. Contudo, isto também esbarrava na pobreza dos moradores das regiões próximas. A montagem da Bandeira era um processo caro e que tirava da população das vilas uma quantidade de alimentos e de animais que, na realidade, eles não possuíam. Estas negociações sobre o que cada povoação poderia dispor para armar as bandeiras era um dos motivos para a grande demora em suas partidas e consequentemente, tornar público algo que deveria ser feito em segredo para evitar que os escravos aquilombados tomassem conhecimento. Como resultado, quando a bandeira chegava ao local os quilombolas já estavam há muito tempo longe dali.

Já no final do século XVIII, momento de decadência da extração do ouro, José Eloi Ottoni em sua *"Memória sobre o estado atual da Capitania de Minas Gerais"*[555], sugeria que as autoridades mantivessem viva a tradição das primeiras entradas paulistas, ou seja, a idéia de que um líder ia à frente de um grupo como chefe supremo, investido de total autoridade para resolver quaisquer tipos de contendas ou problemas que por ventura aparecessem. Esses líderes assumiam o poder de pregar a justiça. As entradas seriam feitas à custa

---

[553] A existência dos presídios remete à uma hierarquia militar complexa: eram praças fortes com destacamentos militares. Normalmente havia em seu interior um contingente de tropas e oficiais, e de lá saíam as maiores decisões a respeito da segurança e do desenvolvimento da área. A função destes presídios era bastante clara. Seu objetivo era manter a ordem na região, estabelecendo povoados e desenvolvendo-os. Para isso combatiam índios que resistiam à catequização e ao aldeamento e mantinham os demais aldeados sob controle, e combatiam também os quilombos através das expedições ou de capitães-do-mato. Serviam como barreiras ou fortificações nas áreas de fronteiras mais distantes. Entretanto, tudo isto era apenas teoria. Na realidade, estes presídios pouco ou nada podiam fazer devido à falta de pessoal qualificado, de munições e armas e aos constantes ataques que sofriam. Um caso que exemplifica esta afirmação foi o ataque ocorrido com um quartel da Cavalaria em 1745. Os membros do quartel acreditavam serem os quilombolas os responsáveis pelo ataque que deixou um dos guardas ferido:"... *Supondo suceder-lhe essa infelicidade por negros que se acham em um quilombo junto ao dito quartel...* "[553]

[554] Exposição do governador D. Rodrigo José de Meneses obre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remediá-lo. In: Revista APM, Ano II, fascículo 2, abril a junho de 1897.

[555] OTTONI, José Eloi. Memória sobre o estado actual da Capitania de Minas Gerais, estando em Lisboa no ano de 1789. In: Anais Biblioteca Nacional vol. 30 1908, RJ, Typ. Biblioteca Nacional, 1912

do próprio organizador e como pagamento ficavam com as riquezas encontradas (ouro ou índios) e receberiam ainda sesmarias das terras que lhe interessassem. Entretanto, estas características das expedições não são somente as das efetuadas pelos paulistas. As expedições lideradas por Ignácio Correia de Pamplona possuíam esses elementos.
Ottoni, contraditoriamente, demostrava que os descobrimentos das minas tinham sido feitos por paulistas aventureiros, insaciáveis, exploradores dos índios e nutridos na mais estúpida indolência.[556] Todavia, momentos depois, ao descrever as terras conquistadas demonstrava serem elas cobertas de *"matas espessas e habitadas somente de íncolas ferozes e bárbaros"*[557]. Em função disto, propõe o incentivo para que os mesmos paulistas voltem à região incitados em:

"...projeto de novos descobrimentos por meios de graças, privilégios e indultos concedidos aqueles que inflamados de um zelo patriótico entrarem pela mata geral não com o espírito de conquista, sim como hóspedes sensíveis e humanos que encarando somente o objeto da sociedade vão libertar diversas tribos errantes do infame jugo da estupidez e da inércia. Daqui podem resultar duas grandes vantagens: a primeira é o estabelecimento de novas sociedades, que sendo animadas por diversos modos do que até aqui se tem praticado, podem ao mesmo tempo dilatar a Igreja e utilizar ao Estado dando de livre vontade a Deus o que é de Deus, ao Cezar o que é de Cezar. A Segunda é descobrir se ouro e pedras preciosas..."[558]

Seu texto não deixa dúvidas sobre o objetivo destas conquistas: É necessário povoar com almas cristãs, desenvolver o trabalho e, conseqüentemente, a riqueza e, porque não, descobrir ouro e pedras preciosas, aumentando o poder da Coroa. A Igreja sempre acompanhando os interesses da Coroa. O que o autor não relata é o que fazer com os grupos indígenas que não aceitassem a fé cristã. Mas, para isso já sabemos a resposta...

Se as finanças não estavam indo muito bem, pior ainda estava a situação política e social da capitania. Após os primeiros descobrimentos do ouro, inúmeras autoridades reclamaram sobre a ausência de controle da população por parte do Estado. A região tornou-se palco de disputas e conflitos que, de uma forma ou de outra, diziam respeito ao domínio absoluto que os grandes mineradores detinham, a não aceitação da intromissão do poder real e a pouca ou nenhuma fé dos moradores[559].

Estas reclamações continuaram sendo feitas no decorrer de todo o século XVIII. Uma das conseqüências da falta de moderação nos costumes era para os mais moralistas, a licenciosidade em que o povo vivia. Bebida, prostituição, batuques, esmolas que não eram usadas adequadamente, tudo servia para demonstrar como vivia aquela sociedade e quanto ela precisava ser ordenada a fim de que o povoamento das áreas mais afastadas pudesse ser levado a cabo de maneira correta e sem desvios. Para aqueles que tentavam controlar tal sociedade, todos estavam envolvidos nesta atmosfera de libertinagem, inclusive, os religiosos. Em uma carta de Gabriel Alves da Costa ao Conde de Valadares toma-se contato com esta atmosfera:

"... O sentimento de ver o pouco adiantamento que tem tido a conquista desse continente de Cuieté me anima por na presença de V. Ex.a. Os principais motivos de seu desmancho sendo um dos mais nocivos as muitas cachaças que os comerciante trazem a ele havendo conduta que vem 80 a 100 barris que logo se gastam, fazendo bulhas e outros distúrbios inauditos. O que melhor se compara com a chegada do novo vigário que também trouxe para o seu interesse uma carregação dela e pela não ter havido algum tempo, logo no

---

[556] Ibidem p. 312
[557] Ibidem
[558] Ibidem
[559] Os principais momentos desta luta são a Guerra dos Emboabas e a Revolta de Filipe dos Santos. Tentando diminuir estes problemas e evitar futuros, a região das Minas Gerais foi separada da Capitania do Rio de Janeiro em 1709 e incorporada a de São Paulo. Contudo, anos mais tarde (1720), foi também desmembrada desta última.

desembarque ficaram todos fora de si com repetição de dias e dias e levando outros 20 barris para o Pegabem se foram pondo pelo caminho... "[560]

A situação de bebedeira estava tão fora do controle que se os índios os atacassem morreriam todos porque *"... nenhum sabia parte de si..."*[561]. O autor sugere que fosse proibida a entrada de aguardente no sertão do Cuieté e que se proibisse também *"...toda a qualidade de jogos e batuques que servem de não pequena ruína a terra..."*.[562]

Os batuques e as festas que os negros faziam, quase sempre acompanhados de vadios, era segundo se acreditava, um outro foco de problemas alimentador da licenciosidade em que viviam os povos em Minas Gerais. Os grupos se organizavam em Bandeiras do Divino Espírito Santo e saíam de freguesia em freguesia pedindo esmolas, fazendo festas e batuques com o dinheiro arrecadado. A solução, de acordo com o documento, seria não permitir que estes grupos saíssem de suas freguesias. Um outro grave problema era: *"...o abuso de andarem os negros ou negras com imagens de N. Senhora do Rosário a tirarem esmolas pelos serviços minerais e de fazenda em fazenda, e de com as mesmas imagens fazerem em lugares destinados e já sabidos certos meses com o título de tirarem esmolas, juntando-se para este fim muitos negros e negras pela liberdade que tem nos domingos e dias santos, porque nestas ocasiões armam cultos, embebedam se e já todo dia gastam em danças desonestas a que chamam batuques e em outras profanidades com que fazem na presença das mesmas sagradas imagens, graves irreverências e desacatos e da que sucedem muitas mortes, fugidas e outros mais danos que experimentam os seus senhores..."*[563].

Vários contemporâneos afirmavam a quase impossibilidade de fazer com que aquele povo se tornasse civilizado dado a inconstância das pessoas que, quase nunca, admitiam a idéia de se fixar e cultivar a terra, única forma para alguns de promover a civilização. Preferiam seguir sempre em busca do ouro, elemento tido como o principal fator de desregramento social, pois era uma forma de enriquecimento rápido e que não criava raízes:

"... Esta riqueza tão casual, tão variável e tão caprichosa, assim como faz que seja sempre vária e inconstante a riqueza do mineiro do ouro, assim também faz a riqueza da nação mineira do ouro seja sempre vária e inconstante..."[564]

Para vários memorialistas ou autoridades que escreveram sobre Minas Gerais do século XVIII, por aquela região ser encravada entre a barbárie e a civilização, provocava sérios problemas de ordem social, política e econômica. O Conde de Assumar, analisando a população das minas e as causas para tantos problemas de indisciplina, chegou a algumas conclusões:

---

[560] Carta de Gabriel Alves Costa para Conde de Valadares, em 12.03.1769, no Presídio do Cuiethé. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) Documentos. 318 18,2,6

[561] Ibidem

[562] Ibidem

[563] Ibidem

[564] COUTINHO, J.J. da Cunha. Obras econômicas. São Paulo; Ed. Nacional, 1966. p. 197

"... contaminava a influência das emanações do ouro entranhado no solo. De tais fluidos provinham a inquietação e a rebelião dos homens a cujos pés infeccionavam as fezes do fulvo metal do clássico chavão. Emitia o chão vapores e fumos corruptores do ar. Pelos poros, narinas e bocas penetrava o seu bafo tênue e sutil, entranhava-se nos ossos a cuja medula exinania (sic). Aí, residia facinorosos, homens cheios de toda a espécie de maldade, luxúria, cobiça, inveja e dolo. Daí, a causa de tantos homicídios, contendas, malefícios, murmurações, de sujeitos execrandos, ignomiosos, indisciplinados, destituídos de qualquer amor a ordem, amizade e compaixão..."[565]

Além do ouro, propiciador de riqueza fácil, havia um outro elemento que para J.J. Rocha explicaria a tendência à vadiagem de parte da população mineira: as facilidades encontradas na natureza e a bondade dos povos:

" ... Os mais povos cada um dá utilidade conforme o uso de seu viver, ainda que entre estes há muitos vadios, sem exercício de qualidade alguma, o que não aconteceria se não houvesse tanta abundância de víveres nas Minas e a liberalidade que há nos habitantes delas , em darem de comer a todos aqueles que a horas o procuram..." [566]

Anos depois as condições sociais ainda permaneciam as mesmas. Saint-Hilaire constatou uma situação que, aos olhos europeus, lhe parecia caótica. Atravessando a região do Campo Grande em 1719 percebeu que tratava-se de uma área

---

[565] Discurso Histórico Político do Conde de Assumar, citado por GOULART, Jose Alipio. Tropas e tropeiros na formação do Brasil. RJ, Conquista, 1961. P. 24

[566] ROCHA, Joaquim José da. Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. P. 163

praticamente despovoada: **"...em toda a parte só se via uma imensa e monótona solidão..."**[567] . *Acreditava que seus parcos habitantes não eram totalmente civilizados e só não voltavam ao estado de selvageria total porque, de vez em quando, era obrigado a irem às vilas assistir as missas. Entretanto, este era um outro problema, pois os padres eram os primeiros a não respeitarem a religião e os bons costumes. Para piorar a situação, nas vilas havia uma tal quantidade de vadios e prostitutas que tornavam algo que poderia ser benéfico em uma reunião perigosa. Além do que, a indolência era de acordo com ele* **"...uma das principais chagas desta região..."**[568] . *Ninguém queria trabalhar. Os casados o faziam apenas o suficiente para viver, e os que eram solteiros não se davam a esta ocupação. Viviam de casa em casa sendo alimentados por caridade. Ele mesmo foi vítima desta prática local: Seu auxiliar, um homem que estava há muito tempo desempregado e que somente havia aceitado o emprego por causa de uma ordem superior, fugiu um dia sem dar qualquer explicação. Saint-Hilaire buscou uma justificativa para o fato que passava pela facilidade que as pessoas encontravam para sobreviver sem trabalhar:* **"...Mas porque iriam trabalhar esses homens, se em toda a parte encontram gente que lhes dê alimento a troco de nada?...".** [569]

A visão de Freireyss não difere muito. Referindo-se às moradias dos habitantes dos Sertões afirmava que **"... as suas habitações, como as suas terras, estão no estado mais miserável e muito poucos procuram tornar a vida mais agradável pela diligência e pelo trabalho...".** *De maneira radical identificou a* **"... maior parte [dos] habitantes dos Sertões [como] criminosos que fugiram da justiça e se localizaram aqui, ou são descendentes de criminosos..."**[570]

Pode-se perceber que tanto no século XVIII quanto no seguinte, os problemas da região para as elites eram praticamente

---

[567] SAINT HILAIRE. Viagens as nascentes do São Francisco. Belo Horizonte: Itatiaia;São Paulo: EDUSP, 1975. P. 59

[568] Idem p. 76

[569] Idem p. 80

[570] FREIREYSS, G. W. Viagem ao interior do Brasil. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo; EDUSP, 1982 p.60

os mesmos: falta de uma população criada nos moldes civilizados, ociosidade, libertinagem, enfim, uma absoluta falta de controle.

Seja como for, é evidente que esta situação de pobreza associada à cobrança crescente de impostos e à diminuição do volume de ouro encontrado, fez com que a população de Minas Gerais se locomovesse cada vez com maior intensidade, buscando novas regiões onde pudessem "tentar a sorte". Não é gratuito que nestas regiões de conquistas recentes, de acordo com novas pesquisas, as taxas de ilegitimidade entre as crianças batizadas fossem tão elevadas assim como as famílias fossem formadas normalmente apenas por um dos pais, normalmente, a mãe.[571]

Algumas conclusões já foram tiradas sobre a economia de Minas Gerais e todas, de uma forma ou de outra, dizem respeito à grande concentração de lavras e terras nas mãos de um pequeno número de pessoas, e a posse de escravos disseminada pela sociedade – ainda que com um numerário por pessoa bastante reduzido.

Pelo que já foi visto, pode-se perceber que num contexto caracterizado pela pobreza generalizada destes colonizadores e pela necessidade de dirimir os conflitos entre os diferentes grupos sociais pela posse da terra, contar com pessoas com pouco ou nenhum recurso financeiro significava que a qualquer momento o avanço sobre tais áreas poderia ser posto em cheque.

O povoamento e a colonização do Sertão mineiro foi projetado para ser desenvolvido através de pessoas pobres com nenhum ou uns poucos escravos. E esta estrutura praticamente não sofreu variações no decorrer do tempo. Assim, *" o plantel médio na Capitania variou entre 3,7 e 6,5 escravos"*[572]. Luna também chegou a números muito próximos: seus dados demonstram para os anos entre 1718 a 1804, *"a absoluta preponderância do conjunto de senhores com cinco ou menos cativos"*.[573] Saint-Hilaire já havia também demonstrado este padrão de posse de escravos para o ano de 1819. Segundo ele, em Araxá, os senhores que possuíam oito ou dez escravos eram considerados ricos[574].

Como conseqüência desta estrutura de posse, um contingente populacional bastante significativo ficava à margem desta estrutura, ou seja, não tinha acesso às terras, aos escravos e nem conseguiam ocupações. Eram os que a sociedade considerava como vadios.

Entretanto, é necessário ressaltar que a documentação oferece no mínimo, dois tipos de elementos que são identificados pelas autoridades como vadios. Há em alguns momentos, uma associação aos pequenos arrendadores sem escravos, ou seja, aos indivíduos pobres. Todavia, conforme visto anteriormente, os vadios podiam ser também associados aos sem ocupações que praticavam roubos, e aos que viviam de expedientes.

Analisando a população composta de homens pobres com ou sem escravos, chega-se à conclusão de que ele é caracterizado por sua,

"... extrema fluidez ... a indefinição que muitas vezes manifestam ante a camada escrava e, em menor escala, ante a camada senhorial. A indefinição é maior na franja inferior da camada: torna-se amiúde difícil distinguir os homens livres pobres dos escravos e dos quilombolas, sobretudo se os primeiros são forros..."[575]

A segunda metade do século XVIII foi marcada por sucessivas e agravantes crises econômicas provenientes da diminuição do volume de ouro extraído, e da manutenção a níveis elevados dos impostos cobrados. Contudo, estas crises assumiram nesta sociedade um caráter diverso porque juntamente com elas, assistiu-se, ainda que atingindo apenas uma pequena parcela social, um desenvolvimento econômico e um crescimento da produção agrícola e comercial. Isto não significa concordar com as teses que defendem que a agricultura, assim como as outras atividades produtivas, só tenham se desenvolvido a partir da crise da mineração. Pelo contrário, o século XVIII apresentava uma diversificação econômica grande. Mesmo em

---

[571] FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit. p. 50

[572] PAIVA, Eduardo França. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: Estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: ANNABLUME, 1995. P. 80

[573] LUNA, Francisco Vidal. Estrutura de posse de escravos. In: LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci del Nero da. Minas Colonial: Economia e sociedade. São Paulo, Livraria Pioneira Ed. 1982. p.38.

[574] SAINT_HILAIRE. Op. Cit. P. 131

[575] SOUZA, Laura de Melo e. Norma e conflito. Aspectos da História de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999 p. 23

torno das áreas de mineração foram surgindo fazendas e roças voltadas para o abastecimento interno da Capitania, talvez quem sabe, graças ao aprendizado causado pelas grandes epidemias de fome de 1697/8 e de 1700/1 e também da ocorrida em Pitangui em 1713[576].

"...Assim, a atividade mineradora exerceu sobre a agropecuária efeito multiplicador bastante grande durante o século XVIII e, simultaneamente, a agropecuária permitiu a montagem e garantiu a expansão das atividades mineradoras..."[577]

As crises econômicas acentuaram um quadro caracterizado pela carência de moeda circulante, pelo aumento na concentração de riquezas, pelo crescente endividamento de sua população e pelo aumento da pobreza. Esta situação de crise econômica pode ser mais claramente visualizada a partir da segunda metade do século, quando a descapitalização dos grandes homens associada ao preço elevado dos escravos e de ferros necessários à mineração provocou uma endividamento generalizado[578]. Tal endividamento, causado pelos preços elevados que se pagava sobre os ferros, já havia sido percebido por Azeredo Coutinho. Para ele, não seria o alto preço do escravo que provocaria a desgraça do minerador, e sim, a do ferro, *"...por que se gasta e se consome todos os dias e todos os instantes..."*[579]

O endividamento poderia ser percebido:

"... Na grande quantidade de ações cíveis, devassas e correspondências particulares do período, encontram-se referências a acordos estipulados a anos ou mesmo papéis assinados representando empréstimos ou vendas a prazo. Os principais credores eram, sem dúvida, os comerciantes..."[580]

Ainda que os maiores credores fossem os comerciantes, os homens de patentes também apareciam como participantes deste quadro econômico. No outro lado desta situação, ou seja, dos devedores, estavam as pretas forras, os pequenos e médios comerciantes e até mesmo os fazendeiros, pequenos ou não.

Pamplona, depois de incitar os novos sesmeiros a ocuparem as sesmarias dadas por ele após a conquista de uma parte do sertão, lembrou que aquela era uma oportunidade única, pois eles, homens pobres, haviam conseguido terras e não precisariam pagar os valores cobrados no mercado e que não corriam o risco de ficarem devedores a vida inteira sem conseguir saldar a dívida:

"...que toda a sua vida trabalhavam para os pagar sem nunca poder satisfaze-los e que no fim se achavam sempre

---

[576] GUIMARAES, C. M. e REIS, Liana M. Minas Gerais: agricultura e escravidão.1700-1750. p. 20 artigo não publicado

[577] MARTINS, Marcos Lobato. Mineração, agricultura e degradação ambiental em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: LPH. Revista de História. N. 4, 1993/4, Dep. História. UFOP.p. 108

[578] Sobre esta questão do endividamento na sociedade mineira do século XVIII, ver Silveira, Marco Antonio. Op. Cit.

[579] COUTINHO, J.J. Azeredo. Op. Cit. P. 201

[580] Ibidem

empenhados, e as suas famílias, em extremosa pobreza, como eles bem experimentavam..."[581]

Entretanto, o próprio Pamplona também era uma pessoa endividada: Além de dever a particulares era também devedor do Direito de Entrada no Registo do Caminho Novo.[582] Em 1797 de sua fazenda do Mendanha, escreveu ele a João Roiz de Macedo agradecendo as inúmeras vezes que este o auxiliou, e pedia-lhe que tivesse mais paciência *"...porque me vendo na maior consternação da fortuna botei me a todo o risco a formar dois engenhos de cana para ver se melhorava da mesma para pagar aos meus credores..."*[583]. Uma outra carta com igual teor foi mandada para o Capitão José Alvares.[584]

Há nesta carta um outro aspecto importante. Trata se da mudança dos interesses econômicos de Pamplona. Se antes o que tínhamos era um homem interessado na conquista de novas terras e na exploração de ouro, agora com a decadência da mineração, ele claramente mudava de ramo e estava se dedicando a outras atividades, no caso, a cana de açúcar.

Contudo, Pamplona também era um credor. Há uma carta de sua autoria onde afirma que Antonio José Bastos iria procurá-lo depois dos dias santos para conversarem sobre as contas que tinha com ele.[585]

Através do testamento de Pamplona registrado em 1810, fica-se sabendo sobre a situação financeira deste homem tão curioso. Após listar todas as pessoas que lhe deviam dinheiro e a quem ele devia, chegou-se aos seguintes números: Devia 18.277$026 e tinha um crédito de 30.025$668.[586]

O endividamento generalizado e a pobreza são fatores essenciais para o entendimento desta sociedade onde *"...um maior número de pessoas dividiam a pobreza*[587]*"*. Isto significa postular que quaisquer que fossem os projetos destinados à região, esta imensa maioria da população fora dos mecanismos econômicos teria que ser, de uma forma ou de outra, envolvida, engajada ou ainda, "empurrada para fora".

A solução encontrada foi retirá-la dos grandes núcleos populacionais. Empurrar esta população para fora significava, no século XVIII, ocupá-la em regiões de fronteira, pois nas vilas não havia trabalho para todos. O Sertão surge neste contexto como o local por excelência para esta população de vadios ou de pobres. A eles, caberá a tarefa de povoar esta área, até então, moradia de feras quer fossem índios bravos ou quilombolas.

O mecanismo de levar a população ao sertão estava diretamente ligado à necessidade de povoar e civilizar a região. Contudo, este projeto esbarrava num problema maior: a região era habitada por elementos que o impossibilitavam. Daí, a solução encontrada foi "limpar" a área, eliminando os índios que não aceitavam ser aldeados, e exterminando os quilombos encontrados.

Neste sentido, as Bandeiras - também chamadas de Entradas, Expedições ou Conquistas - foram essenciais ao projeto porque graças a elas, grupos armados limpavam ou usando o termo empregado por eles, "desinfestavam" a área, possibilitando que os entrantes, na sua maioria pequenos fazendeiros, se fixassem e iniciassem o povoamento. Aos vadios cabia um outro papel: deveriam habitar os presídios, uma espécie de quartel que tinha como objetivo maior, impedir os avanços de grupos hostis – índios ou quilombolas - sobre a população fixada.

Os entrantes, com exceção dos líderes, eram em sua quase totalidade homens com poucas condições financeiras. Buscavam encontrar no sertão a possibilidade de fazer fortuna e de ter acesso a terras que, por causa das inúmeras dificuldades apresentadas, não eram normalmente interessantes aos grandes proprietários: *"... Pelo que consta o aumento da povoação do Cuieté e mais terras que se forem desinfestando ... que todos os descobertos a princípio destas minas tem sdo povoadas por homens faltos de fortuna que na mudança*

---

[581] Notícia diária e individual...Op. Cit. p. 80

[582] Coleção Casa dos Contos. I- 25,29,6 Biblioteca Nacional manuscritos.

[583] Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Sr Joào Roiz de Macedo. Mendanha, 25 de março de 1797. Biblioteca Nacional - manuscritos I- 10,27,13 n. 2

[584] Ibidem

[585] Carta de Ignácio Correia de Pamplona a Manoel Pereira Alvim, avisando do envio de um documento , Mendanha, Biblioteca Nacional - manuscritos. I- 10,27,13 n. 3

[586] testamento de ICP. Testamento 1821 cx. 100 SÃO JOÃO DEL REI

dos lugares de sua habitação pelos retiros com proveito próprio e alheio procurarão refazer se de seus bens para pagarem a seus credores... "[588]

Francisco Pires Farinho, padre e Diretor dos Índios Coropós, denunciou em uma carta endereçada ao Governador D. Rodrigo José de Meneses as tentativas que os colonos entrados na região do Xopotó após a pacificação dos índios estavam fazendo com o objetivo de se apoderarem de suas terras. Dizia que os colonos, mesmo sabendo que ele estava construindo uma capela que atendesse tanto aos índios como aos demais moradores, iniciaram a construção de uma outra, desrespeitando assim, uma ordem superior. Afirmava ainda que *"...como na paragem não há número suficiente para sustentar duas Capelas ao presente, mal poderão sustentar estando unidos a uma Capela pela pobreza dos novos povoadores..."* [589]

No diário feito durante a conquista do Campo Grande, Pamplona, depois de tomar posse da Serra da Marcela, reduto segundo ele mesmo de feras, reuniu sua gente com o objetivo de despedir-se dos que por ali iam ficar. Em um discurso pronunciado depois da missa e de um "banquete", incitava os recebedores de sesmarias que:

"...Não se esquecessem de ir povoar as suas fazendas, porquanto era melhor possui-las ali de graça do que em outra parte como era ordinário costume por muitos mil cruzados..."[590]

Um outro grande problema relacionado às sesmarias era, segundo Pamplona, o tamanho das áreas e quem as estavam recebendo: para ele uma das causas de não se conseguirem efetivamente povoar e cuidar da região era o tamanho da sesmarias. As sesmarias doadas possuíam uma extensão de três léguas de terra em quadra, o que seria em sua concepção uma extensão grande demais. Associava isto ao fato de que a maioria das pessoas não possuíam condições de manter estas terras, pois não contavam com número elevado de escravos. Este tamanho exagerado das sesmarias fazia com que grandes áreas ficassem sem controle por parte do seu proprietário, servindo assim, de esconderijo aos quilombolas e índios. Acreditava que se as concessões fossem menores, o controle seria mais fácil, pois as pessoas estariam mais próximas umas das outras e poderiam se socorrer em caso de ataques de um ou de outro grupo:

"...no modo que me tem sido possível tenho dado em parte a V.Ex.a. das muitas terras que os povoadores delas querem avançar cada um para si que as sesmarias concedidas aqui neste país, de três léguas enganosamente se chamam sertão e lhes dão estes o título fora de registros de três léguas Srs.; é uma

---

[587] SOUZA, Laura de Melo e . Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982 p. 30

[588] Carta do Padre Manoel Vieira Nunes para o Conde Valadares. Sem data. Cuieté. 18,2,6 documento 321. Biblioteca Nacional. Manuscritos

[589] Carta de Francisco Pires Farinho denunciando a ereção de uma nova capela para apossar das sesmarias dadas aos índios. In: RIHGMG, vol. VII, 1960

extensão demasiado... conhecimento do que vou avançando tenho que concedendo o Ilmo. Sr. Luís Diogo as três léguas e de várias sesmarias e lhe representam a quem não tem mais fábrica que somente o seu corpo e destes esta dilatada compreensão parece as terras desertas e jamais nunca se poderão chamar povoadas , e por conseqüência nunca isenta de gentios e calhambolas, e sendo a concessão mais diminutas ficam nos povos mais conchegados mais hábeis e dispostos para se socorrerem juntos a qualquer acometimento dos bárbaros gentios e não sendo assim Sr, nunca se chegara a concluir o intuito que V.Ex.a. apetece de perfeita povoação destas terras..."[591]

Na realidade, o que Pamplona parece não ter compreendido é que o grande problema enfrentado não era o tamanho das sesmaria e sim, quem as recebia. Como os recebedores eram em sua maioria pessoas pobres e com poucos escravos, ficava muito difícil sua plena utilização, facilitando assim, a vida dos quilombolas ou a dos índios. O problema maior do povoamento do sertão era que estava sendo feito baseado na pobreza.

Em uma de suas cartas ao Conde de Valadares, Pamplona informa como o povoamento do Sertão estava sendo levado adiante e como isto resultava em fracassos e inúmeros problemas. No cerne da questão estava a crítica ao povoamento, feito com base no que ele percebe como sendo vadios, indicados como ociosos e possuidores dos mais diversos vícios e a sua extrema pobreza, inviabilizadora do projeto de povoamento:

"...Pelo caminho dos vadios se me faz muito difícil aquela povoação. Todos aqueles são uma casta de gente dominada pela ociosidade, e arrastados pelos vícios, e por fim sumamente

---

[590] Notícia. Diária e individual.. p. 80

[591] Carta de Ignacio Correia Pamplona ao Governador Valadares. Estância de Santa Maria Francisco de Salles, em 7.10. 1769. 18,2,6

pobres que é o que mais obsta. Manda lhos é o menos, mais é conservá-los. De que servirá reparti-lhes terras se lhes faltam todos os meios de as cultivar? Sem dinheiro como hão de eles comprar armas, pólvora, chumbo e bala, enxadas, foices, machados, toucinho, sal e mais coisas precisas a lavoura e a subsistência? Se a minha fortuna estivesse mais bem segura ânimo tinha eu para toda a despesa, mas empenhado como estou o não posso fazer..."[592]

Pamplona sugere que o rei poderia lhe pagar um soldo e que ele, com este dinheiro, poderia investir no projeto de povoamento e financiar os povoadores nas suas dificuldades.

As próprias expedições de ataques aos índios ou aos quilombolas que deveriam receber ajuda dos moradores das regiões afetadas, geravam um gasto avultado para a época. Combater quilombos e índios significava não apenas colocar a vida das pessoas em perigo mas, principalmente, gastar muito dinheiro com alimentação, armas, munições, e ainda correr o risco de se ver sem autoridade frente aos moradores de alguns locais, porque era comum que a autoridade requisitasse ajuda e estes não colaborassem alegando diferentes razões. Ignácio Correia de Pamplona inúmeras vezes reclamou com o Conde de Valadares sobre este problema. As pessoas simplesmente não queriam colaborar com as expedições. De acordo com ele os moradores que ele deixou vivendo no Campo Grande seriam:

"... Gente inconciderada que estão todos os dias experimentando dano dos calhambolas, percas de escravos, que lhes carregam e lhes matam e não se atrevem para o seu sossego a fazer uma leve despesa..."[593]

João Pinto Caldeira também conheceu este problema de perto. Em sua carta ao Conde de Valadares reclamava que não tinha pessoas para a conquista e nem bestas para transportar os mantimentos. As pessoas não queriam auxiliar a bandeira e que *"... muita parte desse povo não fazem apreço nem caso de serem notificados..."*[594]

---

[592] Ibidem

[593] Ibidem

[594] Carta de João Pinto Caldeira ao Conde de Valadares, em 20.06.1770. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) documento. 74 18,2,6

Em uma outra carta ele afirmava que: *"...que tendo saído de sua vila há um mês e oito dias, ainda não tinha conseguido reunir as condições para entrar na Conquista..."*

Isto ocorreu no mês de junho. Em agosto, escreveu outra carta ao Governador dizendo que pretendia sair no dia 15 deste mesmo mês *"...com a gente que tiver ou pouca ou muita e mais não espero porquanto Ilmo Sr a gente capaz para esta empresa os menos ocupados uns fogem outros os comandantes o querem valer e tudo são desculpas..."*[595]

Além do que os moradores dos distritos em muitos casos tentavam - via legalidade - não colaborar nas expedições. Os moradores de Santa Cruz do Salto, da Boa Morte e de São Gonçalo enviaram uma Petição ao Governador alegando não poderem colaborar com o abastecimento de 80 mulas para as tropas que seriam enviadas ao Campo Grande, porque eles já haviam participado da anterior, comandada por Domingos Moreira Ganja e que haviam entrado com mais de *"... mil e quinhentos alqueires de farinha e trezentos de feijão e com 200 capados pagos a três oitavas e meia e sal que pagaram fora o mantimento; vieram a pagar e uns a dez e outros a doze oitavas de ouro de que experimentamos uma sucinta derrama o que satisfizemos ao comandante Antonio Francisco França..."*[596].

A Petição sugere ainda que os moradores de Passatempo concorram com a ajuda.

Na realidade, o que Ignácio Correia de Pamplona e João Pinto de Caldeira não percebiam ou não interessava a eles perceber, é que esta população era composta em sua maioria por pessoas com pouco ou nenhum recurso, e que contribuir com estas expedições significava um transtorno financeiro enorme com o qual eles não podiam arcar.

A pobreza destes povoadores propiciava um outro tipo de problema. Como a região ocupada era, por maiores que fossem as tentativas em contrário, locais de moradias de índios e quilombolas, a existência e o desenvolvimento das terras estavam sempre em risco, e ele se tornava muito maior e mais grave por envolver pessoas pobres que possuíam na maioria das vezes de um a três escravos. Ter um deles ou todos roubados pelos quilombolas ou assassinados pelos índios, significava cair na mais absoluta miséria e retroceder com os planos de povoamento para a região.

As listagens dos moradores de algumas localidades do Oeste de Minas Gerais, elaboradas em 1717, pode ser útil para perceber esta questão. Ainda que elas tenham sido feitas em um período anterior às expedições de Pamplona, elas nos remetem a uma realidade que praticamente não sofreu mudanças no tempo. De um total de 529

---

[595] Carta de João Pinto Caldeira para Conde de Valadares, em 01.08.1770. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) documento 78, 18,2,6

proprietários, 252, ou seja, 47,64% possuíam de um a três escravos. Se a este universo forem acrescentados os proprietários que possuíam de quatro a nove escravos que podem ser identificados como remediados, (171 – 32,32%) tem-se um total de 423, ou 79,96%. Os senhores que possuíam acima de 10 cativos resumiam-se a 106 indivíduos que juntos, representavam apenas 20,04%.

Estes resultados sugerem que eram os proprietários com poucos recursos e escravos que entravam nas áreas de fronteiras arcando com o ônus deste empreendimento. Observando cada uma das localidades em separado, excetuando-se Caminho Novo (45,45%), em todas as demais a porcentagem de pequenos proprietários de escravos, ou seja, possuidores de um a nove escravos, não é inferior a 60%. Enquanto os proprietários que possuíam mais de 10 escravos estão abaixo de 25%, com exceção novamente de Caminho Novo (54.55%) e de Córrego (38.89%).

Tabela 7 -Arraial Velho –1717

Faixas de posses de escravos	***Total de proprietários***	%	Total de escravos	%
1-3	**25**	**47.17**	**42**	**13.55**
4-9	**17**	**32.08**	**107**	**34.52**
>10	**11**	**20.75**	**161**	**51.93**
TOTAL	**53**	**100**	**310**	**100**

Tabela 8-Rio das Mortes Pequeno –1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1- 3	**11**	**45.84**	**20**	**12.74**
4- 9	**8**	**33.33**	**44**	**28.02**
>10	**5**	**20.83**	**93**	**59.24**
TOTAL	**25**	**100**	**157**	**100**

Tabela 9-Bichinho - 1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	**17**	**37.78**	**33**	**11.66**
4-9	**19**	**42.22**	**116**	**40.99**

[596] Petição dos moradores de Santa Cruz do Salto, da Boa Morte e de São Gonçalo ao Conde de Valadares, em 2.8.1770. Arquivo Conde de Valadares (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos) documento 97. 18,2,6

>10	9	20.00	134	47.35
TOTAL	45	100	283	100

Tabela 10- Caminho Velho - 1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	7	31.82	15	11.20
4-9	10	45.45	52	38.80
>10	5	22.73	67	50.00
TOTAL	22	100	134	100

Tabela 11-Córrego–1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	8	44.44	19	10.06
4-9	3	16.67	17	8.99
>10	7	38.89	153	80.95
TOTAL	18	100	189	100

Tabela 12-Rio Abaixo –1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	5	38.46	11	11.83
4-9	5	38.46	35	37.63
> 10	3	23.08	47	50.54
TOTAL	13	100	93	100

Tabela 13-Itaberaba e Norvega –1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	21	42.86	37	11.25
4-9	18	36.74	107	32.52
>10	10	20.40	185	56.23
TOTAL	49	100	329	100

Tabela 14-Caminho Novo –1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	0	-	0	-
4-9	10	45.45	70	18.47
>10	12	54.55	309	81.53
TOTAL	22	100	379	100

Tabela 15-Vila de São João –1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	54	56.84	107	19.74
4-9	21	22.11	110	20.30
>10	20	21.05	325	59.96
TOTAL	95	100	542	100

Tabela 16-Caminho do Campo –1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-4	5	38.46	13	15.12
5-9	5	38.46	31	36.04
>10	3	23.08	42	48.84
TOTAL	13	100	86	100

Tabela 17-Brumado–1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	23	58.97	47	28.14
4-9	14	35.90	85	50.90
10	2	5.13	35	20.96
TOTAL	39	100	167	100

Tabela 18-Lagoa Dourada–1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	13	50.00	22	22.00
4-9	12	46.15	68	68.00
>10	1	3.85	10	10.00
TOTAL	26	100	100	100

Tabela 19-Ponta do Morro e Prados –1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	28	47.46	52	14.86
4-9	18	30.51	109	31.14
>10	13	22.03	189	54.00
TOTAL	59	100	350	100

Tabela 20-Rio Acima –1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	35	68.63	62	35.22
4-9	11	21.57	62	35.22
>10	5	9.80	52	29.56
TOTAL	51	100	176	100

Tabela 21-Somatório das localidades–1717

Faixas de posses de escravos	Total de proprietários	%	Total de escravos	%
1-3	252	44.45	480	8.73
4-9	171	33.33	1013	25.40
>10	106	22.22	1802	65.87
TOTAL	529	100	3295	100

Através de dados recolhidos e analisados por Luna, toma-se contato com um universo muito parecido ao exposto acima . Em São João del Rei no ano de 1718[597] havia um total de 393 indivíduos, dos quais 50 eram proprietários e 343 escravos. Analisando a posse de cativos distribuídos por proprietários, o referido autor percebeu que 30 senhores (60,00%) possuíam um, ou no máximo cinco escravos, assim distribuídos:

Tabela 22-Proprietários que possuíam no máximo 5 cativos – São João del Rei, 1718

Número de escravos possuídos	Proprietários	%
1	**14**	**28.00**
2	**10**	**20.00**
3	**1**	**2.00**
4	**1**	**2.00**
5	**4**	**8.00**

Fonte: Luna, Francisco Vidal. Características...

Os senhores que possuíam de 6 a 21 escravos perfaziam um total de 16 pessoas (33,00%) e com mais de 21 cativos, apenas 4 senhores (7,00%). A distribuição de cativos por proprietários estava estruturada desta forma:

Tabela 23-Proprietários que possuíam mais de 6 cativos – São João del Rei, 1718

Número de escravos possuídos	Proprietários	%
6 a 10	**9**	**18.00**
11 a 20	**7**	**14.00**
21 a 40	**3**	**6.00**
41 e +	**1**	**2.00**

Fonte: Luna, Francisco Vidal. Características...

Os números, sejam os provenientes da listagem de moradores feita em 1717, ou os fornecidos pelo arquivo Casa dos Contos de 1718, são muito próximos, e indicam uma

[597] LUNA, Francisco Vidal. Características da massa escrava em Minas Gerais. Relatório final. São Paulo: IPE, FINEP, 1980.

estrutura de cativos disseminada pela população que não possuía muitas condições econômicas.

Comprovando que esta realidade não sofreu alterações significativas no tempo, a listagem de moradores de Cuieté (tabela 18) para o ano de 1770 demonstra praticamente o mesmo resultado: Dos 18 proprietários listados, 14 possuíam de um a nove escravos (77,78%), enquanto que quatro eram proprietários com mais de 10 escravos (22,22%).

Tabela 24-Cuieté -1770

Faixas de posses de escravos	***Total de proprietários***	%	Total de escravos	%
1-3	**8**	**44.45**	**11**	**8.73**
4-9	**6**	**33.33**	**32**	**25.40**
>10	**4**	**22.22**	**83**	**65.87**
TOTAL	**18**	**100**	**126**	**100**

Através destes números e de outros indícios já vistos, pode-se inferir que a expansão da fronteira no Oeste de Minas Gerais foi feita utilizando-se de vadios, homens pobres ou pequenos proprietários com alguns poucos escravos. Este universo populacional significa que eram pessoas que não tinham muito a perder deixando seus pertences para trás e entrando numa região desconhecida. Aos que possuíam alguns escravos, significava obter terras para assim, tentar "fazer fortuna". Logo, a aventura de se introduzir rumo ao desconhecido, de travar batalhas com quilombolas ou com índios, e ainda poder receber indígenas como mão de obra e terras, era uma excelente chance de mudar suas condições de existência. Aliás, estas eram as maiores promessas para atrair estes homens: a possibilidade de mudar totalmente de vida, obtendo sesmarias e repartindo os índios capturados entre os participantes das bandeiras. O butim era assim, uma possibilidade para propiciar esta mudança.

Entretanto, foram estas características que acabaram por inviabilizar o Projeto Civilizacional. Como contar com estes grupos com parcos recursos no momento de defender a região? Sem dinheiro e sem escravos, estas terras ficavam a mercê dos interesses de índios e de quilombolas em atacá-las ou não. Em caso de ataque, os entrantes pouco ou nada poderiam fazer e assim, na maioria das vezes, estes colonos morriam ou perdiam os poucos escravos que possuíam. Se o processo de entrada se mostrava como uma aventura que poderia ser muito lucrativa para estes homens, logo esta imagem positiva se desfazia e ficava a dura realidade: o Sertão era uma terra que abrigava pessoas que não estavam dispostas a facilitar a vida destes colonos e em escala maior, das autoridades que

tentavam controlá-las. Assim, pode-se afirmar que a pobreza foi um dos elementos que mais inviabilizou o Projeto Civilizacional pensado por Pombal, e colocado em prática por diversos governadores e auxiliares. A outra ponta desta inviabilização ficou a cargo dos índios e dos quilombolas.

A Lenda Quilombola termina com a execução de Ambrósio, Rei do Quilombo, de sua Rainha e demais líderes realizada por um carrasco indígena – segundo a Lenda, "um horripilante batráquio". O grande líder de centenas de homens morreu recusando-se a aceitar o seu cativeiro e o de seu povo. Além destas, houve também a morte dos guerreiros e da população quilombola durante e após a batalha e os que escaparam com vida foram re-escravizados. Foi um fim trágico para todos aqueles que, durante anos, conseguiram desenvolver um tipo de vida alternativo dentro do sistema escravista.

Melhor sorte não teve também o seu delator: morreu vítima da vingança de um casal quilombola: Cabinda e Catarina. As tropas que de maneira cruel atacaram o reduto também não saíram completamente vitoriosas do embate, uma vez que ninguém conseguiu localizar o grande tesouro do grupo, e assim a maior parte das riquezas prometidas ficou perdida.

O fracasso econômico desta expedição que havia partido para destruir o Quilombo do Ambrósio pode ser encarado como uma forma simbólica que o autor desta história encontrou para demonstrar que, na realidade, a conquista deste povo e de uma forma mais ampla, de grande parte do povo que vivia nos Sertões, não foi totalmente efetivada por diferentes motivos.

A Lenda Quilombola foi utilizada para introduzir este trabalho porque ela trazia elementos que de uma forma ou de outra, estariam presentes no texto que então se propunha desenvolver. Agora, finalizado este mesmo texto, torna-se necessário concluí-lo. Nada melhor para isto do que retomar as questões surgidas a partir da leitura desta história e que haviam sido indicadas como norteadoras do trabalho.

A primeira delas questionava o que viria a ser o Sertão, sua importância para a Capitania, e buscava entender os conflitos desenrolados em seu espaço. Vejamos. Durante todo o século XVIII a presença constante de quilombolas, de índios nada propensos a facilitar o controle sobre suas regiões e de hordas de pessoas sem trabalhos fixos foi uma realidade com a qual a população em Minas Gerais teve que conviver. Na proporção que diminuíam as extrações de ouro e se mantinha a cobrança de impostos devidos à Metrópole, novas áreas passavam a ser incorporadas como solução para os problemas econômicos, sociais e políticos na Capitania. Estas áreas buscadas estavam fora do sistema colonial. Eram regiões afastadas e sem qualquer tipo de controle. Eram os Sertões, vistos pelas autoridades mineiras como áreas difíceis de serem "domesticadas" porque eram habitadas por "feras". Porém eram regiões essenciais aos projetos que visavam desenvolver a capitania de Minas Gerais, e consequentemente, aumentar a extração de riquezas enviadas para a Metrópole, quer seja através de impostos provenientes do ouro ou da agricultura.

O segundo e o terceiro questionamentos diziam respeito ao entendimento que a sociedade fazia dos moradores do Sertão, e de onde teriam partido as idéias a respeito de índios, negros e mais especificamente, escravos fugidos e vadios. Como justificar seus aniquilamentos, a expansão por suas terras e a suposta defesa de um território ameaçado? A solução encontrada pelas elites passou pelo uso de imagens negativas previamente elaboradas, que os associavam aos bárbaros. Assim, Sertão passou a ser também terra de bárbaros, incivilizados.

Desta forma, durante todo o período colonial e mesmo os posteriores, criou-se para as áreas sertanejas imagens negativas, e o mesmo foi feito com relação a quem vivia ali, justificando-se uma série de atitudes de avanço sobre estas regiões e o aniquilamento de sua população. Entretanto, de nada adiantaria "limpar" estas áreas se elas não fossem povoadas e colonizadas por pessoas que aceitassem o controle. Logo, era importante também manter esta região ocupada por determinadas populações para assegurar a posse na área.

A importância destes grupos que habitavam as terras do Sertão e seus apoios, ou os confrontos abertos contra as políticas de expansão sobre estas áreas foram a tônica da quarta questão. É

evidente que as autoridades desenvolveram políticas de "limpeza" para a região, levando em conta as diferenças entre cada um deles. De uma forma geral, pode-se dizer que para cada um dos grupos que habitavam os Sertões foram desenvolvidas políticas específicas: aos índios identificados como bravios, à Guerra Justa e a sua conseqüente escravização; aos negros fugitivos e aquilombados, às tentativas de recaptura e ataques, pois eram propriedades de alguém e deveriam ser reconduzidos ao cativeiro ou então, se fossem extremamente perigosos e não aceitassem a recondução, deveriam ser mortos; aos vadios, o envio compulsório para lá como elementos capazes de promover a ocupação definitiva da região. Desta forma, eles que incomodavam nas vilas, passaram a ser usados como barreira ao avanço de índios e de quilombolas. Aos homens pobres que através do mercado de compra ou de doações de sesmarias não teriam condições de conseguir terras, foi dada a possibilidade de participar das expedições de ataques e limpezas destas áreas e de obter assim, terras e mão-de-obra indígena. Era uma chance para tentar fazer a vida.

O último ponto levantado refere-se ao resultado de todas estas políticas propostas para civilizar o Sertão. Teriam dado certo? A resposta foi negativa em praticamente todos os pontos analisados. O Projeto Civilizador pensado pelas elites do século XVIII resultou em fracasso devido, principalmente, à pobreza de seus moradores que ficavam a mercê de ataques de índios e de quilombolas, correndo o risco de perderem o pouco que tinham ou mesmo a vida, e a falta de disposição de índios e quilombolas para "cooperarem" com as elites e assim, facilitar o controle sobre estas áreas. Durante todo o período de escravidão no Brasil, houve também quilombos demonstrando que as autoridades, quando muito, conseguiam apenas espantar alguns escravos para outras áreas, matar ou prender uns poucos. Com relação aos índios, praticamente pode ser dito a mesma coisa. Vários grupos continuaram vivendo nas áreas mais afastadas da região. Para o Sertão Oeste, houve sim, um deslocar destes grupos em direção a Goiás e Mato Grosso, mas continuavam a fazer incursões à Capitania mineira. A utilização dos vadios como povoadores

também pouco resultado mostrou. Como eram pessoas pobres, sem condições de arcar com as despesas e mesmo com a manutenção de suas terras e defesa, rapidamente abandonavam a região e voltavam a tentar a vida nas cidades. Iniciava-se novamente o mesmo processo de controle sobre os que a sociedade encarava como vadios e sua conseqüente expulsão.

Se este fracasso pode ser identificado de várias maneiras durante o período colonial, ao analisar o mapa e a sociedade brasileira percebe-se que seus reflexos chegaram até os dias atuais:

1. Mesmo com várias tentativas feitas no decorrer do tempo, pouco ou nada foi alterado nas regiões do interior do Brasil. Ainda hoje a população sertaneja deste país vive praticamente à margem do que acontece nos grandes centros políticos e econômicos, demonstrando que o processo de ocupação do país ainda não está plenamente efetivado. A grande concentração de cidades e de populações nas áreas mais próximas ao litoral é um indicativo desta situação e remete à conjuntura histórica da formação e desenvolvimento dos centros econômicos brasileiros. Os Sertões ainda são regiões desconhecidas pela maioria das pessoas e sua natureza é vista como hostil e seu território abriga escassa e dispersa população se comparado com o litoral. Entretanto, paradoxalmente, o sertanejo é encarado para alguns como o depositário da cultura nacional que estaria mais preservada junto a estes grupos porque foram os que teriam sofrido menos influências externas. Seriam estes os verdadeiros "brasileiros".
2. A lembrança social sobre a existência de índios e de quilombolas em determinadas localidades é algo marcante na cultura popular brasileira. Hoje em dia, em praticamente todo o território nacional existem, por exemplo, danças folclóricas que retratam momentos de intercâmbio cultural entre estas etnias e seus contatos sociais com diferentes grupos. Algumas envolvem elementos participantes que podem ser associados a escravos fugidos e aos indígenas, e os contatos que tiveram com o restante da sociedade. Tais danças demonstram de maneira performática supostos embates, disputas, mortes e aprisionamento e re-escravização feitas ora por indígenas, ora por escravos. Nestas encenações são cantadas músicas que demonstram as imagens depreciativas que um determinado grupo possuía a respeito do outro, deixando claro, dentre outras coisas, a incapacidade de aceitar as diferenças do Outro. Além disso, tais danças executadas desde pelo menos o século XIX reafirmam a importância e a generalização da presença de negros e indígenas, e os conflitos sociais em diferentes áreas brasileiras. Se estas presenças não tivessem feito parte do cotidiano das populações, elas provavelmente não teriam registrado isto e, muito menos, teriam mantido as encenações em seus repertórios culturais. Desta forma, as interações entre estes grupos foram absorvidas e recriadas pelo folclore brasileiro para serem executadas em épocas de festas religiosas ou profanas, demonstrando que as localidades que em algum momento conviveram com estas etnias guardaram algum tipo de memória sobre isto.
3. Ainda que muitos quilombolas tenham sido recapturados ou mortos, e diferentes povos indígenas não tenham conseguido sobreviver física ou culturalmente ao avanço da sociedade branca por suas áreas, de uma forma ou de outra, alguns destes grupos conseguiram desenvolver mecanismos que capacitavam a sua manutenção no decorrer do tempo. Ao se tomar conhecimento do número de comunidades de descendentes de quilombolas e terras de negros, ou ainda de tribos indígenas espalhadas pelo território nacional que hoje em dia lutam para conseguir a posse efetiva de suas terras assegurada pela Constituição, percebe-se que a luta travada entre uma elite dominante controladora de terra e de poder e a de grupos dominados, quer sejam índios ou afro descendentes, anda não acabou.

4. As elites brasileiras e seus partidos ligados à preservação de interesses que privilegiam claramente a concentração de terras nas mãos de uns poucos, e a manutenção do domínio sob uma imensa maioria da população alijada de quaisquer benefícios, têm ainda hoje representatividade ampla. São os novos Pamplonas que ainda buscam

transformar o Brasil e toda sua riqueza cultural numa imensa aldeia criada nos moldes estrangeiros. Pamplona sonhava em ver o Sertão transformado numa parte da Europa. Nossos líderes preferem, ou percebem que assim conseguem maiores privilégios, transformar o país numa parte de um "mundo globalizado", onde a globalização nada mais é do que, dentre outras coisas, a perda da identidade de um povo e a manutenção de uma enorme diferença entre as camadas da sociedade – características essenciais à manutenção desta forma de governar.

Assim, analisar as trajetórias percorridas durante o século XVIII em Minas Gerais, conhecer as idéias acerca das populações que habitavam o Sertão, acompanhar as expedições enviadas, e entender o projeto civilizacional proposto para a Capitania, significaram na realidade, uma tentativa de entender o país hoje. Entender suas diferenças sociais, econômicas e culturais. Entender também não só a dispersão de nossa população, mas o processo que nos levou a isto e mais ainda, os mecanismos de exclusão social tão competentemente orquestrados por nossas elites no passado e ainda no presente.

Parte 6 - FONTES E BIBLIOGRAFIA

I – Fontes Primárias Manuscritas

A- Biblioteca Nacional – RJ:

Arquivo Conde de Valadares:

Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Conde de Valadares, Estância de São Simão 10.10.1769. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6.

Relatório de Cardoso de Souza para Conde Valadares. Local: Vila Vitória do ES. 15.9.1769 . Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6 documento 301.

Carta de Manoel Jacome Sueiro para Conde de Valadares. Local: Tejuco. 7.02.1769. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,3,5 . documento. 233.

Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Governador Valadares . s/data. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6 documento 7.

Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Governador Valadares Estância de São Simão, em 30.3.70. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6 documento 57.

Carta de Paulo Mendes Ferreira ao Governador Conde de Valadares, em novembro de 1769 Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6 documento não identificado.

Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Conde de Valadares.15.11.1769. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6 documento 19.

Carta de Manoel de Jesus Maria da Aldeia da Vila do Pomba 30.9.70 - Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6. documento 112.

Carta de Manoel Roiz da Costa ao Conde de Valadares em Borda do Campo em outubro 70 Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,4 documento 66.

Carta de João Seixa da Costa ao Conde Valadares em 28.8.70, Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,3,5 documento 25.

Carta da Câmara de Sabará ao Conde Valadares, em 30.12.1769. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,3,6. documento 116.

Carta De Ignácio Correia de Pamplona ao Governador Valadares, Tejuco, 3.4.70 Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,3.

Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Governador Valadares em 15.11.69. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6.

Carta de João Ribeiro de Freitas ao Conde de Valadares em 24.9.1769. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Cód. 18,3,5 documento 124.

Carta de Ignácio Correia Pamplona ao Conde de Valadares em 15.5.1770. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Cód. 18,2,6 documento 61.

Carta de Ignácio Correia Pamplona ao Conde de Valadares em 22.9.1770. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Cód. 18,2,3 documento 8.

Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Conde de Valadares. Sem data. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6.

Carta de João Ribeiro de Freitas para Conde de Valadares, em 24.09.1769 . Vila de São José . Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,3,5 documento 124.

Carta de Ignacio Correia Pamplona ao Governador Valadares. Estância de Santa Maria Francisco de Salles, em 7.10. 1769. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6.

Carta de João Pinto Caldeira ao Conde de Valadares, em 20.06.1770. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6 documento 74.

Carta de João Pinto Caldeira para Conde de Valadares, em 01.08.1770. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6 documento 78.

Petição dos moradores de Santa Cruz do Salto, da Boa Morte e de São Gonçalo ao Conde de Valadares, em 2.8.1770. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6 documento 97.

Memória que se deve observar na derrota que tem de seguir o Cap. Antônio Cardoso de Souza para a conquista do gentio a que vai destinado e do que há de praticar nesta importante diligência. De Conde de Valadares para Antonio Cardoso de Souza, Vila Rica, 9.4.1769 Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6 documento 308.

Carta do Padre Manoel Vieira Nunes ao Conde de Valadares. Sem data. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice 18,2,6 documento 321.

Carta de Gabriel Alves Costa para Conde de Valadares, em 12.03.1769, no Presídio do Cuiethé. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice:18,2,6 Documento 318.

Memória que se deve observar na derrota que tem de seguir o Cap. Antônio Cardoso de Souza para a conquista do gentio a que vai destinado e do que há de praticar nesta importante diligência 9.4.1769. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6 documento 308.

Carta de Paulo Mendes Ferreira, Comandante do Cuieté ao Governador Valadares, em novembro de 1769. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6.

Carta de Paulo Mendes F. Campelo ao Conde de Valadares, em 23.4.1770, Cuieté. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6 documento. 229.

Instrução e despedição que faz desta Estancia de São Simão do Rio da Ajuda da ordem do Ilmo Exmo Sr Conde de Valadares e General da Capitania de Minas Gerais, no dia 4 de setembro de 1769 Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos – Códice: 18,2,6 documento 3.

Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Governador Valadares, em 15.11.1769 Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6. Documento 19

Carta que Paulo Mendes Ferreira Campelo, Comandante do Arraial do Cuiethé enviou ao Governador Valadares em novembro de 1769.Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6.

Roteiro da paragem do rio Doce para Serra da Escadinha de 1770 - Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice: 18,2,6. documento 165.

Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice. 18,2,6 documento 111.

Carta de Manoel Rodrigues da Costa para o Sr.. Juiz ordinário Antônio Gonçalves Monte. Jan.1770. Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional , Seção de manuscritos. Códice: 18,3,5 documento 88.

Carta de Liberato J. Cordeiro ao Conde de Valadares, Arquivo Conde de Valadares. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos. Códice. 18,2,5 documento 216.

Arquivo Papéis Vários:

Carta do Conde de Serzedas para Antonio Pires de Campos 15.10. 1733 Documento. 18, Biblioteca Nacional 1,4,1 Papéis Vários.

Carta do Conde de Noronha para João de Godoi Pinto da Silveira Arraial de Prairas 11.1.1754 (Goiás) , Biblioteca Nacional documento. 17 - 1,4,1 papéis vários.

Carta do Conde de Noronha ao Sr Manoel de Campos Bicudo. 16.4.1753. Documento. 19 - Biblioteca Nacional 1,4,1 Papéis Vários.

Carta do Conde Valadares sem indicação de destinatário. Vila Rica, 9.12.1772. Papéis Vários -Biblioteca Nacional manuscritos – 1,4,1 . Documento 16.

Arquivo Casa dos Contos:

Ordens sobre a arrecadação e despesas - Ignacio Correia de Pamplona. Casa dos Contos. Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos I- 25,8,2 .

Carta de Ignácio Correia de Pamplona ao Sr João Roiz de Macedo. Mendanha, 25 de março de 1797. Coleção Casa dos Contos. I- 10,27,13 n. 2.
Carta de Ignácio Correia de Pamplona a Manoel Pereira Alvim, avisando do envio de um documento , Mendanha, Coleção Casa dos Contos I- 10,27,13 n. 3.

Documentos avulsos:

COSTA, Cláudio Manoel da. Memórias e notícias referentes a Província de Minas Gerais. II. 36,9,30.
Cópia de uma carta do padre Pero Rodrigues, Provincial da Província do Brasil da Companhia de Jesus para o padre João Alvares da mesma companhia, assistente do padre Geral, Bahia, 1.5.1697 , Biblioteca Nacional Códice: I- 31,28,53.

B – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RJ:

Representação dos oficiais da Câmara de V. Nova da Rainha para D. Maria I. Arquivo Ultramarino IHGB . caixa 142. Documento 53 CD 42 Local: Vila Nova da Rainha. 3.1.1796
Carta de Bernardo José de Lorena, governador das minas para D. Rodrigo de Souza Coutinho, dando cumprimento a sua carta de 22.8.1796, remetendo 48 caixotes com plantas vivas, ornatos, produtos artificiais, móveis domésticos e armas dos índios. 30.3.1799 . Arquivo Ultramarino. caixa.148, documento. 12. CD. 43
Carta de Luis Diogo para Francisco Xavier Furtado de Mendonça enviando relaçõ e mapas das marchas que se seguiram na diligência da mostra geral, iniciada em agosto de 1764 e terminada em dezembro. 6.3.1765. Arquivo Ultramarino. caixa 85 documento. 34, CD 24.
Carta de Conde de Valadares a João da Silva Tavares, em 3.7.1772. Arquivo Ultramarino. caixa. 103, documento 6, CD. 29
Carta de Conde de Valadares ao Marquês de Pombal. Em 20.11.1772. Arquivo Ultramarino. caixa 103. Documento 87, CD 30

C – Arquivo Nacional – RJ:

Ofício do Superintendente da Fazenda de Santa Cruz, Manoel Martins do Couto Reys ao Ilmo e Exmo. Sr. Francisco José Vieira, em 9.1.1822 Arquivo Nacional. caixa. 507

D – Arquivo Público Mineiro – BH:

SC Códice 159 fls. 31 v
SC 49. P. 81;82. 1741
SC Códice 163. Fls. 53
SC Códice 04, fls. 790-793
SC Códice 260 fls. 16 e 17
SC Códice 76 fls. 85v-86
SC Códice 84 fls. 108v-109
SC Códice 32 fls. 92v-93
SC- 130, fls. 55 e 56v.
SC 11. P. 118,118v.
SC 156 Livro de Sesmarias. 1767 Arquivo Público Mineiro

SC Códice 15. P. 109v 110
SC Códice 45 p. 64v 65
SC 241. P. CÓDICE. P. 70v
SC Códice 114. Fls. 28v-29
SC Códice 50 fls. 80-82
SC Códice 215 fl. 2v-3v; Códice 56, fl. 102v-103v; Códice 67, fl. 26; Códice 165, fl. 42
SC Códice 50, f. 90-96v
SC Códice 50. Fl. 90-96v.
SC Códice 35 documento. 110
SC Códice 35. Documento 110
SC 178 p. 10
SC Códice 177 p. 67
SC Códice 260 fls. 44v-45
CMOP. Códice 63 fl. 174
SG Códice 50 fl 43-44
SG Códice 159. P. 83v a 85. 11.12.1768
SG Códice 215. Fl. 2v-3v
SG Códice 29 documento 129.
SG Códice 60 fl. 118
Carta sobre ataques que se fizeram a vários quilombos. 12.7.1760 p. 5v -7 APM - SC 130 P Códice.
Ofício de Guido T. Marlière ao Presidente de Província de Minas Gerais. Em 12 de setembro de 1823. APM. SP JGP 1/8 caixa. 4
Alvará de D. José de 4 de abril de 1755. Códice 50, fl 71 APM
Carta de Sesmaria de Domingos Vieira da Mota, em 6.4.1754. SC 106 p. 140 APM
Relatórios dos Diretores de Índios .SG 04,07,12,15,20,21,22,24. Arquivo Público Mineiro
Carta de Guido T Marliere ao Tenente Coronel Inspetor Director Geral de índios - Quartel de Guidoval. 1.10.1823 Junta do Governo Provisório JGP 1821/1824 - Sub-Série: Diversos- SP - Caixa 5 JGP 18
Carta do Rei para o Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, em 30.1.1701. Cód. 952, vol 12 p. 72
Carta Régia do Governador sobre a formação de aldeias de ìndios na Comarca do Rio das Velhas para dispersar negros fugitivos. 4.11.1714. SC 04
Carta sobre ataques que se fizeram a vários quilombos , em 12.7.1760 - SC 130

E – Museu dos Inconfidentes – São João del Rei:

Testamento de Ignácio Correia de Pamplona -Test. 1821 caixa.100 São João del Rei
Inventário de Faustina Gonçalves. 1° Ofício cód. 10, auto 375 – 1750 Freg. Guarapiranga.
Inventário do Capitão Antonio Alvarez Ferreira. 1° Ofício cód. 36, auto 843 – 1750 Freg. Guarapiranga.

II- Fontes Primárias Impressas

Carta de Pedro Maria Xavier d'Ataíde e Mello ao Rei de Portugal, em 20.11.1806. Vila Rica. Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano 11, 1906 p. 294

Carta de Gomes Freire de Andrade aos Vereadores da Câmara de Vila Rica, em 16.6.1746. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Jan-jun 1903

Carta ao Provedor da Real Fazenda em 15.11.1774. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro vol. 84, p. 101

Carta de D. Marcos Noronha. Correspondências com a Corte. 20.1.1751- SDEGO Livro 192. P. 43. Apud: CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos indígenas: Goiás. 1749-1811. São Paulo: Nobel; Brasília:INL, 1983. P. 71

Carta de D. Marcos Noronha ao Ouvidor Geral Agostinho Luis, em 4.10.1751. SDEGO. Livro 192 p. 211v. Apud: CHAIM, Marivone Matos. Op. Cit. P. 83-84

Regimento de hua portaria que se deu no Caminho dos Guayazes para se conquistar o gentio Caiapó - Caminho dos Guayazes, no sítio do Payva, 18 de dez de 1736 -Conde de Sarzedas. p.120-121 Documentos Interessantes Arquivo de São Paulo. Typ Cia Industrial de São Paulo. n. 22 1896.

Registro de hum bando sobre se darem por captivos os gentios que se apanharem p. 153-4 - Dado nesta Vila Boa a 7.12.1740 – Documentos Interessantes. Arquivo de São Paulo. Typ Cia Industrial de São Paulo. n. 22

Regimento que há de observar o coronel Antonio Pires de Campos no estabelecimento dos Bororos, ajuste de Sua Magestade e procedimentos mais que há de Ter como abaixo se declara. Documentos Interessantes. Arquivo de São Paulo. Typ Cia Industrial de São Paulo. n. 22

Carta ao Provedor da Real Fazenda em 15.11.1774. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol 84, p. 101.

Breve notícia que dá o Capitão Antônio Pires de Campos. 20.5.1723. In: : TAUNAI, Afonso de E. Relatos Sertanistas. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp., 1981

Carta de Francisco Pires Farinho denunciando a ereção de uma nova capela para apossar das sesmarias dadas aos índios. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. vol. VII, 1960

Carta da Câmara de São José ao Rei, em 30 de setembro de 1744. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano II, fascículo II, abril a junho de 1897. P. 292 e ss.

Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do Governador D. Pedro de Almeida, de 1675-1678. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1859, vol 22. P. 305

Parecer do Conselho Ultramarino 20.12.1695. Apud. J. Nabuco. O Diretório no Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1941 p. 64-65

Carta do Padre Antonio Vieira a certo fidalgo. Bahia, 2 de junho de 1691. Apud. J. L. de Azevedo. História de Antonio Vieira. Lisboa, vol. II. P. 372.

Carta del dr. Vallejo al rey, San Juan, 14 de diciembre de 1550,AGI Santo Domingo 155, Ramo 1, núm. 9 Cit.por: MOSCOSO, Francisco. Formas de resistência de los escravos en Puerto Rico. Siglos XVI-XVIII. IN: America Negra, Bogotá, PontificiaUniversidad Javeriana. Dez 1995, n. 10 p. 31-48

AHU – Pará. caixa 110 documento. S/ número. Cit. Por DOMINGUES, Angela. Ameríndios do Norte do Brasil na Segunda metade do século XVIII: as contradições da liberdade. In: RSBRH. Curitiba, n. 12, 17-30, 1997. P. 21.

Carta de Francisco Xavier de M. Furtado ao Marquês de Pombal. In: Carneiro de Mendonça, M.(org). A Amazonas na Era Pombalina. Correspondência inédita do Governador e Capitão General do Estado do Grão Pará e Maranhão- Francisco Xavier M de Furtado, 1751-1759. Rio de Janeiro, IHGB, 1963. 28ª Carta p. 290 e ss.

Carta Régia de 12.5.1798 In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro n. XX. P. 433 e ss
Carta da Câmara de Tamanduá a cerca dos limites de Minas Gerais com Goias.- julho de 1793. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano II, fascículo 2, abril a junho de 1897
Requerimento dos moradores de S. Domingos do Araxá pedindo sua passagem para a Capitania de Minas Gerais. In: Revista do Arquivo Público Mineiro ano IX, Fascículos I e II, jan.-jun 1904
Cartas do Conde de Assumar o Rei de Portugal- Sobre os quilombolas e os castigos delles. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 3 (1): 251-66, 1898.
Notícia diária e individual das marchas e acontecimentos mais condignos da jornada que fez o Sr. Mestre de Campo Regente e Guarda Mor Ignácio Pamplona, desde que saiu de sua casa e fazenda do Capote às conquistas do sertão, até de tornar a recolher a mesma sua dita fazenda do Capote, etc, etc,etc. In: Anais da Biblioteca Nacional, vol 108, 1988 p. 47-113.
Notícia 1ª prática - que dá ao P. Manoel Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silva Braga, do que passou na Primeira Bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas do Guayases até sair na Cidade de Belém do Grão Pará. In: TAUNAY, Afonso de E. Relatos Sertanistas. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. P. 129
Notícia 1ª prática - que dá ao P. Manoel Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silva Braga, do que passou na Primeira Bandeira, que entrou ao descobrimento das Minas do Guayases até sair na Cidade de Belém do Grão Pará. TAUNAY, Afonso de E. Op. Cit. p. 128

III – Bibliografia secundária

1. Obras de memorialistas e viajantes

ANTONIL, André João. Cultura e opulência no Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1982.
BARBOSA, Cônego Januário da Cunha, Melhor meio de colonizar os índios dos sertões. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. N. 2 p.3-18 , 1840 e n.2 p.3-18. 1858.
BENCI, Jorge. Economia cristã dos senhores no governo dos escravos. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa. 1954.
BRITO, Francisco Tavares de. Um raríssimo impresso do século XVIII: o itinerário do Rio de Janeiro as minas do ouro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 230 jan.- março. 1956.
CADAMOSTO, Luis de. Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra. Academia portuguesa da História. Lisboa, 1988.
CAMPOS, Antonio Pires de. Breve notícia do gentio bárbaro que há na derrota das viagens das Minas do Cuiabá. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 25. 1862.
CARDIM, Fernão. Tratado da terra e da gente do Brasil. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1939.
COELHO, Teixeira J. J. Instruções para o governo da Capitania de Minas Gerais. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. v. 105. 1852.
COUTINHO, J.J. da Cunha Azeredo. Obras econômicas. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1966.
Concordância das Leis de Portugal e das Bullas Pontíficias das quaes humas permitem a escravidão dos pretos d' Africa, e outras prohibem a escravidão dos índios do Brasil. Lisboa, Nova Oficina de João Rodrigues Neves. 1808.
COUTO, Domingos Loureto. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco. In: Anais da Biblioteca Nacional. Livro 8, vol. 25. p. 540.
CUBAS, Bras. Descobrimento e desbravamento do território de Minas Gerais. Revista do Archivo Publico Mineiro. Belo Horizonte, 7: 549-94, 1902.
Descrição dos sertões de Minas, despovoação, suas causas e os meios de os fazer florentes. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro volume XXV p.430. 1801.
FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica. São Paulo: Conselho Federal de Cultura, 1972.
FREiREYSS, G.W. Viagens a várias tribos de selvagens na capitania de Minas Gerais. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, Typ. Diário Oficial, 6: 236-52. 1901.

FREiREYSS, G.W. Viagem ao interior do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Edusp. 1982.
GANDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil. Vol. 1 e 2. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980.
LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 1974.
LISBOA, Joaquim José de. Descrição curiosa das principais produções, rios, animais do Brasil, principalmente da Capitania de Minas Gerais. Lisboa, Imprensa Régia, 1806.
MATOS, Cunha. Corografia histórica da província de Minas Gerais. vol 1 e 2. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 1974.
MAIA, Aristides de. História da Província de Minas Gerais. Revista do Archivo Publico Mineiro. Belo Horizonte. 7: 29-55, 1902.
PEREIRA, Pacheco Duarte. Esmeraldo de Situ Orbis. Lisboa, Academia portuguesa de História. 1988.
PIZARRO, Memória histórica da Província de Minas Gerais. Revista do Archivo Publico Mineiro. Belo Horizonte. 13: 523-639, 1909.
OLIVEIRA, José J. Machado de. Os Cayapós. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 24, 1861.
OTTONI, José Eloi. Memória sobre o estado actual da capitania de Minas Gerais estando em Lisboa no ano de 1789. Anais Biblioteca Nacional, vol. 30 Rio de Janeiro, Typ. Biblioteca Nacional, 1912.
REYS, Manuel Martins do Couto. Manuscritos de Manuel Martins do Couto Reys.- 1785 - Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. 1997.
ROCHA, José Joaquim da. Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.
ROCHA, Manoel Ribeiro da. Etíope resgatado, sustentado, corrigido, instruído e libertado. Petrópolis: Vozes, 1992.
SÁ, Joseph Barbosa de. Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos. (1775). Cuiabá, SEC/UFMT, 1975.
SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil. 1500-1627. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1931.
SANTOS, Joaquim Felício dos . Memórias do Distrito Diamantino. Petrópolis. Vozes, 1978.
SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1971.
SOUZA, Pero Lopes de. Diário de Navegação. São Paulo: Ed. Obelisco, 1964
ZURARA, Gomes Eanes. Crônica de Guiné. Lisboa, Livraria Civilização, 1994.

2. Obras gerais

ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques. A História Nova. São Paulo, Martins Fontes, 1990.
AZEVEDO, Francisca N e MONTEIRO, John Manuel. Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1997.
BELLUZO, Ana Maria de Moraes. O Brasil dos viajantes. São Paulo: Objetiva, 1999.
BURKE, Peter (org). A escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo. Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.
FALCON, Francisco. A Época Pombalina. São Paulo: Ática, 1982.
FARIA, Sheila de Castro. A questão da "terra livre" no Brasil colônia e conflitos sociais. In: II Congresso Brasileiro de História Econômica. Anais, vol. 1, Niterói: ABPHE, 13-16 de outubro de 1996.
A Colônia em movimento: fortuna e família no Cotidiano colonial. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1998.
FRAGA FILHO, Walter. Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XVIII. São Paulo: Hucitec; Bahia: Edufba, 1996.
GASKELL, Ivan. História das imagens. In: Burke, Peter. A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo, Ed. Universidade Estadual Paulista, 1992.
GERBI, Antonello. O Novo Mundo: história de uma polêmica. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
GINZBURG. C. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: A Micro História e outros ensaios. São Paulo, Difel, 1989.
HERKENHOFF, Paulo. O Brasil e os holandeses: 1630-1654. São Paulo: Sextante, 1999.
LEVI, Giovanni. Sobre a Micro História. In: Burke, Peter. A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo, Ed. Universidade Estadual Paulista, 1992.
LIMA, Luis Costa. Terra Ignota – A construção de Os Sertões. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

LLOYD, Christopher. As estruturas da História. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 1995.
MAXWELL, Keneth. Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
MATOSO, José (org). História de Portugal. Volume 4: O Antigo Regime. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.
MENDONÇA, M. (org). A Amazonas na Era Pombalina. Correspondência inédita do Governador e Capitão General do Estado do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier Mendonça de Furtado. 1751-1759. Rio de Janeiro: IHGB, 1963.
NEVES, Luis Felipe Baeta. O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1978.
PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo, Brasiliense, 1957.
RAMINELLI, Ronald. Imagens da colonização: A representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 1996.
RANDLES, W.G.L. L'Image du Sud-est africain dans la literature européenne au XVI siècle. Lisboa, Centro de estudos históricos Ultramarinos. 1959.
RODRIGUES, José Honório. Brasil e África: outro horizonte. Rio de janeiro: Civilização Brasileira.
SALLAS, Ana Luisa Fayet. Ciência do homem e sentimento da natureza: viajantes alemães no Brasil do século XIX. Tese de doutorado . Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.
SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: Burke, Peter. A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo, Ed. Universidade Estadual Paulista, 1992.
SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). Tese de Doutorado- UFF, Niterói, 1990.
VENTURA, Roberto. Estilo tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
TODOROV. T. A conquista da América: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

3. Obras sobre escravidão negra

ALGRANTI, Leila Maria. O feitor ausente . Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822. Petrópolis, Vozes, 1988.
. Criminalidade escrava e controle social no Rio de Janeiro, (1810-1821). In: Estudos Econômicos. pp 45-7918, n. especial, 1988.
AMANTINO, Marcia. O mundo dos fugitivos: Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX. Dissertação de mestrado inédita. Rio de Janeiro, IFCS, 1996.
"Banditismo social e quilombolas no Rio de Janeiro, século XIX. In: Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social. Rio de Janeiro, UFRJ, n. 1, 1995.
"O perfil demográfico do escravo fugitivo". In: Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, CEAA, outubro de 1997.
" Os diferentes lados de uma mesma moeda: o abolicionismo de Patrocínio e de Lacerda". In: Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora: UFJF, vol. 3, n.1, jan/jun.1999 p. 19-35
AZEVEDO, Célia M. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites- séc. XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
BAKOS, Margareth. Considerações em torno do protesto escravista negro no Rio Grande do Sul (1738-1748). In: Estudos Econômicos. pp. 167-180. São Paulo. v. 18, n. especial, 1988.
BALDO, Mario. O capitão-do-mato. Dissertação de mestrado. Curitiba, Universidade Federal do paraná. 1980.
BLASSINGAME, J. W. Slave personality types. In: Slave Community, Nova York, Oxford University Press, 1972.
CARDOSO, Ciro F.S. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis, Ed. Vozes, 1979.
CARDOSO, Fernando H. Capitalismo e escravidão no Brasil meridonal. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo, Difusao Europeia do Livro, 1962.
CARNEIRO, Edson. Ladinos e Crioulos estudos sobre o negro do Brasil. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1964.
CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. A Igreja e a escravidão: uma análise documental. RJ, Presença Ed.; INL, Brasília, 1985.
CASTRO, Hebe M. & Schnoor, Eduardo. (org) . Resgate: uma janela para o oitocentos, Rio de Janeiro, Topbooks, 1995.
CHAULOUB, S. Visões da Liberdade. Uma História das últimas décadas da escravidão na Côrte. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
CORSO, Gabino de la Rosa. Los cimarrones de Cuba. Habana. Editorial de Ciencias Sociales. 1988.

COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à Colônia. São Paulo, Brasiliense, 1989.
Da Monarquia à República: Momentos decisivos. São Paulo, Ed. Grijalbo, 1977.
CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravatura no Brasil. Rio de janeiro. Civilização Brasileira, 1975.
CURTIN, P. Major Trends. In: The Atlantic slave trade: a census. Madison, The university of Wisconsin Press, 1969.
DIAS, Manuel Nunes. Pombal, o índio e o negro na problemática econômica da Capitania do Maranhão. Memória da Semana de História, 4, Franca, p. 55-68, 4-8 out, 1982.
FIGUEREDO, Ariovaldo. O negro e a violência do branco: O negro em Sergipe. Rio de Janeiro, J. Alvaro Editora, 1977.
FLORENTINO, Manolo G. Em costas negras: Um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o porto do Rio de Janeiro. 1790-1830. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
FRAGOSO, João L. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista exportadora. In: Linhares, Maria Y. (org) . História Geral do Brasil. Rio de Janeiro, Campus, 1990.
FREYRE, Gilberto. Casa Grande e senzala. Rio de Janeiro. Liv. José Olímpio, 1977.
O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX, Recife. Imprensa Universitária, 1963.
FREITAS, Décio. O Escravismo brasileiro. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia; S. Lourenço de Brindes, Instituto Cultural Português, 1980.
FINLEY, M. Escravidão antiga e ideologia moderna, Rio de Janeiro. Graal, 1991.
GEBARA, Ademir. Escravidão, fugas e controle social. In: Estudos Econômicos, v. 18, n. especial,. pp. 103-146. 1988
GOMES, Heloisa Toller. As marcas da escravidão - O negro e o discurso oitocentista no Brasil e nos EUA. Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo, Editora Atica, 1982.
A escravidão reabilitada. São Paulo, Atica, 1990.
GOULART, João A. Da fuga ao suicidio. Aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1972.
GRAF, Marcia E. Campos. De agredidos a agressores: um estudo sobre as relações sociais entre senhores e escravos no Paraná do século XIX. In: Estudos Econômicos. v. 18, n. especial, pp. 147-166.1988.
GENOVESE, E. Da Rebelião a Revolução, São Paulo, Global, 1983.
. A economia política da escravidão. Rio de Janeiro, Ed. Pallas, 1976.
GOES, José R. O Cativeiro imperfeito: Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, Vitória, Lineart. 1993.
JIMENEZ, Rafael Duharte. El negro en la sociedad colonial. Santiago de Cuba, Editorial Oriente, 1988.
KARASH, Mary C. Slave life in Rio de Janeiro, Princeton, Princeton University Press, 1987.
KOSSOY, Boris e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O olhar europeu: O negro na iconografia brasileira do século XIX. São Paulo, EDUSP, 1994.
LARA, Silvia H. Campos da violência . Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750/1808. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
LOPES, Luis Carlos. O espelho e a imagem: o escravo na historiografia brasileira. RJ, Achiamé, 1987.
LUNA, Luna. O negro na luta contra a escravidão. Rio de Janeiro, Editora Cátedra, Brasília, INL, 1976.
MACHADO, H. Violência e resistência na cafeicultura escravista do Rio de Janeiro. In: Revista do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Ed. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ano 1 n.1.1993.
. Escravos, senhores e café: a crise da cafeicultura escrava no Vale do Paraíba Fluminense 1860-1888. Niterói, Clube de literatura Cromos, 1993.
MACHADO, Maria Helena. Crime e escravidão. São Paulo, Brasiliense, 1987.
O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. SP: UFRJ/EDUSP, 1994
MALHEIRO, Perdigão. A Escravidão no Brasil - Ensaio Histórico, Jurídico e Social. v. 1 Petrópolis,Vozes, 1976.
MATTOSO, Katia, Ser escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1990.
MEDINA, João e HENRIQUES, Isabel Castro. A rota dos escravos: Angola e a rede do comércio negreiro. Lisboa: Cegia, 1996.
MOSCOSO, Francisco. Formas de resistência de los escravos em Puerto Rico. Siglos XVI-XVIII. In: América Negra. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana. n. 10 p. 31-48. 1995.
MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. A travessia da calunga Grande: Três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899). São Paulo: Edusp. 2000.
NINA, Rodrigues. Os africanos no Brasil, São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1976.
OSCAR, João. Escravidão e engenhos. Rio de Janeiro. Achiamé, 1985.
PINHEIRO, Claudio C. Os Desaparecidos: o cotidiano das fugas de escravos na Corte. 1835-1865. Rio de Janeiro, monografia de bacharelado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

PINAUD, João J. Insurreição negra e justiça. Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura, OAB, 1987.
QUEIROZ, Sueli R. Rebeldia escrava e historiografia. In: Estudos Economicos. São Paulo. v. 17 n. especial, pp. 7-35.1987.
REIS, João José . Rebelião escrava no Brasil.: a luta do levante dos Malês (1835), São Paulo, Brasiliense, 1986.
REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
SALES, Vicente. O negro no Pará sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.
SANTOS, José Maria dos. Os republicanos paulistas e a abolição. São Paulo, Livraria Martins, 1942.
SCHWRCZ, Lilia Moritz e REIS, Letícia Vidor de S. Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo, EDUSP; Estação ciência, 1996.
SCHWARTZ. S.B. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835. São Paulo, Cia das Letras, 1988.
SILVA, B da. "Projeto de Lei - Regulamenta o procedimento de titulação da propriedade imobiliária aos remanescentes das comunidades dos quilombos, na forma do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Senado Federal, Brasília, DF, 1995.
SILVA, Eduardo & REIS, João J. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista, São Paulo, Cia das Letras, 1989.
SILVA, Leonardo Dantas. A imprensa e a abolição. Recife, FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988.
SOARES, Marisa de Carvalho. Identidades étnicas, religiosidade e escravidão. Tese de doutorado defendida na UFF, Niterói, 1997.
THORNTON, John. African dimensions of the Stono Rebellion. The American Historical Review, v. 96, n. 4 pp. 1101-1113, 1991.
VAINFAS, Ronaldo. Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial. Petrópolis; Vozes, 1986.
VOLPATO, Luiza R. Ricci. Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá Em 1850-1888, Editora marco Zero e Editora Federal de Mato Grosso, 1993.

4. Obras específicas sobre quilombos

AMANTINO, Marcia. Comunidades quilombolas na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores. In: SOUZA, Jorge Prata de. (org). Escravidão: Ofícios e liberdade. Rio de Janeiro: Arquivo Público. 1998.
ANDRADE, Lucia M. M. de. Os quilombos da Bacia do rio Trombetas: breve histórico. In: Revista de Antropologia. São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 38, n. 1, p. 79-99, 1995.
BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e quilombos em Minas Gerais. Belo Horizonte, s/ed., 1972.
Quilombo Grande. Revista de História e Arte, Belo Horizonte, (6): 24-8, 1964.
CARNEIRO, Edson. Singularidades dos quilombos. In: Les Afro Américains, Dakar, 1953.
CARVALHO, José Jorge de (org). O quilombo do Rio das Rãs. Histórias, tradições e lutas. Salvador, EDUFBA, 1995.
COSTA FILHO, Miguel. Quilombos. In: Estudos Sociais Rio de Janeiro. n. 7, 9,10,11, respectivamente, ano III, março 1960, vol 3, out 1960 e v. 3 julho 1961.
DEBIEN, Gabriel. Marronage in the French Caribben. In: Price, Richard Marron societies, rebel slave comunities in the Americas. Baltimore and London, The Jonhs Hopkins University Press,. pp. 107-134. 1979.
FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Um natal de negros: esboço etnográfico sobre um ritual religioso num quilombo amazônico. In: Revista de Antropologia. São Paulo, Univesidade de São Paulo, vol 38, n. 2, p. 207-238, 1995.
FUNES, Eurípedes A. "Nasci nas matas, nunca tive senhor"- História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil . São Paulo, Companhia das Letras,1996.
GAMA, Carmo. Quilombolas; lenda inédita. Revista do Archivo Público Mineiro, Belo Horizonte, (3-4): 827-66, jul/dez. 1904.
GOMES, Flavio dos S. História de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro. séc. XIX. Tese de Mestrado. Departamento de Historia do IFCH. Universidade estadual de Campinas. 1992.
Seguindo o mapa das minas: plantas e quilombos mineiros setecentistas. In: Estudos Afro-Asiáticos (29): 113-142, março de 1996.
GUIMARÃES, C. M. Quilombos: uma negação da ordem escravista. São Paulo, Icone, 1992.
O quilombo do Ambrózio: lenda, documento e arqueologia. In: Estudos Ibero Americanos, PUCRS, XVI, pp. 161-174,1990.

Os quilombos do século do ouro. In: Revista do departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, n. 6, pp. 15-46.1988.

Quilombo e brecha camponesa. Minas Gerais. Século XVIII - In: Revista do Departamento de História 8, julho 1989.

Quilombos: classes, Estado e cotidiano – Minas Gerais, século XVIII. Tese de doutorado. USP, 1999.

Mineração, quilombos e Palmares. Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil . São Paulo, Companhia das Letras,1996.

LARA, Silvia Hunold . Do singular ao plural- Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil . São Paulo, Companhia das Letras,1996.

LEAL, Hermes. Quilombo: Uma aventura no Vão das Almas. São Paulo, Ed. Mercuryo, 1995.

MAESTRI FILHO, Mario J. Quilombos e quilombolas em terras gaúchas. Porto Alegre. Escola Superior de Teologia; São Lourenço de brindes; Caxias do Sul, UCS, 1979.

MARANHÃO, ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. A invasão do Quilombo do Limoeiro. São Luís: SIOGE, 1992.

MARTINS, Tarcisio José. Quilombo do Campo Grande: A história de Minas roubada do povo. São Paulo. Gazeta Maçonica, 1995.

MOURA, Clovis. Os Quilombos e a rebelião negra. São Paulo, Brasiliense, 1987.

. Quilombos: Resistência ao escravismo. Rio de Janeiro, Atica, 1987.

. Rebeliões da senzala. Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1972.

O'DWYER, E.C. (org). Terra de quilombos. ABA, Rio de Janeiro, 1995.

Remanescentes de quilombos na fronteira amazônica: a etnicidade como instrumento de luta pela terra. In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) n. 3.vol. 3 pp 26-38, 1993.

PEDREIRA, Pedro Tomás. Os quilombos brasileiros. Prefeitura Municipal de Salvador. SMEC, 1973.

PINTO, Luiz Antonio. Batedura de quilombos. Revista do Archivo Publico Mineiro, Belo Horionte, (1-2): 383-4, jan/jun. 1903.

RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil . São Paulo, Companhia das Letras,1996.

REIS, João José. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro - Bahia, 1806. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil . São Paulo, Companhia das Letras,1996.

SCHWARTZ, Stuart B. Mocambos, quilombos e Palmares: A resistência escrava no Brasil colonial. In: Estudos Econômicos. São Paulo, v. 17, n. especial, p. 61-88, 1987.

SOUZA, José A. Soares. Quilombo de Bacaxá. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 253, pp. 3-11, 1961.

SOUZA, Laura de Mello e. Violências e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas . In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil . São Paulo, Companhia das Letras,1996.

5. Obras sobre indígenas

ALMEIDA, Rita Heloisa de. O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII. Brasília: Ed. UNB, 1997.

ASSIS, Valéria S de. Uma proposta de análise espacial de sítios tupinambá pela abordagem Etnoarqueológica. Comunicaçào apresentada no IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro. 22 a 26 de setembro de 1997.

BARROS, Clara Emília Monteiro de. Aldeamento de São Fidélis: o sentido do espaço na iconografia. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Imagens de índios do Brasil: o Século XVI. In: Estudos Avançados. Ano 4. n.10, 1994.

DOMINGUES, Ângela. Os conceitos de Guerra Justa e resgate e os ameríndios do Norte do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Brasil: Colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000.

GOMES NETO, Darcy. O indianismo na poesia brasileira: contradições ideológicas. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado, PUC, 1982.

KARASH, Mary. Conflito e resistencia inter-étnicos na fronteira brasileira de Goiás, nos anos 1750 a 1890. In: Revista da SBPH, Curitiba, n. 12, 1997.

NAZZARI, Muriel. Da escravidão à liberdade: a transição de índio administrado para vassalo independente em São Paulo Colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Brasil: Colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000.
NEME, Sérgio. Dados para a história dos índios Caiapó. In: Anais do Museu Paulista, n. 23. p. 190-248, 1969.
OILLAN, Junior. Indígenas de Minas Gerais. Belo Horizonte, s.ed. 1965.
OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O contato interétnico e o estudo de populações. In: OLIVEIRA, R. C. A sociologia do Brasil indígena. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.
RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização. Petrópolis, Vozes, 1977.
SOIHET, Raquel. O drama da conquista na festa: reflexões sobre a resistência indígena e circularidade cultural. In: Estudos históricos. Rio de Janeiro, V. 5. N. 9 p. 44-59, 1992.
SILVA, Francisco Ribeiro da. A legislação seiscentista portuguesa e os índios do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Brasil: Colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000.
VAINFAS, Ronaldo. A Heresia dos Índios: religião e catolicismo popular no Brasil colonial. São Paulo: Cia das Letras. 1995.
VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais. 1711-1725. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 17, n. 34, P. 165-181, 1997.

6. Obras sobre Arqueologia, Etnologia, Folclore, Literatura e Antropologia

ALMEIDA, Renato. História da música brasileira. Rio de janeiro: Briguiet & Comp. 1942.
ARAÚJO, Alceu Maynard. Folclore nacional: festas, bailados, mitos e lendas. São Paulo: Melhoramentos, 1967.
BANDEIRA, Maria de Lourdes. Território Negro em espaço branco. São Paulo, Brasiliense, 1988.
CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro, Francisco Alves Ed. 1990.
Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas. In: CLASTRES, P.et alli. Guerra, religião, poder. Lisboa, Ed. 70, 1980.
DUCHET, Michele. Antropologia e história en el siglo de las luces. México, Siglo Ventiuno, 1988.
FUNARI, Pedro P. A Arqueologia e a cultura africana nas Américas. In: Estudos Ibero Americanos, PUCRS, v. XVII, n. 2, pp. 61-71, 1991.
. The archaeology of Palmares and its contribution to the understanding of the History of African - American culture. In: Historical Archaelogy in Latin America, Columbia, The University of South Carolina, pp. 1-41, 1995.
FUNARI, Pedro P. & ORSER Jr., Charles E. Pesquisa Arqueológica inicial em Palmares. In: Estudos Ibero Americanos, PUCRS, v. XVIII, n. 2, pp. 53-69, 1992.
GAMA, Basílio da. Uraguai. Rio de Janeiro. Livraria Agir, 1964.
GEERTZ, Cliford. A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1989.
Negara. O Estado teatro no século XIX. Lisboa, Difel, 1980.
GUIMARÃES, Carlos M. & Lanna, Ana l. D. Arqueologia de quilombos em Minas Gerais. In: Pesquisas, Rio Grande do Sul, Instituto Anchietano de Pesquisas, p. 147-164, 1980.
GUIMARÃES, Carlos M. O quilombo do Ambrózio: Lendas, documentos e arqueologia. In: Estudos Ibero Americanos, volume. XVI, p. 161-174n. 1 e 2 jul\dez, 1990.
LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro, Zahar, 1989.
LEROI- Gourhan. O gesto e a palavra. Lisboa, Ed. 70 s/d.
KARASH, Mary. "Minha Nação". Identidades escravas no fim do Brasil Colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Brasil: Colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000.
MEILLASSOUX, Claude. Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.
. Mulheres, celeiros e capitais. Porto: Afrontamentos, 1976.
MELLO, Oliveira. Minha terra: suas lendas e seu folclore. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1970
MERCER, B. The American Community. Nova York, Random House, 1956.
PRATT, Mary Louise. Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999.
PROUS, André. Arqueologia brasileira. Brasília, Universidade Nacional de Brasília, 1992.
QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Historia y etnologia de los movimientos messianicos. México, Siglo XXI, 1969.
RAMOS, Artur. O folclore negro do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1954.
. As culturas negras. Rio de Janeiro, Ed. Casa do Estudante do Brasil., vol. III, s/d.
RAMOS, Donald. A influência africana e a cultura popular em Minas Gerais: um comentário sobre a interpretação da escravidão. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Brasil: Colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000.
RODRIGUES, Nina Raimundo. Os Africanos no Brasil. São Paulo, Cia Editora Nacional. Brasilia, INL, 1976.
. As coletividades anormais. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1939.

VOGT, Carlos e FRY, Peter. Cafundó: A África no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

7 - Obras sobre Minas Gerais

ANASTACIA, Carla Maria Junho. Vassalos rebeldes: Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Trabalho apresentado para o concurso de professor titular na área de História do Brasil. Departamento de História. UFMG, 1995.
CORREA, Leopoldo. Achegas à história do Oeste de Minas. Belo Horizonte: Gráfica de BH, 1955.
FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Barrocas famílias: Vida familiar em Minas Gerais do século XVIII. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A Princesa do Oeste: Elite mercantil e economia de subsistencia em São João del Rey. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais. Revista do Departamento de História. Belo Horizonte, (2): 7-36, jun 1986.
MARTINS, Marcos Lobato. Mineração, agricultura e degradação ambiental em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. In: LPH. Revista de História. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto N. 4, 1993/4.
MAXWELL, Kenedy. A devassa da devassa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
MELO, Oliveira. As minas reveladas: Paracatu no tempo. Prefeitura Municipal de Paracatu, 1994.
MIGUEL, Reginaldo Pereira de. Centenário de Bambuí. Prefeitura Municipal de Bambuí, 1986
PAULA, José Antonio de. O Prometeu no sertão: economia e sociedade da capitania das Minas dos Matos Gerais. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo.1988.
SILVA, Celia Nonata da. A teia da vida: violência interpessoal nas minas setecentistas. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.
SILVEIRA, Marco Antônio. O Universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas. 1735-1808. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 1994.
SLENES, R. Os múltiplos dos porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Campinas, SP. Unicamp, 1985.
SOUZA, Laura de Melo e. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
Norma e conflito: Aspectos da História de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.
Coartação- problemática e episódios referentes a Minas Gerais no século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Brasil: Colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000.
VENÂNCIO, Renato Pinto. Cativos do Reino: A importação de escravos de Portugal para Minas Gerais colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Brasil: Colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000.

8- Obras sobre expansão territorial, fronteiras e povoamento

ABREU, Capistrano de. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. S/local. Livraria Briguiet, 1930.
AMADO, Janaina e PIMENTEL, Sidney. Passando dos limites. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 1995.
AMOROSO, Marta Rosa e FARAGE, Nádia. Relatos da fronteira amazônica no século XVIII: Alexandre Rodrigues Ferreira e Henrique João Wilckens. São Paulo: NHII-USP e Fapesp. 1994
ARAGO, Jorge Ignácio del Valle. Ordenamiento territorial en comunidades negras del Pacifico Colombiano: Olaya Herrera Narino. In: America Negra. Bogotá. Pontificia Universidad Javeriana.. n. 10. p. 31-48. Dez. 1995.
BASTOS, Wilson de Lima. Caminho Novo: Juiz de Fora. Juiz de Fora: Ed. Paraibuna, 1993.
HOLANDA, Sergio Buarque de. Caminhos e fronteiras. Rio de Janeiro, J. Olímpio Ed. 1975.
MAGALHÃES, Basílio de . Expansão geográfica do Brasil Colonial. São Paulo. Ed Nacional. INL. 1978.
MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. In: Revista de Antropologia, São Paulo. Universidade de São Paulo, v.40 n. 2. 1997.
MARCÌLIO, Maria Luiza. Migrações no Brasil colonial: uma proposta de classificação. In: LHP. Revista de História. Vol. 1, n.1, 36-45, 1990
PIMENTA, Dermeval José. Aspectos do povoamento do leste mineiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, vol. XIV, 1969-70.

SANCHES, Marco Guimarães. Expansão colonial e fronteira: a fronteira na política Bragantina. Trabalho apresentado na conclusão do curso: Relações internacionais: as políticas expansionistas Luso-Brasileiras e de Buenos Aires na Região Platina e a Questão da formação dos Estados Nações. UFRJ, junho, 1994.
SOUZA, Laura de Mello e . Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: História da Vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo, Cia das Letras, 1997.
TURNER, C. J. La fronteira en la historia americana. Madrid, Castela. 1960.
VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de expansão e estrutura agrária. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1972.

9. Obras sobre o Sertão

CAMBRAIA, Ricardo de B. e MENDES, Fabio Faria. A colonização dos Sertões do Leste Mineiro: política de ocupação territorial num regime escravista. In: Revista do departamento de História. Belo Horizonte: p. 137-150 n. 6, jul. 1988.

CARRARA, Angelo Alves. O sertão no espaço econômico da mineração. In: LPH. Revista de História. N. 6, Mariana, 1996.

FARAGE, Nádia. As muralhas dos Sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro, Paz e terra, ANPOCS, 1991.
GUIMARÃES, Eduardo Nunes. A transformação econômica do Sertão da Farinha Podre: o Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. In: Revista de História e perspectivas. Uberlândia. 4:7-35, jan-jun, 1991.
LEONARDI, Vitor P. Entre árvores e esquecimentos: História social nos sertões do Brasil. Brasília, Paralelo 15 Ed. 1996.
LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ, UCAM, 1999.
OLIVEIRA, Lucia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: História, Ciência e Saúde: Manguinhos. Suplemento Brasil ser tão Canudos. Vol. 5, julho 1998.
OLIVEIRA, Ricardo de. Sertão e Nação: Euclides da Cunha e a construção da Brasilidade Sertaneja. Dissertação de mestrado, UFRJ, 1998.

10. Obras de referência

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia. 1995.
CASCUDO, Câmara. Dicionário de folclore brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Ouro, 1972.
BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português e latino. Lisboa, Oficina de Pascoal da Sylva. 1713.
FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: séculos XVI, XVII, XVIII. São Paulo: Comissão do Quarto centenário da cidade de São Paulo, 1953.
FIGUEIREDO, Cândido de. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa, Ed. Tavares Cardoso e irmão. 1899.
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro; FGV, 1987.
SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário da língua portuguesa. Lisboa, Oficina de Simão Tadeo Ferreira, 1789.

Índice Remissivo

A capitania de Goiás, 40

Academia, 73, 112, 113

academias, 77

África, 55, 111, 112, 113, 116, 119, 121, 126, 153, 207, 209, 375, 382

africana, 105, 109, 110, 119, 121, 122, 126, 138, 139

africanos, 92, 93, 118, 119, 124, 125, 127, 128, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 145, 146, 153, 166, 229

agricultura, 189, 195, 196, 200, 215, 227, 239, 316, 331, 332

Aimorés, 91

Albert Ekhout, 66

aldeamento, 64, 66, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 245, 268, 269, 270, 271, 272, 275, 278, 279, 321

aldeamentos, 84, 85, 86, 96, 109, 227, 268, 274, 275, 277, 278, 279, 293, 294

aldeia, 88, 107, 227, 230, 262, 264, 266, 270

Alexandre Rodrigues Ferreira, 81, 383

Alphonse de Saintonge, 112, 116

Amado, 21, 249

América, 68, 73, 74, 76, 81, 87, 92, 120, 135, 150, 163, 240, 242, 265, 294, 377, 383

Antonil, 121, 124, 125

Antônio Vieira, 121, 150

antropofagia, 76

antropófago, 245

antropófagos, 65, 68, 87, 88, 101, 116

Antropologia, 196, 378, 380, 381

Arcádia Lusitana, 293

Arcádia Ultramarina, 302

Arcadismo, 165, 292, 293, 297, 301, 302

Arcadismo Mineiro, 165, 301

arqueologia, 208, 379, 381

Arraial do Rio das Velhas, 44

assaltos, 189, 193, 219

Azenegues, 114, 115, 118

Azeredo Coutinho, 79, 121, 332

bandeira, 86, 171, 323, 339

Bandeira, 104, 174, 246, 322, 372

Bandeiras, 317, 326, 335

bandidos, 24, 159, 268

barbárie, 24, 50, 51, 65, 71, 77, 118, 177, 238, 243, 245, 246, 247, 248, 277, 301, 327

bárbaros, 29, 45, 46, 48, 49, 70, 77, 81, 82, 87, 88, 92, 102, 103, 125, 126, 159, 241, 243, 244, 245, 257, 258, 267, 268, 270, 317, 324, 337

Barroco, 292

Bartolomeu Bueno do Prado, 49

Basílio da Gama, 296, 298, 301

Benci, 121, 122, 123, 124, 125, 162

Benzaquen, 72

Bluteau, 26, 242

Bororos, 86, 97, 99, 100, 107

Botocudos, 86, 100, 101, 240, 245, 320

Botocudos., 31, 93

Buffon, 73, 74, 81

Cadamosto, 112, 113, 114, 116, 373

Caiapó, 86, 88, 96, 97, 98

Caiapós, 45, 86, 96, 97, 98, 99, 100, 240, 283, 291

calhambolas, 228, 318, 337, 339

Câmaras, 42, 45, 46

Campo Grande, 37, 38, 39, 42, 45, 46, 47, 86, 97, 127, 160, 183, 184, 185, 186, 194, 195, 198, 206, 208, 267, 282, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 304, 312, 314, 315, 318, 328, 336, 339, 340, 379

canibais, 87

capitação, 311, 312, 313

Capitania de Minas Gerais, 44, 372

Capitania de São Paulo, 40, 41, 174

Capitania do Rio de Janeiro, 41, 42, 99, 105, 279, 325, 370

capitão, 201, 230, 376

Cardim, 65

carijó, 106

carijós, 105, 106, 108, 178

Carlos Julião, 141

catequização, 85, 87, 251, 276, 321

Cerrado, 39

civilidade, 24, 48, 51, 55, 66, 82, 118, 165, 166, 169, 177, 267, 268, 287

civilização, 32, 33, 70, 80, 84, 242, 251, 263

civilizadores, 25, 72, 75, 76, 79, 80, 241, 243, 245, 247, 248, 266, 268, 279, 301, 302, 326, 327, 380

Cláudio Manoel da Costa., 301

coivara, 239

Colombo, 82, 243

colônia, 23, 48, 49, 55, 119, 120, 150, 153, 161, 162, 163, 170, 174, 277, 294, 295, 329, 374

Colônia, 28, 84, 124, 150, 176, 251, 252, 295

Colônia do Sacramento, 295

colonos, 23, 29, 33, 49, 63, 70, 87, 91, 93, 96, 100, 101, 118, 120, 174, 206, 227, 239, 313, 336

Comarca de Sabará, 37

Comarca do Rio das Mortes, 35, 37, 40, 183, 184, 284, 304

comunidades agrícolas, 192, 218

comunidades quilombolas, 210

Conde de Assumar, 106, 127, 160, 162, 264, 270, 327, 372

Conde de Bobadela, 42

Conde de Valadares, 32, 52, 53, 54, 64, 77, 86, 89, 91, 92, 101, 102, 103, 108, 109, 110, 159, 167, 171, 176, 192, 195, 196, 197, 206, 208, 218, 221, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 284, 288, 289, 290, 318, 319, 325, 338, 339, 340, 366, 367, 368, 369

conflitos, 21, 22, 40, 44, 45, 247, 279, 288, 297, 315, 317, 318, 320, 324, 374

conquista, 21, 42, 51, 53, 86, 107, 108, 169, 176, 186, 238, 240, 246, 247, 248, 249, 283, 286, 303, 310, 322, 324, 325, 333, 334, 336, 339, 367, 374, 380, 384

Conquist*a*, 125, 214, 238, 240, 244, 247, 249, 283, 284, 304, 327, 339

Conquista do Oeste, 247, 249

conquistas, 50, 238, 240, 243, 244, 245, 324, 372

Conquistas, 244, 335

continente, 27, 52, 307, 318, 325

contrabandos, 311

Contratos de Entradas ou de Arrematação, 306

Coroa, 46, 56, 120, 225, 294, 306, 311, 317, 324

Couto Reys, 79, 80, 274, 369, 373

criminosos, 55, 267, 329

crises econômicas, 331, 332

cristãos, 32, 65, 82, 91, 114, 116, 124, 163, 260

Cristianismo, 76, 251

cronistas, 29, 65, 111, 112, 114, 121, 150

Cuieté, 86, 89, 101, 102, 107, 276, 322, 325, 326, 336, 346, 367

cultura, 72, 80, 82, 116, 135, 136, 138, 139, 166, 191, 229, 240, 243, 244, 257, 293

custo de vida, 311

D. Rodrigo de Souza Coutinho, 78, 368

De Pauw, 76

Debret, 68, 69

derrama, 44, 340

desbravamento, 44, 373

Diabo, 76

diamantes, 42, 46, 177, 315, 316, 382

Diretório, 84, 85, 277, 294, 295

Diretório Pombalino, 84, 277

Distrito Diamantino, 315

Domingos Alves Moniz Barreto, 80

Domingos Loureto Couto, 121, 150, 153

El Dourado, 29

Elias, 241

entradas, 108, 267, 291, 323

Entradas, 281, 306, 317, 335

entrantes, 288, 317, 318, 335

escravaria, 55, 125, 132, 145

escravidão indígena, 86, 91, 109

escravização, 48, 64, 72, 87, 91, 92, 103, 104, 105, 110, 294

escravização indígena, 294

escravo, 55, 106, 125, 129, 130, 151, 153, 155, 163, 168, 172, 272, 332, 376, 377

escravo fugitivo, 155, 214

escravos, 202, 203, 205, 206, 210, 225, 227, 228, 282, 286, 287, 289, 297, 300, 307, 308, 309, 311, 312, 315, 316, 317, 319, 320, 323, 330, 331, 332, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 371, 372, 376, 377, 378, 379

escravos fugidos, 48, 51, 130, 131, 132, 135, 137, 138, 146, 148, 162, 166, 168, 191, 214, 215, 220, 222, 223, 274

quilombolas, 23, 50

escravos rebelados, 151

espanhóis, 225, 243, 244, 245, 296, 297

etnia, 124, 132, 253

Etueto, 93, 95

Europa, 31, 53, 73, 76, 77, 118, 244, 278, 299, 300

europocentrismo, 72

expedição, 29, 30, 31, 43, 50, 54, 77, 86, 100, 107, 108, 154, 195, 197, 198, 204, 217, 223, 224, 225, 251, 252, 256, 257, 258, 259, 262, 266, 270, 271, 272, 273, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 297, 301, 303

expedições, 30, 46, 49, 51, 52, 53, 54, 86, 90, 96, 107, 166, 167, 202, 219, 240, 245, 246, 249, 251, 252, 256, 264, 266, 267, 281, 283, 289, 291, 303, 304, 305, 307, 321, 323, 338, 339, 340

Expedições, 287, 335

expedições civilizatórias, 23

expedições de conquistas, 51

extravios, 311

Faria, 97, 172, 282, 320, 329, 383

fazendas, 47, 48, 51, 52, 97, 150, 151, 170, 174, 178, 188, 196, 216, 227, 268, 290, 314, 318, 331, 336

feras, 28, 32, 53, 55, 68, 70, 76, 88, 91, 118, 126, 153, 159, 168, 169, 242, 301, 302, 303, 313, 335, 336

festas, 326

filósofos do século XVIII, 80

forros, 308, 311

Frei Vicente do Salvador, 29, 30, 82

Freireyss, 329

fronteira, 21, 44, 247, 248, 249, 291, 335, 346, 379, 380, 383, 384

fronteiras, 62, 177, 238, 248, 249, 294, 295, 313, 321, 341, 383

Funari, 226, 229

Gabriel Soares de Souza, 29, 30

Gandavo, 28, 29

garimpagem, 316

garimpeiro, 316

gentio, 226, 245, 246, 316, 318, 319, 320, 373

gentios, 48, 51, 83, 87, 88, 89, 90, 98, 102, 103, 107, 108, 109, 124, 152, 162, 262, 265, 294, 302, 337

Goiás, 41, 44, 46, 97, 98, 99, 100, 104, 107, 314, 315, 317

Gomes Freire, 206, 266, 297, 298, 299, 371

Gomes Freire Andrade, 41, 99, 214

Gomes Freire de Andrade, 206, 297, 371

Guerra dos Emboabas, 41, 324

Guerra Guaranítica, 296

Guerra Justa, 55, 85, 87, 90, 91, 92, 97, 98, 102, 262

Guimarães, 182

herói civilizador, 248

História Natural, 78, 81

homem da fronteira, 23, 249

homens livres pobres, 312

homens pobres, 24, 170, 331, 333, 346

hordas, 47, 192, 211, 311

humanidade, 72, 73, 76, 114, 118, 121, 136, 140, 143, 152

ideal civilizador, 238

Ignácio Correia de Pamplona, 43, 49, 50, 52, 53, 103, 159, 167, 276, 277, 281, 283, 286, 290, 291, 302, 303, 318, 334, 339, 340, 366, 367, 368.

Igreja, 84, 302, 324, 376

Iluminismo, 72, 79, 296, 297, 305, 374

iluministas, 72, 76, 293

imagens, 24, 26, 47, 50, 51, 54, 55, 59, 68, 79, 111, 113, 115, 118, 119, 122, 130, 150, 152, 154, 158, 244, 301, 302, 303, 326, 374, 378

imagens dos cativos negros no Brasil, 119

imagens sobre o quilombola, 150

Império Colonial, 49, 51

impostos, 51, 53, 106, 199, 313, 316, 329, 331

Incas, 243, 245

incivilizáveis, 23, 71

Inconfidência Mineira, 281, 283, 305

índios, 23, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 59, 62, 64, 66, 68, 70, 71, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 119, 152, 168, 169, 174, 176, 191, 196, 198, 199, 225, 226, 227, 228, 239, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 251, 252, 257, 258, 259, 260, 262, 264, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 286, 288, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 314, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 325, 335, 336, 337, 338, 340, 346, 368, 370, 371, 372, 373, 380

inimigos, 48, 49, 52, 55, 65, 83, 96, 97, 99, 151, 159, 161, 173, 198, 209, 267, 293, 321, 322

inventários, 93, 319

itinerância, 170, 313

jesuítas, 84, 119, 278, 292, 293, 295, 296, 297, 298, 299, 300

João Pinto Caldeira, 86, 289, 291, 339, 340, 367

Joaquim José de Lisboa, 163

John Stedman, 154

José Eloi Ottoni, 323

José Serra Caldeira, 288

Lagoa Dourada, 29, 30, 284

Las Casas, 89, 90

Leroi-Gourhan, 195, 196

limites, 21, 25, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 114, 248, 249, 266, 293, 295, 296, 372

Linneu, 74, 75, 76

litoral, 26, 28, 32, 62, 64, 70, 85, 257

longa duração, 87, 90, 130

Luis Diogo Lobo da Silva, 42, 43, 173, 214, 218, 281

Manoel R. da Rocha, 121

mão de obra indígena, 96, 109

Marcílio, 316

Martins, 185, 186, 240, 373, 374, 378

Mendonça de Furtado, 293, 296

mestiçagem, 169

Minas Gerais, 21, 26, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 77, 78, 85, 86, 87, 88, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 105, 109, 126, 133, 137, 139, 142, 143, 159, 165, 168, 169, 171, 175, 176, 179, 182, 187, 188, 191, 193, 197, 198, 199, 202, 203, 208, 210, 212, 213, 215, 216, 219, 225, 228, 229, 240, 244, 248, 251, 256, 263, 264, 266, 267, 268, 269, 271, 274, 277, 278, 281, 282, 305, 306, 307, 308, 309, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 319, 322, 323, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 332, 340, 344, 346, 367, 368, 369, 372, 373, 378, 379, 380, 381, 382, 384

mineração, 216, 266, 282, 315, 316, 331, 332, 334, 383

miséria, 286, 312, 340

mito da Amazônia, 249

mito de origem, 249

mobilidade, 170, 218

monogenismo, 73, 76

naturalistas, 73, 82

natureza, 34, 66, 72, 73, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 88, 101, 121, 123, 124, 153, 165, 167, 239, 242, 246, 297, 298, 301, 302, 303, 327, 375

negro, 49, 55, 74, 83, 114, 120, 122, 125, 129, 153, 154, 156, 157, 158, 169, 195, 204, 205, 213, 215, 244, 253, 272, 375, 376, 377, 378, 381

negros, 48, 50, 52, 55, 72, 74, 75, 82, 83, 92, 104, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 151, 152, 153, 154, 159, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 172, 178, 179, 181, 192, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 208, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 228, 229, 246, 253, 265, 269, 270, 271, 274, 275, 277, 284, 287, 294, 311, 312, 315, 316, 317, 318, 321, 326

Novo Mundo, 31, 74, 76, 374

ouro, 29, 30, 40, 42, 44, 46, 50, 51, 52, 108, 118, 172, 177, 240, 242, 267, 276, 289, 291, 299, 301, 311, 312, 313, 314, 317, 323, 324, 326, 327, 329, 331, 334, 340, 372, 379, 382

Pacheco Duarte Pereira, 112

Paiva, 330

Palmares, 150, 151, 152, 153, 157, 158, 207, 226, 229, 371, 379, 380, 381

Pamplona, 30, 50, 51, 53, 100, 108, 159, 218, 267, 277, 281, 282, 283, 284, 285, 287, 288, 289, 290, 291, 301, 302, 303, 304, 305,

306, 307, 308, 309, 310, 318, 333, 334, 336, 337, 338, 366, 367, 368, 372

paulistas, 323, 378

Período Pombalino, 264

Pero Lopes de Souza, 29

Pero Rodrigues, 48, 49, 368

Pero Vaz de Caminha, 27, 28

Picada de Goiás, 45, 267, 284, 304, 314

Pimentel, 21, 249

pobreza, 170, 306, 311, 312, 322, 329, 332, 333, 334, 336, 338, 340, 382

poligenismo, 72

Pombal, 77, 85, 103, 104, 110, 251, 252, 266, 277, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 305, 369, 372, 374, 376

Portugal, 48, 77, 79, 90, 266, 269, 270, 292, 293, 295, 296, 298, 299, 300, 306, 308, 371, 372, 373, 375

portugueses, 27, 31, 32, 64, 65, 70, 79, 84, 90, 91, 114, 118, 130, 242

povoadores, 23, 31, 41, 248, 303, 336, 337, 338, 340

povoamento, 23, 25, 34, 45, 51, 52, 86, 110, 166, 238, 247, 248, 249, 256, 263, 264, 266, 269, 276, 288, 293, 295, 303, 312, 314, 316, 317, 321, 322, 325, 335, 338, 383

Pratt, 74

Presídios, 53, 55, 177, 228, 278, 321

Progresso, 72

projeto civilizador, 23

Puri, 101, 240, 245, 268

Quadrilha da Mantiqueira, 177

quartação, 308, 309

quilombo, 46, 150, 151, 153, 160, 163, 166, 187, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 234, 264, 265, 266, 271, 272, 273, 290, 321

Quilombo da Cabaça, 210

Quilombo da Samambaia, 235

Quilombo de São Gonçalo, 207

Quilombo do Ambrósio, 283

Quilombo do Ambrózio, 185

quilombola, 150, 151, 152, 167, 169, 177, 185, 187, 192, 194, 204, 213, 214, 215, 216, 226, 229, 272

quilombolas, 25, 28, 33, 39, 40, 42, 45, 46, 48, 50, 51, 53, 55, 86, 106, 127, 151, 154, 158, 159, 160, 161, 166, 167, 168, 176, 187, 189, 193, 194, 198, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 227, 229, 233, 245, 248, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 279, 283, 284, 286, 288, 289, 290, 291, 313, 314, 317, 321, 322, 331, 335, 337, 338, 340, 346, 372, 379, 380

quilombos, 23, 44, 48, 51, 55, 97, 128, 152, 154, 161, 165, 166, 167, 169, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 218, 219, 220, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 234, 248, 264, 270, 271, 273, 281, 284, 286, 290, 312, 316, 317, 318, 321, 335, 338, 369, 370, 377, 378, 379, 380, 381

quintos, 46, 90, 98, 106, 132

Razão, 72

razias, 189, 212, 216, 219

rebelde, 26, 125, 154

rei, 201, 267, 293, 298, 299, 300, 311, 338

Reis, Rainhas, Príncipes e Capitães, 200

representações, 26, 55, 68, 79, 87, 102, 111, 112, 113

Rio de Janeiro, 27, 28, 34, 41, 72, 77, 79, 85, 90, 101, 104, 113, 134, 137, 138, 139, 142, 144, 145, 170, 179, 188, 189, 191, 193, 202, 212, 229, 241, 243, 248, 250, 273, 281, 294, 296, 297, 305, 307, 308, 311, 329, 334

rio de São Francisco, 34

Rio Doce, 31, 89, 95, 108, 320

Rio São Francisco, 47, 276, 318

roças, 194, 201, 230, 319, 331

Rocha Pita, 68, 121, 150, 153

Rouanet, 241

Rugendas, 68, 137

Saint- Hilaire, 328

Saint-Hilaire, 328, 330

Santos, 184, 194, 285, 324, 377, 379, 380

São João del Rei, 43, 281, 288, 290, 306, 344

São Paulo, 186, 240, 246, 294, 312, 314, 317, 325, 327, 328, 329, 330, 344, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384

Sepúlveda, 87, 90

seres fantásticos, 31

Serra da Mantiqueira, 40, 41, 177

Serra da Marcela, 159, 184, 282, 283, 291, 305, 336

Sertão, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 35, 37, 38, 47, 50, 51, 52, 53, 64, 65, 71, 72, 77, 85, 86, 90, 96, 199, 242, 248, 264, 267

Sertão Oeste, 25, 27, 28, 29, 30, 32, 37, 39, 47, 50, 86, 166, 183, 226, 238, 249, 264, 268, 284, 286, 287, 288, 301, 302, 303, 322, 335, 338, 378, 383, 384

Sertões, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 52, 53, 54, 55, 77, 79, 85, 92, 167, 168, 169, 171, 173, 175, 177, 252, 257, 329

sesmarias, 51, 167, 266, 282, 283, 284, 288, 289, 291, 304, 309, 314, 316, 317, 318, 320, 322, 323, 333, 336, 337, 346, 371

sesmeiros, 52, 290, 317, 318, 333

Sete Povos das Missões, 295, 296, 298

Silveira, 312, 332

Souza, 78, 86, 89, 174, 282, 312, 334, 367, 368

Spix e Martius, 68

subsídio literário, 306, 307

Tamanduá, 44, 46, 184, 306

Tapuia, 57, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 81, 82, 245

Teixeira Coelho, 168, 169

territórios, 55, 208, 238, 240, 242, 247, 269, 317

tipologia, 188, 202, 212, 241

Todorov, 89, 244

trabalho, 25, 37, 48, 82, 83, 84, 85, 89, 93, 122, 124, 170, 171, 172, 173, 206, 228, 268, 275, 282, 324, 329, 384

Tratado de Madri, 295, 297

tribos errantes, 47, 324

tributações, 311

Tupi, 57, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 82, 101

vadios, 23, 53, 55, 85, 168, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 199, 267, 282, 313, 322, 326, 328, 330, 335, 338, 346, 374

Vainfas, 130

Varnhargen, 68

Velho Mundo, 76

viajantes, 38, 39, 73, 79, 99, 111, 161, 196, 212, 213, 218

Visconde de Barbacena, 305

Voltaire, 72

Wied-Neuwied, 68

Zurara, 112, 115, 116

Parte 7- ANEXOS

QUILOMBOLAS - LENDA MINEIRA

INÉDITA POR CARMO GAMA

PRELIMINAR

A narrativa que sob, o título Quilombolas, ofereço a meus benignos leitores, especialmente a meus patrícios, não é simples produto de imaginação romanesca.

Acabo de extraditá-la de um pequeno manuscrito – Apontamentos geográficos e históricos por Janoário Pinto Moreira –, que devo á gentileza de meu ilustrado parente e amigo, Padre Euzébio Nogueira Penido, vigário de Itatiay-ussu, em aquiescência ao pedido que lhe fizera, como tenho feito a outros amigos, de documentos antigos e notícias sobre Minas e nossos antepassados, que sirvam, quer para assuntos de escritos, quer para o Arquivo Público Mineiro, de que me desvaneço de ser correspondente nesta Comarca e para cuja prosperidade me empenho com todas as veras. Coordenados os fatos e formando narrativa, procurei conservar sempre o fundo, no que vai a homenagem de meu respeito e gratidão ao autor do manuscrito. Não conhecendo pessoalmente os lugares em que se deram os acontecimentos, no sertão mineiro, para não incidir em erros palmares, tive sempre aberta ante minha mesa a carta "Geográfica de Minas" cortejando-a com a do grande mapa do senador Cândido Mendes, e o leitor que quiser melhor orientar-se tome por ponto a cidade do Araxá, perto da qual se deu a ação principal da narrativa. Faltam as datas dos acontecimentos, que supondo se deram do fim do passado ao princípio deste século, e o próprio autor diz que, ouvindo a narração dessas histórias da boca de um dos protagonistas, o celebre padre Caturra, seu professor de primeiras letras, este nunca precisava as datas, quando a repetia. Procurando nos autores a meu limitadíssimo alcance a confirmação, quando menos referência a tais acontecimentos, nada encontrei, mas Varnhagem forneceu-me a razão deste silêncio, que aceito. Diz ele: "As empresas de submeter vários covis de negros calhambolas ou quilombos rebelados e de avassalar algumas tribos de índios indômitos; cometidas a pequenos destacamentos de tropas, bem que freqüentes por este tempos, apenas são dignas de menção na história; pois que mais que a esta, pertencem á policia do país, como ainda hoje em dia".(*)

Desprezando a crítica soez e estéril que possa aparecer, aceitarei, de bem grado e com agradecimento sincero, as retificações históricas ou geográficas com que os leitores quiserem honrar-me, a respeito deste pequeno trabalho, e de todas que me chegarem ao conhecimento farei menção em tempo oportuno.

Considerando aqui meu agradecimento a meu bom parente e amigo padre Euzébio Nogueira Penido, pelo ótimo assunto mineiro que me proporcionou, á saudosa e venerada memória do autor do manuscrito fica perene a homenagem de minha gratidão, com votos sinceros para que tenham ambos imitadores. Rio Novo, Abril 1900. Carmo Gama.

1

Os perseguidos

O deserto é o templo, os astros círios,
Aras os montes, e sacrário o peito,
Depois..... a natureza e a liberdade!
F. Varella
(Ev. nas selvas - Canto 2.º).

A Companhia de Jesus, que, como se sabe, teve seu humilde início pela reunião de dez associados á vontade enérgica e inquebrável de Ignácio de Loyola, diante cujo predestino, no caminho traçado, desapareciam, como por encanto, todos os óbices, todas as dificuldades, tal incremento teve, com asas tão fortes rompeu os espaços e galgou as culminâncias, que, em 1608 tinha dez mil sócios, em 1700 vinte mil e em 1750 mais de trinta espalhados pelo mundo, cabendo grande parte ao Brasil, onde, desde Vieira, Nóbrega, Anchieta e tantos outros, encontrava vastos campos para seus triunfos e se firmara, pondo em ação todas as qualidades que lhe eram peculiares, inatas. As draconianas leis da metrópole excluíam os filhos do Brasil, tivessem os predicados que tivessem, dos cargos civis e militares, por mínimos que fossem, deixando-lhes apenas os ofícios mecânicos, então considerando vis, os simples trabalhos de agricultura, ou quando muito, os empregos mais humildes de soldados baixos ou marinheiros, sem direito a acesso, por melhores que fossem[598]. As ordens religiosas, pelo contrário, admitindo em seu seio a todos os brasileiros, aproveitando os peregrinos talentos que viam desabrochar no novo mundo, deram ocasião a que muitos nomes de nossos patrícios figurassem no primeiro plano dos homens eminentes de então em quase todos os ramos de conhecimentos, descendendo de um brasileiro ilustre o próprio Marquês de Pombal. Mais que todas as outras, a Companhia de Jesus sabia conhecer e aproveitar os talentos e isso foi mais uma fortíssima razão para o extraordinário incremento que teve entre nós, merecendo Anchieta a mais sublime epopéia, o canto mais suave que produziu a inimitável lira do nunca assaz chorando Fagundes Varella, o poeta por excelência, o mestre. E não era só. Mais que todas as outras, dedicando-se as estudo da língua indígena e chegando a conhecer seus vários idiomas, a ponto de escrever livros, gramáticas, dicionários, e ensiná-los em seus colégios, conseguindo, por isso, a maior talvez de todas as armas para seus triunfos inauditos sobre os habitantes das virgens florestas do novo mundo, que perlustrou, tendo por armas a palavra, o exemplo e por único lábaro a cruz de Cristo – com que afrontava os perigos e ganhava vitórias.

Por tudo a companhia progrediu tanto, que um historiador chegou a dizer que ela nunca teve infância; nasceu viril[599]. Entretanto veio um dia em que sua estrela empalideceu, obumbrou-se o rico farol que

---

[598] VARNHAGEM, F. A . História Geral do Brasil. Vol. 2. São Paulo: Melhoramentos, s/data. p.266

[599] Vide Melo Moraes- Brasil histórico. Tomo 2, 1867.

havia guiado por tão longo caminho de vitória, e a companhia caiu na penumbra. Quer porque convertesse as missões em empresas de comércio, tornado-se os sócios banqueiros, negociantes e monopolizadores de gêneros da agricultura e da industria, quer porque alienasse de si os favores dos governos, o amor e a afeição dos governados, o que é certo é, que condenada ao exílio, á abolição, a Companhia viu a realidade do que disse Ovídio: si têmpora fuerint nubla, solus eris. Como muito bem disse o conselheiro Pereira da Silva[600] "está regulada a vida, quer moral, quer fisica, já das nações e dos homens, já das instituições e idéias. A cada um a sua sorte e o seu tempo. Tudo se extingue, ou atinja as grandezas, ou estorça-se na miséria, seja-lhe a existência prolongada ou curta a duração. Nasceu em tempo próprio a Companhia de Jesus".

Como meteoro esplendoroso fulgurou na sua idade primitiva. Já lhe não era propícia a época quando caiu e quando se desmoronou no século XVIII; estava minada pelos vícios que se lhe haviam introduzido no seio e lhe tinham transformado inteiramente o instituto. Nem lhe salvaram a memória os eminentes serviços que ao princípio prestava á causa da religião e da humanidade. Correndo na ampulheta fatal o último grão da areia reguladora, soou na tuba suprema o grito do exício contra os jesuítas; romba tornou-se a espada, que, tendo os corpos em Roma, na mão do Geral, tinha a ponta em toda a parte, em todo o mundo conhecido, e a lei de 3 de setembro de 1759, sancionada por D. José I, com a qual Sebastião José de Carvalho e Mello conde de Oeiras e marquês de Pombal, expulsara do reino e de todas as possessões portuguesas os jesuítas, havia repercutido plangente por todos os cantos do Brasil-Colônia, onde a respeitável Companhia mais firmara sua grandeza, pondo em ação habilidade, inteligência e todos os meios práticos de que, mais que todos, dispunha e em que ninguém a sobrepujava.

Corridos, varejados pelos mastins do despotismo, deslocados, em suma, da capital, os jesuítas lançaram seus penetrantes olhares para as virgens florestas, para os sertões mineiros, e ali, antolhasse-lhe um vasto, ubérrimo e seguro campo para refugo de vida, nas margens dos grandes rios, na alcantil das serras, na majestade dos nossos montes e, sobretudo na aliança e obediência certa das imensas e fortes tribos indígenas, que dominavam senhoras as margens do rio das Mortes, do Pará, do Abaethé, do S. Francisco, do Guaycuhy (rio das Velhas) e do Paranaiba, e seu alvo foi algo romper as barreiras do baionetas que os encantoavam, correndo a entregar-se nos braços do indígena, de cuja memória não haviam apagado ainda as vozes angélicas de Nóbrega, de Anchieta e de tantos outros, que iam de geração em geração. Ricos quase todos, tinham os jesuítas muitos escravos, todos bons, pode-se dizer, porque os compravam no Vallongo ou noutra parte, depois da maior fiscalização, estudo de caráter, hábitos e capacidade intelectual; de maneira que raríssimas vezes haviam de se enganar e, dado o conhecido engano, era facílimo dispor da peça pouco satisfatória. Não era somente isso: pretendendo fazer do escravo, senão um sócio, pelo menos um amigo e um braço forte e pronto para as emergências da vida, os jesuítas educaram-nos, ilustrando-os quanto possível, aproveitando as boas qualidades que ressaltavam, transpareciam por entre os bárbaros costumes africanos. Não se enganaram nem perderam o seu trabalho; porque, quando perseguidos, encontraram nos próprios escravos os auxílios, os recursos inteligentes e práticos, para a fuga, tendo mais de uma vez,– di-lo a tradição, de cruzar ferro, dar combate em regra contra as forças do governo. Não se frustou a esperança nos filhos das floresta, nos que

[600] A História e a legenda. Ignácio de Loyola.

habitavam as margens de nosso rios: no indígena mineiro, representado em muitas tribos, encontraram os jesuítas amigos e aliados e, semelhantes ao povo hebreu, fugindo dos horrores do Egito, lá foram, não pelo deserto, na carência de tudo, mas por uma zona ubérrima e, caracterizando por entre os atrativos da natureza, iam arrebanhado a seu centro, por essa magia tão peculiar, curvando a seu nutro os centenares, os milhares de aborígenes mineiros, libérrimos na vontade, libertinos na locomoção, por entre as luxuriantes florestas, exuberantes de seiva, regadas pelos majestosos rios e vigiadas pelas altaneiras montanhas, mudas atalaias de nossas riquezas, de nossas glórias, de nossas lágrimas, tantas vezes vertidas sobre o venerando esquife da liberdade, incessantemente golpeada, amordaçada e amortalhada pela férrea mão do despotismo.

O Rio de S. Francisco a cujas margens se acampavam os fugitivos, qual raça êxul que, longe da pátria procurasse lenitivo a seus males, não oferecia perfeitamente a segurança que procuravam, e os jesuítas levantando constantemente acampamento e arrebanhando sempre as tribos encontradiças, cuja ferocidade domavam, falando a própria língua, imiscuindo-se intemeratos, por entre suas tabas, deixando pouco a pouco o majestoso rio, ganharam o caminho dos naturais pelo espigão mestre, atravessaram a serra da ubérrima "Mata da Corda" e alcançaram as cabeceiras do "Misericórdia". Ali, nesse canto, cheio do atrativos, formado pelas serras da "Parida" e da "Canastra", reunidas mais tribos indígenas, estabeleceram acampamentos, em quanto os exploradores assuntavam além. Estavam no caminho desejado. Seguiram pela margem direita do "Misericórdia", ninguém deixando, até um lugar que ainda guarda o nome de Quilombo, lugar predestinado a representar um papel saliente na lendária retirada, que a tradição nunca deixou perder-se. Nas lutas travadas, nas refrega sustentadas, muitos dos escravos apenados dos jesuítas tinham embebido no sangue humano o ferro homicida de suas espadas, a curva alfanjes ou cuspido a morte pelas balas esfuziantes de seus bacamartes. Criminosos esses, não era prudente que os homens da paz os conservassem em seu rebanho, para que, de futuro, não lhes fossem assacados mais os crimes de coito ou homicídios de delituosos.

Por entre os escravos um havia, por nome Ambrósio, inteligente, valente, esbelto, e dotado de todas as qualidades próprias de um bom general, de que havia dado as mais robustas provas por ocasião da fuga na salvação de seus senhores. Resolveram, portanto, os chefes deixar no "Misericórdia" todos os criminosos e mais pessoal indispensável, sob o mando absoluto de Ambrósio, e seguiram, levando cerca de duas mil pessoas, entre padres, seculares, escravos e índios, ao passo que com Ambrósio ficaram ao todo, umas duzentas pessoas. Seguiram na exploração margeando o "Misericórdia"; ganharam e seguiram o S. João; alcançaram e acompanharam o quebra-anzól até o Rio das Velhas (nesse tempo Guaycuhy), e seguiram-no até ao legendário lugar que teve e tem o nome de Aldeia de Sant'Anna. Bela e penosa foi essa nova cruzada dos que fugiram em demanda de outra Jerusalém, que afinal supunham encontrar nas margens do Guaycuhy, tal a perspectiva de paz, de liberdade e salvação que se lhes oferece na Aldeia, onde já encontraram estabelecida uma pequena tribo indígena pela qual foram acolhidos do melhor modo, tal a notícia de amizade e aliança que os tinha precedido....

Do Misericórdia ao Rio das Velhas, com que prática, com que presteza se faziam canoas, se cavavam pirogas, se formavam ajoujos, que se deslizavam suavemente pelas águas majestosas daqueles rios! E de tal modo eram preparados os ajoujos, que, nas cachoeiras, eram desmanchados, sendo as canoas que os compunham carregadas por terra e, passando o empecilho, de novo jungidas não deixavam entre si a menor

greta por onde penetrasse água. Poucos dias depois, estavam assentes os sólidos alicerces dos principais edifícios, principalmente dos templos católicos, cujas terras, buscando as nuvens, sublimes com seus campanários, mais tarde o ponto de mira daqueles sertões, desafiariam a voracidade do tempo e, quando ruíssem ao camartelo da destruição, deixariam, nos seus fundamentos, o atestado vivo de sua passada grandeza. Não foi sem cálculo nem sem muito fortes razões a escolha desse pano escuro e desconhecido, para o estabelecimento da nova capital dessa Província que os jesuítas pretendiam fundar, como fundaram, nos sertões mineiros. Podendo facilmente continuar na faina da catequese, arrebanhando sempre o gentio de Minas, de S. Paulo e Goiás, tinham ali o caminho seguro, pelo Paranaíba, quando as emergências futuras acelerassem e instassem a fuga para o centro de Goiás e Mato Grasso, o que de fato aconteceu mais tarde. Deixemos desenvolver-se a capital jesuítica e, enquanto os fugitivos, descansando das lides de tão árdua quão longa jornada, vieram os novos alicerces de sua grandeza sempre pujante, voltemos às margens do Misericórdia e acompanhemos os que ali ficaram, sob a direção do chefe que lhes fora escolhido. Durante a grande retirada que vimos, três companheiros de modo tão eloqüente, que a todos sobrepujaram em denodo, mais de uma vez, emprelios (sic) sanguinolentos, expondo a própria vida na salvação de todos: foram o padre Caturra, Ambrósio seu escravo e Tucum o cacique de uma das tribos aliadas, que serviu de guia por todo o sertão percorrido, até a Aldeia de Sant'Anna. Ambrósio era casado com uma linda africana, por nome Cândida e ambos foram comprados, muito crianças, no Vallongo do Rio de Janeiro. Não tinham e jamais tiveram filhos. Tão gratos ficaram os jesuítas a esse escravo, que o libertaram com a mulher, dando a seu senhor, em troca, quatro escravos escolhidos de entre os melhores da não pequena escravatura que possuíam, e o nomearam Capitão-general do núcleo que deixaram á margem do Misericórdia, dando a esse ponto o título de "Posto do Tengo-Tengo". Não se enganaram os jesuítas na escolha do seu pessoal; conhecendo, como os naturais, os diversos idiomas africanos e indígenas, que falavam perfeitamente, estavam sempre ao corrente de tudo. Além disso, Caturra, o inteligentíssimo ex-senhor de Ambrósio, ao comprá-lo, adivinhara no moleque as qualidades latentes, que, ao desabrocharem, elevam o homem aos altos cometimentos; ante vira as asas que um dia poderiam fazer da humildade e desprezível ave um condor, no domínio do espaço, e não perdeu ensejo de formar do escravo, senão um eminente sócio, ao menos um braço amigo e forte, purificando-o, desde logo, com as águas lustrais da instrução, no compatível á qualidade social do discípulo. Não perdeu seu tempo. O escravo era muito jovem, fez-se homem purificado de muitos vícios próprios de sua nação e ilustrado o quanto possível, para o realce dos dotes que possuía ingênitos, ressaltando, entre todos, o tino administrativo, a intrepidez, e mais que todos, a gratidão para com seus benfeitores. Igualmente seu senhor, pelo conhecimento que tinha da língua africana, conheceu, por ouvir a muitos e a ele próprio, que o escravo era descendente de família real, um príncipe em sua terra; não deixou perder esse incentivo, incutindo no ânimo do aprendiz o valor de suas qualidades e fazendo até que os outros o considerassem, longe, o mesmo que pátria-mãe, estabelecendo, por esse meio, um natural ascendente sobre os demais escravos, que, longe de se insurgirem na arrogância da vaidade, prestavam de fato a Ambrósio a homenagem que lhe era devida, tanto mais sincera, quanto o garbo do homenageado, que correspondia com o respeito e atenção próprias de sua alta hierarquia. Cândida, também comparada pelo mesmo padre, no Vallongo, igualmente inteligente, talvez mais que Ambrósio, mostrou aptidão para a aprendizagem e da boçal africana fez-se uma rapariga educada o

quanto possível para sua época e condição, mostrado até decidido pendor para as letras, para mais uma vez se provar que a bela planta não depende tanto, em certos casos, da natureza do solo, como dos cuidados do horticultor. E assim aquele jesuíta, aliás pobre, fez da única fortuna que possuía, seus dois escravos, um casal, que, núbeis, ou recíprocos afetos, sagrados pelos cânones, uniram até a morte, levando-o pelo caminho plácido e vivificante da mútua afeição, sem os mínimos acúleos da discórdia. Eis a que braços, foi confiado o posto de TENGOTENGO, onde se desenrolaram os principais fatos que me servem de assunto delineados os fundamentos de uma nova cidade, que a tradição conservou sob o título de Quartel Ambrosiano, Ambrósio, com os melhores oficiais, foi auxiliar os jesuítas na construção dos principais edifícios da Aldeia de Sant'Anna, destinada a capital, e, quando viu dispensável o seu concurso, regressou para o Quartel, onde tratou com empenho e esmero da construção, não só de uma cidade sertaneja, como de uma praça de guerra, que era, ao mesmo tempo, uma grande fazenda. Em pouco tempo as margens do Rio das Velhas, do Quebra-anzol e do Misericórdia e seus confluentes, de ermos que eram, começaram a povoar-se, a olhos vistos, tal a quantidade de forasteiros que chegavam, tal o comércio que se fazia. Tornou-se em pouco tempo aquele canto ubérrimo de Minas o centro para onde estendiam seus olhares e corriam açodados e esperançosos, todos aqueles que, alguns acossados pelo infortúnio, pelo ódio, pela inveja, pela ganância, procuravam, no ermo um seguro abrigo á sua liberdade, á sua vida, a seus haveres, ás vezes disputados com unhas e dentes pelo despotismo do tempo, insaciável na veracidade, inclemente na insolência, arrogante na ignorância seu mais incoercível apanágio e de que faziam garbo. As duzentas pessoas que tinham ficado sob o domínio de Ambrósio, em pouco tempo agregaram tantas outras vindas de pontos longínquos, atraídas pelas notícias que corriam ao longe que o número subiu a mais de mil. Dentre seus companheiros, Ambrósio escolheu dois: João Wrumeia e Hyunhnguéra aos quais nomeou generais comandantes e estabeleceu as leis do seu reino, que se resumiam no seguinte: Todos trabalhavam com igualdade para o centro tanto ganhando o chefe, como qualquer trabalhador; obediência cega ao chefe que tinha direito de vida e de morte; o maior respeito possível para com as mulheres; casamento geral e obrigatório para todos os homens, para todos os rapazes, logo que se tornassem púberes, não podendo moça alguma casar-se antes dos dezesseis anos completos; castigo imediato para os criminosos, que eram processados sumariamente. O tribunal julgador do Quartel era, por assim dizer de primeira instância; porque autônomo, reconhecia na Aldeia o tribunal superior; que julgava em última instancia; mas isso somente em certos delitos que admitiam recursos ex-ofício. Por exemplo: o desacato a qualquer mulher, casada ou solteira era punido: pela primeira vez com repreensão severa do chefe; pela segunda, com pranchadas; pela terceira, com pena de morte na forca. Assim, o reincidente pela terceira vez, preso, era remetido para a Capital (cidade dos jesuítas ou Aldeia); ali, julgado pelo tribunal superior, era recambiado para o quartel, onde sofria logo a pena última com as formalidade semi-bárbaras dos africanos, atenuadas no quanto possível. Entretanto, outros crimes havia, que, reincidentes ou não os criminosos, eram estes julgados e punidos sem intervenção do tribunal superior, ao qual não eram afetos, quer fosse a pena simplesmente corporal, quer a de morte (forca ou decapitação), ali mesmo no Tengo-Tengo. Os habitantes eram divididos e subdivididos em classes, conforme as qualidade de que eram dotados; assim havia os excursionistas ou exploradores; os negociantes, exportadores e importadores; os caçadores e magarefes; os campeiros ou criadores; os que cuidavam dos engenhos, o fabrico do açúcar, aguardente, azeite, farinha &; e

os agricultores ou trabalhadores de roça propriamente ditos. E ninguém descuidava de suas obrigações, ninguém discutia uma ordem; todos obedecia ao chefe, superintendidos por seus lugares-tenentes; por que todos viam em Ambrósio o verdadeiro rei, o príncipe africano e lhe prestavam obediência cega, curvados ao seu nuto como á suprema vontade. E o negro, compenetrado de sua nobre missão, não abusava de seu poder e fazia-se estimar de todos. Além do gado que tinham em grande abundância, com a retirada dos índios para a cidade dos jesuítas, aumentou-se extraordinariamente a caça de pena e cabelo, nos domínios ambrosianos, que abrangiam os rios Misericórdia, S. João e Ferreiros, parte do Quebra-anzol, do Araxá e do Guaycuhy. E o modo de caçar era o mais simples possível. Onde houvesse um rincão, os caçadores abriam fogos, cujos orifícios ou bocas tapavam com frágeis ramos e capim; açulavam os cães nos capões e esperavam, cercando as saídas. As caças acossadas e tiradas de seus ninhos, procuravam a salvação no campo e caiam nos fogos ou na boca das espingardas, no gume dos facções ou no golpe dos cacetes ferrados e próprios para tais misteres. Vastas roças de milho ou canaviais ondulavam ao sopro da brisa sertaneja e, desde a madrugada até ás primeiras horas do dia, evitando o rigor da canícula chiavam os carros que conduziam milho e outros cereais para o paiol ou tulhas, ou cana para a moagem.

Os primeiros estabelecimentos foram duas igrejas, a residência do chefe, o palácio, como diziam, a cadeia, o engenho e mais dependências de uma grande fazenda. Ao redor deste edifício foram-se erguendo habitações, que respeitavam a praça e as ruas; como vimos, a notícia daquele paraíso ia longe e diariamente chegavam novos forasteiros, que vinham pedir agasalho, proteção, trabalho nas lei ambrosianas respeitadas e veneradas como emanantes de um supremo poder, e Ambrósio via sempre crescente seu valor; no reconhecimento de suas nobre qualidades via sempre e sempre mais amplo, mais verdadeiro o ascendente que conquistara sobre seus súditos, cujo número subia a milhares. Diante o ceptro de sua autoridade que ele sabia realçar, todos se curvavam reverentes e o ex-escravo no garbo de sua alta linhagem passeava seus olhares de senhor sobre tantas cabeças como outrora os rudes senhores feudais sobre o castelo, a gleba e todos os servos adstritos a ela.

E os anos iam correndo na placidez nunca sonhada pelos filhos de deserto; o povo aumentava; o erário público bem vigiado dilatava-se na melhor espécie; os cabelos do chefe iam-se grisalhando e cada fio de prata que apontava na sua fronte, era mais um pedestal seguro de sua onipotência reconhecida e acatada por todo o vasto domínio que se movia, sem relutância, a seu simples e adorado sic volo, sic jubeo.

Como vimos, os jesuítas haviam deixado com Ambrósio em Tengo tengo, todos os criminosos e relapsos, todos os que podiam, com sua índole, por seus vícios ingênitos, poluir os costumes ou introduzir a cizânia na nova capital, que desejavam extreme de todos os vícios e males.

Pouco tempo depois, Ambrósio libertou-se também desses viciosos, a uns fazendo subir ao patíbulo por novos crimes; a outros expulsando e relegando para tão longe e de tal modo, que não pudessem reaparecer. Por muito tempo viveram de perfeita harmonia com a capital, com a qual mantinham as mais amistosas e respeitosas relações, sendo de fato o Quartel ambrosiano dependência daquela, a qual servia de auxiliar em todo o sentido, considerando como quartel militar. Nem sempre, porém, as feituras humanas podem gozar da perfectibilidade, ou chegar ao fim, sem a lufada do vício que as esboroa em pó da inerente contingência.

Para seus domínios fugiram muitos escravos dos jesuítas; os senhores reclamaram e Ambrósio, Senhor absoluto em seu quilombo, cercado de prestígio e fortaleza, confiando em seu poder, insurgiu-se contra os reclamos da capital, arrogante, despediu os emissários sob o peso de um terrível – não! E deu coito, guarita aos fugitivos homiziando-os, e acolhendo-os sob sua poderosíssima bandeira. Houve, por isso, um profundo estremecimento e conseqüente rompimento de relação, tornando-se os domínios de Ambrósio independentes da Capital, desaparecendo a aliança tão gigantesca que tinham mantido até então. Por esse motivo dois padres, portugueses ambos, Caturra e Custódio Coelho Duarte, despediram-se da Capital de seus Superiores e sócios e vieram para o quartel trazendo muito dinheiro, principalmente o segundo, que sempre fora rico e fizeram-se ambrosianos participando do progresso do novo reino. Todos os anos, por duas ou três vezes Ambrosios mandava expedições a Vila Rica[601], levando objetos ou gêneros de sua exportação e voltando com escravos, comprados ou arrebanhados que iam aumentar os habitantes do sertão e súditos do novo rei. Este, é bom que não se esqueça – proibia ás depredações, o furto, até o aliciamento de escravos e exigia sempre dos chefes das expedições os documentos comprobatórios da lisura dos negócios feitos; nem por isso deixava de se ilaqueada sua boa fé e entre os seus figuravam muitos escravos furtados ou desencaminhados que seus emissários traziam, justificando seu ato com documentos falsos que forjavam e apresentavam.

Querendo os dois padres retirar-se, cansados talvez da vida sertaneja, em busca de novos ares e fortuna, Ambrósio comprou-lhes os escravos que tinham, a sessenta oitavas cada um, cumulou a seu ex-senhor e mestre padre Caturra, de presentes, todos consistentes em dinheiro e pedras preciosas, deu-lhes uma boa escolta, e aproveitando uma das regulares expedições retiraram-se ao padres, despedindo-se entre lágrimas e protestos daquele povo que os queria tanto. Em uma destas expedições, talvez a mesma em que se retiraram os padres, chefiada pelo valente João Wrumeia, os saldados de Ambrósio só puderam comprar e levar um escravo, moço e forte, mas desses entes humanos em cujos cérebros parece ter estampado a natureza o estima da antipatia, da repulsa, do desagrado. Seu nome era Pedro Rebollo.

Falava muito mal português e esse fora o motivo porque seu senhor o vendeu. Havia guerra em Vila Rica – diziam os da expedição –; por isso não haviam podido fazer mais negócios. Ambrósio, que na escola da experiência, no correr dos anos que lhe nevavam a fronte, no desabrochar das cãs, tinha aprendido a conhecer os homens e as coisas, reprovou seriamente o negócio e severamente repreendeu seu lugar tenente pela compra do moleque, mormente não tendo comprado e levado também uma rapariga núbil para com ela o casarem, pois ele devia lembrar-se de que os assistentes no quartel eram todos casados ou, si solteiros, não passavam de quatorze anos, – Fizeram muito mal, João, disse Ambrósio, em particular, a seu representante, em trazeres para aqui este rapaz, cuja aparência não me engana; antes mil vezes o tivesses comprado, libertado e largado por lá mesmo.

Moço, robusto e bruto... queira Deus que não traga alguma desgraça, que ela já não anda muito longe, – eu o sei – depois que gritamos nossa independência e nos separamos da capital, por ... um capricho... uma tolice!... devias ter comprado, uma vez que o trouxeste, uma rapariga por que preço fosse para mulher

---

[601] Conservo sempre o nome Vila Rica a Ouro Preto pela época dos fatos.

desse animal, em quem não posso absolutamente ver coisa boa. Cuidado! Cuidado! – Havia muita guerra em Vila Rica e eu fiquei com medo de ser preso com meus soldados. Recordas-te do que sofremos com os criminosos que ficaram conosco, aqui? Oh! Muito! Pois o melhor é reconduzires esse rapaz, deixando-o livre por onde quiser.

– Como o Capitão quiser. Senão estivéssemos mal com a capital... enfim, sessenta oitavas pouco valem e por estes quinze dias há de levá-lo daqui para fora. Mais se arraigaram no ânimo de Ambrósio as suspeitas contra o novo escravo, quando, mandando vir este a sua presença e fazendo explicar-lhe, por outros negros da mesma nação, as leis do Quartel e os castigos a que estavam sujeitos, mostrando-se-lhe o patíbulo, as prisões, Rebollo, em vez de amedrontar-se, ria-se, mas com riso alvar da maldade que se envolve na estupidez e nunca podia firmar as pessoas e coisas, por que seu olhar suíno buscava o chão e não o espaço, as trevas e não a luz. A esta prova, Ambrósio chamou de novo Wrumeia e ordenou-lhe que em oito dias aprontassem nova expedição e seguisse, levando dali aquela víbora de nova espécie. Ambrósio acabava de saber novamente que a exceção de seus dois generais, Wrumeia e Hynnhanguera, todos os mais que costumavam fazer parte das expedições a Vila Rica, não só roubavam pelo caminho, como se juntavam a outros quilombolas, para furtos, depredações, correrias e outros atos reprovados e proibidos pelas leis ambrosianas. Além dos dois generais, outro havia de plena confiança no quartel, tanto que ele estava confiada a guarda do tesouro: era Manoel Cabina. Este, porém, era fraco de espírito, capaz de render-se no perigo e o chefe não lhe confiava arriscadas empresas próprias dos dois experimentados campeões. Mandou chamar Hynnhanguera ao estreito dos fogos no Rio de S. João; mas esse chefe não pode vir logo, por se achar mordido de cobra. Dois dias depois da prova a que foi sujeito Rebollo este faltou com o respeito devido a uma mulher casada, pelo que foi asperamente repreendido. Não se corrigiu. Logo depois, quis forçar a uma rapariga solteira; esta gritou; seu pai acudiu e o atrevido quase prostrou o velho com um cacetada que lhe descarregou com toda força de seu pulso.

Preso e levado a presença de Ambrósio, este fê-lo castigar severamente, rigorosamente e pô-lo a ferros. Mal sarou dos castigos, quando estava preparada a expedição, Wrumeia caiu doente de, maleitas, apanhadas no Rio S. Francisco! Tudo coincidia de tal modo, que pareciam congregados todos os elementos, todas as coisas, e na linguagem tétrica das superstição de que os pretos ainda não se tinham forrado totalmente e jamais se forrariam, para nos legarem muitos males, Ambrósio ouvia constantemente a lufada da desgraça que não lhe passaria longe. E não eram sem fundamento os temores do velho africano.

Rebollo, logo que pode, mostrou-se completamente morigerado e, nas mais pronunciadas juras de resignação, pediu que queria trabalhar e foi mandado para o oito com os mais. Durante os dias que trabalhou, tal arte teve, tal procedimento aparentou, que iludido perfeitamente aos encarregados de sua vigilância. Sabendo manejar arco e flechas como o melhor indígena, nas horas vagas, a título de caçador, preparou um bom arco , afiou o temperou as melhores setas com que munido seu carcaz, preparou matulagem e, em uma noite de sábado, quando toda cidade enchia os templos e a praça em uma festividade religiosa que se celebrava, fugiu, caminho de Vila Rica.

A festa ocupou a noite de sábado e todo o domingo seguinte, de maneira que somente na segunda-feira, á hora de partirem para os trabalhos, foi que se notou a falta de Rebollo, que não respondera á chamada.

O encarregado desse mister correu a dar parte a um dos maiores e este ao chefe, ouvindo-lhe dos lábios meios cerrados o seguinte solilóquio: – Estamos perdidos! Tendo o calhambola, aquele maldito, saído na noite de sábado e andando regularmente, deve atravessar, hoje, as matas do Rio Sujo (Bambuhy) e daqui até lá são 25 léguas a 30 léguas bem puxadas! Na mata há boa picada; no rio S. Francisco boas canoas e ele sabe onde elas estão! Em todo o caso... sim, uma escolta deve seguir a seu encalço e matá-lo, consumi-lo, onde o encontrar! Foram dadas logo terminantes ordens e uma escolta bem preparada seguiu ao encalço do fugitivo, sentenciado á morte sem remissão.

Caturra

Como vimos, logo após o rompimento entre a capital dos jesuítas e o Quartel ambrosiano, os dois padres deixaram aquela e vieram para este, sendo recebidos com entusiasmo e as mais pronunciadas provas de contentamento por toda a população da cidade que orçava já por seus cinco mil habitantes de ambos os sexos, de todas as idades. Cansados daquela vida sertaneja ou visando maior glória e mais fortuna, quiseram retirar-se; Ambrósio comprou-lhes escravos que ainda tinham a sessenta oitavas por cabeça, cumulou-os de lembranças, principalmente a Caturra, seu ex-senhor, à quem presenteou com muito dinheiro em moeda e pedras preciosas fornecendo-lhes boa escolta para a viagem, e os padres saíram, deixando todo o povo imerso nas mais sinceras saudades. Não havia o menor perigo na viagem naquele tempo, sob a proteção de Ambrósio, por que, os índios, sobre serem aliados, estavam todos na capital com os jesuítas: A estrada já não era a antiga, pelo espigão; ganhava-se o rio S. João, deste ao S. Francisco, Santo Antônio do Monte e, dali, por estrada fácil, até Vila Rica. Em Sant'Anna de S. João separaram-se os padres: Custódio ficou e Caturra seguiu, sempre como secular, por que os jesuítas não podiam aparecer em parte alguma como tais, por causa da desenfreada perseguição que sofriam. O melhor negócio nesse tempo era a compra de moleques, na Costa da África, para vende-los no Rio de Janeiro, e tal foi a ganância de nossos antepassados nesse nefando e condenável gênero de comércio, que foi necessária uma lei especial para acabá-lo, (1831) o que de todo não conseguiu, por muito tempo ainda, continuou clandestinamente, tendo então os moleques o epíteto de meia-cara. Possuindo, como vimos, muito dinheiro, produto de seu trabalho antigo, da venda dos escravos e presentes de Ambrósio, Caturra foi para o Rio de Janeiro, onde, aproveitando a companhia de outros traficantes de carne humana, se embarcou para a costa da África. Sua estrela, até então brilhante, começou a empalidecer-se, e, não sem muitas lágrimas, o jesuíta lembrava-se de sua vida tranqüila e respeitada nos sertões mineiros. É tudo isto efeito do nunca saciado desejo humano. É a ambição eterna do gênero humano, que, quanto mais sobe, mais deseja subir, por que novos horizontes e mais belos se erguem além, mal se galga uma colina, antes considerada o último ponto dos Anelos, o término tantas vezes almejado dos nossos loucos sonhos.

Caturra somente se lembrava dos audazes que percorriam os mares (audaces mare qui currunt) e esquecia-se completamente da sátira com que o velho Horácio castigou os que não vivem contentes com a sorte exclamando:

"Qui fit, Mecenas, ut nemo quam sibi sortem
Seu ratio dederit, seu fors objecerit, illa
Cetentus vivat, laudet diversa seguentes?"[602]

Entregar-se a mercê das vagas, á dubiedade da empresa, á incerteza do negócio, ao terrível dos perigos foi o que menos o abalou; por que no Caleidoscópio de sua imaginação, quiçá de sua vaidade, antevia tudo feito, tudo bem coroado, tudo cor de rosa, e ele um grão-senhor, um potentado, como jamais pudesse alcançar na simples roupeta de religioso. E a lenda de Ahasverus sempre a mostrar-nos a figura da ambição, do insaciável desejo do além! Caturra surdo á razão, somente ouviu a voz de sua cobiça e entregou-se ás aventuras; a nau que o conduzia, singrou nas salsas ondas do oceano e em pouco desapareceram nas fímbrias do horizonte os vestígios da terra de Santa Cruz, onde tão bem lhe correra a mocidade, nem lhe magoando a lembrança a imagem tétrica da perseguição, por que nascera com o temperamento mais para guerreiro, do que para o claustro, ou para os combates da cruz, na paz da religião. Acossados, em alto mar, Caturra e seus companheiros foram presos pelos piratas, espoliados e todos os seus haveres e vendidos, como escravos, na Argélia, onde experimentaram os horrores da escravidão aqueles mesmos que procuravam entes humanos para escraviza-los. Quão varia é a vida! Resignou-se ali, no cativeiro, e, tempos depois, pelo governo português, a cujos ouvidos chegaram os lancinantes gritos de seus súditos, foram resgatados e levados para o reino, pobres e torturados sempre pelos estigmas da passada escravidão. Quem, após tantos acontecimentos, adivinharia em Caturra um jesuíta e dos mais considerados pela Ordem?! Em Portugal alegou que era brasileiro e, como tal, reenviado para aqui onde, com justo pesar reviu a arena de suas passadas glórias, murchos os louros de seus antigos e proclamados triunfos. Não se lhe arrefeceu de todo o fogo da esperança, que tanto e sempre o alentara nos difíceis transes por que passara; se não podia vergar de novo a roupeta que lhe pertencia e apresenta-se qual fora em melhores tempos, embora bastante alquebrado pelos anos e curvado ao peso dos sofrimentos inauditos, ainda tinha força e vigor para não deixar morrer á mingua, na esteira dos hospitais, e de novo investiu contra a sorte, em riste a lança de sua inquebrável vontade. Meteu pés a caminho; chegou a Vila Rica e fez-se soldado, obtendo praça entre os milicianos de então. Deixemos, por enquanto, o ex-padre, ex-rico, ex-senhor, ex-negociante, ex-escravo feito soldado raso, nos limites da caserna, sujeito aos horrores da faxina e do toque da corneta, e reatemos o fio de nosso assunto, buscando o ponto em que ficamos.

A traição

Nada há mais forte, mais rijo, mais incoercível, mais indomável do que a vingança, esse fogo ardente que se acende em nós, quando chega a aparecer-nos o único caminho, o único alvo a que devemos atingir. Quando é sincero o desejo da vingança ao mal sofrido, o homem esquece ilustração, religião, posição, deveres para com amigos, para com a família, para consigo mesmo e somente pensa no sangue que quer derramar, no trono que pretende desmoronar, no orgulho que anela abater, na miséria que deseja cavar, no

[602] Horacio. Satir. 1.

inimigo, em suma que aspira, almeja subjugar, nulificar, suprimir. Para o homem afetado desse mal terrível, desse morbos que lhe corrói a consciência e lhe apaga a luz da razão, só há caminho e dele debalde quererão afastá-lo as circunstancias, as próprias conseqüências, por funestas que se lhe antolhem, quando por acaso lhe perpassam pela mente enferma. Edmundo Dantes, riquíssimo, cerra os olhos á glória, ao renome, a tudo e fazendo escabelo de sua inimitável riqueza de Monte Cristo, só tem olhos para o escopo de seus anelos: a vingança de seus inimigos. Nem os anos que passou cárcere, nem a lembrança de seu benfeitor, nem os sofrimentos, nem a glória da riqueza imensa, nada pode demove-lo sequer do alvo que mirava sua vontade inquebrantável: sentia a sede da vingança a torturar-lhe a alma e ver seus inimigos, os autores do seus sofrimentos, subjugados, nulificados a seus pés, era seu único almejo na vida. Seu farol, seu guia, seu céu era a vingança. O homem que tem por alvo certo a vingança, é um furacão desencadeado: envolve e varre tudo que tenta obstar-lhe o caminho ou deter-lhe a fúria. Voltaram como saíram os emissários de Ambrósio ao encalço de Rebolo. No Rio São Francisco não encontraram as canoas; uma só estava do lado oposto. Que o fugitivo desatara as outras, largando-as rio abaixo, menos uma única em que atravessara, foi a conclusão natural e lógica que tiraram do que presenciaram.

Tudo prenunciava ao Chefe próxima tempestade a que talvez não pudesse obstar e aos olhos de seu espírito caia desfeito tudo que fizera, um passado inteiro!

Domou seu orgulho, pôs de parte o tão nefasto respeito humano e, por cabos de sua inteira confiança, comunicou aos jesuítas tudo que acontecera e tudo que temia viesse acontecer. Reuniu seu conselho e determinou que de então para o futuro todos os guerreiros tivessem prontas suas armas e muita munição; que o povo recolhesse á cidade tudo que quanto tinha e ninguém saísse sem ordem expressa. Pedro Rebolo estava animado pelo espírito, pelo desejo ardente da vingança e, assim, fez o que ninguém fazia só, senão muito acompanhado: rompeu o sertão bruto, na distância de quase cem léguas, tendo por arma seu arco e por alimento talvez uma rapadura e um pouco de farinha no bornal e parou em Vila Rica, de onde e levaram. Falava muito mal o português, era quase incompreensível para quem não conhecesse o idioma africano. Chegando a Vila Rica, procurou logo seu ex-senhor, oficial de milícia e, por interpretes narrou o que vira, dando idéia, não de um quilombo qualquer, mas de um reino perdido e ignorado lá no centro de Minas. Não sabendo contar mais de dez, para dizer ou denunciar o número de quilombolas do tal reino, apresentou um pedaço de pau lavrado em cujas quinas havia uma infinidade de piques; conforme esses piques, fez uma porção de montículos de grão de milho, de dez cada um, pelos quais chegaram á conclusão de que no quilombo havia cerca de seis mil habitantes, governados por um rei, que tinha a suas ordens um poderoso exército e morava num palácio talvez melhor do que o de Vila Rica! E o negro, boçal para tudo, menos para o mal, descrevendo essas grandezas, nas hipérboles tão comuns e próprias entre os indígenas, dava idéia de tal quilombo, de tal reino como nunca houvera.

O Alvoroço causado por tal notícia, naquele tempo, foi uma bomba que estourou de modo descomunal.

O ex-senhor detendo o ex-escravo e impondo o mais absoluto segredo ás pessoas presentes, transido de medo ou fascinado pelas alviçaras, mais que depressa correu a palácio e misteriosamente, como o mais fiel dos súditos, o mais digno dos cidadãos, pediu reservada audiência ao Governador e despejou-lhe nos ouvidos

tudo o que sabia o mais o que sua imaginação pode preparar. – Jesuítas! – foi o eco que retumbou por todas as salas, todos os corredores, todas as abóbadas do palácio. – Jesuítas! – foi o reoforo, o imã que percorreu célebre, mas debaixo de todo o mistério, as altas patentes, todo o exército e fez explosão no meio do povo, naquele tempo, tão sujeito a moções dessa ordem, a surpreso que o despotismo não cessava de fazer. E o povo, assustado com aquela palavra fatal, repetia também "Jesuítas"! sem ao menos saber do que se tratava! O negro delator foi imediatamente conduzido ao palácio, preso e detido com sentinela á vista, para que nem sequer pisasse na rua o que sabia. Comunicações oficiais foram logo mandadas para o Vice-Rei, no Rio de Janeiro, e o governo mineiro começou a cuidar logo nos aprestos necessários. Caturra perspicaz e habilíssimo, fazendo mo papel de um soldado ignorante, cabelos e barbas grisalhos e sempre em desalinho, apanhou no ar a história e quis entrar-lhe no amargo. Na sua vez de sentinela, porque falava perfeitamente a língua africana, como o guarany, tupy e outras, logo que teve ocasião e pode, conversou largamente com Pedro Rebollo e pôs-se ao corrente de tudo. É preciso não esquecer que a ida de Pedro para o Quilombo, foi posterior á saída de Caturra; por isso não se conheciam. Outros soldados, entretanto, que ouviram a demorada conversação, nada entendendo, suspeitaram de Caturra e este continuou também vigiado. Embora, desde que assentara praça, pusesse em tudo a maior dissimulação, fazendo-se bronco até, apesar de todo o cuidado, uma vez ou outra, traia-se dando a entender aos bons observadores que não era o homem que pretendia parecer, mas sim ilustrado e possuidor de todos os dotes, não para soldado raso e sim para general. Sabia-se que da primeira perseguição, logo após a lei expulsão, auxiliados por índios e escravos, tinham-se salvado muitos jesuítas e muito não seria fosse Caturra um deles, e tanto assim suspeitavam que o haviam alcunhado O padre-mestre jesuíta. Por isso tem sempre razão o antigo brocardo: voz do povo, voz de Deus, (vox populi vox Doi) ou este outro: as aparências enganam muitas vezes (frons, oculi, vultus, percoepe mentiuntur).

Não se enganavam os que mantinham tais suspeitas, porque naquele velho e simples soldado estava um jesuíta, o que queria dizer: um sábio; naquele vulto, como em um bloco de granito, estava a estátua, o símbolo do valor, do sofrimento, da resignação, da coragem, o receio enfim açoitado tantas vezes pelas ondas bravias do infortúnio desapiedado, no mare magnum da existência. Pelas narrativas muito exageradas que corriam estavam todos convencidos de que tal quilombo, o tal reino, o tal novo mundo nos sertões mineiros não podia ser obra de simples negros boçais, de rudes calhambolas; com toda a certeza eram os jesuítas que, corridos do Rio de Janeiro, da Bahia, de S. Paulo, lá se haviam reunido e, fortes como estavam, não tardaria muito que viessem contra o governo mineiro, contra todo o Brasil. Em muitos semblantes estampava-se o terror: cada dia esperavam ouvir o grito de guerra do exército jesuíta invadindo a Capital da província. O negro continuava em palácio, bem tratado, mas muito vigiado e incomunicável para com os do povo. Conhecendo a história, de que não perdia uma linha, um ponto, Caturra dava tratos á imaginação a ver se descobria um meio de comunicar a Ambrósio o que se passava em Vila Rica; mas debalde. Um piquete de cavalaria foi expedido, com carta de prego do Rio de Janeiro, levando a nova tão importante. Caturra, que da infantaria passara para cavalaria, meteu empenhos para fazer parte dessa embaixada, mas não o conseguiu. Esse empenho, entretanto, que mostrou em prol do governo, o ódio que, com arte mostrou contra os jesuítas, a indústria enfim, com que se aveio, desde que se percebeu suspeitado, tudo lhe valeu a suspensão da dúvida e ficou verificado que aquele velho soldado não passava de um bom homem cuja jovialidade todos achavam a

maior simplicidade de pensamento. E, se o jesuíta soldado, antes, se fizera estimado de seus companheiros e chefes, dali em diante pela redobrada assiduidade, pela bonomia, pelo respeito para com todos, mais estimado se fez, merecendo as atenções dos superiores e amizade de todos. Seu desejo ardente, seu empenho era encontrar um meio de comunicar a Ambrósio o que preparavam a seu respeito; debalde porém, por que as circunstâncias, as coincidências como guiadas pelo espírito adverso pareciam congregadas, conspiradas no mais terrível conubio contra seus amigos. Expedições não vinham mais a Vila Rica e comunicações não havia de espécie alguma com aquele reino, com aquela espécie de Golconda, alvo do medo e da cobiça dos potentados e ambiciosos, em seus cálculos leoninos. Muitas vezes, alta noite, Caturra chegou a levantar-se, cingir a espada, tomar o bacamarte, meter no bornal qualquer matalotagem para fugir, arrostar o sertão com seus perigos e ir levar aviso e salvação aos seus. Como fazer, porém, naquele tempo, só, velho, alquebrado, desabituado das grandes viagens a pé sem conhecimentos dos caminhos, por entre os selvagens e animais ferozes? Que fazer em tais emergências, senão confiar em Deus, curvando-se aos latos desígnios da Providencia? Foi o que fez. Pedro Rebollo havia rompido tudo e chegara a seu alvo: mas o negro era moço, forte, e alimentado sobretudo, pelo desejo irresistível da vingança pelo ódio, pelo rancor, pouco lhe doendo a vida que se lhe servia de meio. Além disso todas as autoridades já deviam estar avisadas, o desertor seria preso, talvez reconhecido e, então ficaria confirmado o que supunham e recrudesceria o ódio contra seus irmãos e aliados. Os Aymorés, apertados nas matas gerais, invadiam o campo e chegavam até a serra da Canastra, divisa do reino ambrosiano, indo dali até ao Quartel o sertão bruto, o império absoluto dos animais bravios, que não se arreceavam das setas indígenas nem das espingardas dos negros, uns e outros ocupados na capital jesuítica e no Tengotengo. Apertado entre tantas contingências, Caturra desistiu de qualquer tentativa e quedou-se, resignado na vontade de Deus, a quem, no silêncio de sua crença, suplicava pelos seus. Pedro Rebollo, cumprindo o voto que fizera, havia traído, lançado aquela bomba da delação, que havia estourado e cujos estilhaços lhe cairiam um dia sobre a própria cabaça. E com isso tinha aberto igualmente um campo, em que os bajuladores representavam seu triste papel, conseguindo as graças e mais intimidade com os potentados, não por amor ás instituições, não pelo bem da pátria, mas somente pelo seu, particular, que, talvez periclitasse, não havendo um motivo justificado, para, com mais segurança, se inculcarem patriotas e abnegados que absolutamente lhes faleciam. Somente Caturra compreendia o que via; por isso cada vez se fazia mais ativo e insinuante para com todos, ganhando estima e simpatias, sem jamais deixar de ser nas casernas o Padre-mestre-jesuíta, que de fato o era. Inteirado da magnitude dos assuntos, que tanto mais se avultara na sua imaginação, quanto os petroleiros e pretrorianos aguçavam a intriga, o governo mandou logo, com todas as cautelas apenas pedestre e convidar os melhores capitães do mato, naquele tempo, pessoas de tão alta relevância, que havia leis e decretos a seu favor[603] entidades criadas especialmente para a caçada de negros fugidos, e que tinham a seu mando jagunços e ganha-pães, todos escudados na égide do despotismo e tirania daqueles tempos. Como se tivesse o governo de Minas de sair a conquistar por longes terras, qual,

---

[603] Esta expedição terá relação com a mencionada pelo ilustrado Comandante José Pedro Xavier de Veiga nas Ephemerides Mineiras de 8 de maio de 1747 e 15 de abril de 1756? Parece-me que sim.

outrora Roma e Grécia; como se estivesse ameaçado invasão estrangeira, já tocando os limites de seus domínios, desde a terrível delação começaram os preparativos bélicos, os aprestos para uma grande, nunca vista expedição, que tinham delineado, com todo o aparato possível, para o sertão mineiro; mas tudo debaixo de tal sigilo para com o exército que somente Caturra, sabia, não que lhe contasse alguém, mas que ele deduzia de tudo, até dos mínimos movimentos, fazendo-se para isso, cada vez mais abstrato e alheio das coisas que fervilhavam por todo seu ambiente. Para que lembradas, duas circunstâncias havia de alto interesse. Tanto em Vila Rica como no Rio de Janeiro, logo que se iniciaram, com açodamento desusado, os preparativos bélicos, ignorando o povo o fim principal, fazia correr duas versões, qual mais cheia de afirmações categóricas. Um diziam que tais aprestos eram para rebater os franceses ou ingleses que vinham por Montevidéu com tal frota, que, num ápice, era capaz de subjugar e vencer todo o Rio de Janeiro; diziam outros que os inimigos tão metuendos não eram nem franceses, nem ingleses, mas simples e unicamente os índios ferocíssimos do Rio Doce que já estavam de marcha e pretendiam atacar Vila Rica. Ao passo que o povo, mais razoável, assim supunha, os governos e altas patentes, tanto do Rio como de Minas, só viam diante de si, como fantasmas, duendes poliformes e descomunais, as figuras dos jesuítas, não os humildes missionários, vergando a roupeta e alçando a cruz, por entre as florestas a catequizar, mas sim terríveis guerreiros, com o facho da vingança em punho, reclamando seu direito, seus bens, sua fortuna, seus discípulos, suas ordens, de que haviam sido esbulhados! E o remorso, cravando os dentes de ira, que rangiam na alma do despotismo, espalhava a insônia nos macios leitos dos governantes ou provocava-lhos os sonhos de monstros que lhes babujavam as faces descarnadas, rojando-se depois pelo tesouro e engolindo todo o ouro com que o mísero povo era tributado para regalo da metrópole! – jesuítas era a palavra terrível que, dia a dia noite a noite, toda a governança tinha atravessada na garganta; era o pesadelo que continuamente a tortura e a cada instante, a cada momento parecia ouviram nas altas serras que servem de atalaia á antiga Vila Rica, as roucas vozes de vingança, do extermínio voando nas envenenadas e aceradas setas indígenas, ao mando cruel e incoercível da grande companhia, na reivindicação do seu direito, insurta contra a lei Tirânica! Os preparativos continuavam ininterruptos e não se falava senão naquilo; para muitos o trono vacilava, a derrota era certa e, como tinham haveres, não se esqueceram de os guardar bem guardados, confiando a terra, em esconderijos bem escusos, o que, não propriamente á terra, que está dava aos pobres, mas á sua industria deviam. De vários pontos foram chamados o célebre Cavaco, o famigerado Gregório, o valente Feliciano, cada um com o seu troço de cinqüenta bacamartes, ganhando os chefes quatro oitavas de ouro em pó cada um e seus ajudantes um cruzando novo (400 reis) por cabeça de ... calhambola. Dali a merecida alcunha de Corta-cabeças que a posteridade deu a esses executores de ordens tão bárbaras com que o Governo de Ultra-mar mimoseava a pátria mineira colonial nos ominosos e infanos tempos do canibalismo – lei. E quais os predicados desses escravos do despotismo apontados para tais empresas? Fanáticos até a superstição, ignorante até a estupidez, esses capitães do mato e seus apaniguados tinham por ginástica o saber trepar nas árvores como macacos, nadar como lontras, corres como veados; por instrução ser bom feiticeiro; rezar o credo em cruz; saber tomar parte com o diabo, na noite de S. João; matar com veneno; chamar cobras com assobios; rezar a oração de S. Marcos; passar por entre cães de fila, sem estes latirem; em fim e ai estava a supra suma do valor – sabor de um só golpe decepar uma cabeça! E eram os senhores de baraço e cutelo e

seu mais estupendo triunfo era trazer o maior número possível de orelhas das vítimas que sacrificavam, na fúria do canibalismo, ficando memorável a expedição em que o triunfo subiu a três mil e novecentos pares de orelha[604]. Três meses depois da delação do negro, que continuava preso e incomunicável em palácio, chegados os contigentes do Rio de Janeiro e de outros pontos, reuniu-se em Vila Rica um exercito de três mil homens e marchou para o sertão, sendo tradição que o tropeiro condutor do trem bélico fora Pedro Rodrigues Lopes Vital, morador na fazenda Pedreiros no arraial Aranha.[605] Fluia então o mês de Maio. Pedro Rabello, nédio, satisfeito, foi levado como guia especial, sob pena dos mais severos castigos, se claudicasse, o que aconteceu mais de uma vez, por que mais de uma vez errou o caminho. Quase dois meses depois que saiam de Vila Rica, chegaram ao Rio São Francisco, ao lugar, posteriormente denominado – Porto de José Simões.

A Expedição

Ai conhecido o rio, vaqueanos que tomavam parte na expedição, derrubaram madeiras, fizeram pirogas, canoas e ajoujos e atravessaram a mata e ganharam as cabeceiras do Abaethé, a esmo. Ameaçado de novos castigos, por que os chefes da expedição já cansados e mortificados por tal viagem, supunham traídos pelo negro, talvez um emissário dos jesuítas, por felicidade inaudita, Rebollo conheceu as alturas e comunicou-o ao comandante. Voltaram ao Sul, pelo espigão mestre e chegaram a lagoa dos Patos o negro, em transporte de alegria, reconheceu e mostrou ao chefe um corte que havia feito em uma árvore, quando fugira! O que lhe valeu ser solto, pois, desde muito longe, vinha preso, na suposição de que fosse traidor. Ali acamparam, seguindo no outro, mais animados, porém mais cautelosos, pois aproximavam-se já do ponto almejado e demandado com tanto afã e sacrifício. Três dias depois avistaram uma sentinela e um morro, para o qual o negro, satisfeitíssimo apontou repetindo: Tengo-tengo! Por todo o exército, desde os comandantes até os tropeiros, corre aquele frêmito próprio das vésperas de grande batalha, confiando cada qual no valor que devia ter e nas armas, que examinavam, para que não falhassem no preciso momento. Um dos soldados, entretanto, barba cerrado e quase toda já de neve, enquanto a alegria ressumbrou na fisionomia de todos, ao avistar aquele morro, tão seu conhecido, simulando uma dor física qualquer, abaixou os olhos e grossas lágrimas umedeceram o chão em que pisava: era Caturra! A cidade ou quartel ambrosiano estava colocada em um lindo descampado, no encontro de dois córregos, que forneciam grande abundância de água, tanto para o consumo público, como para os engenhos, moinhos e outros mecanismos. Circulava-o um valo com a extensão de uma légua em circunferência largo e profundo, eriçado no centro com pontiagudas estacas de aroeira do sertão, cuja rijeza e durabilidade são legendárias: acima do valo e acompanhando todo este, aguiza de muralha, levantava-se um terraço de oito palmos de altura por dez de largura: um só portão, junto ao qual havia uma ponte levadiça, dava acesso á cidade, que era um perfeito arremedo das antigas cidades fortificadas. Logo ao pé do portão havia uma igreja e dali seguia a rua principal, até ao grande largo ou praça, onde se erguiam as torres de um belo templo com seu campanário; palácio real ou residência do Ambrósio; a

---

[604] Ephem. Mineiras. Loc. Cit.

[605] Do manuscrito não consta o nome do chefe da expedição.

cadeia com seu grande pátio fechado, por grossos muros; o patíbulo, e os mais importantes edifícios. O portão era de duas bandeiras, muito largas e cosidas com grossas chapas de ferro. O erário público era no palácio.

Dies Iroe

Quanto a vida social, o quartel ambrosiano apresentava o melhor paradigma das cooperativas. Todos trabalhavam para a sociedade; tudo era de todos, mas não havia meu nem teu. Todo o produto era recolhido ao tesouro, se dinheiro ou pedras preciosas; aos armazéns, se produtos da lavoura. O chefe e os principais tinham roupas finíssimas, que vinham da capital jesuítica; para o comum, porém, o pano era fiado e tecido ali mesmo, de algodão que cultivavam, ou de lã de seus carneiros, que, eram grande manadas povoavam os campos adjacentes. Cada família tinha sua residência que edificava; se, porém, se ausentava de vez, o que nunca acontecia, nada podia vender, contentando-se com a indenização que o chefe julgava merecida. Para a vida ali, de nada tinham necessidade, por que havia tudo, com fartura, devido ao lato tino administrativo de Ambrósio. Do trabalho, que faziam, tinham, entretanto remuneração em dinheiro, que ali mesmo empregavam em compras no grande armazém, sempre bem sortido pelas constantes expedições de exportadores e importadores do Quartel. O chefe era respeitadíssimo e a comunidade progrediu sempre a olhos vistos. As aspirações daquele povo limitava-se ás festas dos sábados e domingo, á pesca, á caça e, sobretudo ás danças em que aluá, servido, a vontade, levantava os espíritos nos mais chorosos devaneios, podendo, com toda a razão dizer com Tytyro: este paraíso é um dom celestial nosso verdadeiro éden. (Deus nobis hoec otia fecit.) Mal convenceu-se Ambrósio da emergência em que se encontraria, por que a fuga de Rebollo lhe aparecia como a pequena nuvem que se adelgaça na barra do horizonte e horas depois, se transforma em horrenda tempestade, deu as mais severas ordens a seu povo, suspendeu as expedições a Vila Rica e comunicou tudo aos jesuítas, então fortes em sua Capital. Seus antigos senhores esqueceram-se do que tinha havido e convidaram instantaneamente a Ambrósio e seu povo para a fuga, por que tinham diante de si o Paranaiba coalhado de inúmeras e próprias embarcações, e, por ele em novo e mais seguro êxodo, ganhariam os intensos sertões de Góiais, e além os de Mato Grosso, onde ninguém se atreveria a procura-los, como aconteceu de fato mais tarde. Príncipe de direito em sua terra natal e de fato nos sertões mineiros, experimentado campeão em mais de uma refrega, quando interpusera a própria para salvar a vida do seus senhores, livre já, chefe e senhor absoluto em seu pequeno reino, respeitado e encomiado constantemente por todos os que o rodeavam, poderoso em suma, ainda assim Ambrósio não rejeitou logo o convite que, por si, aceitara de olhos fechados. Convocou seu Conselho, reuniu o povo e provocou um plebiscito. Os chefes queriam aceitar o convite; o povo, porém, na maior parte cativos fugidos da Aldeia de Sant'Anna, opôs-se receiando o cativeiro, e o chefe acedeu, a menos que não quisesse uma revolta tremenda. Ficou: mas nunca se enganou, por que na clarividência própria de sua sagacidade, antevia muito carregado o horizonte e tenebroso o futuro de seu povo; no entanto, chefe, não podia abandonar o posto de honra que lhe fora confiado e no qual soubera fazer-se merecedor da estima de todo um povo que guindara a um mundo ideal. Que fazer em tais conjunturas? Fraquejar, nunca! Esperar, sim! E esperou. Em Conselho determinou que os três mil homens que formavam o

exército, estivessem sempre prontos, tanto dentro, como fora dos muros, ao primeiro sinal; que o povo se recolhesse todas as noites, ainda aqueles habitante que, por especial permissão, tinham residência fora do vale, á cidade, cujo portão seria fechado por um dos chefes; que os vedetas, lá denominados – gaviões – revezados sempre, alongassem constantemente os olhos para não serem surpreendidos. Parecia premunido com estas simples precauções; no entanto faltava-lhe o essencial: um emissário, um ousado que lhe fosse noticiar o que se passava em Vila Rica a seu respeito! Bem que o quisera Caturra, envidando todos os meios para isso; mas parecia chegado o tempo fatal, em que tinha de se apagar para sempre a bela estrela que o guiara e soava-lhe aos ouvidos a trombeta com que Jeová proclamava o castigo do antigo povo hebreu! Corria o mês de Agosto. A sentinela que vigiava o morro Tengo-tengo, descuidada pelo decurso pacífico de tanto meses, caio logo flechada por um apenado dos Capitães do mato. Protegido pelo mato, pelos morros, pela natureza do lugar, o exército preparou-se para a sortida, que prelevava. Circulada pelo grande valo o terraço, retida a ponte levadiça e fechado o grande portão os habitantes supunham inexpugnável sua cidade. Que engano! Caiu a noite e, nas negras dobras do seu longo manto, envolveu a cidade, o campo, os montes e serras circunjacentes. O negro traidor, em cujo semblante ressumbrava a alegria feroz do tigre, foi o guia, e, quando todos na cidade dormiam o sono tranqüilo do inocente, as sentinelas das ameias rolavam no vale tiros não acordasse aos que dormiam! A cidade foi cercada em regra. Bem formado, o primeiro cuidado do comandante, foi mandar, no silêncio que reinava, arrancar do vale os estepes que calçavam. Todas as manhãs, ao romper o dia, os quilombolas iam rezar, na igreja da frente, a de perto do portão, por que a outra, como sendo a matriz, era destinada ás grandes festas, e ninguém podia sair para o trabalho antes de cumprir esse dever religioso, para o qual o sino dava o sinal conhecido. A cidade estava sitiada. O sacristão subiu á torre e, regularmente, como nos mais dias, badalou no sino as pancadas do despertar; no interior as luzes iluminavam o belo templo e o povo, homens, mulheres e crianças, uns bocejando, outros ainda persignando-se, estes atando as calças com o correeiro, aqueles abotoando a camisa, uns lépidos, outros estremunhando ainda, fazendo repetidas cruzes bocejante, com o polegar direito, todos vinham chegando e penetrando no templo, que em pouco se viu pejado de crentes, devotos ou cumpridores de seus deveres, que se premiam nas naves, na mais respeitosa compostura. Um dos maiores veio ao portão, abri-o, desceu a ponte levadiça para que as sentinelas como de costume, entrassem, e voltou para o templo, sem coisa alguma reparar, nem pressentir, tal a cautela dos sitiantes. Começavam os cânticos sagrados, e por uma coincidência especial, nunca as vozes se haviam casado tão bem, nunca houvera tanta harmonia naqueles louvores matutinos ao Criador e a Nossa Senhora Virgem-Mãe. Foi nesse momento que o comandante da força sitiante, cada vez mais convencido de que cercava Jesuítas e não negros, Padres e não simples leigos, obliterados por completo seus sentimentos religiosos, os sentimentos que oficialmente, obrigatoriamente eram incutidos no lar, nas escolas, na quartel, nos templos, na rua, em todo parte, lembrando-se somente dos louros, execrandos na posteridade, que podia colher surdo aos ditames da consciência que ia ter, fez assestar na abertura do portão as peças de campanha, rompendo fogo contra o templo, contra todo aquele povo inerme e descuidado, indo o ribombo da artilharia cortar em meio as vozes dos devotos e crentes, que, nesse momento, subiam ao trono excelso do Senhor! E os lamentos dos que caiam ceifados pelas balas, e os gemidos das mães varadas, quando ainda no leito, e os vagidos lancinantes das inocentes criancinhas pilhadas pelos estilhaços, pelos ricochetes dos projeteis, na

última sucção do leite materno, e o vozear infrene dos sitiantes, o clangor dos clarins, e o alvorotos dos sitiados espavoridos, correndo ás armas, contrastavam-se com o ribombo sinistro da artilharia e o pipocar cerrado da fuzilaria, vomitando a morte contra o povo inerme, contra velhos trôpegos, mães fraquíssimas e presas no leito, criancinhas incapazes, contra a velhice, contra a fraqueza, contra a inocência! Os sitiados, colhidos tão de súbito no auge do desespero, por falta de aviso de seus gaviões (sentinelas) a voz do Valente João Wrumeia, lançam-se ás armas e, em coluna cerrada ou em grosso pelotão avançam contra o portão. Ignorando talvez a existência da artilharia encontram obstruída a única saída e contra eles recrudesce o fogo dos sitiantes, varrendo o interior da cidade. Não cedem os sitiados. Comandados por Wrumeia, por Hinnhanguera e pelo próprio Ambrósio em pessoa, fazem do templo trincheira, galgam aqui e ali a grande muralha e, se não podem bater-se em prélio campal, cantam, com certeza de suas balas, os sitiantes, que também juncam de cadáveres a parte externa da cidade. Cerca de 9 horas da manhã, acabada a munição para as armas de fogo, os sitiados, o resto de bravos que sobreviviam, a peito descoberto, sobem as muralhas e despejam contra os sitiante um chuveiro de flechas. Foi o último lampejo daquela grande lâmpada, sustentada pelo combustível da coragem, tão de rijo batida, espicaçada pelo vento da desgraça. Sobre as muralhas flechavam os sitiantes; mas caiam ao punhados pelas esfuziantes balas da fuzilaria, que não perdoava. Ao meio dia, fez-se silêncio no interior; cessam o fogo e o comandante manda fechar por fora o grande portão assustado com aquele silêncio tão repentino; pouco depois, sobre o terraço aparece uma negra, trazendo na fisionomia a imagem do terror, gesticulando, batendo palmas, dando, enfim, mostras de que queria falar. Prendendo no terraço a extremidade de uma corda, atirou a outra para dentro do vale, como perito funâmbulo, por meio de movimentos acrobáticos, desceu pela corda ao centro do vale, e, auxiliada por um pequeno pau, galgou a extremidade do talude e correu para o acampamento, aflita, quase não podendo exprimir o que sentia. O comandante destacou-se do grupo e a negra pediu-lhe que acudisse, porque Ambrósio mandara aprontar os facões! Que fossem!.... Que Fossem!...

Homens há que a ninguém cedem a palma na execução de qualquer trabalho que lhes confie, por árdua e difícil que seja; no caminho traçado seguem, haja o que houver; no entanto são incapazes de conceber um plano, de elaborar por si, qualquer idéia, qualquer coisa, por simples que seja. Desconfiados de si próprios, nem tentam a concepção nem resistem ao menor obstáculo que na elaboração intelectual se lhes antolhe: pode-se dizer que sua imaginação é imperfeita e árida, verdadeira tábula rasa, como diziam os antigos filósofos. Ambrósio era um desses. Executor como ninguém; desde, porém, que fosse mister conceber, suas faculdades encontravam-se num tal labirinto que nada produziam. Tinha elevado o posto Tengo-tengo a um ponto de tal progresso e de prosperidade, que, hoje, causaria inveja aos mais ativos administradores; mas não nos devemos esquecer de que havia cumprido fielmente e com tino invejável um plano preconcebido e traçado pelos jesuítas, seus ex-senhores, que mandaram estabelecer aqueles posto com um quartel militar, simplesmente, ou melhor, um degredo par onde pudessem mandar os criminosos e os que não lhe conviesse que fixassem na capital. A Aldeia de Sant'Anna tinha chegado a um grande adiantamento que parecia uma verdadeira capital e se os padres quisessem, quando Ambrósio, por causa dos escravos que acoitara proclamou sua independência, com um poderoso exército formado por muitas tribos indígenas, teriam vindo e o chefe seria o primeiro a capitular. Não convinha, entretanto, não só por que sabiam o que

podia acontecer, como porque em caso do perigo, antes que os inimigos chegassem á Aldeia, haviam de passar primeiro por Tengo-tengo. Ensinaram o meio de defesa, de ataque e de retirada; os recursos, porém, de momento, esses recursos napoleônicos, inteiramente relativos a ocasião, não ensinaram, nem o podiam fazer porque são eles próprios dos bons generais, são a tática de guerra no seu maior exercício, o cadinho em que se prova o valor dos amestrados capitães. O general em chefe dá o plano geral dos combates; fica, porém, aos comandantes o saber mandar, tudo subordinado ao tempo, ao lugar, ás circunstâncias de momentos.

O Sacrifício

Ricamente trajado com todas as insígnias do seu alto posto, assentado em uma cadeira, ao lado sua mulher, Cândida, toda vestida de branco, banhada em lágrimas e com o vestido já manchado de sangue, Ambrósio punha em prática o que projetara, á imitação dos antigos, como tinha ouvido contar, perdida completamente a esperança de salvação. O lugar do sacrifício era o grande pátio da cadeia. Pelo chão jaziam já alguns cadáveres, mostrando na glote a larga cisão da degola, e aos pés de Ambrósio, ajoelhadas, novas vítimas para o sacrifício, velhos trêmulos, mães que amamentavam seus filhinhos, moças em todo viço da puberdade, crianças implorando misericórdia, compaixão. Os Algozes, comandados por Hynnhaguera, não descansavam; os afiados cutelos descarregavam seus rudes e certeiros golpes; o sangue das vítimas, espadanando, sapecava as brancas vestes de Cândida e cadáveres caiam sobre cadáveres! E que contraste da natureza: criancinhas inocentes, inconscientes de tudo aquilo, enquanto sua voz, osculadas, beijadas e abraçadas por sua mãe, escabujaram pelo chão, no lodo formado pelo sangue.

Posto abaixo o portão e surpreendidos pelo exército Wrumeia, Hynnhanguera e todos os outros, como leões ou panteras acuados na toca, saltaram, armas em riste; mas a um simples aceno de Ambrósio abaixaram as armas e esperaram. Estava vencido o último reduto e o exército vencedor entregar-se-ia logo aos desatinos de seu paladar, se naquele tribunal, na figura de Ambrósio, no espetáculo inaudito não encontrasse um quer que fosse de solene que o deteve respeitoso. Com a entrada do exército suspendeu-se a execução terrível e as vítimas votadas ao sacrifício puderam respirar contentes pelo medo natural da morte de que viam livres, muito embora o costume dos antigos, que, em tais emergências, o chefe punha em prática. Ambrósio ergueu-se, sereno e majestoso, e fitou os olhos do comandante, que, então, pode reconhecer o homem que jamais venceria, o leão que nunca domaria, se aquela inteligência fosse aquecida pelo benéfico sol da civilização e não vítimas do obscurantismo e das superstições próprias das pragas africanas. Houve um silêncio; vencidos e vencedores, como interditos, miravam-se como estátuas e os olhos dos forasteiros se fixavam em Ambrósio. Viram nele: um negro fula, com barba cerrada e basta carapinha, quase completamente brancas, nessa cor dúbia, entre o grisalho e a neve; porte alto e airoso; olhos grandes, boca pequena e lábios delgados, deixando transparecer nas comissuras esse tremor convulso que reflete as tempestades d'alma; pés e mão pequenos; dedos finos e compridos; no rosto existiam os lanhos próprios de sua nação, mas ocultavam-se na espessa barba. Trajava sobrecasaca de pano finíssimo, com galões dourados e botões de ouro; calças da mesma fazenda com largas listras vermelhas, nas costuras, lado exterior; camisa de

cambraia; chapéu de Braga com cinco bambolins de retrós, pendentes para as costas; botas pretas e justas, de bico fino e salto de prateleira, esporas de prata com correntes. Por armas prediletas tinha Ambrósio uma linda espada, um jogo de pistolas, rico punhal e uma espingarda inglesa, de dois canos, tudo bordado a prata e ouro. É preciso notar que a expedição não tinha por escopo vencer e fazer prisioneiros; seu fim principal era destruir. Entretanto, encurralados os sitiados no pátio da cadeia, sua morte, sua destruição facílimas, foram poupados, não por humanidade, mas somente como meio por que o comandante, mirando o rico traje de Ambrósio, lançou suas vistas além, dando curso á cobiça. De hostiário transformou-se o grande pátio em tribunal e á barra dele foram levados os vitimários. Ali mesmo sumária e verbalmente foi interrogado Ambrósio, que continuava de pé firme, onde estava. – Quem és tu ? – perguntou o comandante. – Sou Ambrósio, capitão deste Quartel. – Capitão !... Quem é teu senhor, negro? – Sou livre e livre é toda a gente deste posto militar. Fui escravo, todos os adultos que aqui estão também o foram; mas somos todos livres. Minha carta de liberdade aqui está e a de meu povo neste cofre. Ao mesmo tempo que Ambrósio apresentava a sua, um de seus generais apresentava um cofre de madeira. – Não conheço a letra, disse o comandante, lendo a carta. Quem é teu senhor negro? – Já disse ao senhor general que não tenho senhor. Fui escrevo, sim; mas aquele que tinha direito sobre mim, antes de expirar, deu-me liberdade. – Pois ou há de dizer quem é teu senhor ou sofrerás muitos castigos. – Sou livre! Repito Ambrósio e seus lábios sofreram um tremor convulso. Um oficial lendo a carta de liberdade: – Ela é bem passada e datada do posto Tengo-tengo do Araxá – Onde é este Posto? Perguntou o comandante.

– É aqui. – E que veio fazer aqui seu senhor ? – Salvar a vida. – Salva a vida! Ah! Com certeza os jesuítas!... – Jesuíta! Repetiram as vozes do exército e ouviu-se um tilintar de armas, qual se novo inimigo surgisse, poderosíssimo. – Pois bem. São todos cativos e da Real Fazenda, á qual pertencem todos os bens dos tais padres, desde sua condenação á morte: portanto tu e toda esta canalha, da qual és cacique. – Perdão, senhor general! Cacique é rei dos índios e eu não sou índio; na minha terra o rei é Zambi, e lá cabe-me esse título. O comandante desfez-se numa gargalhada feroz e prosseguiu: Sejas rei dos índios, rei da África, rei do Araxá, capitão-general do Tengo-tengo, grande em ponto de pequeno, com toda essa lengalenga, o que é certo é que todo o teu poder nada vale e tens que escolher uma de duas: Ou hás de sujeitar-se ao cativeiro, ou morrer. Escolher. Nos lábios do negro esboçou-se um desses sorrisos que somente traduzem o desespero, a ânsia, o inferno de uma alma angustiada; ao mesmo tempo que um tremor percorria todo o seu corpo, uma névoa passou por toda a face e condensou-se em seus lábios, que se embranqueceram, numa quase palidez mortal, e Ambrósio respondeu: Já declarei ao senhor general que não sou cacique; mas aceito essa dignidade que me é conferida, e, três vezes rei, uma vez capitão-general, aceito a morte!

–Gregório, continuou o comandante. – Pronto ! regougou uma voz pousada e quase tumular e apresentou-se o tipo do verdadeiro verdugo. Baixo, grosso, peito largo, fronte também larga e desprovidos os olhos de supercílios, cabelos grossos e duros: eis o índio que se apresentou, uma figura de horripilante batráquio. Suas armas – e trazia-as todas – eram: um bacamarte preso ao correirão da cinta, uma espingarda baluda (Lazara, lazarina, legítima de Braga), uma pistola-reuna e um alfanje curto, largo e pesado, próprio para a degola. Ambrósio, a quem não haviam despido das armas, nem das insignias, tendo a seus lados seus generais e mulheres, ao ver aproximar-se aquele mostrengo, instintivamente levou a mão aos copos da

espada. Hynnhanguera deteve-o e falou-lhe em Africano. O Capitão Cavaco que falava perfeitamente o africano, substituía o interprete comandante, morte em combate, e muito interessado na sorte dos quilombolas, somente traduzia para o comandante o que os negros diziam sem ofensa. As mulheres avisadas da sorte que as esperava, pediram licença e, ali mesmo, entre o riso sarcástico de uns, zombaria de todos os verdugos, ajoelhadas, na mais reverente compostura encomendavam-se a Deus! Gregório, o verdugo, olhos faiscante, atento ao primeiro sinal, aguardava o momento propício de mostrar a fúria de seu alfanje. Então, negro ! perguntou o comandante – queres servir ou morrer ? – Quero morre; mas... se o senhor general quizesse, pelo completo resgate nosso e da cidade, tanto dinheiro em ouro e prata quanto bastasse para cobrir o chão de toda praça, em poucas horas lho daria. Entendendo o comandante que tinha seguro também a grande tesouro, o sonho dourado de sua vida, companheiro de suas vigílias, com sarcástica gargalhada retrucou: Oh ! além de rei, de cacique, de capitão-general, é também milionário ! Não duvido, porque, há muitos anos tu e teus companheiros viveis a roubar e por isso podes ser o maior banqueiro do Araxá. Melhor, porque o erário rela anda bastante obrado e isto o concertará....

A notícia do tesouro causou ganância do comandante tal prurido, que ele quis vê-lo quanto antes e gritou como possesso:...

Foi trazido o terrível cepo e o verdugo alçou o alfanje fatal. Começando pelas mulheres, as cabeças das vítimas começaram a rolar pelo chão, num rio de sangue. Ambrósio, altivo, impassível, estátua sublime da dor, de pé, com todas as suas armas, nada via, por que seus olhos estatelados no infinito, não podiam abaixar a tanta infâmia.

Seus dois generais caíram. O último foi ele. Agarrado para o sacrifício, lançou um olhar sereno por sobre a soldadesca sedenta de sangue, e, estoicamente, sem mínima relutância, chegou-se ao cepo e sua cabeça rolou também pelo mar de sangue, misturando-se com as demais. Era a tardinha. Os últimos lampejos do sol poente beijaram aquela triste cena e o rei do dia, como envergonhado ocultou-se na orla do horizonte, ao passo que os soldados assassinos, inebriados por tão deslustrado triunfo, atroavam a cidade com os gritos de vitória, e, nas quebradas daquelas montanhas, os ecos repetiam o estampido da artilharia e da fuzilaria, repercutindo-se plangente, para que, perpetuado na memória dos sertanejos, o mundo civilizado, contasse a negregada lei do absolutismo.

O Tesouro

Era já bem tarde, quando o clarim pós termo á bacharel que seguiu aquela hecatombe, talvez sem exemplo nos anais do despotismo, com que na generosa terra mineira foi celebrada a transição do século dezoito para o século dezenove. Cabeças decepadas, corpos traspassados de balas, poças de sangue coagulado, membros de corpos humano em frangalhos, cadáveres, sangue transformado em rubra crosta, a morte, a miséria – eis o que os raios da lua crescente encontraram naquela praça, no pátio da cadeia, na cidade, onde, antes iluminavam festas, alegria! Os corvos, animados no alcantil das escarpas, nos inacessíveis rochedos, pressentindo o cheiro de cadáveres, instintivamente arrufaram as asas da esperança de farto

banquete, de opíparo repasto para o dia seguinte. Era já bem tarde o comandante mandou sair o exército, distribuiu sentinelas ao redor da cidade, fechou por fora o portão e guardou a chave; mas ninguém pregou olho, ninguém procurou descanso, porque suas forças eram retemperadas pela esperança do tesouro, em que o comandante e comandados tinham fixos os olhos da cobiça. Fora da cidade havia várias casinhas; para elas foram levados os feridos e amontoados alguns prisioneiros postos a ferros, ficando os outros do mesmo modo da prisão. De todos os habitantes da cidade que orçavam por cerca de cinco mil pessoas, só restavam da hecatombe uns duzentos ! No dia seguinte, mal desabrochou a aurora, o comandante mandou tocar a reunir e baixou uma ordem do dia ou fez uma proclamação, dizendo que, não obstante terem sido infelizes, por não terem encontrado os jesuítas, não obstante estivesse bastante dizimados o exército pela resistência ao heroísmo dos negros, eles, os que formavam o exército vencedor, em pouco tempo teriam perfeita compensação da fadiga e o prêmio do valor na posse do grande tesouro, e que ele, se comprometera, a exemplo de Alexandre Magno, daria a maior prova de sua liberdade para seus companheiros de lutas e perigos; mandou ler os artigos de guerra e terminou com prolongados e repetidos vivas a El-Rei e a Portugal ! Formada a força e aberto o grande portão, entraram de novo na cidade em passo triunfal. O comandante mandou retirar os cadáveres e enterra-los no grande fosso que circulava a cidade, desmoronando sobre eles o terraço, e assim aqueles trabalhos de defesa serviram ao menos, para sepultara dos corpos, sem o que seriam pasto infalível dos corvos. Triste espetáculo ! A soldadesca desenfreada, inebriada sempre pelo fumo da vitória, entre chufas e esgares, na prática da mais imunda profanação, canibais que se mostravam, do pacto fatal, das igrejas, da prisão, da praça, de toda a praça, de toda parte conduzia, arrastava os restos mortais de um povo e com eles obstruía o grande valo, sobre o qual desmoronavam todo o terraço, produto de tanto trabalho improficuo. E enquanto os soldados isso praticavam, suavizando pela profanação a dureza daquele mister, o comandante acompanhado de Cavaco e de Pedro Rebollo, penetrou no palácio, sepulto na mais triste desolação, farejando o tesouro, para onde convergiam todos os seus sonhos, todos os seus haustos; mas... não encontrava a pista, nem Rebollo podia dar a mínima indicação, porque nunca entrara no palácio. O comandante, no auge da ambição, queria, anciava um guia e mandou vir algum prisioneiro que fosse ladino, que... soubesse de tudo. Do número dos duzentos e tantos que haviam sobrevivido á catástrofe, que haviam escapado da hecatombe em que desapareceram cerca de cinco mil cabeças, faziam parte dois vultos de que não nos podemos esquecer: Manoel Cabinda e sua mulher Catharina, ambos africanos.

Manoel Cabinda viera muito criança de sua terra natal. Comprado no Vallongo por um padre jesuíta, este esmerou-se o quanto possível, a ver si, como estatuário, daquele bloco de granito poderia arrancar, senão um trabalho de Fedias, linhas que transformassem, suavizassem o repelente do feiticismo, com que viera maculado de origem. Posto a prender o ofício de marceneiro, depois de saber ler e escrever, tempos depois, o antigo moleque conquistou a boa nomeada de artista, com que voltou homem feito para a companhia de seu senhor, que lhe deu por esposa Catharina, também comprada, muito criança no Vallonge, e para a qual o padre se esmerou do mesmo modo, tendo-a batizado logo com aquele nome. Entregue aos cuidados de uma boa família, Catharina aprendeu todos os trabalhos domésticos daquele tempo. O padre viu coroados seus desejos e dos dois africanos fez um perfeito casal. Votado o extermínio da Companhia, e expulsos os jesuítas do Brasil, logo que rompeu a primeira perseguição, o senhor de Cabina salvou-se em um caixão de segredos e

do Rio de Janeiro veio para Minas, trazendo todos os escravos que possuía; protegidos pelos índios, foram para a serra da Canastra, e passados anos, o padre voltou ao lugar, em Minas, onde tinha enterrado seu dinheiro, sempre disfarçado, e, em mão todos os seus cabedais, foi estabelecer-se em Vila Rica, não como padre, porém como negociante ou outra qualquer coisa. Por esse tempo já Ambrósio se tinha estabelecido em Tengo-tengo. Um dia, Cabinda encontrou-se com João Wrumeia, seu antigo amigo que a Vila Rica fora em uma das expedições ambrosianas; com muita alegria, levou-o a casa de seu senhor, que também o conhecia, e, confundindo-se nos mesmos transportes de contentamento senhor e escravos, passaram juntos horas de verdadeira alegria.

Wrumeia propôs negócio para a liberdade de Cabinda e sua mulher; o padre aceitou e deu-lhes a carta de liberdade, mudando-se também, logo depois, para Pitanguy. Em companhia de Wrumeia foram para o Quartel Ambrosiano, onde conhecidos de Ambrósio e de muitos outros, foram muito bem recebidos.

Cabinda fez logo sua cozinha, empregando, o quanto possível, os recursos da arte que conhecia muito bem. Um tanto tagarela e franzino de corpo, não servia para expedições; mas fiel a toda prova foi por Ambrósio encarregado da guarda do tesouro que era na própria residência do chefe. De sua fidelidade todos tinham tido prova cabal na fuga de seu senhor dentro de um caixote de segredo. Por astúcia e muito de indústria Cabinda fez-se inimigo figadal dos jesuítas, uma vez, porém, salvo seu senhor, fugiu com sua mulher e outros parceiros e, em Minas, reuniram-se ao padre.

No dia da hecatombe, não tendo já o tesouro para guardar como ajudante de ordens, de tal artimanha usou, que não entrou em combate e, assim, ficou ileso e nunca teve remorsos de ter morto um só dos assaltantes. Não lhe fora confiado o plano da degola; ele, porém, perspicaz que era, percebeu-o e quando o chefe deu ordens para a reunião no pátio fatal correu a Wrumeia, transmitiu-lhe a ordem e voltou a sua casa.

A imitação de sua antigo senhor havia preparado também um caixão de segredo: nele salvou ou pôs a salvo sua mulher e, como tinha de reserva antiga boa soma de dinheiro, com tal perícia se aveio, que se tornou muito simpático a um dos capitães do governo, o que, lhe valeu, quando preso, ser solto e, mais tarde, até empregado, com sua mulher, do exército, ao qual foi guia de retorno. Quando por isso mandou o comandante vir algum ladino, para mostrar o tesouro, trouxeram-lhe Cabinda, a quem o comandante interrogou – Como te chamas, negro ? – Manoel Cabinda, para servir meu Senhor. – Onde é o tesouro de teu parceiro Ambrósio ? – O tesouro... era debaixo do sobrado, sim, senhor, e eu era o guarda dele senhor, e mesmo, – Oh ! então! ... Onde é ele ? –Mas... –Fala negro ! – Vosmicê não encontra nesta cidade um vintém, nem um cobre de X ou de U. – Como é ? Ou falas onde está o tesouro ou mando-te surrar. Se mostres o tesouro, darei liberdade a ti e a todos os teus companheiros: do contrário... sabes o resto. – Aqui, éramos todos livres e nossas cartas estavam em poder de Ambrósio; mas ouvi dizer que foram todas já

queimadas. Eu fui libertado pelo dinheiro da sociedade, como todos os outros, com a condição de trabalhar vinte anos aqui. Há dez anos de Vila Rica fui trazido para aqui por Wrumeia. – Deixemos de prosa, negro. O que quero saber é onde está o tesouro ! – Não posso saber senhor ! Desde que Pedro fugiu, Ambrósio mandou reunir todo o dinheiro que havia na cidade, e, durante muitos dias, ele, Cândida, Wrumeia, e Hynnhaguera carregaram dinheiro em tachas, conduzidas cada uma por duas pessoas, por meio de um pau que passava pelas alças ou orelhas, e iam sempre para aquele lado (e apontou o rumo do Misericórdia, distante cerca de duas léguas) sem que alguém pudesse segui-los e ver onde depositavam as riquezas desta cidade, riquezas que talvez sejam superiores ás do Reino. Alguns dos quatro condutores é que podiam mostrar o depósito, se ainda fossem vivos. Oh raiva ! Oh desespero ! Semelhante ao caçador que, depois de cuidadosa pontaria, desfecha o tiro certeiro, vê a caça cair e, quando suas mãos ávidas a querem apanhar, encontram o vácuo, ás ultimas palavras do prisioneiro, o comandante sentiu sobre a cabeça o peso enorme da decepção, da desilusão e por todo o seu corpo correu o calafrio, o gelo da morte. Rompendo o sertão bruto, vadeando e transpondo rios, combatendo e expondo-se as balas, ás flechas, arrostando tudo, no ardor, na cegueira da temeridade, ele cumpria seu dever, é certo, mas sua mira apoiava-se inteira na posse do tesouro que a fama proclamava acumulado naquele canto do sertão mineiro.

Entretanto, rompidos todos os óbices, ganha a vitória, engalanado seu espírito pelos louros do triunfo, sua antiga e louca ilusão de desfaz aos raios imponentes da realidade, projetados dos lábios do próprio guarda do tesouro, já não ali, oculto, confiado talvez aos misteriosos escrínios, aos tragadores sorvedoiros do rio, que, próximo corria sob o nome de Misericórdia ! Ao sair de Vila Rica, com um exército de três mil homens, bem armados, bem municiados, sua missão era combater jesuítas, cujas riquezas fascinavam os magnates de então, esperançosos de engalfinha-los: no entanto não são os jesuítas que encontra, mas quilombolas poderosos. Ambrósio condenado à morte, denuncia a existência de uma riqueza tal, que ultrapassa as raias de seus desejos. O comandante pensa que tem tudo seguro; sacrifica os negros, os chefes e com eles corta o fio que conduz aos desejados Elyseos, fana o sibilino ramo condutor, encontra-se perdido em trevas e não consegue o tão disputado velocino !

No momento supremo, Ambrósio esquece por um pouco sublime estoicismo a que se abraçara e oferece para resgate dos sobreviventes um montão de ouro, uma quantia fabulosa. O comandante cego, inebriado não aceita; pelo contrário, do alto de sua ilusão, faz a carnificina e, após os mais horripilantes atos de canibalismo, sente-se esmagado pelo peso do ludibrio, do escarno, com que a sorte o castiga ! Suas ilusões vão caindo, uma a uma, e o abantesma da realidade vai-se erguendo, erguendo, tétrico, feérico, majestoso e insondável no longo sudário de sua incoercibilidade ! Ele, o vencido, ele o ludibriado, ele o escarnecido, sente

por seus olhos a nuvem do desespero, fantasmagóricas visões da raiva; ouve o riso soturno dos mortos, e, na consciência desperta sente as longas unhas do remorso, que a prendem, mordem, rasgam, estracinham ! E, louco, possesso, vandálico, empunha o facho da vingança, descarrega sua ira contra os prisioneiros, que faz maltratar, nos edifícios, que faz derruir, em toda a cidade, que faz revolver, cavar, arrasar, incendiar! Debalde! A cidade transformara-se em um montão de ruínas e de sobre os desolados escombros, na alucinação em que se acha, vê levantar-se o vulto atlético de Ambrósio e de seus lábios irrompe a voz sepulcral e majestosa que brada: Tiranos ! Não era Ambrósio. Era a Posteridade que, severa, diademada pela áureola da civilização, relendo as páginas da história mineira, bradava, na voz potente de sua reprovação: Bárbaros!

Terrível Castigo!

A bela cidade, conhecida por Quartel Ambrosiano, Posto do Tengo-tengo, ou simplesmente Quilombo, foi o bode expiatório da decepção alheia, foi a tácita vítima sobre que o comandante branco, no auge do desespero, despejou todos os raios de usa cólera, todos os dados de sua negra vingança. Naquele dia terrível, só se ouviam gritos lancinantes dos pobres prisioneiros castigados, muitos dos quais dando o último suspiro no rigor dos açoites, das pranchadas, das torturas ! O fogo ateado pela vingança, na destruição dos templos, das imagens, dos edifícios, de tudo em fortes estalidos, levantava altas labaredas e um rolo de fumo, como se queimasse uma derrubada, atraia os gaviões, as aves de rapinas que nele se enovelavam, na esperança de frescos manjares na queimada, ao mesmo tempo que os soldados, na procura do tesouro, resolviam tudo, vasculhavam tudo, profanando tudo, não poupando cavernas nem grutas, nada ! Cabinda havia apontado o

Misericórdia como o guarda escolhido por Ambrósio para confiar-lhe as riquezas.

O comandante, em pessoa, com um troço de homens escolhidos, para lá foi, faminto, sedento do que via escapar á sua avidez, e as margens do pobre rio, suas furnas, suas cavernas foram vítimas improdutivas da sanha, do vandalismo, e o branco, doentia sua imagem, parecia ouvir a cada passo atroar lhe os ouvidos o riso sarcástico do infortúnio, a voz rouca da decepção, ao mesmo tempo que, nos momentos mais calmos, sentia os dentes do remorso a corroerem-lhe o íntimo. Nada ! – era a resposta do todas as pesquisas. Nada ! – era o produto do incêndio, da destruição. Nada ! – era a voz soturna que todos ouviam do montão de escombros. E dias se passaram nesse atropelo, nesse execrando mister. Os corpos mal sepultados pela quantidade, começaram a sofrer decomposição e o ambiente tornou-se por demais deletério. O exército reuniu toda a criação que havia pelos campos; carneou-a; ajuntou o vasilhame encontrado e retirou-se para um lugar algum tanto distante, mas tão lindo, tão aprazível, que mereceu o nome de paraíso. Cabinda e Catharina, de tal modo e tal jeito se inculcaram, com tanta astúcia e perspicácia empregou aquele, o resto do dinheiro ou o pequeno pecúlio que tinham guardado, que puderam escapar a todos os castigos, a todas as torturas infligidas a seus companheiros; não só isso: conseguiram

também ser admitidos como empregados dos oficiais, conquistando simpatias sinceras do Capitão Feliciano. Os dois pretos faziam rostos alegres; mas seus corações tinham a nódoa das saudades dos companheiros mortos; não os podiam esquecer. Evocando o sentimento de sua raça, esqueceram as novas doutrinas que tinham ouvido dos missionários, e, de então em diante, seu pensamento foi alimentado por um só manjar: a vingança dos males recebidos. Pedro Rebollo fora o traidor, o autor, a mola de todos aqueles males; era preciso que ele também sofresse. Para isso os dois negros mostraram-se de um talento sem igual. Catharina, á imitação de Judith contra Holofernes, principalmente de Dalila contra Sansão, tomou a si terrível incumbência de levar a efeito o que supunha um verdadeiro sufrágio aos manes de seus inditosos parceiros. Com afagos e com carinho lançou e prendeu a Pedro Rebollo tão estreitamente, que nunca mais o libertou; ao mesmo tempo empregou tal habilidade, que contra o mesmo indispôs todos os soldados e oficiais. Em campo pôs todas as seduções de que é capaz uma Dalila inteligente e sagaz, e a tal ponto que mais de uma vez Cabinda esqueceu-se de que tudo aquilo era meio e não fim, que a chamou a ordem, reclamando o império de seus direitos. Tão claros, tão francos, tão a descoberto eram os carinhos de Catharina para com Pedro, moço e robusto, que, um dia, o Capitão Feliciano chamou

Cabinda a parte e tiveram este colóquio: – Cabinda, disse Feliciano – como pode você tolerar as liberdades deste negro com tua mulher ? Cabinda, ou muito de indústria ou porque de novo esquecesse da trama que, com seu consentimento, armara sua mulher, olhos lacrimosos e voz entrecortada respondeu: – Que ei de fazer meu Senhor ? Pedro fez morrer tanta gente !... Não tenho coragem de matar uma galinha; mas deste rapaz sou muito homem para... beber o sangue e trincar o coração ! E, tirando da cinta a bolsa de couro de ema, ainda bem recheada, acrescentou: – eu daria, da melhor boa vontade, este resto de minhas economias a quem me livrasse de tal tentação. – Deixa por minha conta, Manoel, deixa por minha conta, retrucou Feliciano, tomando a bolsa e despejando em suas algibeiras aquelas moedas, cujo som lhe fizeram tanto agrado.

Grande é o poder do ouro! Catharina que via caminharem as coisas perfeitamente para o alvo que tinha mirado, ouvindo, oculta, o último colóquio e a cena da bolsa, que ela preparara, procurou Pedro e , em secreta confidência, mas de ponto onde pudesse ser ouvida, tratou com ele uma entrevista para o dia seguinte, no mesmo lugar onde fora o pátio fatal, no quartel, assinalado apenas pelos restos de muros que o cercavam.

Justamente como ela queria, aos ouvidos de Feliciano e Cabinda chegaram os cicios daquele idílio. Por esse tempo já

havia acabado o mau cheio da carnificina, por que o comandante mandara derruir sobre o valo, onde estavam sepultados os cadáveres, o resto de terraço que circulava a, outrora, bela cidade, e Feliciano com seu batalhão moravam ali pertinho. Feliciano, queria justificar seu direito á bela propina, falou a alguns rapazes possantes e traçou-lhes o plano, para que escondidos nos escombros, na hora da entrevista, aparecessem, e ...Pedro não podia continuar a viver. Como corria lento o tempo para Rebollo! Afinal chegou o momento feliz e, mal se libertou dos olhares desconfiados de Cabinda, célere corre e, como a cascavel, ocultou-se nos tristes escombros.

Qual, não foi, porém, sua surpresa, seu ódio, seu desespero, sua fúria, quando, mal aboletado naquele fatídico lugar, se viu agarrado pelos braços possante de Feliciano, de Cabinda e de seus sequazes! Quis reagir, por que era forte; mas as mãos de seus perseguidores eram tenazes.

Então, como o tigre, que se vê subjugado, rugiu surdamente, rangendo os dentes, rilhando em seco, transformando-se-lhe as faces em horrível catadura, olhos injetados, boca espumante. Qual não foi igualmente surpresa de todos, quando viram sair de seu esconderijo e aparecer trajada no último apuro da moda a africana, a suposta adúltera ?

Toda de branco, lenço á cabeça, fita vermelha a tiracolo, machadinha á cinta, ricos sapatinhos com fivela. Catharina mereceu as saudações de uma verdadeira uri e, por entre admiração e aplausos, caminhou certa para o criminoso, de cujas penas ela ia ser o juíz. Falando em africano, entregou a machadinha a seu marido e enquanto era preparado o instrumento que escolhera para castigo do traidor, ela frágil, mas sedutora, espicaçava o resto da consciência da vítima, aplicando-lhe no rosto a ponta de seus sapatinho ! O próprio Feliciano recuou, assustado, quase interdito. Catharina não era mais mulher dos carinhos, não era a suposta esposa infiel, não era a simples negra: era a própria deusa da vingança. E a negra, nesse belo-horrível que não se descreve, transformada em justiça, não cessava de golpear com a ponta de seus sapatos a face de Rebollo, repetindo a cada golpe: eu sou Ambrósio; eu sou Cândida; eu sou Wrumeia; eu sou Hynnhanguera; eu sou o povo todo a quem mataste pela traição! Com as mãos nos quadris, feroz na vingança, voluteando, a negra era o símbolo das fúrias avernais. O castigo merecido pelo traidor fora a empalação.

Empalado devia morrer. Assim foi. Cabinda trouxe o instrumento fatal, que preparara. Preso, como estava, sofreu Pedro Rebollo esse castigo crudelíssimo, dando o último suspiro no meio das mais acerbas dores. Os dois negros não eram já o que

foram dantes; nesse momento tornaram-se verdadeiros bárbaros, no auge do canibalismo: eram a própria vingança! Tal foi o quadro, que Feliciano e os rapazes, que pareciam tão obcecados de humanidade na carnificina geral, recuaram, trânsidos de medo, de vergonha, de horror! No mesmo cepo, em que foram vitimados seus parceiros, Cabinda e Catharina deceparam os membros do traidor, repetindo a negra a cada operação, satanicamente: – Cortemos-lhe os pés, para que não vão mais a Vila Rica nos denunciar; as mãos, para que não façam mais sinais no pauzinho; na língua, para que não fale; as pálpebras, para que tenha abertos sempre os olhos e contemple o mal que nos fez. E os membros mencionados caiam aos rudes golpes da machadinha empunhada pelo negro. Assim acabou seus dias o traidor e os dois negros, satisfeitíssimos, além do dinheiro dado, cumularam de presentes, em jóias e objetos de valor, que ainda tinham, ao Capitão Feliciano, o único de todo o exército que viu e possuiu uma parte das riquezas ambrosianas, em recompensa dos meios fornecidos para sociedade de tal vingança, que seus protagonistas julgaram o mais apropriado tributo, que poderiam prestar, de respeito, amor e veneração á memória de Ambrósio e de todas as vítimas de um empregado traidor.

A ausência de Pedro foi notada pelo comandante em chefe; tal, porém, foi o horror causado pela execução de tal pena, que

nem os próprios auxiliares jamais a denunciaram, mergulhando-a no maior e mais absoluto segredo, tornando até, entre eles mesmos, em assunto completamente evitado.

Retrospecto e Conclusão

Por longos três meses permaneceu o exército restante no sertão mineiro, na faina sempre improfícua de procurar o encantado tesouro ambrosiano, que, como o Eldorado de Orelana, tanto mais se engolfava nas dobras de insondável mistério, quanto era o afã de sua procura. Na raiva, no desespero da decepção, os emissários do governo, tornaram-se vândalos, e o incêndio, as pancas, as picaretas, foram vento que soprou rijo contra o produto de tantos anos, de tanto trabalho, de tanta constância, roubando á posteridade o que diz a tradição, merecia ser poupado, se não dominasse o mais ferrenho despotismo. Lançado um olhar retrospectivo sobre o que vimos, catemos aqui e ali, os conhecidos que a lenda conservou para a hospitalidade da história. Caturra assistiu a toda a hecatombe e ao que se lhe segui. Por mais de uma vez em encontros terríveis ele trocou olhares com Ambrósio, de quem fora logo conhecido, com Wrumeia e Hynnhanguera.

Por mais de uma vez em língua africana, trocavam palavras de animação recíproca, sem se traírem, sem se denunciarem, nesse

esforço titânico e incomparável, só próprio das almas grandes. E o pobre padre não podia pedir pelos antigos amigos e aliados, não podia derramar uma lágrima, não podia deixar de fazer fogo contra a cidade, onde passara os melhores dias de sua vida, sem incorrer nas suspeitas que tinham rastilho em Vila Rica, onde era alcunhado por Padre mestre-jesuíta! Calado, petrificado, impotente, foi testemunha ocular, presencial daquela carnificina, daquela devastação de que os próprios bárbaros do norte antigos teriam repugnância. Logo após a vitória, foi mandada uma expedição a Vila Rica levar notícia dos heroísmos. Caturra fez parte dessa expedição e em Sant'Anna de S. João Acima (Hoje Itatuna) desertou.

Tempos depois, esse homem extraordinário, que havia sido jesuíta, padre, rico, marinheiro, cativo, soldado, dedicou-se ao magistério, tendo como discípulo o ator dos "Apontamentos", que de seus lábios, por mais de uma vez ouviu a narração desse lutusos acontecimentos dos tempos coloniais. Manoel Cabinda e Catharina, levados no exército para Vila Rica, ali chegados, declararam quem fora seu senhor. Este, que também havia regressado de Pitanguy, confirmou o que diziam os pretos e deu-lhes nova carta de liberdade. Outros quilombolas, haviam também chegado a Vila Rica, ou foram entregues a seus senhores ou ex-senhores ou foram vendidos em hasta pública, justamente no

lugar, onde mais tarde, a gratidão mineira erigiu á memória de Tiradentes a coluna comemorativa. E os jesuítas ? A aldeia de Sant'Anna chegou a tal grau de prosperidade que bem justificou o título de Capital. Após a fuga de Rebollo, os padres mandaram convidar Ambrósio e seu povo para que se mudassem para lá, onde estariam mais seguros, pis que, apesar de tudo os jesuítas tinham sempre notícias do que se passava no Rio de Janeiro e Vila Rica.

Ambrósio quis, seus generais quiseram: mas o povo não quis, opôs-se, com receio da vindita pela fuga de muitos escravos para Tengo-tengo. Desfeita a nuvem borrascosa que se armara, no excidio cruel, os índios, que, cautelosamente a tudo assistiam, propositalmente, correram e levaram á Capital a triste notícia. Ardia já muito perto de mais o incêndio da perseguição e os jesuítas, precavidos como eram, nada mais tiveram que esperar. Do muito dinheiro, ouro, prata, e pedras preciosas que tinham, o que não empregaram ou reservaram para comprar armas, munições e ferramentas e tudo o mais que lhes era necessário, esconderam ou deram a guardar algum irmão que por ali tinha de ficar. Avisados os aliados das margens dos rios, despediram-se dos que ficaram, e, lançando seus ajoujos e outras ligeiras embarcações no rio das Velhas, então Guaycuhy, em novo e mais importante êxodo, desceram aquele rio ganharam o Paranaiba e internaram-se pelos intensos sertões de Mato Grosso de onde os

sobreviventes só voltaram, sempre como seculares depois da promulgação da Constituição de 1824. Os jesuítas, previdentes em tudo, tinham sempre muito escondidos sua fortuna, seus cabedais preciosos sabidos dos sócios.

Em seus manuscritos, em seus mapas havia entrelinhas a tinta simpática e os sobreviventes, com estes seguros apontamentos, quando puderam voltar, descobriram e desenterraram todos os tesouros que continuaram a pertencer á Companhia. Assim foi que, – di-lo a traição – depois de promulgada a Constituição do império vários apareceram pelo sertão mineiro, aparentando humildade, pobreza, ignorância, como transviados; demoravam-se algum tempo e desapareciam como tinham aparecido – misteriosamente.

*

* *

Eis na simples narrativa uma pálida imagem do que foi o absolutismo nos tempos coloniais. Ainda bem que ele, em Minas, alçou seu colo no fim do século passado e princípio deste, porque este o XIX, contra a tirania, contra a ignorância e o obscurantismo trouxe hasteada a auri-verde bandeira da civilização, perfeitamente desfraldada, em todo a pujança de luz, na áurea Lei de 13 de Maio de 1888 e na aurora de 15 de Novembro de 1889, seguindo-se a promulgação da grande Carta, que ao convívio das nações cultas levou a Terra de Santa Cruz proclamado: "Todos são iguais perante a lei." Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirido bens, observadas as disposições do direito comum. " Constituição de 24 Fevereiro de 1891, Art 72 §§ 2º e 3º" Rio Novo – Março de 1900. Carmo Gama. Cop. em Bicas aos 29 de outubro de 1903 .